

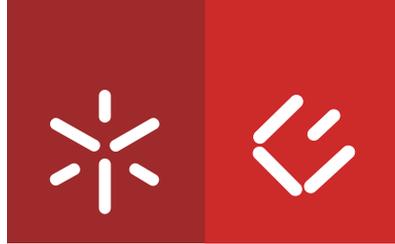


**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Catarina Isabel Pereira e Silva

**O Euroceticismo nos Grupos Políticos  
do Parlamento Europeu pós-2008**





**Universidade do Minho**

Escola de Economia e Gestão

Catarina Isabel Pereira e Silva

## **O Euroceticismo nos Grupos Políticos do Parlamento Europeu pós-2008**

Tese de Doutoramento

Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais

Trabalho realizado sob orientação da

**Professora Doutora Laura Ferreira-Pereira**

e da

**Professora Doutora Alena Vieira**

## DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

*Licença concedida aos utilizadores deste trabalho*



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações  
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## AGRADECIMENTOS

Para a concretização de um trabalho desta natureza em muito contribuíram os incentivos, as palavras de apoio e as sugestões feitas por um vasto conjunto de pessoas, sobretudo familiares, amigos e professores. Quero, por isso, deixar a todos aqueles, que de forma direta ou indireta, contribuíram para esta minha caminhada, ajudando-me a atingir este objetivo, uma palavra de agradecimento, sem prejuízo de, e em face da sua relevância pessoal ou académica, haver pessoas que merecem indiscutivelmente o meu apreço.

Em primeiro lugar, quero manifestar o meu mais profundo agradecimento à orientadora desta tese, a Professora Laura Ferreira-Pereira, pela total disponibilidade demonstrada desde o primeiro dia, passando pelo constante apoio na pesquisa, até à revisão final. Mas sobretudo pela amizade que muito me honra e pela referência profissional e moral, que constitui para mim. Será para sempre uma fonte de inspiração!

Gostaria de destacar ainda um conjunto de pessoas da área académica, cujos incentivos e sugestões, em diversas fases do presente trabalho, contribuíram para a sua evolução e conclusão. Em primeiro lugar, fico muito grata à coorientadora desta tese, a Professora Alena Vieira. De igual modo, sou grata ao Departamento de Ciência Política da EEG, por me ter acolhido, não apenas como doutoranda, mas também enquanto docente. Sem prejuízo, cumpro-me em agradecer uma vez mais à Professora Susannah Verney, da Universidade de Atenas, ao Professor Benjamin Leruth, da Universidade de Groningen, ao Professor Simon Usherwood, da Universidade de Surrey, ao Professor Fábio Serricchio, da Universidade de Molise, à Professora Catherine De Vries, da Universidade de Bocconi, e a tantos outros com quem tive a oportunidade de contactar ao longo desta jornada, e cujo contributo foi imprescindível ao bom desenvolvimento desta pesquisa. Por fim, não poderia deixar de agradecer também ao Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), na figura do Professor Miguel Ângelo Rodrigues, pela hipótese de participar nos diversos eventos internacionais, que muito contribuíram para o bom desenvolvimento deste trabalho.

Esta tese teve o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia traduzido numa Bolsa de Doutoramento - SFRH/BD/123539/2016 – com a duração de três anos.

---

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia



## DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## O Euroceticismo nos Grupos Políticos do Parlamento Europeu Pós-2008

### RESUMO

Desde 2009, o euroceticismo tornou-se uma realidade no seio do Parlamento Europeu (PE), particularmente, através do surgimento de novos grupos políticos eurocéticos, tais como os Reformistas e Conservadores Europeus (ECR) e a Europa da Liberdade e da Democracia (EFD). O aumento do euroceticismo continuou após as eleições europeias de 2014, o que resultou no surgimento de um outro grupo eurocético, a Europa das Nações e da Liberdade (ENF). Após as eleições para o PE de 2019, o recém-formado grupo da Identidade e Democracia (ID) contribuiu para o reforço do euroceticismo transnacional. Embora estes grupos políticos tenham recebido atenção académica, até agora a maior parte dessa atenção foi direcionada para os Membros do Parlamento Europeu e aos seus padrões de voto. A presente tese tem como objetivo complementar os estudos existentes de duas maneiras. Por um lado, ao identificar as condições definidoras do euroceticismo dentro dos grupos partidários do PE entre 2009 e 2019. Por outro lado, ao contribuir para a compreensão sobre como evoluíram essas mesmas condições definidoras sob o impacto do contexto pós-2008. Para esse fim, analisou-se a composição dos grupos políticos eurocéticos recorrendo à forma exploratória do método *crisp-set* da Análise Qualitativa Comparada (csQCA), que foi aplicada aos partidos políticos dos treze grupos eurocéticos identificados nas legislaturas de 2009, 2014 e 2019. Para o desenvolvimento do modelo analítico, a presente tese sustentou-se no quadro teórico do Pós-funcionalismo. A investigação levada a cabo permitiu concluir que a evolução das condições definidoras do euroceticismo ocorreu a partir de 2014/2015, nos grupos políticos do quadro TAN. Isso contribuiu para que a natureza da contestação também evoluísse: deixando de ser cooperativa para passar a ser confrontativa. Paralelamente, os resultados da análise permitiram concluir sobre o surgimento de uma nova clivagem transnacional, com base nos valores GAL/TAN, que parece ser crucial para a compreensão do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu no período pós-2008.

**Palavras-chave:** euroceticismo, GAL/TAN, grupos políticos, parlamento europeu, QCA

## The Euroscepticism within Political Groups of the Post 2008 European Parliament

### ABSTRACT

Since 2009, Euroscepticism has become a reality in the European Parliament (EP), something reflected in the emergence of new Eurosceptic party groups, such as the European Reformists and Conservatives (ECR) and the Europe of Freedom and Democracy (EFD). The rise of Euroscepticism has continued after 2014 elections, which resulted in the emergence of another Eurosceptic group, the Europe of Nations and Freedom (ENF). In the aftermath of 2019 EP elections, the new-formed Identity and Democracy (ID) seems to embody a new and innovative transnational Euroscepticism. Although these party groups have hitherto received scholarly attention, most of such attention has been directed at the roles of individual MEPs and their voting patterns. The present thesis aims to complement the existing studies by exploring specific conditions under which the Euroscepticism has evolved within EP party groups between 2009 and 2019. To this end, Eurosceptic EP party groups' composition was analyzed by resorting to an exploratory crisp set Qualitative Comparative Analysis (csQCA) applied to the political parties, which constitute the thirteen EP party groups identified in the legislatures of 2009, 2014 and 2019. Drawing upon post-functionalism as its theoretical framework, this thesis will pinpoint the conditions for Euroscepticism within the EP party groups and their evolution under the effects of post-2008 environment. The resulting findings allow us to conclude that the evolution of the defining conditions of Euroscepticism has occurred as of 2014/2015, in the political groups of the TAN framework. Such evolution had a major impact in the nature of the Euroscepticism's contestation, that evolved from a cooperative to a confrontational contestation. At the same time, the results of the analysis made it possible to conclude about the emergence of a new transnational cleavage, based on the GAL/TAN values, which seems to be crucial for the comprehension of the post-2008 Euroscepticism evolution in EP.

**Keywords:** Euroscepticism, European parliament, GAL/TAN, party groups, QCA

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
ACRÓNIMOS.....	x
LISTA DE FIGURAS.....	xii
LISTA DE GRÁFICOS.....	xiii
LISTA DE TABELAS.....	xiv
INTRODUÇÃO.....	1
O tema e a sua relevância.....	1
O estado da arte: o euroceticismo.....	4
O estado da arte sobre o euroceticismo no Parlamento Europeu.....	14
O quadro teórico.....	17
A metodologia de investigação.....	20
As hipóteses de investigação.....	31
A estrutura da tese.....	33
<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>35</b>
<b>A evolução do euroceticismo na União Europeia.....</b>	<b>35</b>
1.1. O euroceticismo na UE: de ‘non-issue’ a ‘hard-issue’.....	36
1.1.1. O euroceticismo entre 1992 e 2007: as principais dinâmicas.....	38
1.1.2. O euroceticismo entre 2008 e 2020: emergência e evolução.....	44
1.2. O período da contestação confrontativa: as características do euroceticismo pós-2008.....	48
1.3. Conclusão.....	51
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>53</b>
<b>O euroceticismo no Parlamento Europeu.....</b>	<b>53</b>
2.1. O euroceticismo no Parlamento Europeu entre 1994 e 2004.....	54
2.1.1 A representação do euroceticismo <i>soft</i> : a direita conservadora no Parlamento Europeu...55	
2.1.2 A representação do euroceticismo <i>hard</i> : a direita radical no Parlamento Europeu.....58	
2.1.3 A representação do euroceticismo crítico: a extrema-esquerda no Parlamento Europeu...60	
2.2 O euroceticismo no Parlamento Europeu entre 2009 e 2019.....	62
2.2.1 O despertar do “gigante adormecido” no rescaldo das eleições europeias de 2009.....	67
2.2.2 A afirmação do euroceticismo no Parlamento Europeu entre 2014 e 2015.....	72

2.2.3	Na sombra do processo Brexit: o euroceticismo no Parlamento Europeu de 2019.....	81
2.3	Conclusão .....	88
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>		<b>90</b>
<b>As condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu entre 2008 e 2020: Análise Qualitativa Comparada Exploratória.....</b>		<b>90</b>
3.1.	Procedimento .....	91
3.1.1.	Definição dos resultados .....	93
3.1.2.	Identificação das condições: ‘questões constitutivas’, ‘questões gerais’ e ‘ <i>policy issues</i> ’..	95
3.1.2.1.	Operacionalização do <i>codebook</i> às condições em 2009.....	96
3.1.2.1.1.	As ‘questões constitutivas’ .....	97
3.1.2.1.2.	As ‘questões gerais’ .....	101
3.1.2.1.3.	As ‘ <i>policy issues</i> ’ .....	104
3.1.2.2.	Operacionalização do <i>codebook</i> às condições em 2014/2015.....	107
3.1.2.2.1.	As ‘questões constitutivas’ .....	107
3.1.2.2.2.	As ‘questões gerais’ .....	111
3.1.2.2.3.	As ‘ <i>policy issues</i> ’ .....	115
3.1.2.3.	Operacionalização do <i>codebook</i> às condições em 2019.....	119
3.1.2.3.1.	As ‘questões constitutivas’ .....	119
3.1.2.3.2.	As ‘questões gerais’ .....	123
3.1.2.3.3.	As ‘ <i>policy issues</i> ’ .....	127
3.2.	As condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu pós-2008 .....	131
3.2.1.	As condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos GAL .....	134
3.2.2.	As condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos TAN .....	138
3.3.	Conclusão .....	141
<b>CAPÍTULO 4 .....</b>		<b>143</b>
<b>A evolução das condições definidoras do euroceticismo no Parlamento Europeu Pós-2008 .....</b>		<b>143</b>
4.1.	A evolução das condições definidoras do euroceticismo entre 2008 e 2020.....	145
4.1.1.	. 2009: a ênfase nas ‘questões constitutivas’ e nas ‘questões gerais’ .....	145
4.1.2.	2014/2015: o reforço da política de identidade e o início da contestação confrontativa	146
4.1.3.	2019: a confirmação da tendência TAN – rumo a uma nova clivagem no hemiciclo?.....	148
4.2.	Parlamento Europeu: um euroceticismo, várias oposições?.....	151

4.2.1. As condições definidoras dos ‘europeus críticos’ .....	154
4.2.2. As condições definidoras dos ‘eurocéticos’ e dos ‘eurocéticos intransigentes’ .....	154
4.3. O Parlamento Europeu pós-Brexit: que primeiras implicações para o euroceticismo?.....	156
4.4. Conclusão .....	160
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>162</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>171</b>

## ACRÓNIMOS

AfD – Alternativa para a Alemanha  
ALDE – Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa  
BCE – Banco Central Europeu  
CE – Comunidade Europeia  
CEE – Comunidade Económica Europeia  
CHES – *Chapel Hill Expert Survey*  
ECR – Conservadores e Reformistas Europeus  
EFA - Verdes – Aliança Livre Europeia  
EFD – Europa da Liberdade e da Democracia  
EFDD – Europa da Liberdade e da Democracia Direta  
ENF – Europa das Nações e da Liberdade  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FPÖ – Partido da Liberdade austríaco  
GAL – Verdes/Alternativos/Liberais  
GUE/NGL – Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde  
ID – Identidade e Democracia  
JOBBIK – Movimento por uma Hungria Melhor  
KKE – Partido Comunista grego  
LLRA – Ação Eleitoral dos Polacos na Lituânia  
MDSO – *Most Different Same Outcome*  
MENF – Movimento pela Europa das Nações e das Liberdades  
MEP – Membros do Parlamento Europeu  
M5S – Movimento Cinco Estrelas  
NI – Não Inscritos  
PE – Parlamento Europeu  
PESC – Política Externa e de Segurança Comum  
PESD – Política Comum de Segurança e Defesa  
PPE – Partido Popular Europeu  
PVV – Partido da Liberdade holandês  
QCA – Análise Qualitativa Comparada

S&D – Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas

SYRIZA – Coligação da Esquerda Radical

TAN – Tradicionais/Autoritários/Nacionalistas

TUE – Tratado da União Europeia

UE – União Europeia

UEM – União Económica e Monetária

UKIP – Partido para a independência do Reino Unido

VB – Vlaams Belang da Bélgica

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O estado da arte do euroceticismo.....	4
Figura 2: Desenho de pesquisa .....	31
Figura 3: Condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos GAL e TAN.....	141
Figura 4: O modelo de Hooghe-Marks aplicado às condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu pós-2008.....	153
Figura 5: Composição do Parlamento Europeu pós-Brexit .....	159

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: - Presença dos partidos eurocéticos no Parlamento Europeu.....	3
Gráfico 2: Evolução do apoio da opinião pública europeia à UE, desde 2008.....	46
Gráfico 3: Resultado das Eleições Europeias - 2009.....	68
Gráfico 4: Resultado das Eleições Europeias – 2014.....	74
Gráfico 5: Resultado das Eleições Europeias - 2019.....	82

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Variedades de euroceticismo.....	6
Tabela 2: Atitudes face à integração europeia.....	10
Tabela 3: Percentagem de votos em partidos eurocéticos nos 28 Estados-membros da UE em eleições nacionais entre 2008 e 2020.....	15
Tabela 4: Evolução do número de MPE nos grupos políticos do Parlamento Europeu pós-2008.....	19
Tabela 5: Grupos políticos eurocéticos no Parlamento Europeu entre 2008 e 2020.....	23
Tabela 6: Variáveis independentes/condições, organizadas de acordo com a politização das questões relacionadas com a integração europeia.....	25
Tabela 7: Codebook das variáveis independentes/condições da análise.....	27
Tabela 8: Atitudes face à integração europeia no período pós-Maastricht.....	42
Tabela 9: Atitudes face à integração europeia no período pós-2008.....	51
Tabela 10: Composição do Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus em 2009.....	69
Tabela 11: Composição do Grupo da Europa da Liberdade e da Democracia em 2009.....	70
Tabela 12: Composição do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde em 2009.....	71
Tabela 13: Composição do Grupo dos Não Inscritos em 2009.....	72
Tabela 14: Composição do Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus em 2014.....	75
Tabela 15: Composição do Grupo Europa da Liberdade e da Democracia Direta em 2014.....	77
Tabela 16: Composição do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde em 2014.....	78
Tabela 17: Composição do Grupo Europa das Nações e da Liberdade em 2015.....	79
Tabela 18: Composição do Grupo dos Não Inscritos em 2015.....	80
Tabela 19: Composição do Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus em 2019.....	83
Tabela 20: Composição do Grupo Identidade e Democracia em 2019.....	85
Tabela 21: Composição do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde em 2019.....	86
Tabela 22: Composição do Grupo dos Não Inscritos - 2019.....	87
Tabela 23: Atualização da Tabela 6 para inclusão de uma nova condição no estudo.....	93
Tabela 24: Definição dos resultados e identificação dos respetivos grupos políticos objeto de análise do estudo.....	95

Tabela 25: Dicotomização da condição ‘questões constitutivas’ em 2009, nos grupos políticos do ECR, EFD, GUE/NGL e NI.....	99
Tabela 26: Dicotomização da condição ‘questões gerais’ em 2009, nos grupos políticos do ECR, EFD, GUE/NGL e NI.....	102
Tabela 27: Dicotomização da condição ‘ <i>policy issues</i> ’ em 2009, nos grupos políticos do ECR, EFD, GUE/NGL e NI.....	105
Tabela 28: Dicotomização da condição ‘questões constitutivas’ em 2014/2015, nos grupos políticos do ECR, EFDD, ENF, GUE/NGL e NI .....	108
Tabela 29: Dicotomização da condição ‘questões gerais’ em 2014/2015, nos grupos políticos do ECR, EFDD, ENF, GUE/NGL e NI.....	112
Tabela 30: Dicotomização da condição ‘ <i>policy issues</i> ’ em 2014/2015, nos grupos políticos do ECR, EFDD, ENF, GUE/NGL e NI.....	116
Tabela 31: Dicotomização da condição ‘questões constitutivas’ em 2019, nos grupos políticos do ECR, ID, GUE/NGL e NI.....	120
Tabela 32: Dicotomização da condição ‘questões gerais’ em 2019, nos grupos políticos do ECR, ID, GUE/NGL e NI.....	124
Tabela 33: Dicotomização da condição ‘ <i>policy issues</i> ’ em 2019, nos grupos políticos do ECR, ID, GUE/NGL e NI.....	128
Tabela 34: <i>Truth table</i> das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu entre 2008 e 2020.....	132
Tabela 35: <i>Truth table</i> atualizada das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu entre 2008 e 2020 .....	134
Tabela 36: Resultados relativos aos indicadores de cada condição.....	137
Tabela 37: Evolução do ‘padrão de oposição’ nas condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos TAN.....	139
Tabela 38: Síntese das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu, em 2009.....	146
Tabela 39: Síntese das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu, em 2014/2015.....	147
Tabela 40: Síntese das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu, em 2019.....	150

Tabela 41: Relação entre as condições definidoras do euroceticismo e os grupos políticos em 2009, 2014/2015 e 2019 .....	156
Tabela 42: Alteração do número de eurodeputados nos grupos políticos do Parlamento Europeu pós-Brexit.....	158

*Para a minha avó Isaura,*

*“ Para ser grande, sê inteiro: nada  
Teu exagera ou exclui.  
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és  
No mínimo que fazes.  
Assim em cada lago a lua toda  
Brilha, porque alta vive.”*

Ricardo Reis, in: *Odes*

## INTRODUÇÃO

### O tema e a sua relevância

Desde 2008, um dos fenómenos mais significativos da política internacional tem sido o aumento considerável de forças antissistema, com discursos e retóricas marcadamente populistas. O fenómeno tornou-se especialmente manifesto no território europeu, com a ascensão de um expressivo número de forças eurocéticas, tanto nas arenas nacionais, como no seio da própria União Europeia (UE) (Mudde, 2013). Por conseguinte, o contexto pós-2008, reconhecido como a “era da crise” (Dinan, et. al., 2017), significou um verdadeiro desafio para o processo da integração europeia, nomeadamente no que diz respeito a duas das suas principais conquistas: a União Económica e Monetária (UEM) e o Espaço Schengen (ibid: 9).

A crise financeira internacional, que se estima ter iniciado em setembro de 2008 com o colapso do *Lehman Brothers*, teve como consequência o despoletar de uma crise económica europeia sem precedentes. O seu impacto fez-se sentir entre 2009 e 2011 com o resgate financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da UE à Irlanda, Grécia, Portugal e Chipre, sob condições sociais extremamente exigentes. Além deste grupo de países, a Espanha recebeu um apoio ao setor bancário e outros países da UE aprovaram medidas de austeridade para evitar a recessão económica<sup>1</sup>. Este contexto acabou por ter um duplo impacto na UEM. Em primeiro lugar, porque foram afetadas as perceções de crescimento económico que estavam associadas à pertença à UEM; em segundo lugar, porque se verificou um “decrésciente espaço de manobra dos decisores políticos nacionais” (Freire e Moury, 2014: 98), devido à “transferência dos poderes de decisão da Comissão e do Parlamento para o Conselho Europeu” (Dinan, et. al., 2017: 1). Para além disso, “a estrutura governativa, assim como as regras operacionais da UEM foram fundamentalmente questionadas e desafiadas” (ibidem), afetando a coesão interna com o acentuar da divisão entre aqueles que eram considerados Estados-membros ricos e pagadores e os Estados-membros pobres e recebedores (Magone, 2015).

A este cenário juntou-se a crise migratória que se abateu sobre o velho continente, no verão de 2015. A questão da migração, com todos os seus trágicos desenvolvimentos, faz parte do conjunto de fatores que contribuiu para a crise europeia pós-2008, cujo desfecho incrementou o avanço, tanto de partidos eurocéticos, como de movimentos sociais que se opunham à integração europeia. Como consequência, os dirigentes europeus ficaram ‘reféns’ do discurso xenófobo criado pela extrema-direita

---

<sup>1</sup> De destacar, em particular, o caso da França e da Itália, mas também do Chipre ou da Bulgária.

(Ruzza, 2019), algo que foi ganhando popularidade junto dos cidadãos. Desde o início de 2015, estima-se que cerca de dois milhões e setecentos mil migrantes<sup>2</sup> tenham chegado à Europa, contribuindo para o acentuar da divisão interna nascida com a crise da Zona Euro. Enquanto países tais como a Itália, Grécia, Hungria, Eslováquia, República Checa, Polónia e Reino Unido tentaram conter o fluxo de refugiados; outros, como a Alemanha, a Espanha ou a Suécia apelaram à solidariedade europeia e ao acolhimento dos migrantes. Este gesto incentivou a vinda massiva de cada vez mais refugiados, o que, conseqüentemente, motivou “severas tensões relacionadas com a livre circulação dentro da UE” questionando a própria sobrevivência política do acordo de Schengen (Dinan, et. al., 2017: 1). No plano institucional, a complexidade da crise migratória causou uma nova transferência de competências para o Conselho Europeu na tomada de decisões, retirando espaço político quer à Comissão Europeia, como ao Parlamento Europeu.

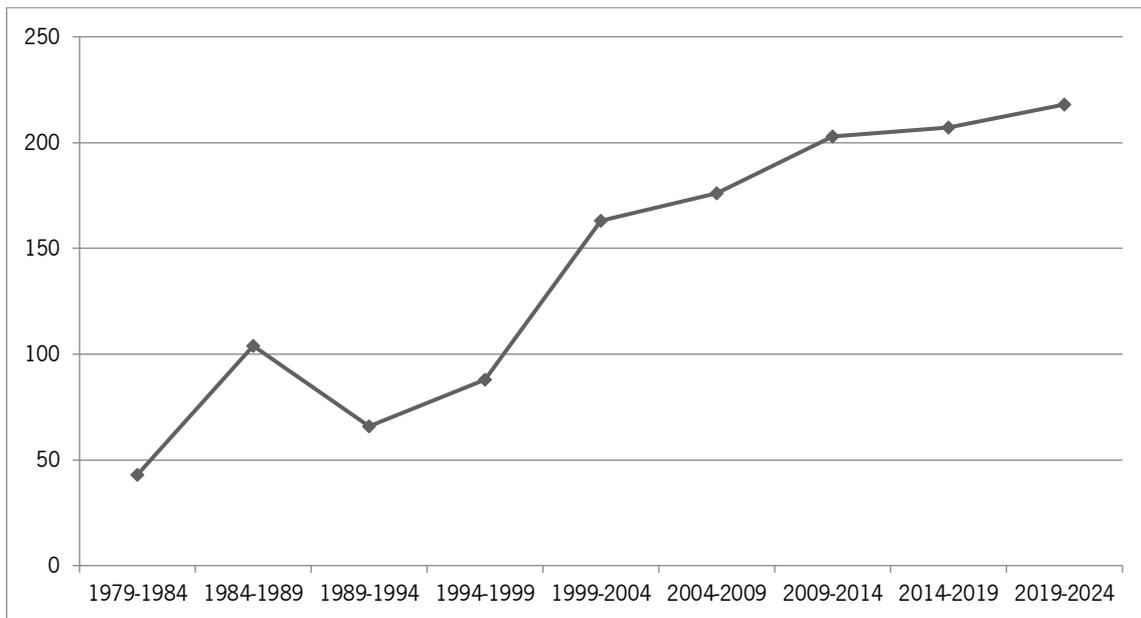
Todos os desafios acima mencionados, culminaram na consolidação de uma onda eurocética, um pouco por toda a Europa, porém com maior expressão nos países do Sul onde os movimentos anti UE apareceram aliados ao extremismo populista nas frentes políticas nacionais e europeias. Neste contexto, De Vries e Edwards (2009) e Morlino e Raniolo (2016) observaram que tanto à esquerda, como à direita, cresceram partidos eurocéticos. Enquanto a extrema-direita “se opôs à integração europeia, em defesa de uma soberania nacional”, a extrema-esquerda “resistiu à integração europeia, questionando, sobretudo, a base neoliberal do projeto europeu, que suscitava insegurança económica” (De Vries e Edwards, 2009: 5). Estes partidos foram particularmente determinantes na promoção das falhas da UE, sobretudo ao nível da governação, e particularmente, referindo-se à lentidão, assim como à ineficácia dos processos de tomada de decisão, que colocavam em causa a própria liderança política e institucional da UE (Dinan, et. al., 2017).

Em paralelo, o discurso anti UE aumentou no seio das instituições comunitárias, em particular no Parlamento Europeu (PE), onde os partidos políticos eurocéticos vieram a ocupar cerca de trinta por cento (30,5%) dos assentos (Brack, 2018: 69), como resultado das eleições europeias de 2019 (Gráfico 1), no quadro das quais, e tal como Grabbe e Groot (2014: 33) observaram “um em cada quatro europeus votou em partidos de protesto”. Esta é uma tendência que vem em crescendo, sensivelmente, desde 1990 e que se viu reforçada após as eleições europeias de 2009, para não mais abrandar.

---

<sup>2</sup> Fonte: Agência Europeia de Controlo de Fronteiras – FRONTEX, in: <http://frontex.europa.eu/trends-and-routes/migratory-routes-map/>, consultado no dia 25 de setembro de 2015.

Gráfico 1: - Presença dos partidos eurocéticos no Parlamento Europeu



Desenvolvido pela autora.

Fonte: Parlamento Europeu. Os dados foram recolhidos pela autora dos cadernos eleitorais, cedidos pelo Parlamento Europeu de 1979-2019. Os resultados foram obtidos através da soma de membros eleitos para os grupos eurocéticos ao longo das eleições europeias, desde 1979 e até 2019.

Tendo como pano de fundo o contexto europeu que se desenvolveu após a crise económica e financeira, assim como as crises conexas daí resultantes, a presente tese tem por objetivo principal compreender o crescente euroceticismo na UE, particularmente no seio do Parlamento Europeu. Para tal, procurou-se escrutinar a evolução do euroceticismo no Parlamento Europeu, dando-se especial atenção à identificação das condições definidoras desse fenómeno nos grupos políticos que atuaram no Parlamento Europeu no período escolhido para a análise. Esse período ficou delimitado entre 15 de setembro de 2008 e 31 de janeiro de 2020. A falência do banco de investimentos norte-americano *Lehman Brothers* a 15 de setembro de 2008 é reconhecido como o momento em que teve início a crise económica e financeira internacional que ganharia expressão na Europa nos anos subsequentes. Isso é da maior relevância para a delimitação deste estudo porque consideramos que o ano do início da crise financeira constitui o marcador temporal verdadeiramente transformador do fenómeno do euroceticismo, bem como do seu estudo científico (Silva e Ferreira-Pereira, 2018). A data de 31 de janeiro de 2020, que marcou a saída oficial do Reino Unido da UE, justifica-se pela necessidade de acompanhar a evolução do euroceticismo até esse momento histórico, sendo que a saída do Reino Unido da UE é considerada uma consequência do contexto pós-crise 2008 e o último estágio na evolução do euroceticismo no sentido de um eurorejeccionismo.

## O estado da arte: o euroceticismo

Os estudos sobre a União Europeia, no geral, tiveram a sua origem nas pesquisas sociológicas, cujo objetivo era o de analisar a reação das sociedades ao processo de integração europeia (Saurugger e Mérand, 2010). O euroceticismo só surgiu como objeto de análise e debate na literatura académica a partir do início dos anos 90, sob o impacto da assinatura do Tratado de Maastricht, em 1992. Nesse sentido, foi através do trabalho original de Paul Taggart de 1998, que o euroceticismo recebeu aquela que é a primeira definição académica, nos seguintes termos “[o Euroceticismo] exprime uma ideia de oposição contingente ou qualificada, assim como encerra absoluta e incondicional oposição ao processo de integração europeia”<sup>3</sup> (Taggart, 1998: 365-66) – (tradução da autora). Após este trabalho, que teve grande impacto académico, o estudo sobre o euroceticismo floresceu consideravelmente na academia dando origem a duas grandes linhas de investigação: uma linha dedicada ao euroceticismo de base partidária (*party-based euroscepticism*) e uma outra linha focada no euroceticismo das massas (*mass-based euroscepticism*).

Figura 1: O estado da arte do euroceticismo



Fonte: Desenvolvido pela autora

<sup>3</sup> [Euroscepticism] “expresses the idea of contingent or qualified opposition, as well as incorporating outright and unqualified opposition to the process of European integration”.

Relativamente ao euroceticismo de base partidária, o grupo de trabalhos produzidos sob esta linha de investigação pode ser organizado em três tipos de abordagem, a saber, a categorização, o posicionamento e a deslocação. A primeira abordagem abrange os estudos que procuraram estabelecer uma caracterização do conceito do euroceticismo (Taggart, 1998; Taggart e Szczerbiak, 2002, 2004, 2008). É interessante notar que, e tal como esta secção da tese tentará ‘iluminar’, tais trabalhos sobre a conceptualização acabaram por gerar uma “cacofonia conceptual” (Silva e Ferreira-Pereira, 2018) ao olharem para o fenómeno sob dois prismas distintos. Por um lado, encontramos os contributos que procuraram compreender os diferentes *tipos ou variedades de euroceticismo* (Taggart e Szczerbiak, 2002, 2004 e 2008; Vasilopoulou, 2009 e Leconte, 2010). Por outro lado, os estudos que procuraram analisar o euroceticismo enquanto uma *atitude face à integração europeia* (Kopecký e Mudde, 2002; Rovny, 2004; Flood e Usherwood, 2007; Krouwel e Abts, 2007; Wessels, 2007 e Magone, 2015).

Relativamente aos tipos ou variedades de euroceticismo, Taggart e Szczerbiak (2002) distinguiram entre o euroceticismo do tipo *soft* e *hard*. Esta é a distinção mais citada na literatura sobre o euroceticismo (Less, 2002), e talvez a mais simples e objetiva também. A classificação assentou na divisão entre os que se opunham integralmente e os que se opunham parcialmente ao projeto europeu. Por sua vez, Vasilopoulou (2009) propôs abordar a integração europeia à luz de três aspetos fundamentais, baseados nos fundamentos do Tratado da União Europeia (TUE), nomeadamente, o princípio, a prática e o futuro da cooperação com a UE<sup>4</sup>. Desta forma, a autora (2009: 7) apresentou três variedades de euroceticismo: o “euroceticismo de rejeição, o euroceticismo condicional e o euroceticismo comprometedor”<sup>5</sup>. Por último, Cécile Leconte (2010) referiu a existência de quatro outros tipos de euroceticismo – em particular, o utilitário, o político, o normativo (i.e. baseado em valores) e o antieuropeísmo cultural – que, conseqüentemente, corresponderam aos diversos níveis de aprofundamento da integração europeia. Por um lado, o aprofundamento político e económico, que deu origem ao euroceticismo utilitário e político. Por outro lado, o aprofundamento cultural e identitário da UE, que gerou o euroceticismo normativo e o antieuropeísmo cultural.

Os três trabalhos supramencionados trataram as variedades do euroceticismo, associadas e/ou resultantes do grau de aprofundamento do processo de integração europeia. Nesse sentido, os desenvolvimentos políticos que tiveram lugar a partir dos anos 90 estiveram na origem de diferentes

---

<sup>4</sup> Por princípio, a autora referiu-se “ao desejo e à vontade de cooperação multilateral, ao nível europeu”; enquanto, a prática se referia “ao funcionamento institucional, bem como, ao *status quo* político da UE”; por último, o futuro previa as motivações para o “aprofundamento da integração europeia” (Vasilopoulou, 2009: 6).

<sup>5</sup> De destacar que o contributo de Vasilopoulou (2009) se distinguiu ao considerar a extrema-direita como “a entidade monolítica em relação ao euroceticismo” (Ibid: 3), tentando colmatar a lacuna de outros estudos sobre o mesmo fenómeno, que haviam considerado o euroceticismo noutras famílias partidárias (por exemplo: Batory e Sitter 2004; Benedetto e Quaglia 2007).

tipos de oposição e, conseqüentemente, de diferentes variedades de euroceticismo. Em resumo, a Tabela 1 apresenta uma sistematização dos conceitos apresentados pelos autores citados.

**Tabela 1: Variedades de euroceticismo**

Taggart e Szczerbiak, 2002	Vasilopoulou, 2009: 7-8	Leconte, 2010: 46-60
<p>- <u>Euroceticismo <i>soft</i></u> Oposição qualificada a uma ou mais políticas da UE, especialmente quando o interesse nacional entra em contradição com o aprofundamento da UE.</p> <p>- <u>Euroceticismo <i>hard</i></u> Total oposição aos princípios da UE e da integração europeia.</p>	<p>- <u>Euroceticismo de rejeição</u> Característico dos partidos políticos que estão contra todos os aspetos da integração europeia.</p> <p>- <u>Euroceticismo condicional</u> Presente nos partidos que reconhecem benefícios no princípio da cooperação europeia multinível; por outro lado, a UE é prejudicial aos interesses e à soberania do país.</p> <p>- <u>Euroceticismo comprometedor</u> Referente aos partidos políticos que estão a favor da cooperação europeia, que aceitam a prática institucional, mas não confiam no aprofundamento da UE.</p>	<p>- <u>Euroceticismo utilitário</u> Manifesta ceticismo relativamente aos ganhos da adesão à UE.</p> <p>- <u>Euroceticismo político</u> Expressa as preocupações sobre o impacto da integração europeia na soberania e na identidade nacional.</p> <p>- <u>Euroceticismo normativo</u> Denuncia a interferência da UE em questões normativas (p.e.: no aborto, nos direitos das minorias e nos direitos individuais).</p> <p>- <u>Antieuropeísmo cultural</u> Refere-se a uma hostilidade mais ampla à Europa enquanto continente e numa desconfiança face aos modelos e instituições sociais dos países europeus.</p>

Fonte: Desenvolvido pela autora

De entre os contributos para a compreensão do euroceticismo sob a perspectiva das atitudes face à integração europeia, Kopecký e Mudde (2002) questionaram o trabalho inicial de Taggart e Szczerbiak (2002) e propuseram um novo modelo de análise do euroceticismo. Desta feita, Kopecký e Mudde (2002), considerando a proposta anterior imprecisa, e com falhas na classificação dos partidos políticos, apresentaram uma proposta sustentada na teoria de apoio aos regimes políticos de David Easton (1965), através da qual era possível distinguir um apoio à Europa, que variava entre *difuso* – i.e. “apoio às ideias gerais da integração europeia, que estão subjacentes à UE” (Ibidem) – e *específico* – i.e. “apoio às práticas gerais da UE, conforme ela está a ser desenvolvida” (Ibidem) –, resultando em quatro atitudes face à UE: o “euroentusiasmo”, o “europragmatismo”, o “euroceticismo” e o

“eurorejeitecionismo”. Estas atitudes corresponderam a uma espécie de escala de apoio à UE, que variava entre o otimismo e o pessimismo, desde a eurofilia à eurofobia.

Para Flood e Usherwood (2007), o modelo de Kopecký e Mudde era pouco ambicioso quanto à ideologia, ao considerar apenas a distinção entre eurófilos e eurofóbicos (Ibid: 4), o que contribuía para “a fluidez ideológica e para a inutilidade da categorização” (Ibidem). Ademais, os autores referiram também que Kopecký e Mudde (2002) confundiram ainda mais a compreensão do euroceticismo ao incluírem no modelo de análise uma categoria denominada de *euroceticismo*, que estaria na origem de “uma distinção (não tratada) entre o euroceticismo no sentido geral e o euroceticismo no sentido particular” (Flood e Usherwood, 2007: 4). Do mesmo modo, Rovny também divergiu da proposta de Kopecký e Mudde, e, por isso, reanalisou o euroceticismo baseado na distinção entre *motivação* e *magnitude* na oposição à integração europeia (Rovny, 2004). Esta abordagem procurou combinar aquilo que de melhor o autor encontrou nas duas abordagens anteriores, adicionando-lhes a classificação institucional das famílias partidárias de Klaus von Beyme (1985). Rovny (2004) recuperou então a investigação de Taggart e Szczerbiak (2002) para se referir à *magnitude* em relação à oposição à integração europeia – *soft* versus *hard* – e utilizou parte do argumento de Kopecký e Mudde (2002) para sustentar que a *motivação* variava entre a ideologia e a estratégia.

Os trabalhos anteriores de Taggart e Szczerbiak (2002), Kopecký e Mudde (2002) e Rovny (2004) analisaram o euroceticismo a partir de modelos de apoio à integração europeia, numa lógica quantitativa. Por isso, Flood e Usherwood (2007: 4), considerando-os simplistas e imprecisos, desenvolveram uma abordagem do euroceticismo com base numa escala de seis novas classificações, que variava entre a rejeição e o apoio à UE, mas desta vez, através de uma análise qualitativa das atitudes em relação à integração europeia. A principal preocupação dos autores foi conceber um modelo de categorias menos abrangente do que os anteriores e que variasse no “grau de apoio ou oposição à integração geral ou específica da UE” (Ibid: 5), dando, assim, origem aos: “maximalistas da UE”, “reformistas da UE”, “progressores da UE”, “minimalistas da UE”, “negacionistas da UE” e aos “rejeitadores da UE”. De igual modo, Krouwel e Abts (2007) aplicaram o conceito de *reflexividade* ao estudo das atitudes em relação à UE e concluíram sobre um novo mapeamento, que oscilava entre a confiança, o ceticismo, a desconfiança, o cinismo e a alienação. Por sua vez, Weßels (2007), refletindo sobre os graus de identificação com a UE, distinguiu entre os “europeus críticos”, os “eurocéticos” e os “eurocéticos intransigentes”. Para o autor, enquanto os europeus críticos lutavam por uma Europa melhor ou diferente, os céticos (intransigentes ou não) desejavam o fim do projeto europeu.

Já no contexto da crise pós-2008, José Magone (2015) analisou as diferenças entre o que considerou ser o euroceticismo da Europa Central e do Norte, por um lado, e o euroceticismo da Europa do Sul e do Leste (Ibid: 34), por outro lado. Para o autor, a grande lacuna das abordagens anteriores residiu no facto de elas considerarem somente o euroceticismo nas democracias mais avançadas da Europa Ocidental, sendo necessário aplicar o modelo às democracias periféricas da Europa do Sul, Centro e Leste. Para além disso, Magone acrescentou que a análise do euroceticismo ao nível nacional “não nos dizia muito sobre o quadro geral” (Ibid: 39), por isso sugeriu “perceber o euroceticismo como parte da reestruturação dos sistemas políticos nacionais para um sistema político europeu” (Ibidem), enfatizando a necessidade de distinguir as variações geográficas do fenómeno, sobretudo considerando os efeitos da crise económica e financeira. Por último, o autor referiu que o que tem sido entendido como uma definição de euroceticismo, seria “melhor interpretado como um desencanto para com o processo de integração europeia” (Ibidem).

Neste sentido, o autor propôs quatro atitudes face à integração europeia, nomeadamente, o “euroentusiasmo”, o “eurocriticismo”, o “eurodesencanto” e o “euroceticismo”. Relativamente ao “euroentusiasmo”, Magone (2015) definiu-o como um apoio incondicional à integração europeia, que podia ser dividido entre os partidos políticos que estavam plenamente convencidos sobre as vantagens/os benefícios da integração europeia e os que, apesar de convictos, apresentavam uma retórica de preocupação para com os interesses nacionais. No “eurocriticismo”, o autor integrou os pró-europeus que ambicionavam alterações em algumas áreas políticas ou uma reforma total da lógica do processo de integração europeia. Dessa forma, seria possível distinguir entre os “eurocríticos reformistas”, que queriam apenas reformar partes do processo político; e os que defendiam uma abordagem transformadora, através da alteração das lógicas do processo de integração europeia. A atitude de “eurodesencanto” constituiu a inovação conceptual de Magone (2015), já que esta se referiu à desilusão dos apoiantes da integração europeia para com o ritmo e o desenvolvimento do processo. Assim, era possível encontrar os temporariamente desencantados, por exemplo com as medidas de austeridade; e os que estavam em processo de desencanto, mas não o demonstravam publicamente (Ibidem). Por último, o “euroceticismo” era então uma expressão ideológica anti UE, que podia ser *soft* – rejeitando alguns aspetos – ou *hard* – na expressão de uma rejeição definitiva. Enquanto o primeiro se referia a um euroceticismo estratégico, “oportunisticamente utilizado como meio para capitalizar o sentimento eurocético da população” (Ibidem); o euroceticismo de tipo *hard* devia ser subdividido entre o euroceticismo nacionalista, que rejeitava a UE, porque esta afetava diretamente a soberania nacional; e o antieuropeísmo cultural, que considerava a UE um perigo para a integridade da cultura nacional

(Ibidem). A Tabela 2 apresenta uma sistematização das atitudes face à integração europeia, propostas pelos diversos autores supramencionados.

Tabela 2: Atitudes face à integração europeia

Kopecký e Mudde, 2002	Flood e Usherwood, 2007	Krouwel e Abts, 2007	Weßels, 2007	Magone, 2015
<p>- <u>Euroentusiastas</u></p> <p>“Apoiam as ideias gerais e a prática da integração europeia”.</p> <p>- <u>Eurocéticos</u></p> <p>“Apoiam a ideia de uma Europa unida, mas discordam com a prática geral da integração europeia”.</p> <p>- <u>Europragmáticos</u></p> <p>“Atuam contra a UE, mas defendem a prática da integração europeia”.</p> <p>- <u>Eurorejeitadores</u></p> <p>“Rejeitam todas as opções relacionadas com a integração europeia”.</p>	<p>- <u>Maximalistas da UE</u></p> <p>“Impulsionam a integração europeia tão longe e tão rápido quanto possível”.</p> <p>- <u>Reformistas da UE</u></p> <p>“Apoiam o avanço da integração, sujeito à correção das deficiências identificadas”.</p> <p>- <u>Progressores da UE</u></p> <p>“Aceitam algum avanço da UE, contando que seja lento e fragmentado”.</p> <p>- <u>Minimalistas da UE</u></p> <p>“Aceitam o <i>status quo</i>, mas preferem limitar a integração tanto quanto possível”.</p> <p>- <u>Negacionista da UE</u></p> <p>“ambicionam retomar a um estágio inicial, geralmente antes das revisões dos tratados”.</p> <p>- <u>Rejeitadores da UE</u></p> <p>“Total recusa de integração e participação”.</p>	<p>- <u>Euroconfiança</u></p> <p>“Refere-se a uma atitude generalizada (...) de consentimento obediente à política da UE”.</p> <p>- <u>Euroceticismo</u></p> <p>“Não apoiam a UE (na sua forma atual) incondicionalmente e têm dúvidas sobre o seu futuro. Contudo, não questionam o princípio de cooperação da UE, nem os princípios subjacentes à integração europeia”.</p> <p>- <u>Eurodesconfiança</u></p> <p>“Embora descontentes com alguns temas da UE, mantêm-se confiantes quanto às ideias gerais da integração europeia”.</p> <p>- <u>Eurocinismo</u></p> <p>“Indiferença generalizada face às autoridades europeias, apesar de não desconsiderar o funcionamento virtuoso das instituições europeias, fá-lo com um sentimento derrotista em relação ao futuro do projeto europeu”.</p> <p>- <u>Euroalienação</u></p> <p>“Rejeição duradoura e profunda da UE”.</p>	<p>- <u>Europeus Críticos</u></p> <p>“Aqueles que se sentem fortemente envolvidos na Comunidade Europeia, mas descontentes ao mesmo tempo”.</p> <p>- <u>Eurocéticos</u></p> <p>“Aqueles que para além de se sentirem descontentes, não se sentem ligados à Europa”.</p> <p>- <u>Eurocéticos intransigentes</u></p> <p>“Críticos sem identidade europeia (...) que consideram a interrupção ou a abolição da integração europeia”.</p>	<p>- <u>Euroentusiastas</u></p> <p>“Refere-se ao total apoio à integração europeia”.</p> <p>- <u>Euroceticismo</u></p> <p>“São pró-europeus que querem mudar algumas áreas políticas ou toda a lógica de integração europeia”.</p> <p>- <u>Eurodesencanto</u></p> <p>“Refere-se à frustração dos apoiantes da integração europeia com o ritmo e o desenvolvimento do processo de integração europeia”.</p> <p>- <u>Euroceticismo</u></p> <p>- Soft: “avalia de forma negativa a influência da UE em determinadas políticas e modos de vida do país”.</p> <p>- Hard: “rejeita completamente a UE porque esta interfere com a soberania nacional, considerando a UE uma ameaça para a integridade da cultura nacional”.</p>

Fonte: Desenvolvido pela autora

A panóplia de conceitos de euroceticismo apresentados e sistematizados nas Tabelas 1 e 2, quando não devidamente compreendida, contribuí mais para uma confusão conceptual sobre o fenómeno, do que para a sua real compreensão (Leruth, 2015). Para aquilo que designamos por “cacofonia conceptual” (Silva e Ferreira-Pereira, 2018) – e que constituiu uma das primeiras dificuldades no âmbito da investigação que culminou na presente tese –, contribuíram três fatores principais. Em primeiro lugar, o facto de os estudos apresentados serem “demasiado descritivos, evitando o uso de modelos teóricos” (Topaloff, 2012: 19). Em segundo lugar, a circunstância de as pesquisas sobre o euroceticismo serem maioritariamente orientadas para estudos de caso individuais (i. e. Sitter, 2001; Lees, 2002; Conti, 2003; Quaglia, 2003; Benedetto e Quaglia, 2007; Lubbers e Jaspers, 2011). Em terceiro lugar, o facto de os estudos que recorrem ao método comparado entre os diversos Estados-membros (por exemplo, Taggart e Szczerbiak 2002, 2004), favorecerem a multiplicidade de abordagens sobre o euroceticismo (Topaloff, 2012; Taggart e Szczerbiak, 2017).

Dando continuidade à revisão de literatura sobre o euroceticismo de base partidária, agora apontando para a segunda abordagem acima antecipada (na Figura 1), devem ser referidos os trabalhos que consideraram o posicionamento (ideológico) dos partidos políticos enquanto atores eurocéticos colocados no extremo do sistema partidário (Sitter, 2002; Hooghe, Marks e Wilson, 2002; De Vries e Edwards, 2009; Mudde, 2011). Aqui, o principal debate ocorreu entre a Escola da Carolina do Norte e a Escola de Sussex<sup>6</sup>. Enquanto a primeira Escola se centrou no papel das clivagens tradicionais para explicar o posicionamento dos partidos políticos em relação à integração europeia (Mudde, 2011), a segunda considerou o impacto das características eleitorais de cada país, tais como o sistema eleitoral, a competição partidária ou os objetivos dos partidos políticos, no posicionamento dos mesmos em relação à UE (Sitter, 2002; Szczerbiak e Taggart, 2008).

Nesta segunda abordagem referente ao posicionamento dos atores eurocéticos é particularmente importante referir o interesse académico em explorar as diferentes posições relativamente à integração europeia, e relacioná-las com as respetivas famílias partidárias (Hix, 1999; Marks e Wilson, 2000; Marks e Steenbergen, 2004; Marks, et al., 2006). Sobre este assunto, especial destaque deve ser conferido ao trabalho de Hooghe, Marks e Wilson (2002), que dissertaram sobre a identificação de uma nova dimensão da política europeia – Verdes/Alternativos/Liberais (GAL) *versus* Tradicionais/Autoritários/Nacionalistas (TAN) – para além da tradicional dimensão esquerda/direita. As conclusões mais importantes deste trabalho permitem-nos verificar, em primeiro lugar, que relativamente ao eixo Neoliberalismo *versus* Capitalismo, os partidos da extrema direita e da extrema

---

<sup>6</sup> Usherwood (2013: 280) observou que a divergência entre as Escolas ocorre sobretudo na aplicação de métodos qualitativos ou métodos quantitativos, enquanto valor acrescentado para a compreensão do euroceticismo.

esquerda tendem a ser significativamente mais eurocéticos, do que os partidos mais próximos ao centro. Em segundo lugar, a conclusão mais importante confirma que a dimensão GAL/TAN influencia as posições dos partidos no apoio ou oposição à integração da UE, bem como a questões específicas, tais como, a imigração ou a política ambiental, temas que, na última década, têm dominado os assuntos relacionados com a UE.

Isto conduz-nos à terceira, e última abordagem do euroceticismo de base partidária que se relaciona com a deslocação dos partidos eurocéticos da periferia para o centro do sistema partidário, à qual Brack e Startin (2015: 242) chamaram de “*mainstreaming* do euroceticismo” – como resultado do aumento da popularidade refletida em resultados mais bem-sucedidos no quadro das eleições gerais. Com efeito, a literatura tendeu a descrever o fenómeno enquanto consequência da crise económico-financeira de 2008, que enfraqueceu a confiança nas instituições democráticas e nos partidos tradicionais (Serricchio, et al., 2013; Nicoli, 2016; Verney, 2017). Simultaneamente, este ‘*mainstreaming*’ dos partidos eurocéticos foi também relacionado com uma retórica que ‘europeizava’ as dificuldades dos problemas económico-sociais dos Estados enquanto ‘nacionalizava’ as realizações positivas da UE (Krouwel e Abts, 2007).

Por fim, relativamente ao segundo grande grupo de investigação sobre o euroceticismo que incide no euroceticismo das massas (*mass-based euroscepticism*), este abrange os contributos que se debruçaram sobre os novos atores do euroceticismo, ou seja, o papel dos media, dos movimentos e das organizações da sociedade civil (i. e. della Porta e Caiani, 2007 e 2009; Daddow, 2011; FitzGibbon, 2013; Caiani e Guerra, 2017). Desta abordagem do euroceticismo surgiu uma nova preocupação em relação ao fenómeno, que se dedicou às perceções da UE e do euroceticismo por parte dos cidadãos – *public attitudes* – (Lubbers e Scheepers, 2005; McLaren, 2006; Sørensen, 2008; Boomgaarden, et al., 2011; Guerra, 2013; De Vries, 2018). Daí resultaram, por exemplo, trabalhos que analisaram o lado emocional do euroceticismo de massas. Como exemplo, pode ser referido o contributo de Guerra (2013), que organizou o euroceticismo de massas em novas categorias baseadas nas emoções. Ou o trabalho de Daddow (2011), que descreveu o fenómeno posicionando-o numa escala entre o “euroceticismo passivo” e o “euroceticismo agressivo”. Ainda relativamente aos trabalhos que se focaram na sociedade civil e no euroceticismo, devem ser, também, referidas as pesquisas que sugeriram uma distinção entre “euroceticismo” e “euroalternativismo”<sup>7</sup> (della Porta e Caiani, 2007; FitzGibbon, 2013). No entanto, para Caiani e Guerra (2017), o euroceticismo de massas

---

<sup>7</sup> Em 2009, della Porta e Caiani, atualizaram as conclusões do seu trabalho anterior e adicionaram uma nova categoria – “os europeístas críticos”.

é um campo de estudo que carece de maior aprofundamento científico, sobretudo atendendo ao contexto pós-crise económica e financeira de 2008.

Em resumo, uma das principais características dos contributos disponíveis sobre o euroceticismo é que estes tendem a olhar para o fenómeno como um subproduto da ação quase exclusiva dos Estados-membros, deixando por explorar as condições e os mecanismos que favoreceram o fenómeno no seio da própria UE. Além disso, os estudos centram-se, quase exclusivamente, nas implicações ao nível do domínio nacional, com exceção para uma corrente da literatura, ainda emergente, que se referiu ao papel dos atores eurocéticos no domínio externo (Brack, 2010, 2012, 2015, 2018), onde são considerados “uma minoria fraca, com limitadas oportunidades dentro do sistema institucional da UE” (Brack, 2013: 85).

Dito isto, a presente tese inscreve-se nos estudos do euroceticismo de base partidária. Isto porque para examinar este fenómeno no seio do Parlamento Europeu, os partidos políticos são a unidade de análise que melhor permite a sua compreensão – e trata o euroceticismo do ponto de vista das atitudes face à integração europeia, partindo da definição de Taggart (1998: 365), que estabeleceu o euroceticismo como uma ‘ideia de oposição à integração europeia’. No quadro dessa abordagem, esta tese tem dois objetivos principais. Em primeiro lugar, perceber como evoluiu o euroceticismo na última década sob o impacto da crise económico-financeira de 2008 e da crise migratória. Em segundo lugar, identificar as condições definidoras do euroceticismo no seio do Parlamento Europeu, tendo por alvo os grupos políticos que atuaram nesta instituição entre 15 de setembro de 2008 e 31 de janeiro de 2020. Por conseguinte, o presente trabalho procura contribuir para uma compreensão mais apurada do euroceticismo, na medida em que explora o ‘*mainstreaming*’ do euroceticismo na arena parlamentar europeia, ao mapear o crescimento do fenómeno no contexto europeu pós-2008 e as suas implicações concretas no seio do Parlamento Europeu.

No quadro da literatura disponível existem apenas duas obras que trataram o euroceticismo no Parlamento Europeu e que se revelaram importantes para a compreensão do euroceticismo no Parlamento Europeu. O livro dos autores FitzGibbon, Leruth e Startin (2017), que discutiu as dinâmicas do euroceticismo ao nível transnacional e pan-europeu; e, o livro de Nathalie Brack (2018), que analisou o papel dos Membros eurocéticos do Parlamento Europeu no desempenho das suas funções no hemiciclo. Este último trabalho revelou-se o ponto de partida desta investigação, ao ter permitido compreender o euroceticismo a partir da interpretação das votações dos Membros do Parlamento Europeu (MEPs) no exercício das suas funções. No entanto, percebeu-se que no trabalho de Nathalie Brack ficaram por explorar as condições definidoras desse mesmo euroceticismo nos grupos políticos

do Parlamento Europeu, algo que permitiria um entendimento mais cabal sobre o fenómeno no seio da instituição. Ora, a presente tese distingue-se desses dois trabalhos ao tentar contribuir para a literatura académica quer sobre o euroceticismo no seio do Parlamento Europeu, no geral, quer aquela que versa sobre os grupos políticos eurocéticos, em particular. Faz isso procurando responder à seguinte pergunta e investigação: **Como evoluíram as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu entre 2008 e 2020?**

### **O estado da arte sobre o euroceticismo no Parlamento Europeu**

De acordo com Nathalie Brack (2013 e 2018), os atores eurocéticos representam uma minoria na governação europeia, sendo mesmo considerados como pertencentes aos “grupos pequenos e periféricos” (Brack, 2018: 147) do Parlamento Europeu. Contudo, na última década exemplos há em que estes atores foram particularmente decisivos para a transformação política na Europa. De entre os exemplos, destaca-se o caso da Itália, da Áustria e da Hungria, que elegeram nas respetivas eleições nacionais de 2018 governantes antissistema, enquanto esta parece ser uma tendência a aumentar (Mudde, 2013<sup>8</sup>), conforme indicado na Tabela 3. Nesta última está representada a percentagem de crescimento do voto em partidos eurocéticos, nas eleições nacionais dos 28 Estados-membros da UE. Pese embora, na sua grande maioria, estes partidos não integrem os respetivos governos, a verdade é que, em alguns casos, eles estão representados nos respetivos Parlamentos nacionais.

---

<sup>8</sup> O autor observou que “existem partidos extremistas com maior sucesso hoje, do que há trinta anos, e vários deles estabeleceram-se, inclusive, nos seus sistemas políticos nacionais” (Mudde, 2013: 15).

Tabela 3: Percentagem de votos em partidos eurocéticos nos 28 Estados-membros da UE em eleições nacionais entre 2008 e 2020

Estado-membro	Partido Eurocético	% de votos nas últimas eleições	% de votos nas eleições anteriores	Diferença
ALEMANHA	Alternativa para a Alemanha	12.6% (2017)	4.7% (2013)	7.9%
AUSTRIA	Partido da Liberdade austríaco	16.2% (2019)	26.0% (2017)	9.8%
BELGICA	<i>Vlaams Belang</i>	12% (2019)	3.7% (2014)	8.3%
BULGARIA <sup>9</sup>	ATAKA	9.1% (2017)	4.5% (2014)	4.6%
CROACIA	ZIVI ZID	6.2% (2016)	4.2% (2015)	2%
CHIPRE	AKEL	25.7% (2016)	32.7% (2011)	-7%
DINAMARCA	Partido Popular	8.7% (2019)	21.1% (2015)	-12.4%
ESLOVÁQUIA	Partido Popular Nossa Eslováquia	8,0% (2020)	8,0% (2016)	0%
ESLOVÉNIA	Partido Nacionalista	4.2% (2018)	2.2% (2014)	2%
ESPAÑA	VOX	15.1% (2019)	10.3% (2019)	4.8%
ESTÓNIA	Partido Popular Conservador da Estónia	17.8% (2019)	8.1% (2015)	9.7%
FINLÂNDIA	Verdadeiros Finlandeses	17.5% (2019)	17.6% (2015)	-0.1%
FRANÇA	Frente Nacional	13.2% (2017)	13.6% (2012)	-0.4%
GRÉCIA	SYRIZA	31.5% (2019)	35.5% (2015)	-4%
HOLANDA	Partido para a Liberdade	13.0% (2017)	10.1% (2012)	2.9%
HUNGRIA <sup>10</sup>	JOBBIK	19.1% (2018)	20.2% (2014)	-1.1%
IRLANDA	—	—	—	—
ITÁLIA <sup>11</sup>	Movimento Cinco Estrelas	32.7% (2018)	25.6% (2013)	7.1%
LETÓNIA	Aliança Nacional	11.0% (2018)	16.6% (2014)	-5.6%
LITUÂNIA	Ordem e Justiça	5.3% (2016)	7.3% (2012)	-2%
LUXEMBURGO	ADR	8.3% (2018)	6.6% (2013)	1.7%
MALTA	—	—	—	—
POLÓNIA	Lei e Justiça	43.6% (2019)	37.6% (2015)	6%
PORTUGAL	Bloco de Esquerda	9,5% (2019)	10.2 % (2015)	0.7%
ROMÉNIA	—	—	—	—
SUÉCIA <sup>12</sup>	Democratas Suecos	17.5% (2018)	12.9% (2014)	4.6%
REINO UNIDO	Partido dos Conservadores	43.6% (2019)	42.4% (2017)	1.2%
REPÚBLICA CHECA <sup>13</sup>	Partido Democrata Cívico	11.3% (2017)	7.7% (2013)	3.6%

Fonte: Desenvolvido pela autora, a partir de dados recolhidos sobre os resultados eleições parlamentares nacionais cada país, em: <http://www.parties-and-elections.eu/countries.html>

Para além disso, desde 2009, tanto no Conselho da União Europeia – onde estão representados os ministros (com diferentes pastas) de cada Estado membro – como no Conselho Europeu – onde se

<sup>9</sup> Nas eleições de 2017, o ATAKA concorreu às eleições nacionais em coligação com outros dois partidos nacionalistas: o VMRO – “Bulgarian National Movement” – e o NFSB – “National Front for the Salvation of Bulgaria”.

<sup>10</sup> No caso Húngaro deve ser tido em consideração que, apesar do Jobikk ser considerado o partido de extrema-direita e o Fidesz ter origens de partido de centro-direita, a radicalização do discurso de Vitor Orbán em relação à UE fazem com que o resultado eleitoral do Fidesz seja considerado como uma vitória do euroceticismo/populismo a rondar os 4,4%.

<sup>11</sup> De sublinhar que na Itália, a segunda grande vitória do euroceticismo/populismo foi a do Liga Norte, que viu o seu sucesso eleitoral aumentado em cerca de 13,3%, reunindo condições para formar uma coligação governativa com o M5S.

<sup>12</sup> De destacar aqui, a existência de um segundo partido eurocético – “Left Party” – que também aumentou a sua posição de 5,7% em 2014, para 8,0% em 2018.

<sup>13</sup> Merece referência o resultado de um segundo partido eurocético – “Freedom and Direct Democracy” – que concorreu pela primeira vez em 2017 alcançando 10,2% dos resultados.

reúnem os chefes de Estado e de Governo – são cada vez mais os representantes eleitos de partidos ou movimentos eurocéticos. O mesmo se tem refletido no Parlamento Europeu, onde, na última década, a tendência para a eleição de representantes eurocéticos aumentou a cada ato eleitoral, com especial enfoque para os anos de 2014 e 2019, conforme os dados apresentados no Gráfico 1. Esta situação ameaça a estabilidade europeia, que tem contribuído para a manutenção e o progresso do projeto europeu, desde a sua fundação. Em face dos resultados europeus de 2019, os dois maiores grupos políticos do Parlamento Europeu, em particular o grupo do Partido Popular Europeu e o grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas perderam, no total, cerca de 87 membros eleitos, para os grupos da extrema-direita, dos verdes e dos liberais, ou seja, os considerados antissistema. Contudo, os estudos sobre o euroceticismo no Parlamento Europeu carecem de aprofundamento empírico, desde logo, porque a literatura existente tende a investigar outras questões.

No geral, os estudos académicos publicados sobre o Parlamento Europeu<sup>14</sup> tenderam a marginalizar o papel dos eurocéticos porque “não eram [atores] numerosos, organizados ou integrados o suficiente para realmente influenciar a deliberação no Parlamento Europeu” (Brack, 2017). Por isso, as primeiras investigações sobre o Parlamento Europeu<sup>15</sup> basearam-se em estudos legislativos para analisar o comportamento dos representantes eleitos, através da análise da votação nominal. Por esse mesmo motivo, estes estudos ofereceram uma compreensão limitada do mandato parlamentar (Ibidem). Para Nathalie Brack (Ibidem), as atitudes, motivações e estratégias dos eurocéticos ao nível supranacional permaneceram, assim, subestimadas. No mesmo sentido, Jensen e Spoon (2010: 180) observaram que “o conhecimento sobre a direita radical e os partidos anti UE tendeu a se concentrar no euroceticismo geral dos partidos políticos e menos no seu comportamento no seio do parlamento”.

---

<sup>14</sup> Os estudos sobre o Parlamento Europeu começaram por aplicar as teorias dos estudos legislativos (Hix, et. al., 2003; Yordanova, 2011) à compreensão das votações dos eurodeputados. Em particular, destacaram-se as pesquisas que procuraram o entendimento sobre a orientação ideológica do voto e a formação de coligações (Kreppel, 2002; Faas, 2003; Coman, 2009). Contudo, para Nathalie Brack (2017), a maior parte destes estudos significou um contributo muito restritivo do mandato parlamentar, ao concentrar as suas análises na “relação triangular entre os deputados do Parlamento Europeu, os respetivos partidos nacionais e o grupo parlamentar” na compreensão do comportamento eleitoral. A partir dos anos 90, destacou-se o aumento no número de trabalhos sobre o Parlamento Europeu (Judge e Earnshaw, 1994; Tsebelis, 1994; Keeler, 2005), com especial enfoque sobre o funcionamento e o poder da instituição. Por esta altura, os estudos de política comparada no Parlamento Europeu tenderam a focar-se na estrutura, na organização e no trabalho diário da instituição e dos seus respetivos membros (Kreppel, 2002; Hix, et. al., 2007; Corbett, et. al., 2011). De entre estes trabalhos, a análise sobre as votações nominais revelou que os grupos políticos do Parlamento Europeu eram altamente coesos e que o voto ocorria em torno das linhas ideológicas assentes em duas clivagens principais. Em particular, a clivagem esquerda/direita e a divisão pro-anti integração europeia (Hix, et. al., 2003; Faas, 2003; Ringe 2010; Trumm, 2015). Outras pesquisas sobre o Parlamento Europeu destacaram também: a socialização entre os eurodeputados (Scully, 2005); o papel das comissões políticas (Neuhold, 2001; Kaeding, 2005; Whitaker, 2011); os lobbies na instituição (Rasmussen, 2005; Judge e Earnshaw, 2011) e a importância dos assistentes (Busby, 2013). Mais recentemente, surgiu uma corrente da literatura sobre a representação política ao nível supranacional (Kröger e Friedrich 2013), centrada nos eurodeputados, nas respetivas carreiras, nas atividades parlamentares e nas visões sobre os seus mandatos (Farrell e Scully, 2007; Daniel, 2015).

Por outro lado, os estudos sobre o euroceticismo no seio do Parlamento Europeu organizaram-se em torno de dois principais atores políticos. Em primeiro lugar, surgiram os trabalhos que se focaram no comportamento dos eurodeputados, enquanto atores políticos no hemiciclo. E, em segundo lugar, foram produzidas pesquisas que analisaram as dinâmicas dos partidos políticos no Parlamento Europeu. Relativamente, ao primeiro grupo de trabalhos, Katz (2008) comparou os eurodeputados e os seus homólogos nacionais para identificar as origens das atitudes eurocéticas. Por sua vez, Benedetto (2008) analisou a falta de impacto dos eurocéticos no funcionamento do Parlamento Europeu, após as eleições de 1999. Bonikowski e Gidron (2015) estudaram as reivindicações populistas no Parlamento Europeu, destacando quais as variáveis ao nível individual, assim como os fatores regionais e ideológicos, que explicavam a variação nas reivindicações dos eurodeputados populistas da esquerda e da direita radical. Da mesma forma, Brack (2013) explorou como os membros eurocéticos do Parlamento Europeu de direita lidavam com a tensão do seu envolvimento no Parlamento Europeu, através de visões divergentes sobre os papéis na instituição. No que diz respeito ao segundo grupo de trabalhos, i.e., às dinâmicas dos partidos políticos, Settembri (2004) e Startin (2010) focaram-se nos partidos de direita radical e nas dificuldades destes em cooperar ao nível supranacional. Por sua vez, Lynch e Whitaker (2013) analisaram a dinâmica divergente que explicava a formação de grupos entre os partidos eurocéticos de direita. No mesmo sentido, outros autores (FitzGibbon, et. al., 2017) apresentaram as dinâmicas do euroceticismo ao nível transnacional e pan-europeu.

Ainda assim, continua a ser escassa a literatura sobre a politização da integração europeia a nível supranacional, bem como sobre as condições que definem o euroceticismo no seio dos grupos políticos eurocéticos do Parlamento Europeu. Para além disso, continua também a ser reduzida a evidência empírica sobre o comportamento dos grupos políticos do Parlamento Europeu (McElroy e Benoit, 2007, 2010 e 2011), particularmente com referência aos grupos eurocéticos transnacionais (Vasilopoulou, 2013: 157). Face ao exposto, a presente tese é um contributo para o estado da arte do euroceticismo no Parlamento Europeu, ao identificar as condições definidoras do euroceticismo e simultaneamente, ao ajudar a compreender a sua evolução, atendendo ao impacto da crise económica e financeira de 2008.

## **O quadro teórico**

A presente tese sustenta-se no quadro teórico do Pós-funcionalismo (Hooghe e Marks, 2009; Schimmelfennig, 2014, 2017; Hooghe e Marks, 2019). A escolha deste quadro teórico justifica-se, por um lado, pelo facto de o Neofuncionalismo e de o Intergovernamentalismo se terem tornado “guias

menos úteis nas pesquisas sobre a União Europeia” (Hooghe e Marks, 2009: 3). Por outro lado, porque o Pós-funcionalismo permite generalizar sobre as causas e os efeitos da politização (Hooghe e Marks, 2019: 4), segundo o qual o aumento da saliência e da polarização em torno da integração europeia (Schimmelfennig, 2017; Hooghe e Marks, 2019) estruturam o conflito político (de Wilde, 2011: 564).

Hooghe e Marks (2009) apresentaram o Pós-funcionalismo como a teoria da integração europeia mais adequada a analisar as dinâmicas da UE pós-Maastricht. Para estes autores, a integração europeia tornou-se mais saliente e contestada, tanto na opinião pública, como no quadro da competição partidária doméstica (ibidem), sobretudo atendendo ao aumento da politização, que envolveu as massas nos domínios da política nacional. Desta forma, a politização promoveu o aumento do euroceticismo na opinião pública (Schimmelfennig, 2014: 322), tendo sido mobilizado por novos e velhos atores eurocéticos, em resposta aos acontecimentos da última década. Portanto, a politização conduziu à “crescente controvérsia sobre os temas relacionados com a integração europeia”, que, consequentemente, implicou a “ampliação das audiências ou das clientelas mais interessadas e ativas” (Schmitter, 1969: 166) sobre a UE. O que, na prática, se refletiu no “aumento da consciencialização, da mobilização e da polarização” (de Wilde e Zürn, 2012: 140) dos cidadãos para os temas da integração europeia.

Para o aumento da politização muito contribuíram três fatores enfatizados pela literatura. Em primeiro lugar, a crescente “autoridade da UE” (Ibidem), cuja preponderância se tornou mais saliente na sequência da crise económica e do contexto pós-2008. À medida que a integração europeia evoluiu para áreas centrais da soberania do Estado e da identidade nacional, afetando diretamente as políticas nacionais no domínio financeiro, económico e do bem-estar social, a opinião pública tornou-se mais eurocética (Schimmelfennig, 2017: 322). Em segundo lugar, o papel determinante do contexto de crise para o aumento da politização, tal como destacado por de Wilde (2011). Na prática, o *status quo* foi afetado pelo desenvolvimento de “estruturas de oportunidade política” (de Wilde e Zürn, 2012), associadas a “narrativas dominantes sobre a integração europeia” (ibid: 141), que atraíram a atenção mediática para os temas da UE (ibidem), prolongando a possibilidade de a integração europeia se tornar num tema permanente (Ibidem). Em terceiro lugar, a importância da competição partidária nacional na estruturação da contestação sobre a UE, através da penalização das elites governantes nacionais, e dos respetivos representantes nas instituições comunitárias. Em particular, os partidos políticos afirmaram-se como agentes determinantes no processo de politização da UE, ao reforçar a saliência e a polarização sobre as reivindicações relativamente à integração europeia, alertando os

eleitores para os temas dominantes e fraturantes da política europeia. Assim, a forma como um tema é politizado depende da maneira como esse tema é publicamente discutido pelos atores, nomeadamente pelos partidos políticos (de Wilde, 2011), por isso, a politização varia entre Estados-membros e atores políticos.

Por conseguinte, os partidos políticos desempenham um papel preponderante na articulação da pluralidade de opiniões sobre as questões relacionadas com a UE (Hix, 1999; Mair, 2000; Marks et al., 2002; Szczerbiak e Taggart, 2008, Lord, 2010). Pese embora o papel dos partidos políticos na UE seja limitado, o processo de politização, ao expor as questões fraturantes em relação à integração europeia, tem contribuído para o aumento da importância que estes atores têm vindo a conquistar no seio da UE (Ray, 1999). Tal como já foi referido, esse aumento ficou mais evidente desde 2008, quando os partidos eurocéticos começaram a agregar interesses sobre a UE, tanto nas eleições nacionais, como nas eleições europeias (Lord, 2010), num contexto de crise. Com efeito, a identificação desses interesses refletiu-se, por exemplo, no aumento do número de membros eurocéticos eleitos para o Parlamento Europeu, conforme indicado na Tabela 4, o que contribuiu para que os grupos políticos eurocéticos do Parlamento Europeu se tornassem mais coesos e cada vez mais competitivos na agregação de interesses na arena parlamentar (Ibidem).

**Tabela 4: Evolução do número de MPE nos grupos políticos do Parlamento Europeu pós-2008**

	2009	2014	2015	2019
PPE	265	221	221	182
S&D	184	191	191	154
ALDE	84	67	67	108
ECR	55	70	70	62
Verdes	55	50	50	74
GUE/NGL	35	52	52	41
EFD	32	—	—	—
EFDD	—	48	45	—
ENF	—	—	41	—
ID	—	—	—	73
NI	26	52	14	57

Fonte: Desenvolvido pela autora, com base no número de eurodeputados que tomaram posse no início de cada legislatura, em 2009, 2014 e 2019, respetivamente.

O contexto pós-2008 representou assim um “momento pós-funcionalista” (Schimmelfennig, 2014), na medida em que promoveu o aumento, sem precedentes, da politização sobre a integração europeia. O que acarretou três consequências para a integração europeia. Em primeiro lugar, verificou-se o aumento da politização em torno das questões fraturantes e polarizadoras relativamente à UE. Em particular, nos temas relacionados com a governação europeia, com relação à natureza política da UE, isto é, como a UE é e/ou deveria de ser (de Wilde, et. al., 2016). Em segundo lugar, assistiu-se ao enaltecimento da “política de identidade” (de Wilde, 2011, Hooghe e Marks, 2009, 2018, 2019, Schimmelfennig, 2017, Schimmelfennig e Winzen, 2019), através do enfoque em questões relacionadas com a soberania nacional e os poderes da UE e das instituições europeias (de Wilde, 2011; Grande e Hutter, 2016). Por último, desenvolveu-se uma clivagem entre os vencedores e os perdedores da integração europeia (Schimmelfennig e Winzen, 2019: 1179). Essa clivagem ficou expressa de duas formas. Por um lado, através do enaltecimento dos custos da pertença à UE (Grande e Hutter, 2016; Hooghe e Marks, 2019); e, por outro lado, no aumento da divisão cultural entre os apoiantes e os oponentes de um maior aprofundamento da integração europeia (Hooghe e Marks, 2019). Neste sentido, o Pós-funcionalismo antecipa uma reação negativa por parte de certos atores políticos e cidadãos europeus, com o potencial para “abrandar o ritmo de integração europeia e possivelmente conduzir à desintegração” (Schimmelfennig, 2017: 318).

Apoiando-se no quadro teórico do Pós-funcionalismo, esta investigação procura compreender quais as condições que definem o euroceticismo ao nível do Parlamento Europeu. Em particular, será analisado o posicionamento dos partidos que compunham os respetivos grupos políticos eurocéticos do Parlamento Europeu, relativamente a questões relevantes relacionadas com a integração europeia que foram alvo de politização entre 2008 e 2020. Dado que “as posições concorrentes sobre a integração europeia têm atraído pouca atenção empírica” (Brack e Costa, 2017: 372), particularmente no seio do Parlamento Europeu, o recurso a este quadro teórico afigura-se um contributo para o estudo do euroceticismo, na medida em que este nunca foi aplicado a estudos sobre os grupos políticos no Parlamento Europeu.

### **A metodologia de investigação**

Para a realização do presente estudo adotamos uma abordagem pós-positivista à análise do euroceticismo, contribuindo, também desta forma, para o atual debate sobre o fenómeno, dentro e fora da arena do Parlamento Europeu. No geral, as investigações sobre o euroceticismo apresentaram três

características. Em primeiro lugar, os estudos comparados que abordaram diversos estudos de caso individuais, eram, na sua maioria, positivistas. Isso contribuiu para que, e em segundo lugar, os contributos existentes se sustentassem quase exclusivamente em abordagens que utilizavam métodos quantitativos (Vasilopoulou, 2017: 24). Para além disso, as pesquisas tenderam a considerar o euroceticismo como a variável dependente, na explicação e/ou compreensão do fenómeno, particularmente em relação aos partidos políticos e à opinião pública (Vasilopoulou, 2013).

Desta forma, a literatura apontou as lacunas que as novas abordagens empíricas do euroceticismo deveriam ter em consideração. Por um lado, foi referida a necessidade de desenvolvimento de novas abordagens metodológicas (Mudde, 2011: 22), nomeadamente no sentido de incluir a combinação entre métodos quantitativos e qualitativos no estudo do euroceticismo (Ibidem). Por outro lado, foi apontada a necessidade de estender os estudos a outros objetos de análise para além dos partidos políticos e da opinião pública (Vasilopoulou, 2013). Relacionado com este último aspeto, tende a ser cada vez mais referida a necessidade de estudos que abordem o euroceticismo para lá das fronteiras nacionais, considerando, por exemplo, o comportamento do fenómeno no seio da própria UE (Brack e Costa, 2017). Para além disso, foi ainda assinalada a necessidade de investigações, onde o euroceticismo figurasse como variável independente de análise (Vasilopoulou, 2013 e 2017). E, por último, dado que o “tempo é um fator determinante no estudo do euroceticismo” (Vasilopoulou, 2013: 154), destacou-se a necessidade de empreender estudos capazes de proporcionar a compreensão da evolução do fenómeno no período pós-2008. Ora, a presente tese, nas suas escolhas metodológicas, procura ajudar a superar as referidas lacunas, ao optar pelo recurso à Análise Qualitativa Comparada (QCA), na forma de *crisp-set*, para estudar os grupos políticos eurocéticos do Parlamento Europeu, entre 15 de setembro de 2008 e 31 de janeiro de 2020. A Análise Qualitativa Comparada pode ser aplicada mediante o recurso a três abordagens, a saber, a *crisp-set* (csQCA), a *fussy-set* (fsQCA) e a *multivariada* (mvQCA). Para efeitos desta pesquisa, considerou-se mais útil em termos de operacionalização, o recurso à abordagem *crisp-set* da Análise Qualitativa Comparada, que pressupõe a dicotomização das condições definidoras do euroceticismo entre 1 (um) e 0 (zero). Isso permitiu-nos obter fórmulas mínimas no desenvolvimento da *truth table*, o que, por sua vez, simplificou a identificação das condições definidoras do euroceticismo, de acordo com os pressupostos teóricos (Rihoux e Meur, 2009: 33).

A Análise Qualitativa Comparada fornece as ferramentas que permitem, por um lado, lidar com as várias comparações entre estudos de caso; e, por outro lado, testar modelos, através da complexidade causal e das condições formais, ao mesmo tempo que atende às especificidades e

contextos de cada estudo de caso (Rihoux, 2016: 382), sem perder as vantagens que são tradicionalmente associadas aos métodos qualitativos. Desta forma, a Análise Qualitativa Comparada possibilita a redução da complexidade das relações nas Ciências Sociais, ao permitir que o investigador se foque no assunto relevante. Originalmente, Ragin (1987) desenvolveu este método de pesquisa com o objetivo de conciliar as abordagens centradas nos estudos de caso (*case-oriented*) com as abordagens centradas nas variáveis (*variable-oriented*) (Rihoux e Ragin, 2009). O resultado foi a análise mista (*mixed-method*) dos métodos quantitativo e qualitativo dos estudos de caso, ainda que a Análise Qualitativa Comparada seja reconhecida e legitimada enquanto método único (Rihoux, et. al., 2013).

Para a boa aplicação da Análise Qualitativa Comparada é especialmente importante uma seleção apropriada dos estudos de caso, assim como uma escolha sólida das variáveis explicativas do resultado. A escolha dos estudos de casos deve recair sobre casos semelhantes ou paralelos, com o objetivo de permitir uma comparação razoável. Contudo, tais estudos de caso devem ser igualmente tão diversos quanto possível. De igual modo, as variáveis devem ser escolhidas atendendo aos fundamentos teóricos (Rihoux, 2016: 390). No quadro do presente trabalho, os estudos de caso escolhidos para a análise são os grupos políticos eurocéticos que atuaram no Parlamento Europeu, entre 15 de setembro de 2008 e 31 de janeiro de 2020 já identificados pela literatura especializada (FitzGibbon, et. al, 2017; Brack, 2017: 399 e 2018), designadamente o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (ECR), o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia (EFD), o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta (EFDD), o grupo da Europa das Nações e da Liberdade (ENF), o grupo da Identidade e Democracia (ID), o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GUE/NGL) e o grupo dos Não Inscritos<sup>16</sup> (NI). Considerando que, entre 15 de setembro de 2008 e 31 de janeiro de 2020, o Parlamento Europeu sofreu alterações significativas na composição dos seus grupos eurocéticos, a Tabela 5 apresenta os objetos de análise para cada início de legislatura no referido período.

Para Servent (2018: 188), ainda que os grupos políticos eurocéticos do Parlamento Europeu revelassem altos níveis de coerência, eram evidentes claras diferenças entre eles. Em particular, a literatura tendeu a distinguir entre os grupos políticos eurocéticos *soft* e os grupos políticos eurocéticos *hard*. Assim, relativamente aos primeiros – os eurocéticos *soft* – Brack e Startin (2015: 240), Mudde (2017: 420; e 2016a) e Servent e Panning (2019), referiram-se ao grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, enquanto Holmes (2017) e Servent e Panning (2019), acrescentaram o Grupo

---

<sup>16</sup> Ainda que formalmente não sejam um grupo político, à semelhança dos restantes, para efeitos desta análise será considerado o grupo dos Não Inscritos. Isto porque, na sua essência, é neste grupo que se posicionam os eurodeputados eleitos que não encontram espaço nos restantes grupos, sendo uma grande parte deles oriundos de partidos políticos antissistema. Para além disso, geralmente os Não Inscritos não são objeto de análise empírica nos estudos sobre o Parlamento Europeu, o que reforça a pertinência do estudo de caso.

Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde. Por sua vez, os eurocéticos *hard* seriam o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia (Whitaker e Lynch, 2014; Mudde, 2016a; 2017: 420; Leruth, 2017b), o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta (Brack e Startin, 2015: 244; Leruth, 2017b; Servent e Panning, 2019), o grupo da Europa das Nações e da Liberdade (Mudde, 2017; Servent e Panning, 2019) e o grupo dos Não Inscritos (Whitaker e Lynch, 2014). Contudo, no geral, esta distinção dos grupos políticos eurocéticos *soft* ou *hard*, organizou-se em torno da definição proposta por Taggart e Szczerbiak (2002) atrás introduzida, segundo o tipo de oposição – integral ou parcial – à integração europeia. Não obstante, essa definição não responde à pergunta deixada pelos mesmos autores: “a quantas manifestações de soberania um partido terá de se opor antes de poder ser considerado eurocético?” (Taggart e Szczerbiak, 2008: 249 – (tradução da autora).

Por outro lado, os autores Hooghe, Marks e Wilson (2002) identificaram a existência de uma segunda clivagem, que estruturava a política europeia em torno dos temas não económicos, tais como o ambiente, o estilo de vida e os valores. Essa clivagem, organizada entre GAL e TAN, estabeleceu que os partidos mais próximos de GAL, apesar de eurocéticos, “tenderiam a ser mais pró-europeus, enquanto os partidos mais próximos de TAN tenderiam a ser mais eurocéticos” (Marks, et. al., 2006). Considerando que “os partidos estão constrangidos pelo facto da sua identidade ideológica ser definida dentro da estrutura bidimensional da esquerda/direita, ao invés de ser analisada dentro da estrutura bidimensional ou tridimensional da UE” (Hix, 1999: 78), o ‘*outcome*’ para a operacionalização da Análise Qualitativa Comparada no presente estudo estabelece o seguinte: na identificação das condições definidoras do euroceticismo, ao resultado 0 (zero) correspondem os grupos políticos eurocéticos, cuja composição partidária está mais próxima de GAL; por sua vez, ao resultado 1 (um) correspondem os grupos políticos eurocéticos, cuja composição partidária está mais próxima de TAN.

**Tabela 5: Grupos políticos eurocéticos no Parlamento Europeu entre 2008 e 2020**

2009	2014/2015	2019
ECR	ECR	ECR
EFDD	EFDD	ID
GUE/NGL	ENF	GUE/NGL
NI	GUE/NGL	NI
—	NI	—

Fonte: Desenvolvido pela autora

De acordo com as regras de funcionamento do Parlamento Europeu, os membros eleitos pelos partidos nacionais, no quadro das eleições europeias, devem integrar (sempre que possível), um grupo político, de acordo com as “afinidades políticas” (Bressanelli, 2012: 740). Só a permanência em grupos políticos garante aos membros e/ou partidos políticos o exercício total das suas funções no seio do Parlamento Europeu (Williams e Atkinson, 2007, in: Startin e Brack, 2017: 32) e, em particular, o acesso a comités de trabalho, bem como a realização de outras atividades, tais como “definir a agenda, apresentar emendas à legislação e a obter tempo para falar nos debates do hemiciclo” (Ibidem). Contudo, tais vantagens são concedidas de acordo com a relevância do grupo no Parlamento Europeu (Bressanelli, 2012). Assim, os grupos políticos eurocéticos tendem a ser marginalizados pelas regras institucionais (Brack, 2014), desde logo, porque, geralmente, os grupos políticos maiores “são incentivados a atrair grandes partidos nacionais, a fim de aumentar o seu tamanho e, dessa forma, obter benefícios financeiros e mais recursos humanos” (Lynch e Whitaker, 2014: 235). Ademais, é da pertença a tais grupos políticos que os membros e/ou partidos recebem incentivos financeiros adicionais, que são utilizados para o desenvolvimento de atividades partidárias e campanhas eleitorais relacionadas com a UE (Ibid: 240; Startin, 2010; Startin e Brack, 2017), bem como o acesso a publicidade institucional e espaço mediático nos respetivos países. Por último, a pertença a grupos políticos do Parlamento Europeu pode ser vista como uma forma de legitimação dos partidos eurocéticos, no sentido em que passam a atuar em conformidade com as regras formais que a democracia europeia estipula (Startin e Brack, 2017: 32), estando, desta forma, menos expostos à classificação de partidos antissistema.

Assim sendo, os grupos políticos eurocéticos do Parlamento Europeu revelaram-se objetos de análise interessantes, ainda que desafiantes, por dois motivos. Por um lado, porque eram grupos voláteis, que existiam e desistiam entre legislaturas, sobretudo se falarmos dos grupos da extrema-direita. Por outro lado, porque agrupavam diversas variedades de euroceticismo, não sendo, por vezes, compreensível as condições que motivavam tal união. Por isso, para efeitos do presente trabalho foram tomados como objetos de observação, os partidos políticos que compunham os respetivos grupos políticos eurocéticos, de modo a alcançarmos uma melhor compreensão daquele que é o nosso objeto de análise – os grupos políticos. Isto porque, os partidos políticos são capazes de politizar questões relacionadas com a integração europeia, que individualmente no grupo político seria menos provável de observar.

Para além da abordagem centrada nos estudos de casos, o método impõe a abordagem centrada nas variáveis, que, doravante, serão denominadas de ‘condições’, de acordo com o protocolo

da Análise Qualitativa Comparada. Conforme indicado na Tabela 6, as variáveis independentes deste estudo foram selecionadas a partir do quadro teórico do Pós-funcionalismo e estão em linha com a politização das questões relacionadas com a integração europeia. A literatura já identificou três principais temas de politização, inspirando-se no trabalho de Bartolini (2005). Em primeiro lugar, os chamados *constitutive issues* – doravante, ‘questões constitutivas’ – (Bartolini, 2005: 310; Schmidt, 2007; Hutter, et. al, 2016; de Wilde, et. al., 2016); em segundo lugar, as *policy issues* (Hutter, et. al., 2016; de Wilde, et. al., 2016) e, por último, as *general considerations* – doravante ‘questões gerais’ – (Bartolini, 2005: 310). À primeira categoria correspondem as questões relacionadas com a “soberania, identidade e solidariedade” (Grande e Hutter, 2016: 25), que remetem particularmente para a “natureza política da UE” (Dolezal, et al., 2016: 56). Por sua vez, às *policy issues* correspondem “as questões relacionadas com as competências da UE em determinado domínio” (Ibidem). Por último, as ‘questões gerais’ dizem respeito “às posições positivas ou negativas em relação à integração europeia e à UE, no geral” (Ibidem).

**Tabela 6: Variáveis independentes/condições, organizadas de acordo com a politização das questões relacionadas com a integração europeia**

Temas de Politização	Variáveis independentes/Condições
Questões constitutivos	EU_EP; EU_INTMARK; EU_FOREIGN; EU_BUDGETS; EU_ASYLUM
<i>Policy issues</i>	DEREGULATION; REDISTRIBUTION; IMMIGRATE_POLICY; MULTICULTURALISM;
Questões gerais	EU_POSITION; EU_SALIENCE; EU_BENEFIT

Fonte: Desenvolvido pela autora, com base no contributo de Bartolini (2005) sobre os temas de politização e a seleção das variáveis independentes de acordo com o *Chapel Hill Expert Survey*.

A estes temas de politização foram associados, posteriormente, os códigos utilizados no *Chapel Hill Expert Survey* (CHES) de 2010<sup>17</sup>, 2014<sup>18</sup> e 2017<sup>19</sup>. Conforme a informação da Tabela 6, e para efeitos deste estudo, as variáveis independentes foram identificadas com base nos indicadores dos *Chapel Hill Expert Surveys*, em particular, os relacionados com as questões gerais, as questões específicas e as *policy issues*. A utilização desta fonte de informação determina que a presente tese fique alinhada com os princípios metodológicos utilizados pela Escola da Carolina do Norte,

<sup>17</sup> Bakker, R., de Vries, C. Edwards, E., Hooghe, L. Jolly, S. Marks, G. Polk, J. Rovny, J. Steenbergen M., Vachudova, M. A. (2013). “2010 CHES Expert Survey”. Disponível em: chesdata.eu - <https://www.chesdata.eu/2010-chapel-hill-expert-survey>.

<sup>18</sup> Polk, J., Rovny, J. Bakker, R., Edwards, E. Hooghe, L., Jolly, S., Koedam, J., Kostelka, F., Marks, G., Schumacher, G., Steenbergen, M. Vachudova, M. A., Zilovic, M. (2015). “2014 Chapel Hill Expert Survey”. Versão 2015.1. Disponível em: chesdata.eu - <https://www.chesdata.eu/2014-chapel-hill-expert-survey>.

<sup>19</sup> Polk, J., Rovny, J. Bakker, R., Edwards, E. Hooghe, L., Jolly, S., Koedam, J., Kostelka, F., Marks, G., Schumacher, G., Steenbergen, M. Vachudova, M. A., Zilovic, M. (2018). “2017 Chapel Hill Expert Flash Survey”. Versão 1.1. Disponível em: chesdata.eu: <https://www.chesdata.eu/2017-chapel-hill-expert-survey>.

nomeadamente atendendo ao facto de que esta Escola valoriza o debate sobre as clivagens políticas e o uso de dados quantitativos. Os dados disponibilizados no *Chapel Hill Expert Survey* são uma das fontes sobre posições partidárias mais utilizadas na UE (Bakker, et. al., 2015). Os questionários avaliam as posições dos partidos políticos, não apenas sob o prisma da dimensão geral da integração europeia, mas também sobre políticas específicas da UE, tais como, o posicionamento em relação ao mercado interno, à política de coesão regional da UE ou à Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE. Para além disso, as informações constantes no *Chapel Hill Expert Survey* relatam a saliência que os partidos políticos conferem à integração europeia, no geral, e às políticas específicas, em particular (Vasilopoulou, 2017: 25-26). Dito isto, deve reconhecer-se a principal desvantagem na utilização dos dados provenientes do *Chapel Hill Expert Survey*, que reside no facto de os dados se limitarem a uma observação meramente quantitativa, “não sendo capazes de diferenciar qualitativamente as posições dos diversos partidos” (Ibid: 24). Todavia, essa é uma das vantagens da Análise Qualitativa Comparada, ao permitir a interpretação qualitativa dos resultados. Daqui resulta um duplo contributo e inovação metodológica desta tese: o uso de dados do *Chapel Hill Expert Survey*, a montante para compreender o euroceticismo; e, num segundo momento para efeitos de operacionalização da Análise Qualitativa Comparada.

Para a dicotomização das condições definidoras do euroceticismo, através dos códigos do *Chapel Hill Expert Survey*, recorreu-se à definição de euroceticismo de Taggart (1998), enquanto uma “ideia de oposição (...) ao processo de integração europeia”. Desta forma, sempre que os códigos apresentados pelo *Chapel Hill Expert Survey* estabeleceram o sentido de oposição no posicionamento do partido político em relação à variável, o intervalo de valores foi codificado com 1 (um), indicando a presença do resultado. No sentido contrário, sempre que os códigos do *Chapel Hill Expert Survey* sinalizavam o apoio à integração europeia, o intervalo de valores para a codificação foi codificado com 0 (zero), referindo-se à ausência do resultado, conforme as indicações da Tabela 7 abaixo apresentada.

Tabela 7: Codebook das variáveis independentes/condições da análise

Variável	Descrição	Código dos <i>Chapel Hill Expert Surveys</i> aplicado às condições definidoras do euroceticismo	Dicotomização
EU_POSITION	Orientação geral do partido para a integração europeia	1-3: opõe-se	1
		4-7: a favor	0
EU_SALIENCE	Saliência da integração europeia na posição do partido	0-5: não tem importância	0
		5-10: grande importância	1
EU_BENEFIT	Posição do partido sobre os benefícios do país com a EU	1: beneficiou	0
		3: não beneficiou	1
EU_EP	Posição do partido sobre os poderes do Parlamento Europeu	1-3: opõe-se	1
		4-7: a favor	0
EU_INTMARK	Posição do partido relativamente ao mercado interno (livre circulação de bens, serviços...)	1-3.5: totalmente contra	1
		3.5-7: totalmente favorável	0
EU_FOREIGN	Posição do partido relativamente à política externa e de segurança da EU	1-3.5: totalmente contra	1
		3.5-7: totalmente favorável	0
EU_BUDGETS	Posição do partido sobre a autoridade da UE em matéria de políticas económicas e orçamentais dos Estados-membros	1-3.5: totalmente contra	1
		3.5-7: totalmente favorável	0
EU_ASYLUM	Posição do partido sobre uma política comum de asilo político	1-3.5: totalmente contra	1
		3.5-7: totalmente a favor	0
DEREGULATION	Posição sobre a desregulamentação	0-5: opõe-se fortemente à desregulamentação dos mercados	0

		5-10: apoia firmemente a desregulamentação dos mercados	1
REDISTRIBUTION	Posição sobre a redistribuição da riqueza dos ricos para os pobres	0-5: Totalmente a favor da redistribuição	0
		5-10: Totalmente contra a redistribuição	1
IMMIGR	Posição do partido sobre a política de imigração	0-5: opõe-se totalmente a uma política restritiva de imigração	0
		5-10: totalmente a favor de uma política restritiva de imigração	1
MULTICUL	Posição sobre a integração dos migrantes e os requerentes de asilo	0-5: favorece fortemente o multiculturalismo	0
		5-10: favorece fortemente a assimilação	1

Fonte: Desenvolvido pela autora

Após a chamada ‘fase inicial’ de aquisição de conhecimento sobre os estudos de caso, e a fase (seguinte) de construção do modelo e compilação dos dados, descrita na Tabela acima, Rihoux e Lobe (2009) enunciaram as duas etapas seguintes do processo. A primeira diz respeito ao desenvolvimento da Análise Qualitativa Comparada, propriamente dito. A segunda etapa corresponde à interpretação dos resultados obtidos. Relativamente à Análise Qualitativa Comparada, Rihoux (2016: 389) descreveu a existência de pelo menos cinco tipos de Análise Qualitativa Comparada, que podem ser usados de forma combinada. Primeiro, a Análise Qualitativa Comparada que permite descrever múltiplos casos de uma forma mais sintética. Segundo, a Análise Qualitativa Comparada, que permite explorar configurações contraditórias, com vista a reanalisar os casos e/ou o modelo teórico. Terceiro, a Análise Qualitativa Comparada que procura testar empiricamente teorias existentes. Quarto, a Análise Qualitativa Comparada que testa empiricamente proposições ou conjeturas, além das teorias existentes. Quinto, e último, a Análise Qualitativa Comparada que procura elaborar novas proposições ou segmentos teóricos. Para efeitos desta investigação, será utilizada a forma de Análise Qualitativa Comparada exploratória, que corresponde ao nível intermédio na aplicação completa do método. Para isso, utilizaremos o primeiro tipo de Análise Qualitativa Comparada, na medida em que este permite agrupar os casos em diferentes configurações, podendo ser usado para compreender diferentes tipologias (Rihoux, 2016: 388), que no caso da presente tese coincidem com as expressões de euroceticismo nos grupos políticos GAL e nos grupos políticos TAN. Neste caso particular, a análise da chamada *truth table* (a segunda fase da Análise Qualitativa Comparada), implica a procura de resultados, em vez de testar a consistência e a cobertura dos dados (Thiem, 2016), conforme a Análise Qualitativa Comparada, na sua forma completa permite constatar.

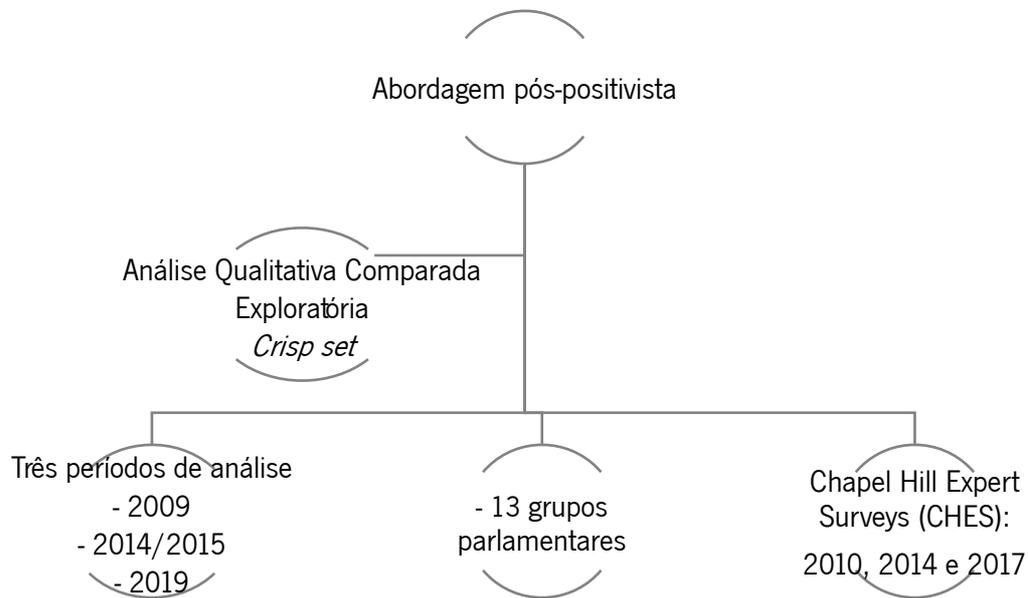
Na ausência de contradições na *truth table*, i.e., de casos com a mesma combinação de condições, mas resultados diferentes, avançaremos para a última fase, que analisa os resultados considerando 2008 o marcador temporal verdadeiramente transformador no estudo do euroceticismo (Silva e Ferreira-Pereira, 2018). Uma vez que no seio do Parlamento Europeu as manifestações de euroceticismo (a variável dependente) não são todas iguais, em relação às questões/temas que são politizados, este método parece importante para o objetivo de compreender as condições definidoras do euroceticismo manifestadas pelos grupos políticos do polo GAL e pelos grupos políticos do polo TAN ao longo do tempo – entre 15 de setembro de 2008 e 31 de janeiro de 2020.

Em resumo, a Análise Qualitativa Comparada revelou-se um instrumento de trabalho muito útil. Por um lado, permitiu a sistematização de um considerável volume de informação quantitativa; por outro lado, facilitou a análise e a interpretação de dados em perspetiva comparada. Não podemos

deixar de anotar, porém, que a Análise Qualitativa Comparada tem sido objeto de algumas críticas. A principal crítica é geralmente dirigida à questão da dicotomização dos dados. Uma vez que a simplificação binária é feita pelo investigador, as suas motivações para a configuração podem parecer arbitrárias. Além disso, se os pontos de quebra entre 1 (um) e 0 (zero) não forem devidamente explícitos, o resultado final pode ficar comprometido (de Meur, et. al., 2009; Wagemann e Schneider, 2010). No mesmo sentido, apresentaram-se críticas que dizem respeito à seleção das condições; e, porventura, este será o aspeto mais sensível da Análise Qualitativa Comparada, uma vez que o sucesso da análise está dependente das condições criteriosamente escolhidas (de Meur, et. al., 2009). Por último, foi ainda referida a dificuldade de responder à temporalidade na Análise Qualitativa Comparada (Ibidem).

Não ignorando estas críticas apontando para as limitações da Análise Qualitativa Comparada, a presente investigação procurou superá-las através de duas estratégias. Por um lado, sustentou-se na recolha de dados do *Chapel Hill Expert Survey*, os quais já apresentam um *codebook* analítico. Tal facilitou a identificação rigorosa dos pontos de quebra para a presença ou ausência do resultado, de acordo com a definição de euroceticismo. Por outro lado, e de forma a superar a limitação da ausência temporal da Análise Qualitativa Comparada, aplicou-se a Análise Qualitativa Comparada aos grupos políticos eurocéticos do Parlamento Europeu, três vezes, tendo por base o início das legislaturas compreendidas entre 15 de setembro de 2008 e 31 de janeiro de 2020, ou seja, em 2009, 2014/2015 e 2019. A Figura 2 sumariza o desenho de pesquisa da presente investigação.

Figura 2: Desenho de pesquisa



Fonte: Desenvolvido pela autora

### As hipóteses de investigação

Atendendo ao facto de que o Pós-funcionalismo avalia as causas e os efeitos da politização na compreensão dos fenómenos relacionados com a integração europeia, Hooghe e Marks (2018) analisaram o impacto das múltiplas crises da última década, nomeadamente, a crise económica, a crise migratória, o Brexit e o iliberalismo, sob a perspetiva do Pós-funcionalismo. Assim, relativamente à crise económica, os autores concluíram que a pressão institucional da UE sobre os Estados-membros afetados pelas medidas de austeridade impostas pela *Troika*, encontrou uma certa resistência, à medida que os governos nacionais ficaram reféns do discurso de partidos radicais nacionalistas que alimentavam “a disputa entre as Nações contra Bruxelas” (Ibid: 1119). Isso conduziu à estagnação de tais governos, que foram perdendo a estabilidade política, como consequência da eleição de novas forças políticas nacionalistas e da esquerda radical (Ibid: 1120), contribuindo para o enfraquecimento da confiança nos tradicionais partidos Democratas-cristãos e Sociais-democratas, considerados os culpados da crise económica, em conjunto com os ‘burocratas de Bruxelas’. Esta situação ficou particularmente evidente nos governos da Grécia, Itália, Espanha e Portugal, por exemplo. Ancorado neste pressuposto, a primeira hipótese desta investigação considerou que:

H1 – Em 2009, as condições para o euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu assentavam essencialmente nas questões constitutivas e nas questões gerais.

Na medida em que estas duas condições – as ‘questões constitutivas’ e as ‘questões gerais’ – eram as que estavam mais diretamente relacionadas com o aumento da oposição geral à UE. Por sua vez, com relação à crise migratória, Hooghe e Marks (2018) concluíram que o Pós-funcionalismo colocou a ênfase nas políticas de identidade (*identity politics*). Para Börzel e Risse (2018: 15), a crise migratória teve um impacto imediato no sentido de ‘identidade nacional’, quando a UE solicitou aos Estados-membros o acolhimento de migrantes culturalmente diferentes. Vários Estados-membros consideraram esse pedido uma afronta às autoridades nacionais e, desde 2015, a imigração assumiu uma posição de destaque na UE e na opinião pública, em geral. Tal contribuiu para o aumento do sucesso das crescentes forças nacionalistas de extrema-direita, que, até 2016, exerceram pressão para que a Europa ‘fechasse as portas’ a mais migrantes. Por isso, a segunda hipótese desta investigação considerou que:

H2 – Em 2014/2015 foram reforçadas as condições para o euroceticismo, sobretudo nos grupos políticos TAN, através da ênfase nas questões relacionadas com a defesa da identidade nacional, particularmente nas ‘questões constitutivas’ e nas ‘questões de política migratória’.

Por último, em relação ao Brexit e ao crescente iliberalismo, Hooghe e Marks (2018) concluíram que o referendo sobre a saída do Reino Unido refletiu a tensão crescente entre os defensores da integração e a resistência nacionalista. No mesmo sentido, o iliberalismo que se fez sentir sobretudo nos países do Leste europeu, foi também interpretado à luz do Pós-funcionalismo. Neste sentido, o crescente iliberalismo foi interpretado enquanto “aliado de um discurso nacionalista de paroquialismo, conservadorismo e anti elitismo que foi mobilizado contra a ameaça percebida de estrangeiros e a União Europeia” (Ibid: 1127). Assim, os partidos políticos na Hungria e na Polónia, por exemplo, adotaram um posicionamento mais polarizador na dimensão de contestação política do GAL/TAN, do que na dimensão económica da esquerda-direita (ibidem). Tendo por base esta argumentação, a terceira hipótese desta tese considerou que:

H3 – Em 2019, as condições para o euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu reforçaram a contestação política nas ‘questões constitutivas’, nas ‘questões gerais’ e nas ‘questões de política migratória’, como reflexo do crescente nacionalismo e autoritarismo.

## A estrutura da tese

A presente tese é composta por quatro capítulos. O primeiro desses capítulos introduziu uma análise crítica sobre a evolução do euroceticismo, desde os anos 90, do século passado, de um “non-issue” para um “hard-issue” (Leconte, 2015). Essa análise identificou e caracterizou as duas fases do euroceticismo e destacou as implicações decorrentes da sua evolução para o processo de integração europeia. Para isso, o capítulo foi organizado de acordo com os dois períodos identificados na literatura como sendo os marcos temporais mais relevantes: o primeiro período, entre 1992 e 2007, e o segundo entre 2008 e 2020, sendo que neste último se equacionou a transição para um eurorejeccionismo.

O segundo capítulo da presente tese descreveu a evolução dos grupos políticos eurocéticos do Parlamento Europeu, desde 1979, dando-se especial enfoque à transformação que os grupos políticos eurocéticos sofreram ao longo dos anos nesta instituição. A análise também foi dividida em dois momentos, de forma a acompanhar o exercício analítico realizado no capítulo anterior sobre os momentos da evolução do euroceticismo. Desta forma, identificou-se o primeiro momento entre 1994 e 2004 e o segundo entre 2009 e 2019.

Após a análise da evolução geral do euroceticismo, e no seio do Parlamento Europeu, em particular, o terceiro capítulo dedicou-se à operacionalização e ao tratamento dos dados empíricos. A primeira parte do capítulo descreveu em detalhe os passos do procedimento para a aplicação da abordagem experimental do método da Análise Qualitativa Comparada. Por sua vez, na segunda parte, foram analisados os dados que permitiram a identificação das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos GAL e nos grupos políticos TAN, conforme a definição dos resultados para efeitos da Análise Qualitativa Comparada. Desta forma, a operacionalização do modelo analítico permitiu a identificação dos ‘padrões de oposição à UE’ – doravante também referido como ‘padrão de oposição’ – nos grupos políticos GAL e nos grupos políticos TAN. Por sua vez, a identificação de tais ‘padrões de oposição à UE’ estabeleceram as condições definidoras do euroceticismo. Assim, nos grupos políticos GAL foi identificado o ‘padrão de oposição à UE’ assente na oposição às ‘questões constitutivas’. Por conseguinte, nos grupos políticos TAN foram identificados dois ‘padrões de oposição’. Em primeiro lugar, o padrão que identificou a oposição às ‘questões constitutivas’, às ‘questões gerais’ e às ‘questões de política migratória’. Em segundo lugar, o ‘padrão de oposição’ que manifestou oposição às ‘questões constitutivas’, às ‘questões gerais’, às ‘questões de política migratória’ e às ‘questões de política económica’.

Uma vez identificadas as condições definidoras do euroceticismo, o capítulo quarto analisou a evolução das referidas condições definidoras, com vista a responder à pergunta de investigação que orientou este estudo, assim como validar as respetivas hipóteses de investigação. Assim, relativamente à evolução das condições definidoras euroceticismo desde 2008, e baseado na confirmação das três hipóteses de investigação, verificou-se que a evolução das condições definidoras do euroceticismo ocorreu essencialmente no quadro dos grupos políticos TAN e, a partir de 2014/2015. Na sequência dos resultados decorrentes da análise anterior, o capítulo quarto propôs uma relação entre o modelo de clivagem GAL/TAN de Hooghe-Marks e as condições definidoras do euroceticismo, dando origem a três tipos de grupos políticos eurocéticos no Parlamento Europeu pós-2008: a saber, os ‘europeus críticos’, os ‘eurocéticos’ e os ‘eurocéticos intransigentes’. Por último, o capítulo quarto concluiu com uma análise das implicações do Brexit para o euroceticismo no futuro Parlamento Europeu.

O último capítulo sublinhou assim, as três principais conclusões da presente tese que aqui antecipamos. Em primeiro lugar, e em confirmação das hipóteses de investigação, o presente estudo concluiu que o impacto das condicionantes do contexto pós-2008 foi altamente determinante na evolução das condições definidoras do euroceticismo no seio do Parlamento Europeu. Em particular, tal foi mais evidente a partir de 2014-2015, quando as condições definidoras do euroceticismo se moveram essencialmente no quadro TAN. Por força deste trajeto evolutivo, verificou-se uma intensificação no ‘padrão de oposição à UE’, com cada vez mais condições a serem consideradas como objeto de oposição por parte dos grupos políticos. Paralelamente, a natureza da contestação política subjacente ao euroceticismo também evoluiu: de cooperativa, para confrontativa. Em segundo lugar, a presente tese concluiu que a clivagem GAL/TAN se revelou um importante instrumento para a compreensão das condições definidoras do euroceticismo no Parlamento Europeu pós-2008. Decorrente deste facto, procurou-se estabelecer uma relação entre o modelo de clivagem GAL/TAN, as condições definidoras do euroceticismo identificadas na presente tese e os respetivos grupos políticos do Parlamento Europeu. Desta relação surgiram, assim, três tipos de grupos políticos no Parlamento Europeu. Por último, enquanto os ‘europeus críticos’ representavam a expressão mínima de oposição à UE, os ‘eurocéticos intransigentes’ eram os representantes da expressão máxima de oposição. Não obstante, a maior parte dos grupos políticos do Parlamento Europeu posicionou-se no ‘padrão de oposição à UE’ intermédio, i.e., opondo-se a praticamente a todas as condições definidoras do euroceticismo, à exceção de uma.

## CAPÍTULO 1

### A evolução do euroceticismo na União Europeia

As origens do euroceticismo remontam a meados dos anos de 1980<sup>20</sup>, mais precisamente a 1988, quando Margaret Thatcher, no discurso que profere em Bruges, imprime um novo sentido ao, até então, período marcado pelo chamado “consenso permissivo” (Lindberg e Scheingold, 1970). O início dos anos 90 do século passado foi visto como um ponto de viragem na política europeia (Flood, 2002; Startin, 2005; Venrey, 2011; Usherwood e Startin, 2013; Vasilopoulou, 2013; Leruth, et. al, 2017), com o euroceticismo a espalhar-se a outros países, na sequência dos debates nacionais sobre a ratificação do Tratado de Maastricht (Vasilopoulou, 2009).

Inicialmente, o euroceticismo surgiu como uma resposta ao crescente aprofundamento da integração europeia, atuando essencialmente do lado da oposição. Contudo, as características do contexto pós-2008 reforçaram a sua importância, e o fenómeno começou a evoluir no sentido de interromper o processo de aprofundamento europeu. Este duplo entendimento praticamente define aquilo que a academia veio a identificar como a evolução do euroceticismo no seio da UE (Vasilopoulou, 2013; Silva e Ferreira-Pereira, 2018). Dito isto, o período de maior aprofundamento consagrado no Tratado de Maastricht, trouxe as perspetivas não só de uma União Económica e Monetária, com o desenvolvimento de uma moeda comum – o Euro –, mas também de uma União Política, cujo primeiro passo seria o estabelecimento de uma Política Externa e de Segurança Comum, que abriria caminho para uma futura defesa comum. Tais perspetivas obrigaram a níveis diferentes de compromisso face ao futuro aprofundamento do processo de integração europeia por parte das elites políticas, que, pese embora duvidosas, não contestaram o princípio da integração europeia, nem o futuro da UE. Assim, a evolução do euroceticismo ficou dependente, entre outros fatores, das idiossincrasias de cada Estado-membro, para as quais muito contribuíram fatores internos relacionados com a politização da UE, bem como, fatores externos, tais como, a crise económica ou a crise migratória que influenciaram a evolução do fenómeno ao longo dos últimos anos.

É precisamente sobre o impacto dos condicionantes externos que o euroceticismo evoluiu para o segundo estágio, no qual funciona enquanto promotor da descontinuidade da integração europeia. Não sendo possível ignorar os efeitos do contexto pós-2008, de acordo com Silva e Ferreira-Pereira (2018), a evolução do euroceticismo foi marcada por dois períodos temporais bem estabelecidos. O primeiro situa-se entre 1992 e 2007 e o segundo no período entre 2008 e 2020. Isso significa que o

---

<sup>20</sup> Pese embora, possa ser identificada uma contestação exígua e marginal desde os anos 50, aquando do início da ainda Comunidade Económica Europeia.

euroceticismo não evoluiu apenas dentro das ‘fronteiras’ da UE, ao passo que esta veio a integrar novos Estados-membros e novos atores políticos, mas sobretudo, evoluiu em grau e intensidade. Por isso, as autoras (Ibidem) concluem que o euroceticismo evoluiu de uma contestação cooperativa para uma contestação confrontativa, protagonizada por novos atores e discursos, que alimentaram o descontentamento de uma opinião pública cada vez menos permissiva ou complacente em relação à UE.

Este capítulo apresenta assim a evolução do euroceticismo de um “non-issue” para um “hard-issue” (Leconte, 2015), ao passo que caracteriza as duas fases do euroceticismo acima referidas e examina as implicações decorrentes da evolução do euroceticismo para o processo de integração europeia, desde os anos 90 do século passado. Para isso, o capítulo está organizado de acordo com os períodos identificados como sendo as balizas temporais mais relevantes. Assim, a primeira parte referir-se-á ao período 1992-2007 (também referido doravante como pós-1992) e a segunda ao período entre 2008 e 2020 (também referido doravante como pós-2008).

### **1.1. O euroceticismo na UE: de ‘non-issue’ a ‘hard-issue’**

Durante as primeiras quatro décadas da integração europeia, a oposição em relação ao projeto europeu não foi um tema da agenda política europeia. Na verdade, por esta altura, eram considerados oponentes do projeto europeu “os nacionalistas, anti-*marketeers*, ou simplesmente os comunistas e os gaullistas” (Leconte, 2010: 3). O euroceticismo era algo residual e pontualmente identificado como um fenómeno do Norte da Europa (Hansen e Weaver, 2002). Por exemplo, destaca-se aqui a recusa da Noruega em integrar a Comunidade Europeia (CE), em 1972, após o resultado do referendo nacional (Usherwood e Startin, 2013: 3); e as reticências do Reino Unido, da Irlanda e da Dinamarca, que aderiram à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1973. Porém, a passagem à condição de Estado-membro por parte do Reino Unido não impediu a realização de um referendo nacional, em 1975, cuja principal consequência foi a emergência do tema ‘Europa’ como tema fraturante no debate partidário doméstico (Ibidem).

Até sensivelmente meados da década de 1980, foram as boas perspetivas económicas que alimentaram o sucesso da CEE, que, por esta altura, começava a dar os primeiros passos no sentido do ‘Mercado Único’. E foi neste momento que os Estados-membros assinaram, em 1986, o Acto Único Europeu, onde assumiram o aprofundamento da integração europeia a outros níveis e noutros moldes (Camisão e Lobo-Fernandes, 2005: 65):

*“O grande sinal de redimensionamento dos objetivos da Comunidade é-nos dado pelo Acto Único Europeu – que marca, no entendimento de muitos especialistas da temática comunitária, o início de uma nova fase no processo de integração europeia”.*

Não obstante, à medida que o ‘Mercado Único’ se tornava uma prioridade na agenda europeia, emergia na comunicação social inglesa – mais precisamente, no jornal britânico *The Times* – bem como no vocabulário político britânico, a expressão ‘euroceticismo’ (Harmsen e Spiering, 2004: 15). O termo popularizou-se, em 1988, com o “discurso de Bruges” proferido por Margaret Thatcher, que questionava o rumo que a Comunidade Europeia seguia, bem como a agenda emergente em torno do Tratado de Maastricht (Flood, 2002: 73). Para Usherwood (2004: 5), este revelou-se “o momento fundamental na construção da oposição britânica à UE”. No entanto, até esta altura, as boas perspectivas de crescimento económico dos Estados-membros da CE evitaram que o euroceticismo se tornasse uma preocupação política relevante, permitindo que as aspirações futuras de aprofundamento do projeto prosperassem. No mesmo sentido, Hooghe e Marks (2007: 121-122) observaram que até ao início dos anos 90, a oposição estava veiculada ao desempenho macroeconómico. Ou seja, o euroceticismo aumentava de acordo com a inflação e o desemprego; por sua vez, reduzia consoante o crescimento económico. Tal contribuiu para que o fenómeno de oposição à UE tenha ficado omissos até, praticamente, meados da década de 1990 (Leconte, 2015). Nesta altura, o euroceticismo surgiu em paralelo com o debate sobre o “deficit democrático da UE” (Kaniok, 2012), que considerava o euroceticismo uma consequência desse mesmo deficit democrático.

As primeiras décadas da integração europeia ficaram então conhecidas como o período do “consenso permissivo” (Lindberg e Scheingold, 1970). Durante esse período desenvolveu-se um consenso entre o *mainstream* político de que a integração europeia deveria ser aprofundada, ao mesmo tempo que a permissividade das massas em relação ao desempenho das elites fez com que o projeto avançasse sem grandes exigências (Mair, 2007). Mesmo no quadro da política internacional, estas foram as décadas que corresponderam aos índices mais elevados de confiança das massas nas elites políticas. Não obstante, os autores do “consenso permissivo” alertaram para a tendência de disrupção da permissividade das últimas décadas (Lindberg e Scheingold, 1970: 274-277), à medida que a integração europeia, a saliência sobre a UE e a perceção dos benefícios da integração fossem ameaçadas.

Tal situação verificou-se imediatamente após a entrada em vigor do Tratado de Maastricht (1992), que, de certa forma, motivou o florescimento de estudos sobre o euroceticismo, já no final dos anos 90. Em face disso, o euroceticismo passou então a ser descrito enquanto “política da oposição”

(Sitter, 2002), contrastando com os denominados partidos do *mainstream*, claramente defensores de uma visão mais pró-europeísta. Este argumento teve como consequência o tratamento do euroceticismo enquanto expressão da hostilidade em relação à UE, característica dos partidos de protesto, geralmente situados nas franjas do sistema partidário. Paralelamente aos estudos que compreenderam o euroceticismo enquanto ideologia política (Hooghe, Marks e Wilson, 2002; Ray, 2007), de características extremistas (Sitter, 2002; De Vries e Edwards, 2009), surgiram os trabalhos que consideraram o fenómeno do ponto de vista da sua periferia geográfica. Neste caso, o Reino Unido foi o palco onde o euroceticismo desenvolveu as suas raízes mais profundas e duradouras (Anderson, 2004; Smith, 2006). Mas a periferia geográfica do euroceticismo foi mais além, incluindo também o “euroceticismo nórdico” (Hansen e Weaver, 2002), a Áustria e a Hungria (Leconte, 2015: 252), onde “os níveis de ceticismo estavam a cima da média”, enquanto apontava ser uma tendência ausente “principalmente no BENELUX e nos países do Sul” (Ibidem).

Assim, o euroceticismo aumentava à medida que a integração europeia evoluía da ambição de um ‘Mercado Comum’, para o desígnio de uma União alargada entre Estados-membros, cujo poder teria impacto sobre as políticas e competências nacionais (Hooghe e Marks, 2007: 121-122). Hooghe e Marks (2009) consideraram esta alteração de paradigma face ao aprofundamento da UE como o princípio do fim da era do consenso permissivo, e o início do tempo do “dissenso disruptivo”. Desta forma, à medida que a polarização pro e anti UE se foi afirmando, aumentou a saliência sobre a UE, que acabou por acordar o “gigante adormecido”, até então, na opinião pública europeia (Van der Eijk e Franklin, 2004). Tal cenário começou a verificar-se em 2005, com o fracasso do Tratado Constitucional. Não obstante, a década pós-2008 parece ter-se afirmado como aquela que, de facto, maior impacto teve no acordar do “gigante adormecido” (Verney, 2015), contribuindo para que o euroceticismo se assumisse como um verdadeiro *hard-issue*.

### **1.1.1. O euroceticismo entre 1992 e 2007: as principais dinâmicas**

O avanço no sentido da integração política e económica marcou um ponto de viragem na consciencialização pública sobre a Comunidade Europeia, sobretudo porque com a assinatura do Tratado de Maastricht entraram em vigor uma série de realidades que fizeram aumentar a desconfiança das vozes dissidentes (Usherwood e Startin, 2013). Em primeiro lugar, a ‘Comunidade’ de seis, deu lugar à ‘União’ de vários Estados-membros, o que acarretou “uma nova saliência e politização em torno da integração europeia” (Ibid: 5). Em segundo lugar, foi desenvolvida uma nova

ordem política, onde a esfera nacional e europeia se tornou menos nítida num sem número de domínios, incluindo o domínio económico, social, jurídico, ambiental e externo (ibidem). Para Flood (2002), o contexto pós-Maastricht é particularmente favorável à evolução da oposição, no sentido em que permitiu um volátil, ainda que contínuo e alargado, leque de oportunidades políticas relacionadas com o maior aprofundamento da integração europeia. Desde logo, com o Tratado de Amesterdão assistiu-se à entrada em circulação do Euro, ao alargamento aos países da Europa Central e de Leste, à assinatura do Tratado Constitucional e à entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

O período pós-Maastricht teve um impacto significativo no aprofundamento político do projeto europeu, com a oposição à UE a evoluir de um debate sobre as vantagens ou as desvantagens de pertencer ao clube europeu, para uma discussão sobre o modelo de Europa a adotar (Usherwood e Startin, 2013). Além disso, o contexto pós-Maastricht é particularmente determinante devido à introdução de atos referendários em determinados países, enquanto mecanismo de ratificação das sucessivas alterações na UE consagradas nos Tratados (Vasilopoulou 2013: 159-160). Este tipo de consulta popular é especialmente apreciado pelos opositores do projeto europeu, que aproveitam a oportunidade para inviabilizar o aprofundamento através da legitimidade ganha junto da opinião pública. Assim, originalmente, os indícios de euroceticismo tornaram-se mais evidentes aquando dos resultados negativos do referendo dinamarquês ao Tratado de Maastricht, realizado em junho de 1992; no 'petit oui' expresso pelos cidadãos franceses no referendo nacional, que ocorreu em setembro do mesmo ano; bem como, no segundo referendo dinamarquês realizado em 1993. Este último anulou o resultado negativo do primeiro referendo, mas foi precedido por negociações, que levaram a um acordo entre os doze Estados-membros relativamente a quatro opções de exclusão da Dinamarca nos domínios da moeda única, da defesa comum, da cidadania europeia e da cooperação em matéria de justiça e assuntos internos.

O papel crítico dos atos referendários continuaria no início do século XXI, por ocasião do referendo irlandês ao Tratado de Nice, que foi rejeitado pelos eleitores deste Estado-membro. De forma mais dramática, o mesmo verificou-se durante os referendos francês e holandês ao Tratado Constitucional, que foi rejeitado, em 2005. Esta rejeição causou a chamada crise constitucional, que só seria superada com a assinatura do Tratado de Lisboa, em 2007. A crise do Tratado Constitucional (Stefanova, 2014) enfatizou a necessidade de ratificação de um tratado que fosse o garante democrático da UE (que só chega em 2007, com o Tratado de Lisboa), e travasse o avanço do euroceticismo nas arenas nacionais. No entanto, Leconte (2015: 250) observou que é após o fracasso do processo constitucional da UE, que floresceram na literatura académica os estudos sobre o

euroceticismo. Não obstante, novamente, em 2008, os eleitores irlandeses rejeitaram o Tratado de Lisboa e apenas um segundo referendo, realizado em 2009, precedido por um período crítico de negociação de várias exceções irlandesas, permitiu a aprovação do Tratado de Lisboa. A propósito, o Tratado de Lisboa parece ter contribuído mais no sentido do aumento do euroceticismo, do que para a sua normalização. Dizemos isto devido a situações, tais como, a reforma da política de governação económica, com a institucionalização do Mecanismo de Estabilidade Europeu e do Pacto Fiscal; a falha na concretização dos objetivos de Laeken, de aproximar as pessoas ao projeto europeu e na falha de, definitivamente, distinguir competências entre os níveis europeu e nacional (Usherwood e Startin, 2013).

Mas o mais relevante para a discussão no presente capítulo é que os estudos concluíram que, desde o Tratado de Maastricht, o euroceticismo se tornou um “fenómeno persistente” (Usherwood e Startin, 2013), que influenciou o processo de integração europeia e o equilíbrio de poder na UE (Vasilopoulou, 2013: 159). Usherwood (2013: 284-286) observou que, sensivelmente desde finais dos anos 80 se presenciou uma crescente motivação para a formação de grupos anti UE ou a defesa de políticas contra a implementação do Tratado de Maastricht e da União Económica e Monetária, por parte de grupos já existentes, sobretudo no Reino Unido e na França. No mesmo sentido, Startin (2005: 65) notou que a percentagem de votos nos partidos com posições eurocéticas aumentou, particularmente nos partidos da extrema-direita, a partir da década de 1990. Por sua vez, Leconte (2010: 4) concluiu que desde a década de 1990, o termo euroceticismo se tornou numa espécie de “sinónimo *catch-all* para se referir a qualquer forma de oposição ou relutância em relação à UE”, evoluindo assim de uma não preocupação política, para um tema em franco crescimento.

Dito isto, o euroceticismo pós-Maastricht caracterizou-se sobretudo pela sua natureza branda, ao jeito de uma “contestação cooperativa” (Silva e Ferreira-Pereira, 2018). Tal facto permitiu a continuidade evolutiva do projeto europeu, ao não se questionar o princípio da integração europeia, nem o futuro da UE. Além disso, contribuiu para a acomodação da heterogeneidade de compromissos assumidos pelos Estados-membros em áreas específicas (Stubb, 2002: 2). Assim, cada país escolheu entre uma maior ou menor integração, de acordo com o grau de ceticismo das elites políticas, que variava “de acordo com as instituições europeias, as suas políticas ou até mesmo os seus governantes” (Krouwel e Abts, 2007: 42). Este tipo de *modus vivendi* num misto entre “contestação”, por um lado, e “cooperação”, por outro (Silva e Ferreira-Pereira, 2018), só foi possível porque, à época, as elites europeias dominantes eram originárias maioritariamente do *mainstream* político-partidário, em convivência com casos pontuais de elites provenientes de partidos eurocéticos brandos

(Szczerbiak e Taggart, 2008; Maastch, 2011; Magone, 2015). Desta forma, e sem rejeitar a ideia de integração europeia ou da contínua existência da UE (Maastch, 2011), as elites puderam conceber o desenvolvimento de um “sistema de integração diferenciada” (Leuffen, et al., 2012; Schimmelfennig, et al., 2015) na UE pós-Maastricht. Isto na exata medida em que “a relutância, e em alguns casos, a oposição de alguns Estados-membros em relação ao aprofundamento da união política resultou numa integração regional desigual, caracterizada por: uma UEM entre dezassete Estados-membros, uma união económica entre todos os Estados-membros e uma união política intergovernamental” (Kugler et. al., 2015: 47). Assim, no período pós-Maastricht desenvolveu-se uma estratégia de integração diferenciada que significou uma resposta à dicotomia “membro *versus* não-membro” (Leruth, 2015).

Ademais, foi também no período pós-Maastricht que emergiram os atores políticos –partidos políticos e movimentos da sociedade civil – com uma agenda marcadamente eurocética e oponente da UE, situados tanto na esquerda, como na direita radical dos sistemas partidários (Sitter, 2002; Hooghe, et al., 2002). No mesmo tempo assistiu-se à “perseverança de partidos exclusivamente anti UE”, tais como o Partido da Independência do Reino Unido (UKIP); bem como, ao desenvolvimento de novos partidos de natureza pan-europeia, como por exemplo, o LIBERTAS (Vasilopoulou, 2013: 161). O ambiente pós-Maastricht permitiu a coexistência pacífica entre o desejo de “mais Europa” e a “oposição qualificada a uma ou mais áreas políticas da UE, especialmente quando o interesse nacional estava em desacordo com o caminho da UE” (Taggart e Szczerbiak, 2002: 7). Este foi o tipo de sentimento dominante na grande maioria dos atores políticos desta altura (Taggart e Szczerbiak, 2008: 10) oriundos do *mainstream* e das elites nacionais, que “não significavam um desafio para a integração europeia e representavam a legitimidade da organização institucional da União Europeia” (Maatsch, 2011); assim como, no seio de alguns partidos eurocéticos moderados, que “adotaram formas de diferenciação” (Koenig, 2015) em relação à integração europeia. Aqui, por exemplo, destacamos o caso do Partido Conservador do Reino Unido.

Em suma, este foi um tempo de convivência cooperativa entre eurocéticos e europeístas, que tinham como pano de fundo a lógica evolutiva da UE, respeitando a velocidade de cada Estado-membro. Foi um tempo que correspondeu ao euroceticismo como expressão da oposição face ao ritmo ou à forma de integração europeia, no sentido em que euroentusiastas (Kopecký e Mudde, 2002) conviveram com “europragmáticos” (Ibidem) e “UE-maximalistas”, “reformistas”, “progressistas”, “minimalistas” e “revisionistas” (Flood e Usherwood, 2007) contribuindo para a evolução da UE, desde 1992. Nesse sentido, compreendemos o período pós-Maastricht como correspondendo a uma fase marcada pela convivência pacífica, com expressão numa “contestação cooperativa” (Silva e Ferreira-

Pereira, 2018) entre as diversas atitudes face ao aprofundamento da integração europeia, conforme mostra a Tabela 8.

**Tabela 8: Atitudes face à integração europeia no período pós-Maastricht**

Expressões pró-europeístas face à integração europeia no período pós-Maastricht				
Kopecký e Mudde 2002: 300-301	Flood e Usherwood 2007: 9	Krouwel e Abts 2007: 261-263	Wessels 2007	Magone 2015
<u>Euroentusiastas</u> “Apoiam as ideias gerais e a prática da integração europeia”	<u>Maximalistas da UE</u> “Impulsionam a integração europeia tão longe e tão rápido quanto possível”	<u>Euroconfiança</u> “Refere-se a uma atitude generalizada (...) de consentimento obediente à política da UE”	—	<u>Euroentusiastas</u> “Refere-se ao total apoio à integração europeia”.

Expressões de euroceticismo *soft* face à integração europeia no período pós-Maastricht

Kopecký e Mudde 2002: 300-301	Flood e Usherwood 2007: 9	Krouwel e Abts 2007: 261-263	Wessels 2007	Magone 2015
<p>(1) <u>Eurocéticos</u></p> <p>“Apoiam a ideia de uma Europa unida, mas discordam com a prática geral da integração europeia”.</p> <p>(2) <u>Europragmáticos</u></p> <p>“Atuam contra a UE, mas defendem a prática da integração europeia”.</p>	<p>(1) <u>Reformistas da UE</u></p> <p>“Apoiam o avanço da integração, sujeito à correção das deficiências identificadas”.</p> <p>(2) <u>Progressores da UE</u></p> <p>“Aceitam algum avanço da UE, contando que seja lento e fragmentado”.</p> <p>(3) <u>Minimalistas da UE</u></p> <p>“Aceitam o <i>status quo</i>, mas preferem limitar a integração tanto quanto possível”.</p> <p>(4) <u>Negacionista da UE</u></p> <p>“ambicionam retomar a um estágio inicial, geralmente antes das revisões dos tratados”.</p>	<p>(1) <u>Euroceticismo</u></p> <p>“Não apoiam a UE (na sua forma atual) incondicionalmente e têm dúvidas sobre o seu futuro. Contudo, não questionam o princípio de cooperação da UE, nem os princípios subjacentes à integração europeia”.</p> <p>(2) <u>Eurodesconfiança</u></p> <p>“Embora descontentes com alguns temas da UE, mantém-se confiantes quanto às ideias gerais da integração europeia”.</p>	<p>(1) <u>Críticos</u></p> <p>“Aqueles que se sentem fortemente envolvidos na Comunidade Europeia, mas descontentes ao mesmo tempo”.</p> <p>(2) <u>Eurocéticos</u></p> <p>“Aqueles que para além de se sentirem descontentes, não se sentem acoplados à Europa”.</p>	<p>(1) <u>Eurocriticismo</u></p> <p>“São pró-europeus que querem mudar algumas áreas políticas ou toda a lógica de integração europeia”.</p> <p>(2) <u>Eurodesencanto</u></p> <p>“Refere-se à frustração dos apoiantes da integração europeia com o ritmo e o desenvolvimento do processo de integração europeia”.</p> <p>(3) Euroceticismo Brando: “avalia de forma negativa a influência da UE em determinadas políticas e modos de vida do país”.</p>

Fonte: Desenvolvido pela autora

Após Maastricht, a crise económica de 2008 intensificou a “insatisfação dos cidadãos e a quebra na capacidade de resposta do sistema político [europeu], o que significou a deslegitimação dos líderes e dos partidos políticos tradicionais e renovadas oportunidades para os novos atores” (Morlino e

Raniolo, 2017: 58). Entre estes últimos, destacam-se os partidos populistas radicais, que gradualmente ganharam influência política e a estima da opinião pública, capitalizando o crescente clima eurocético das populações europeias (Magone, 2015: 40). Tal como demonstrará a seção seguinte, aproveitando as oportunidades políticas abertas pelos dramáticos efeitos da crise económica de 2008 e, mais tarde, da crise migratória de 2015, alguns partidos populistas, tais como o UKIP, no Reino Unido, mobilizaram o euroceticismo, no sentido de promover uma euro-rejeição, baseada no princípio de não-adesão (Silva e Ferreira-Pereira, 2018). Como consequência, alguns deles conseguiram alcançar o sucesso eleitoral tanto nas arenas nacionais, como no seio do Parlamento Europeu.

### 1.1.2. O euroceticismo entre 2008 e 2020: emergência e evolução

Após a assinatura do Tratado de Lisboa em 2007, a UE enfrentou os efeitos de uma dura crise económica e financeira internacional, que acabou por afetar toda a Zona Euro. Como consequência, a organização viu-se obrigada a intervir económica e financeiramente, através de um conjunto de medidas restritivas, deliberadas em conjunto com o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional, nos países mais afetados pela crise das dívidas soberanas, nomeadamente, na Irlanda, Grécia, Portugal e Espanha. Esta situação contribuiu para o aumento do descontentamento face às perspetivas económicas da UE. Em 2015, a crise migratória motivada pelos conflitos nos países do norte de África, ampliou a grave crise social, que a crise económica e financeira já tinha iniciado nos anos precedentes. Como consequência, na última década, a UE assistiu ao surgimento de movimentos sociais e partidos de protesto em vários países, pese embora com maior expressão, no sul da Europa (Morlino e Raniolo, 2017). Noutros, porém, os mais tradicionais partidos políticos eurocéticos reforçaram as suas posições, alinhando num discurso marcado pela crítica e o ataque ao projeto europeu, culpabilizando a UE pela situação vivida na Europa.

Neste sentido, a crise do Euro teve um impacto significativo nas atitudes relativamente à integração europeia (De Vries, 2007; Bosco e Verney, 2012; Serrecchio et. al., 2013; Bermeo e Bartels, 2014; Nicoli, 2016; Morlino e Raniolo, 2017; Conti, et. al., 2018; Silva e Ferreira-Pereira, 2018). De um modo geral, o euroceticismo cresceu consideravelmente, o que levou Brack e Startin a dissertarem sobre o “*mainstreaming* do euroceticismo” (2015) em resultado da deslocação do euroceticismo da periferia do sistema partidário, onde esteve posicionado durante praticamente todo o período pós-Maastricht, para o seu centro. Essa deslocação causou uma espécie de ‘efeito dominó’, na medida em que o sucesso de um partido eurocético num determinado país encorajou os seus

semelhantes a mobilizar consensos nos próprios Estados-membros (Hooghe e Marks 2009: 19). Em parte, este “*mainstreaming* do euroceticismo” foi alcançado através de uma estratégia de comunicação baseada na maximização das estruturas de oportunidade política motivadas pelas sucessivas crises da última década. Como resultado, tanto os atores políticos tradicionais, como os novos protagonistas anti UE procuraram obter benefícios, não só das dificuldades económicas e sociais e da ansiedade em relação ao fluxo de migrantes, mas também da incapacidade da UE para lidar com as diversas crises externas e as respetivas consequências. É neste contexto crítico que, em junho de 2016, a população britânica votou favoravelmente pela saída do Reino Unido da UE.

A crise pós-2008 implicou, pelo menos, três consequências para a política europeia, sobretudo no Sul da Europa, onde o impacto foi mais evidente. Em primeiro lugar, os efeitos da crise tornaram-se solo fértil para o aparecimento de novos partidos de protesto (Bosco e Verney, 2012: 148; Streeck e Schäfer, 2013; Nicoli, 2016). Os novos atores políticos caracterizavam-se, sobretudo, pelas “posições *anti-establishment*, políticas anti austeridade, atitudes anti União Europeia e maior radicalismo relativamente a uma série de questões” (Morlino e Raniolo, 2017: 32), no sentido em que:

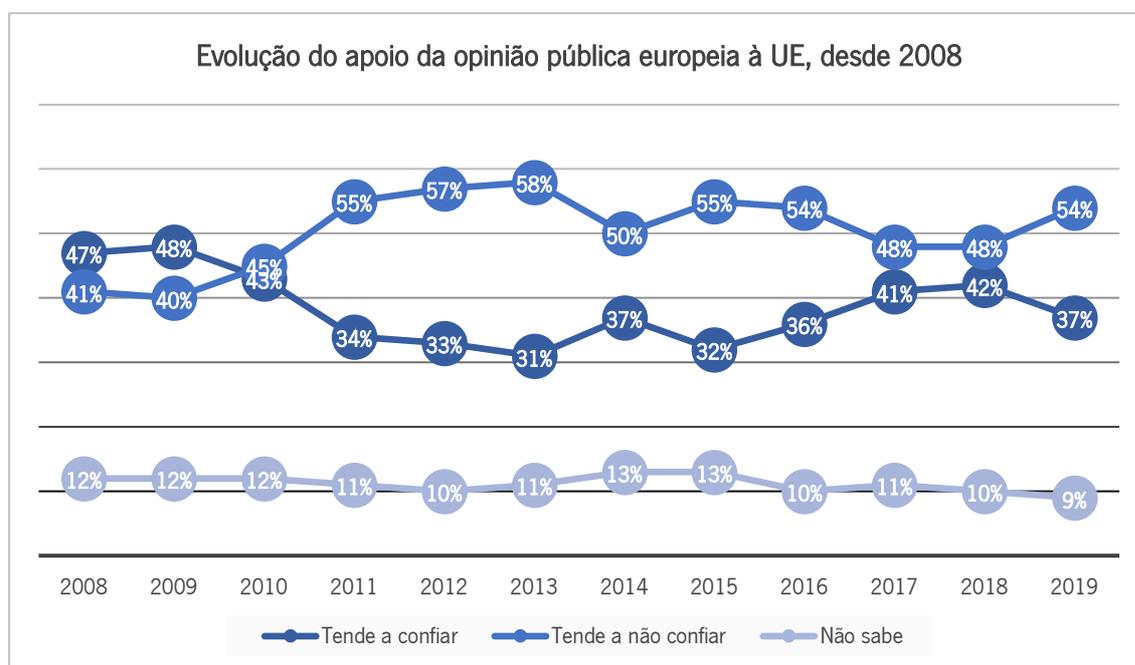
*“Especificamente, os novos partidos de protesto mobilizaram a insatisfação e o ressentimento dos eleitores em relação à classe política (casta), assim como a políticas e temas específicos (austeridade, segurança e imigração), instituições (Parlamento, governo, partidos, bancos centrais) e/ou organizações internacionais (UE, BCE, FMI, OMC, etc.)”* (Ibid: 60).

Entre os exemplos mais ilustrativos, destacavam-se o SYRIZA, na Grécia, ou o PODEMOS, na Espanha, ambos partilhando uma “oposição fundamental às políticas de austeridade de Ângela Merkel, como resposta à crise do Euro” (Müller, 2016: 1). Em segundo lugar, a crise do Euro colocou “um fim à orientação preponderantemente pró-europeia” (Lisi e Tsatsanis, 2017), ao mesmo tempo que a imposição de políticas de austeridade foi transformando o “euroceticismo *soft*” numa espécie de “euroceticismo *hard*” (Ibid: 10). Enquanto na extrema esquerda, a agenda anti UE foi marcada pelas preocupações económicas (Hooghe, et. al., 2002; March e Mudde, 2005; De Vries e Edwards, 2009); nos partidos políticos de extrema direita, a agenda anti UE combinou questões culturais e de identidade (De Vries e Edwards, 2009; Mudde, 2007, 2016a, 2016b).

Por último, e em terceiro lugar, a crise económica pós-2008 destacou-se por ter contribuído quer para o aumento do descontentamento, quer para o aumento da desconfiança da opinião pública para com as elites políticas, nacionais e europeias (Bosco e Verney, 2012: 13; Bermeo e Bartels, 2014: 4; Morlino e Raniolo, 2017: 10) – algo que pode ser demonstrado pelo decréscimo no apoio geral à UE,

descrito nos Eurobarómetros, desde 2008. O ponto mais alto de descrédito na UE ocorreu entre 2011 e 2016, altura em que normalizou até 2018, quando volta a cair cerca de cinco pontos percentuais, até março de 2019 (*Special Eurobarometer 486*, 2019: 107). Em março de 2019, os níveis mais baixos de confiança verificavam-se no Reino Unido (26%), na Grécia e na República Checa (ambos com 27%), em França (30%), em Espanha (31%) e em Itália (32%) (ibidem). Desde 2018, a confiança na UE deteriorou-se em países, tais como, a Croácia, com menos 13 por cento (35%), Malta, com menos 12 por cento (44%), Bélgica e Alemanha, com menos 11 por cento (41% e 40%, respetivamente) e Portugal, com um decréscimo de 10 por cento (45%) – (Ibid: 108).

**Gráfico 2: Evolução do apoio da opinião pública europeia à UE, desde 2008**



Fonte: Os dados foram recolhidos pela autora, a partir da análise da média europeia em resposta à pergunta: “tende a confiar ou a não confiar na União Europeia?”, nos Standard Eurobarometer de fim de ano, números: 70 (2008), 72 (2009), 74 (2010), 76 (2011), 78 (2012), 80 (2013), 82 (2014), 84 (2015), 86 (2016), 88 (2017), 90 (2018) e no Special Eurobarometer número 486 “Europeans in 2019”.

Para além do impacto negativo que a crise económica teve sobre a UE, a crise migratória que se desenrolou num contexto de implementação do Tratado de Lisboa, erodiu ainda mais a credibilidade da UE aos olhos de uma opinião pública já menos complacente relativamente à UE. Especialmente a partir de 2015, a crescente onda de migrantes originários do norte da África, Síria e outros países do Médio Oriente, combinada com uma sucessiva vaga de ataques terroristas em vários Estados-membros afetou a capacidade da UE enquanto organização provedora de solidariedade e segurança. Neste sentido, evidenciaram-se divergências entre as elites europeias, os Estados-membros defensores e os

Estados-membros oponentes do acolhimento dos migrantes. Ao mesmo tempo, multiplicaram-se as vozes dissidentes da oposição que apelavam ao encerramento dos territórios a não-cidadãos, através de um discurso “de medo, desconfiança, xenofobia e racismo” em relação aos refugiados de cultura islâmica (Mudde, 2016a, 2016b).

Esta situação foi particularmente encorajadora para os partidos de extrema-direita (Mudde, 2016b; Ruzza, 2009; De Vries e Edwards, 2009), no sentido em que, tal como observou Mudde:

*“a crise dos refugiados provocou um aumento da extrema direita e dos seus movimentos de rua (...). Em primeiro lugar, há mais demonstrações anti-imigração, que atraem mais pessoas, em mais países. Em segundo lugar, as pessoas que compõe estes grupos são mais heterogéneas, desde os líderes partidários a simples ativistas neonazis (...). [Além disso], enquanto, até agora, muitos dos representantes políticos anti-imigração permaneceram associados a grupos da extrema-direita, atualmente têm emergido em novos movimentos populistas radicais”* (Mudde, 2016b: 26).

Consequentemente, tal teve especial impacto no desenvolvimento de uma espécie de “sociedade incivil europeia” (Ruzza, 2009), no sentido em que “um conjunto de atividades associativas caracterizadas como discursivamente excludentes, antidemocráticas ou violentas” (Ibid: 87) invadiram a arena política europeia. Em particular, destacou-se, por exemplo, a campanha eleitoral de Geert Wilders, em 2017, na Holanda, dominada por tópicos que suscitavam sentimentos islamofóbicos. Refira-se, porém, que em 2016, as questões da imigração haviam já condicionado significativamente a campanha, bem como os resultados do referendo sobre a saída do Reino Unido da UE, que abriram o processo do Brexit (Ford e Goodwin, 2017; Goodwin e Milazzo, 2017).

Com efeito, tanto a esquerda, como a direita radical aproveitaram o contexto da crise pós-2008 e as várias repercussões como “estruturas de oportunidade política<sup>21</sup>” (Kitschelt, 1986; Arzheimer e Carter, 2006), de forma a obterem ganhos eleitorais. O tipo de estruturas que se desenvolveram no período de crise pós-2008 contribuíram para que os partidos radicais fossem aceites por uma opinião pública ressentida – para não dizer revoltada – com os efeitos sociais das sucessivas crises. Desta forma, o euroceticismo deu lugar a uma retórica que apelava à contestação confrontativa (Silva e Ferreira-Pereira, 2018). Os novos e antigos partidos de protesto tornaram-se “empreendedores de temas” – *issue entrepreneurs* – (Hobolt e De Vries, 2012) “mobilizando conflitos (...) com o objetivo de afetar a base na qual os eleitores faziam escolhas políticas e potencialmente incrementavam o seu

---

<sup>21</sup> As estruturas de oportunidade política definem-se como “configurações específicas de recursos, arranjos institucionais e precedentes históricos de mobilização social, que facilitam o desenvolvimento de movimentos de protesto” (Kitschelt, 1986: 58).

sucesso eleitoral” (Ibid: 247). Por conseguinte, desde 2008, o debate político sobre a crise europeia tem sido amplamente estruturado em torno de temas económicos, da imigração, da democracia e de preocupações específicas relacionadas com a soberania nacional (Taggart e Szczerbiak, 2018: 12; Pirro e van Kessel, 2018). Como consequência, os partidos de protesto tornaram-se cada vez mais próximos da opinião pública, com um número expressivo deles a alcançar o sucesso eleitoral nas arenas nacionais, nomeadamente na Itália, Espanha ou Grécia. Paralelamente, os partidos políticos do *mainstream* têm revelado relativa relutância e incapacidade para politizar as mesmas questões (Hooghe e Marks, 2009: 21).

É já no contexto do processo do Brexit, que se considera que a abordagem do euroceticismo deva ser repensada e reanalisada, atendendo a que a sua evolução desde os anos 90 culminou numa espécie de euro-rejeição (Silva e Ferreira-Pereira, 2018). Para Silva e Ferreira-Pereira, a década subsequente ao ano de 2008 é melhor descrita como sendo um período de “contestação confrontativa” (Ibidem), que veio substituir o período precedente de “contestação cooperativa”. Durante a fase pós-2008, novos e velhos atores de protesto tornaram-se menos permissivos quanto à continuidade do projeto europeu, procurando formas de promover a agora chamada “desintegração diferenciada” (Ibidem; Schimmelfennig, 2017; Leruth, et al., 2019) e, em última análise, negar o princípio da integração europeia e o futuro da UE. Nesse sentido, a década pós-2008 ficou marcada pelo desenvolvimento de um euroceticismo que ganhou expressão na contestação confrontativa.

## **1.2. O período da contestação confrontativa: as características do euroceticismo pós-2008**

No contexto pós-2008, o euroceticismo, protagonizado por novos e velhos atores de protesto, deslocou-se da periferia do sistema partidário para o centro político nacional e europeu, na sequência dos significativos sucessos eleitorais alcançados por partidos políticos com programas de natureza eurocética. Desta forma, o euroceticismo pós-2008 serviu-se das estruturas de oportunidade política criadas pelas crises económico-financeira e migratória para promover um discurso populista contra as elites nacionais, e um crescente sentimento contra a UE (Krouwel e Abts, 2007).

Essa situação contribuiu para que o euroceticismo pós-2008 ficasse caracterizado pela sua radicalização através de um discurso populista, como consequência de um ‘mal-estar’ democrático (Leconte, 2015). Contudo, o mesmo não deve ser entendido “apenas como uma simples resposta ao declínio da confianç a política” (Krouwel e Abts, 2007: 253), mas também como uma agenda, segundo

a qual “os populistas mobilizam e generalizam sentimentos de descontentamento político” (Ibidem). Até porque, conforme afirmam Caiani e Guerra:

*“Quando inserido no discurso populista, a emoção que conduz o euroceticismo pode estar ligada à paranoia e à ansiedade social. Quando enfatizada essa paranoia, a UE é vista como uma ameaça, sob desconfiança, fazendo acreditar que a UE contribuiu para o piorar das situações no sentido da direção errada”* (Caiani e Guerra, 2017: 32).

Por isso, durante o período pós-2008, o populismo serviu de veículo ao discurso anti UE, tanto à esquerda, quanto à direita da política europeia radical e, fundamentalmente, assentou em quatro características. A primeira dessas características refere-se à retórica dominante que dividiu a sociedade em dois grupos antagônicos e heterogêneos, i.e., “o povo puro *versus* a elite corrupta” (Mudde, 2004: 543), ou, por outras palavras, o “nós contra eles” (Flood e Usherwood, 2005: 9). Desta forma, os atores eurocéticos rejeitaram as elites (Müller, 2016: 2; Mudde e Rovira-Kaltwasser, 2017), no sentido em que elas representavam o mal, e eram fonte de escândalos de corrupção, imoralidade e falta de responsabilização (*accountability*) para com os cidadãos (Krouwel e Abts, 2007). Particularmente com relação à UE, os líderes das instituições foram ainda acusados de falta de mediação com os respetivos Estados-membros (Mair, 2000). Como exemplo, destaca-se aqui o papel e a preponderância da UE na gestão da crise económica e financeira nos Estados-membros ‘devedores’, o que provocou a limitação dos poderes dos respetivos parlamentos nacionais (Leconte, 2015: 257).

A segunda característica do euroceticismo pós-2008 destaca os atores populistas enquanto os únicos representantes do povo (Müller, 2016: 3; Mudde e Rovira-Kaltwasser, 2017), na medida em que os atores eurocéticos eram considerados os “representantes legítimos dos interesses dos cidadãos europeus, contra a Europa dos tecnocratas” (Leconte, 2015: 259). A terceira característica do euroceticismo pós-2008, relacionada com a anterior, enfatiza o ‘povo’ e a necessidade de ser devolvida ao povo a decisão sobre a permanência do Estado na UE. Este facto motivou a frequente promessa de realização de atos referendários e destacou a importância da vontade popular, e da necessidade de restituição da soberania nacional (Krouwel e Abts, 2007; Mudde e Rovira-Kaltwasser, 2017).

Por último, a quarta característica do euroceticismo pós-2008 relaciona-se com a politização de três temas essenciais por parte dos atores populistas anti UE, nomeadamente, a perda de identidade nacional, a ausência de uma verdadeira democracia europeia e os limites da solidariedade coletiva, referindo-se, particularmente, à ausência de uma resposta unificada e solidária em relação às crises da dívida soberana e migratória (Leconte, 2015: 258). Assim, o populismo orientou os discursos

eurocéticos pós-2008 num sentido "antipolítico, antielitista, anti ideológico e *anti-establishment*" (Mudde e Rovira- Kaltwasser, 2017).

Após esta análise foi possível identificar diferenças entre o euroceticismo pós-1992 e o euroceticismo pós-2008, sobretudo no que toca ao grau e à natureza da contestação sobre a UE. Assim, em primeiro lugar, o período pós-2008 destacou-se pela coexistência entre o euroceticismo característico do período pós-Maastricht e o que pode ser entendido, em última instância, como a expressão de uma euro-rejeição total ou parcial do projeto europeu. Conforme referido anteriormente, durante o período compreendido entre 1992 e 2007, o euroceticismo foi caracterizado por uma contestação cooperativa, permitindo a coexistência entre elites pró-europeias e eurocéticos brandos. Contudo, o euroceticismo pós-2008 passou a ser marcado por uma contestação confrontativa, de tal forma que os atores pró-europeus passaram a ter de coexistir com uma retórica anti UE característica de um euroceticismo mais severo.

Uma outra diferença relaciona-se com o facto de que, durante o período pós-Maastricht, a possibilidade de uma decisão política que levasse à saída de um Estado membro da UE para além de não ser realista, era impensável, muito devido às estratégias de integração diferenciada (Silva e Ferreira-Pereira, 2018), nomeadamente com expressão na integração a várias velocidades e/ou na chamada geometria variável (Stubb, 1996). Estes dois mecanismos de integração permitiram o avanço da integração europeia, sem colocar em causa o princípio da integração europeia e a futura existência da UE (Ibid: 287). Não obstante, no contexto do Brexit (Leruth, et. al, 2019: 2), o estudo da integração europeia moveu-se no sentido de considerar o euroceticismo um caso "inovador de desintegração diferenciada" (ibid: 3), apelando a uma nova forma de integração flexível, compatível com a "*Europa à la Carte*" (Stubb, 1996), segundo a qual, cada Estado-membro tinha autonomia para "escolher o tipo de compromisso adequado" às suas expectativas em relação à UE (Ibid: 288).

Portanto, no contexto pós-2008 verificou-se uma radicalização das atitudes face à UE, na medida em que o aumento da politização em torno da UE, particularmente através da saliência e da polarização das atitudes face à integração europeia – conforme a sistematização apresentada na Tabela 9 –, abriu espaço à convivência conflituosa entre partidos pró-europeus e partidos defensores de um euroceticismo severo. Este último caracterizou-se essencialmente por uma retórica marcadamente populista que, em certos casos, apelava à rejeição da UE, o que se "tornou numa opção real através de mecanismos de desintegração diferenciada" (Leruth, et. al., 2019: 8).

Tabela 9: Atitudes face à integração europeia no período pós-2008

Expressões de rejeição face à integração europeia no período pós-2008				
Kopecký e Mudde 2002: 300-301	Flood e Usherwood 2007: 9	Krouwel e Abts 2007: 261-263	Wessels 2007	Magone 2015
<u>Eurorejeitadores</u> “Rejeitam todas as opções relacionadas com a integração europeia”.	<u>Rejeitadores da UE</u> “Total recusa de integração e participação”.	(1) <u>Eurocinismo</u> “Indiferença generalizada face às autoridades europeias, apesar de não desconsiderar o funcionamento virtuoso das instituições europeias, combinada com um sentimento derrotista em relação ao futuro do projeto europeu”.  (2) <u>Euroalienação</u> “Rejeição duradoura e profunda da UE”.	(1) <u>Eurocéticos intransigentes</u> “Críticos sem identidade europeia (...) que consideram a interrupção ou a abolição da integração europeia”.	<u>Euroceticismo</u> (1) Severo: “rejeita completamente a UE porque esta interfere com a soberania nacional, considerando a UE uma ameaça para a integridade da cultura nacional”.

Fonte: Desenvolvido pela autora

### 1.3. Conclusão

Este capítulo procurou apresentar uma análise da evolução da oposição à integração europeia, acompanhando os processos de aprofundamento político do projeto europeu. Desta forma, percebeu-se que o desenvolvimento do euroceticismo está associado a dois contextos, cada um com um nível de contestação diferente. Assim, o período pós-1992, que motivou a criação de um sistema de integração diferenciada na UE, ficou caracterizado pela contestação cooperativa. Já no período pós-2008, a contestação do euroceticismo endureceu e acarretou consequências mais graves ao colocar em causa a futura existência da UE.

O período pós-1992 correspondeu a um período de consolidação da oposição à integração europeia, à medida que o projeto europeu foi evoluindo para áreas políticas mais centrais e, com isso, os Estados-membros foram delegando competências soberanas às instituições supranacionais. Por outro lado, o momento pós-2008 significou um amadurecimento da contestação iniciada nos anos 90, com novos e velhos atores políticos a promoverem um discurso anti UE, a opinião pública a ser menos permissiva e a elite pró-europeia desgastada e alvo de várias penalizações, tanto na arena nacional, como ao nível europeu. Desta forma, o euroceticismo evoluiu de um “non-issue” para um “hard-issue”, sobretudo na intensidade da sua contestação, que passou de permissiva para disruptiva, ou “de cooperativa para confrontativa” (Silva e Ferreira-Pereira, 2018).

Enquanto a contestação foi permissiva, o princípio da integração europeia e a futura existência da UE não foram colocados em causa; e as elites aperfeiçoaram formas de acomodar a contestação. De entre elas, destaca-se, o recurso a mecanismos de integração diferenciada. No entanto, com a passagem a formas de contestação disruptivas, a adesão ao princípio da integração europeia evoluiu para considerações assentes na desintegração diferenciada. Neste sentido, identificaram-se certos casos de negação total da UE, com apelos à saída do Estado-membro da organização. O caso do Reino Unido, com o Brexit é o exemplo mais ilustrativo. Na verdade, se o contexto pós-2008 é o marco verdadeiramente transformador do euroceticismo, com este fenómeno a assumir novos contornos e novas consequências, o Brexit representa um segundo marco temporal determinante no estudo do euroceticismo. Desta feita, porque representa a expressão mais elevada de euroceticismo no caminho evolutivo do fenómeno. Como consequência, porventura, o próprio euroceticismo poderá ter atingido o seu limite em termos conceptuais (Silva e Ferreira-Pereira, 2018). Isto porque, em última análise, na prática, o Brexit já é a expressão ou a materialização de uma euro-rejeição, cuja consequência caminha para a inauguração de formas de desintegração diferenciada do processo de integração europeia, através da possibilidade de saída de um Estado-membro da organização.

Em suma, com o reconhecimento do contexto pós-2008 como o marcador temporal verdadeiramente transformador do euroceticismo, as consequências do fenómeno extravasam já as fronteiras nacionais, e fazem-se sentir igualmente no seio do Parlamento Europeu, onde o euroceticismo tem aumentado significativamente, conforme apresentado no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2

### O euroceticismo no Parlamento Europeu

Apesar de, tal como já ficou referido na Introdução da presente tese, o euroceticismo no seio do Parlamento Europeu ser um tema subdesenvolvido na literatura académica (Brack, 2013, 2018; Startin e Usherwood, 2013; Brack e Costa, 2017; Leruth, 2017a), este trata-se de um fenómeno bastante resiliente no seio da organização (Brack, 2013). Na fase ainda embrionária do projeto europeu, as instituições foram intrinsecamente pró-europeias, com os eurodeputados, por exemplo, a serem nomeados pelos respetivos governos nacionais. Isto contribuiu para inibir o desenvolvimento da oposição ao nível supranacional, uma vez que os governos nacionais nomeavam os seus pares para ocupar os cargos (Ibidem). Ora, na altura, os governos nacionais eram maioritariamente compostos por elites político-partidárias que compunham o *mainstream* pró-europeu. A oposição manifestava-se através da representação dos gaullistas e em alguns partidos liberais da Holanda e da Alemanha (Zelletin, 1967). Após a entrada da Dinamarca e do Reino Unido, em 1973, a oposição foi alargada ao comunismo dinamarquês e ao conservadorismo inglês (Brack, 2013), consolidando-se no seio do Parlamento Europeu.

A partir de 1979, o Parlamento Europeu passou a eleger os seus eurodeputados. Apesar de serem consideradas “eleições de segunda ordem” (Reif e Schmitt, 1980), a tentativa de democraticidade da CE, passou a estar permeável à eleição da oposição (Zelletin, 1967; Leconte, 2010), através da representação parlamentar de pequenos partidos de protesto (Brack, 2013). Porém, foi a partir dos anos 80, nomeadamente nas eleições europeias de 1984, que “os partidos da extrema-direita e de protesto conquistaram assentos ao nível supranacional” (Ibid: 87), tornando-se, desde então, representantes assíduos, sobretudo em sequência da entrada em vigor do Tratado de Maastricht (Usherwood e Startin, 2013). Certos autores, observaram que “os grupos parlamentares eurocéticos *soft* atingiram o seu pico entre o final dos anos de 1970 e de 1980”, com a maioria destes grupos “a expressar um grau muito menor de oposição à Comunidade Europeia, do que no período pós-Maastricht” (FitzGibbon, et. al., 2017: 5).

Nas eleições europeias de 1994, o euroceticismo reforçou o seu papel no Parlamento Europeu com a eleição de partidos exclusivamente eurocéticos, chamados por Nathalie Brack de “*anti-EU single-issue parties*” (Brack, 2013). Estes novos atores do Parlamento Europeu deram forma a dois grupos de direita. Por um lado, o grupo da União para a Europa (*'Union for Europe'*), que acabaria por se transformar no grupo da Europa das Nações (*'Group of Europe of Nation'*), entre 1999 e 2009. Por

outro lado, o grupo Europa das Democracias e das Diversidades (*'Group for a Europe of Democracies and Diversities'*), que regressou ao Parlamento Europeu, em 2004, como Grupo da Independência/Democracia (*'Independence/Democracy Group'*) (Usherwood e Startin, 2013). Para Usherwood e Startin (ibid: 7), enquanto o primeiro representou um euroceticismo do tipo *soft*, o segundo foi defensor de um euroceticismo do tipo *hard*. Também no mesmo ano, a extrema-esquerda reforçou o seu papel no Parlamento Europeu, com a criação do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia (*'Confederal Group of the European United Left'*), grupo este, que se mantém estável e coeso até aos dias de hoje (Ibidem).

Apesar de se tratarem de grupos pequenos e, na maioria das vezes, demasiado heterógenos, a sua participação no Parlamento Europeu tem crescido de forma bastante estável, evoluindo de 19%, em 1979 (Reif e Schmitt, 1980) para a representação de cerca de um terço do Parlamento Europeu, tendo por base os resultados eleitorais de 2019. O presente capítulo apresenta a evolução dos grupos políticos eurocéticos do Parlamento Europeu, desde 1979, dando-se especial enfoque à transformação que o euroceticismo sofreu ao longo dos anos na instituição. A análise está dividida em dois momentos. O primeiro período entre 1994-2004<sup>22</sup> e, o segundo, entre 2009-2019, de forma a acompanhar os relatos do capítulo anterior sobre os dois momentos da evolução do euroceticismo: o pós-1992 e o pós-2008.

### 2.1. O euroceticismo no Parlamento Europeu entre 1994 e 2004

Os grupos abertamente eurocéticos surgiram no Parlamento Europeu praticamente após as eleições europeias de 1994, ainda que fosse reconhecida na literatura a presença do euroceticismo do tipo *soft* no seio do Parlamento Europeu nas décadas anteriores (Leruth, 2017a e 2017b). Leruth (2017a) afirmou que o euroceticismo *soft* teve origem em dois movimentos políticos, nomeadamente, “o gaullismo e o conservadorismo britânico”. Contudo, tanto a extrema-direita, como a extrema-esquerda, também foram marcando a sua posição no seio do Parlamento Europeu, sobretudo após as eleições de 1979.

Entre as eleições europeias de 1979 e as eleições europeias de 2004, formaram-se três grupos parlamentares de direita eurocética do tipo *soft*. Estes são os Democratas Progressistas Europeus (1973-1984), rebatizados de Aliança Democrática Europeia, em 1984 (até 1995); o Grupo Democrata Europeu, liderado pelos Conservadores britânicos e também denominado de Democratas Europeus

---

<sup>22</sup> O espaço temporal entre 1994 e 2004 refere-se às legislaturas do Parlamento Europeu em vigor ao longo do referido período pós-1992 (1992-2007), cuja última legislatura iniciou em 2004.

(1979-1992); e a União para a Europa das Nações (1999-2009). Para além destes, emergiram outros quatro grupos parlamentares de direita eurocética do tipo *hard*, a saber o Grupo da Direita Europeia (1984-1989); o Grupo Técnico da Direita Europeia (1989-1994); o Grupo Técnico de Membros Independentes (1999-2009); e a Identidade, Tradição e Soberania (janeiro 2007- novembro 2007). Por último, surgiram apenas quatro grupos eurocéticos de extrema-esquerda, nomeadamente, o Grupo dos Comunistas e Aliados (1973-1989); o Grupo União da Esquerda Europeia (1989-1992); o Grupo da Esquerda Unida (1989-1994) e o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (1995-...).

### 2.1.1 A representação do euroceticismo *soft*: a direita conservadora no Parlamento Europeu

Em 1965, quando o movimento gaullista francês decidiu sair do Grupo Liberal, foi formado o grupo dos Democratas Progressistas Europeus (Leruth, 2017a e 2017b). O objetivo principal da formação deste grupo parlamentar passava pela “promoção da visão gaullista da Europa no Parlamento Europeu” (Ibid: 386), segundo a qual, previa “a recusa da submissão da França e da política francesa à autoridade de organizações supranacionais” (Knapp, 1994). Leconte (2015) destacou o episódio da ‘*empty chair*’<sup>23</sup> (de 1966) como exemplo da expressão de um “euroceticismo *soft* gaullista”. Neste caso, o grupo político “apoiava a transferência de funções para as instituições europeias, desde que o veto nacional fosse mantido. Por outro lado, era especialmente contra decisões europeias baseadas em regras de maioria” (Rabier e Inglehart, 1981: 192). Desta forma, o grupo gaullista assumiu uma posição eurocética no Parlamento Europeu, cujo objetivo era o de proteger a soberania nacional (Leruth, 2017a e 2017b). Em 1973, o partido político irlandês *Fianna Fáil* juntou-se ao movimento gaullista, e após as eleições europeias de 1979, o grupo dos Democratas Progressistas Europeus reforçou o seu peso institucional com os apoios do Partido Nacional escocês e do Partido Progressista de Direita da Dinamarca. Nos atos eleitorais europeus entre 1984 e 1994, juntaram-se aos gaullistas apoiantes da Grécia, Espanha e Portugal (ibidem).

Não obstante o aumento dos seus representantes, o grupo dos Democratas Progressistas Europeus permaneceu na periferia, com limitada representação – apenas 29 lugares – e poder de influência (Ibidem). Até que, em 1995, a agora renomada Aliança Europeia se fundiu com o grupo

---

<sup>23</sup> CRISE DA “CADEIRA VAZIA”: Quando a cadeira da França no Conselho ficou vazia durante seis meses, porque a visão de Charles de Gaulle ia contra a visão de Hallstein sobre os recursos da Comissão para financiar a PAC, sobre a PAC ser controlada pelo Parlamento Europeu e sobre as decisões do Conselho serem por maioria qualificada.

conservador italiano *Forza Europa*, formando o grupo União para a Europa, com 48 membros. Este tornou-se no terceiro maior grupo do Parlamento Europeu. No entanto, tal desenvolvimento não foi suficiente para impedir a sua dissolução em 1998, quando o partido Força Itália deixou o grupo para se juntar ao grupo do Partido Popular Europeu (Ibidem). Na origem da separação estiveram as divisões internas do partido gaullista *Rassemblement pour la République* quanto à integração europeia, que impediram o desenvolvimento de uma política europeia consensual (Leruth, 2017a: 386). Como consequência, nas eleições europeias de 1999, o partido *Rassemblement pour la France* uniu-se ao *Mouvement pour la France*, de Philippe de Villiers<sup>24</sup> e juntos conseguiram mais representantes do que o partido gaullista. De acordo com Startin (2005: 69), o partido *Rassemblement pour la France* “ambicionava o desenvolvimento de uma Europa intergovernamental, que não colocasse em causa a soberania nacional”. Por isso, enquanto a coligação *Mouvement pour la France/Rassemblement pour la France* se juntou ao recém-formado grupo União pela Europa das Nações, o *Rassemblement pour la République* juntou-se ao grupo do Partido Popular Europeu (Leruth, 2017a e 2017b).

Benedetto (2008: 137) caracterizou o grupo União pela Europa das Nações como sendo “bastante heterogéneo” e sem ambição eurocética<sup>25</sup>. Para Leruth (2017a e 2017b), o grupo era melhor entendido como uma mistura entre o euroceticismo de tipo gaullista e uma vertente mais integracionista, característica do partido *Fianna Fáil* e da Aliança Nacional italiana. Todavia, o grupo acabou por não sobreviver à reestruturação partidária francesa e às divisões internas presentes no grupo. Por isso, na sequência das eleições europeias de 2004, o partido *Rassemblement pour la France* não ganhou assentos no Parlamento Europeu e o partido Aliança Nacional italiano tornou-se no maior partido do grupo. Já na sequência das eleições europeias de 2009, o grupo deixou de existir, com os membros a migrarem para outros grupos políticos, nomeadamente, o grupo do Partido Popular Europeu, a Aliança Liberal, a Europa da Liberdade e da Democracia e para o recém-formado, grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus.

Na sequência da entrada do Reino Unido na CE, surgiu no Parlamento Europeu uma segunda facção eurocética *soft*, denominada de grupo Conservador Europeu (mais tarde, grupo Democrata Europeu) – (Leruth, 2017a: 388). Esta segunda facção do euroceticismo *soft* era característica do conservadorismo inglês, mas distinta do gaullismo francês, que à época era perçecionado pelos ingleses como “demasiado nacionalista e eurocético” (Georges, 1994). O surgimento do grupo Conservador Europeu deveu-se, essencialmente, ao facto de que o grupo do Partido Popular Europeu

---

<sup>24</sup> Philippe de Villiers foi cofundador do grupo *Europa das Nações*, em 1994.

<sup>25</sup> Na carta do grupo está expressamente declarado “evitar linguagem que é abertamente eurocética” (Benedetto, 2008: 138).

não era uma opção para os conservadores ingleses, que os considerava demasiado federalistas (Johansson, 1997; Leruth, 2017a e 2017b). Entre 1979 e 1992, o grupo foi essencialmente composto por três partidos, a saber, o Partido Conservador e o Partido Unionista, ambos do Reino Unido, e o Partido Conservador da Dinamarca. Entre 1987 e 1989, o grupo contou também com a presença da Aliança Popular de Espanha. Para Leruth (ibidem), o grupo Conservador Europeu era eurocético *soft*, na medida em que “procurava reformular a forma como a Comunidade Europeia operava”. Desta forma, Palmer (1981) referiu que o grupo defendia essencialmente três medidas. A primeira, o estabelecimento de um sistema de controlo financeiro das despesas da Comunidade; a segunda, a reforma da Política Agrícola Comum e a terceira, a defesa dos interesses nacionais no Parlamento Europeu. Ainda assim, a promoção do euroceticismo não era o objetivo principal deste grupo que procurava, acima de tudo, “manter a sua influência dentro da instituição” (Leruth, 2017a: 388).

Na década entre 1979 e 1989, o grupo Democrata Europeu foi o terceiro maior grupo do Parlamento Europeu. Contudo, após as eleições europeias de 1989, o grupo perdeu 13 membros do Partido Conservador britânico, enquanto os membros da Aliança Popular espanhola se mudaram para o grupo do Partido Popular Europeu. Como resultado, o grupo dos Democratas Europeus ficou com pouco mais do que 34 assentos no Parlamento Europeu “perdendo boa parte da sua influência e recursos” (ibidem). Consequentemente, em 1992, o grupo procurou fundir-se com o grupo do PPE, de forma a manter a sua influência no hemiciclo. Johansson (1997) relatou dificuldades de ordem ideológica como as bloqueadoras desse acordo, sobretudo devido às pretensões eurocéticas que Margaret Thatcher havia denunciado aquando do discurso em Bruges. De acordo com Lynch e Whitaker (2008), o acordo acabou por acontecer por dois motivos mutuamente benéficos e estratégicos. Por um lado, porque os conservadores ingleses aumentariam o seu poder de influência no Parlamento Europeu. Por outro lado, porque o grupo do Partido Popular Europeu ganharia membros, o que lhes permitiria disputar a liderança do hemiciclo com o grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas, numa altura em que o Parlamento Europeu tinha reforçado o seu poder no quadro institucional comunitário, na sequência do Acto Único Europeu. De destacar, porém, que os membros conservadores eleitos tinham permissão para votar de forma diferente à linha orientadora do grupo [PPE]<sup>26</sup> (Lee e Beech, 2009: 200). Como manifestação dessa independência, após a declaração de Málaga de 1999<sup>27</sup>, o grupo do Partido Popular Europeu alterou o seu nome para grupo do Partido Popular Europeu – Democratas Europeus (Lee e Beech, 2009; Leruth, 2017).

---

<sup>26</sup> De salientar que os conservadores britânicos nunca se juntaram ao partido transnacional do Partido Popular Europeu (Lee e Beech, 2009).

<sup>27</sup> Em 2004, o PPE reforçou a sua constituição com uma adenda ao artigo 5b, que permitia aos Democratas Europeus “promover e desenvolver as suas visões distintas sobre os novos assuntos constitucionais e institucionais da nova Europa” (Lee e Beech, 2009: 201).

O divórcio desta união acabou por acontecer após a eleição de David Cameron enquanto líder do Partido Conservador britânico, em 2005. O antigo primeiro-ministro inglês anunciou ao grupo do Partido Popular Europeu, o desenvolvimento de um novo grupo político que juntasse membros “defensores do mercado, anti-integracionistas e atlantistas” (Bale, 2006). Assim, os candidatos mais prováveis a formar o novo grupo eram o Partido dos Democratas Cívicos da República Checa e os polacos do Partido Lei e Justiça (na altura inseridos no grupo da União da Europa das Nações). Este cenário acabou por se confirmar, em 2009, com a eleição do novo Parlamento Europeu.

### 2.1.2 A representação do euroceticismo *hard*: a direita radical no Parlamento Europeu

Não obstante as dificuldades da direita conservadora para unir forças no seio do Parlamento Europeu, a união da extrema-direita foi ainda mais resiliente por três motivos principais. Em primeiro lugar, devido à falta de representação eleitoral significativa. Em segundo lugar, porque as regras institucionais impunham limites mínimos de membros e de representatividade dos Estados-membros para a formação dos grupos. Por último, e em terceiro lugar, devido às divergências internas entre partidos, que enfatizavam “o nacionalismo e comprometiam qualquer potencial para alianças ideológicas” (Fieschi, 2000: 518). Em 1979, apenas foram eleitos quatro membros representantes da direita radical para o Parlamento Europeu, pelo partido Movimento Social Italiano (Startin e Brack, 2017). Por isso, é preciso recuar até às eleições parlamentares de 1984 para se conhecer o primeiro grupo eurocético *hard* de extrema-direita no Parlamento Europeu.

O grupo chamava-se grupo da Direita Europeia e era formado por dez membros do partido Frente Nacional francesa, um membro do partido da União Política Nacional grego, cinco membros do Movimento Social Italiano e um membro do Partido Unionista britânico (Ibidem). Para Startin (2010), as eleições europeias de 1989 significaram a oportunidade política para a extrema-direita aumentar a influência do grupo no Parlamento Europeu, com a eleição de seis eurodeputados do Partido Republicano alemão, mais dois membros provenientes do partido Liga Norte italiano e outros dois do *Vlaams Blok* belga. Contudo, parece que o reforço de membros para a extrema-direita acabou por contribuir mais para a dissolução do grupo, do que para o reforço da sua influência. Williams e Atkinson (2007) apontaram a disputa de longa-duração entre alemães e italianos sobre a região de Tirol do Sul como a causa para o fim do grupo. Porém, um mês depois – em julho de 1989 – o grupo reorganizou-se sobre o nome Grupo Técnico da Direita Europeia (Fieschi, 2000), desta feita sem a

presença dos italianos. Apesar de o grupo continuar em funcionamento até praticamente 1994, “este tinha mais conflitos internos entre os seus membros, do que ações conjuntas” (Ibid: 523).

Na sequência das eleições europeias de 1994, o Grupo Técnico da Direita Europeia desmantelou-se após o Partido Republicano alemão ter falhado a eleição de membros, deixando assim, o grupo com representação insuficiente para se manter ativo no Parlamento Europeu (Startin e Brack, 2017). Durante a legislatura de 1994-1999, os membros eleitos pelos partidos da Frente Nacional francesa e do *Vlaams Blok* belga não foram afiliados a qualquer grupo, o que limitou qualquer formalização de diálogo e cooperação entre a extrema-direita no Parlamento Europeu (Startin, 2010). Este cenário poderia ter mudado, na sequência da adesão da Áustria à CEE, em 1995. Contudo, de acordo com Mudde (2007), o Partido da Liberdade austríaco (FPÖ) recusou unir-se a outras forças de extrema-direita no Parlamento Europeu. Por isso, foi apenas na sequência do resultado eleitoral de 1999 que a extrema-direita recebeu os incentivos para a estabilização. Apesar da perda de metade dos membros provenientes do partido da Frente Nacional francesa (de 11 para cinco eleitos), aumentaram os Estados-membros com representantes eleitos pela extrema-direita. A título de exemplo, podemos referir a Dinamarca, com a eleição de representantes do Partido Popular dinamarquês, que se juntou à Áustria, França, Bélgica e Itália (Startin e Brack, 2017). Neste contexto, surgiu o Grupo Técnico de Membros Não-inscritos, formado pelos italianos do partido Liga Norte, do Movimento Social Italiano e do Partido Radical, além dos belgas do *Vlaams Blok* e de um membro do Partido dos Cidadãos Bascos (Startin, 2010; Startin e Brack, 2017). De acordo com Settembri (2004: 160), o grupo surgiu com o objetivo primário de “permitir que todos os deputados exercessem em pleno o seu mandato parlamentar<sup>28</sup>”. Por isso, tais deputados afirmavam-se independentes politicamente uns dos outros (ibidem). No entanto, esta posição acabou por ditar o desmantelamento do grupo em 2009, por imposição do Comité dos Assuntos Constitucionais. Isto porque na época, as Regras de Procedimento do Parlamento Europeu previam a formação de grupos políticos assentes na “persuasão política” (Bressanelli, 2012: 740). Ao afirmarem-se independentes, os membros do Grupo Técnico incorreram contra “o artigo 29º, Nº 1, que exigia afinidades políticas entre os membros do grupo” (Settembri, 2004: 160).

Assim, a extrema-direita só encontrou as condições legais para se estabelecer no Parlamento Europeu após as eleições europeias de 2004 e, na sequência do alargamento da UE aos países do Leste Europeu. Desta feita, foram eleitos membros da direita radical provenientes da Polónia, Hungria,

---

<sup>28</sup> De acordo com as regras do Parlamento Europeu, quem não estiver inserido num grupo político tem desvantagens no Parlamento Europeu. Algumas dessas desvantagens passam pelo reduzido tempo de participação, limitado acesso aos comités políticos mais relevantes e condicionantes financeiros. Os eurodeputados que não estiverem inseridos num grupo político vão para o grupo dos Não Inscritos, o que limita as suas funções.

Letónia, República Checa, Eslováquia e Eslovénia (Ibidem). Ainda assim, a formalização de um novo grupo de extrema-direita no Parlamento Europeu só ocorreu após a eleição dos membros provenientes da Bulgária e da Roménia, em 2007. Por consequência, em janeiro de 2007, surgiu o grupo Identidade, Tradição e Soberania, criado por partidos de extrema-direita radical, tais como a Frente Nacional francesa e o FPÖ austríaco (Startin, 2010), que apesar da curta existência – até novembro de 2007 – constituiu um desenvolvimento significativo no sentido do diálogo e da cooperação pan-europeia entre os representantes da direita radical no Parlamento Europeu (Startin, 2010). Ainda que este projeto não tenha resultado, a união acabaria por resultar na formulação de dois novos grupos no Parlamento Europeu, na sequência das eleições de 2014 e 2019.

### **2.1.3 A representação do euroceticismo crítico: a extrema-esquerda no Parlamento Europeu**

No sentido contrário, a cooperação ao nível europeu por parte da extrema-esquerda foi menos complexa. Em 1973, surgiu no seio do Parlamento Europeu o grupo dos Comunistas e dos Aliados, dominado pelo Partido Comunista italiano e pelo Partido Comunista francês (Holmes, 2017). Contudo, na sequência das eleições europeias de 1989, esse grupo político deu origem a dois outros grupos. Por um lado, a Esquerda Europeia Unida, um grupo de características mais contingente e reformista. Por outro lado, a Esquerda Unitária que correspondia a um grupo mais inflexível, na medida em que era composto por partidos tradicionalmente mais autoritários (Ibidem). Em 1992, os membros italianos do grupo da Esquerda Europeia Unida juntaram-se ao grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas. Esse ato obrigou os restantes membros a dialogar com a Esquerda Unitária na procura de consensos, cujo resultado foi o desenvolvimento do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia. Na sequência do alargamento da UE aos países nórdicos em 1995, um número expressivo de membros provenientes dos partidos da esquerda verde escolheu fazer parte deste grupo, dando assim origem ao Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (Ibidem). Para March (2012b: 493), desde 1995 o GUE/NGL tornou-se num fórum para a cooperação internacional, que se mantém estável e coeso até aos dias de hoje.

Apesar da longevidade do GUE/NGL, o mesmo apresentou sinais de heterogeneidade interna e alguma fragmentação. Holmes (2017: 68-69) destacou, em primeiro lugar, o facto de o grupo acolher membros originários de “tradições políticas ligeiramente distintas”. Entre os exemplos, destacam-se

membros de tradição ambientalista<sup>29</sup>, ativistas dos direitos dos animais<sup>30</sup> e de partidos nacionalistas<sup>31</sup>. Em segundo lugar, o autor referiu a existência de partidos oriundos do mesmo Estado-membro, o que motiva tensões eleitorais, no sentido em que os partidos competem entre si pelos votos na arena nacional<sup>32</sup>. Em terceiro lugar, Holmes salientou a divisão ideológica, na qual é evidente a existência de “partidos mais à esquerda do que outros” (ibid: 68). Ao mesmo tempo, é também notória uma clivagem entre valores autoritários *versus* valores democráticos. Em particular, o autor salientou o facto de existirem partidos oriundos da ‘nova esquerda’ e partidos marcados pelo comunismo, em defesa do centralismo democrático. Por último, Holmes referiu que pese embora os partidos que compõem o grupo sejam amplamente da esquerda radical, em termos de integração europeia revelam-se “demasiado pró-europeus” (ibid: 69), na medida em que muito prontamente defendem a participação “por razões de conveniência organizacional” (Ibidem).

Apesar de o GUE/NGL ser composto por partidos políticos de natureza tão diversa, eles partilham de posições comuns sobre a UE e a Europa (Charalambous, 2013: 37; March, 2012a: 336; March, 2012b: 493). Neste sentido, os partidos que compõem o grupo apresentam um programa “claro e distinto, que inclui reservas importantes sobre o projeto europeu, nomeadamente quanto ao deficit democrático e o apoio ao capitalismo na Europa” (Olsen, et al., 2010: 6-7). Isto, de certa forma, contribuiu para a união do grupo numa via confederal, que “significa o respeito e a preservação da diversidade de identidades e opiniões dos membros” (GUE/NGL, 2019<sup>33</sup>). Deste modo, nenhum partido fica comprometido com determinada forma de atuação, o que “permite que partidos de diversas naturezas, desde os mais hostis aos mais favoráveis à UE, convivam pacificamente” (Holmes, 2017: 69).

Em resumo, o euroceticismo no Parlamento Europeu é um fenómeno que se tem mostrado bastante resiliente, apesar das dificuldades sentidas em se estabelecer firmemente no seio da instituição, muito devido à heterogeneidade que caracteriza os partidos que formam os grupos eurocéticos. Até à legislatura de 2004, o euroceticismo do tipo *soft*, característico dos partidos de direita mais conservadores, teve dificuldades em se manter agregado e coeso no seio do Parlamento Europeu. A configuração dos grupos políticos ao longo do tempo revelou que o euroceticismo era pontual e geograficamente localizado, acompanhando as características do euroceticismo pós-Maastricht identificadas no capítulo anterior. Não obstante, a cooperação ao nível europeu entre

---

<sup>29</sup> Em particular, o partido *Die Tier* alemão.

<sup>30</sup> Por exemplo, a presença do Partido dos Animais holandês (PvdD).

<sup>31</sup> Notavelmente, a presença do *Sinn Féin* ou do *Basque EH Bildu*.

<sup>32</sup> Particularmente, o caso do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda.

<sup>33</sup> Fonte: <https://www.guengl.eu/about-the-group/>, consultado no dia 29 de julho de 2019.

representantes de um euroceticismo *hard* foi bem mais complexa, por dois motivos. Em primeiro lugar, porque os partidos de extrema-direita estavam divididos ideologicamente sobre a futura existência da UE. Em segundo lugar, porque estrategicamente existia uma separação entre os partidos nacionalmente aceites e os nacionalmente ostracizados. Além disso, a personalidade conflituante dos seus líderes significou um verdadeiro obstáculo à tão desejada cooperação (Mudde, 2007). Desta forma, a verdadeira tentativa de cooperação do euroceticismo *hard* ao nível do Parlamento Europeu verificou-se somente após o alargamento de 2004, com a entrada dos novos partidos marginais provenientes do Leste Europeu (Mudde, 2017). Por outro lado, os partidos eurocéticos da extrema-esquerda revelaram maior capacidade de coesão e agregação de interesses na Europa, apesar das diferenças entre os partidos que compunham o grupo. Por isso, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde é o único grupo eurocético que se mantém no Parlamento Europeu após o ano de 2008.

## 2.2 O euroceticismo no Parlamento Europeu entre 2009 e 2019

Para certos autores (FitzGibbon, et. al. 2017: 3), não há dúvidas de que nos últimos anos, especialmente em consequência da crise da Zona Euro, começou a surgir uma narrativa eurocética pan-europeia (que os autores distinguem da narrativa eurocética transnacional<sup>34</sup>). De facto, sensivelmente desde a sétima legislatura parlamentar, ou seja, desde as eleições europeias de 2009, o euroceticismo no seio do Parlamento Europeu encontrou condições e estruturas para se consolidar. Pese embora, a cooperação transnacional seja percecionada pelos atores eurocéticos como uma oportunidade para obtenção de recursos e legitimidade, especialmente através da formação de grupos no Parlamento Europeu (Brack e Costa, 2017: 379), a tarefa revelou-se árdua, sobretudo para os partidos da extrema-direita (Mudde, 2007 e 2017).

Particularmente, no contexto pós-2008 e até à tomada de posse da nona legislatura do Parlamento Europeu, em 2019, o hemiciclo presenciou a existência de cinco grupos eurocéticos (FitzGibbon, et. al., 2017; Brack, 2018): o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (desde 2009); o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia (2009-2014); o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta (2014-2019); o grupo da Europa das Nações e da Liberdade. A estes juntou-se ainda o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, cuja

---

<sup>34</sup> Por dimensão transnacional de euroceticismo, FitzGibbon, et. al. (2017: 3) entendem “a coordenação da oposição ao processo de integração europeia entre vários países”. Esta dimensão transnacional é, contudo, distinta da narrativa eurocética pan-europeia, que os autores (ibidem) definem como sendo “a coordenação da oposição ao processo de integração europeia ao nível da UE”.

existência remonta a 1995, conforme descrito acima. Assim, entre 2009 e 2019, a direita conservadora revelou capacidade para se manter coesa, no grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, que chegou a representar o terceiro maior grupo do Parlamento Europeu, durante a oitava legislatura (2014). O mesmo pode ser dito relativamente à extrema-esquerda, cujo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, no período pós-2008, viu reforçada a sua influência no hemiciclo. Não obstante, a extrema-direita persistiu como a protagonista da maior divisão, distribuída por, pelo menos, quatro grupos no Parlamento Europeu ao longo da última década e que serão examinados nas seguintes linhas.

O grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus surgiu em junho de 2009, após a materialização da saída dos membros provenientes do Partido Conservador britânico do grupo do Partido Popular Europeu – Democratas Europeus. Ao grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus juntou-se o apoio de dois outros partidos maiores, nomeadamente, o Partido Lei e Justiça polaco e o Partido Democrático Cívico da República Checa. Apesar da heterogeneidade dos partidos políticos que compunham o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, Whitaker e Lynch (2014) concluíram que este era altamente coeso, quer em termos ideológicos, quer ao nível da votação nominal.

O principal motivo para a formação do ECR passou pela “reunião de partidos de centro-direita que concordavam com a necessidade de reformar a UE, de forma a respeitar a soberania dos Estados-membros” (Whitaker e Lynch, 2014: 235). No mesmo sentido, a Declaração de Praga, que estabeleceu os princípios do grupo parlamentar, referiu como a causa comum do grupo:

*“Reformar a UE com base no eurorealismo, abertura, responsabilidade e democracia, de forma que respeite a soberania das nossas Nações e se concentre na recuperação económica, crescimento e competitividade” (...). Ao qual se junta “a integridade soberana do Estado-Nação, a oposição ao federalismo da UE e o respeito renovado pela verdadeira subsidiariedade” (ECR, 2019<sup>35</sup>).*

Aqui, merece destaque o facto de ser evitada qualquer referência por parte do grupo político ao euroceticismo, substituindo-o pelo conceito de eurorealismo (Leruth, 2017a e 2017b). Neste sentido, Leruth referiu a necessidade de distinção entre euroceticismo *soft* e eurorealismo (Leruth, 2017a), na medida em que o primeiro se referia à oposição a uma ou várias (áreas) políticas, na sequência da definição aplicada por Taggart e Szczerbiak (2008). Por sua vez, o eurorealismo correspondia a “uma

---

<sup>35</sup> Fonte: [https://ecrgroup.eu/article/the\\_prague\\_declaration](https://ecrgroup.eu/article/the_prague_declaration), consultada no dia 30 de julho de 2019.

visão pragmática, antifederalista e flexível da integração europeia, onde prevalecia o princípio da subsidiariedade, com vista à reforma do atual quadro institucional, de forma a ampliar o papel dos parlamentos nacionais no processo de tomada de decisão” (Leruth, 2017b: 50). Dito isto, parece haver uma necessidade do grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus para mascarar a sua identidade eurocética, autodefinindo-a como eurorealista. Contudo, na prática, o eurorealismo parece apontar para a rejeição de princípios fundadores da UE, substituindo-os por princípios onde seja salvaguardada a soberania nacional. Na verdade, esta posição não é muito diferente da defendida pelos homólogos do grupo Europa da Liberdade e da Democracia.

O grupo da Europa da Liberdade e da Democracia surgiu na sequência das eleições europeias de 2009, após o entendimento dos membros provenientes do grupo da Independência/Democracia e do grupo União para a Europa das Nações, que vigoraram durante a sexta legislatura do Parlamento Europeu (2004-2009). Ambos os grupos perderam representantes na sequência das eleições europeias de 2009, o que não lhes permitia sobreviver às regras institucionais estipuladas para a permanência enquanto grupo. Deste modo, a Europa da Liberdade e da Democracia renasceu com o apoio de dois partidos maiores, particularmente o partido britânico UKIP e o italiano Liga Norte.

De acordo com a declaração de princípios do grupo, o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia opunha-se “firmemente ao aprofundamento da integração europeia (...) e à criação de um superestado europeu centralizado” (EFD, 2019<sup>36</sup>). O EFD assentava em três princípios fundamentais. Em primeiro lugar, a defesa do desenvolvimento de um modelo de Estado-membro cada vez mais soberano, com controlo sobre os interesses internos e a política externa (Ibidem). Em segundo lugar, a defesa da ratificação dos tratados europeus por meio de atos referendários, como medida de prevenção contra o característico deficit democrático da UE. Por último, a defesa do dever de cada Estado-membro “de proteger as suas fronteiras”, por isso rejeitava claramente o Acordo de Schengen. Porém, o grupo parece ser contraditório na defesa dos seus valores, uma vez que se revelava contra “a xenofobia, o antissemitismo e qualquer forma de discriminação”<sup>37</sup> (Ibidem).

Para Whitaker e Lynch (2014), o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia era um grupo pouco coeso ideologicamente, em parte porque na sua formação incluía diferentes partidos políticos pequenos, os chamados partidos de nicho<sup>38</sup>, que “se caracterizavam pela maior diversidade ideológica na escala da integração europeia” (Ibid: 11). Ademais, estes autores chamaram a atenção para a

---

<sup>36</sup> Fonte: <http://www.efdgroupp.eu/about-us/who-we-are/charter.html>, consultado no dia 30 de julho de 2019.

<sup>37</sup> Motivo que pode justificar a dificuldade de união com outros movimentos de extrema-direita, notavelmente a Frente Nacional francesa ou o FPÖ austríaco, que, durante a legislatura de 2009-2014, estiveram inseridos no grupo dos Não Inscritos.

<sup>38</sup> De acordo com Wagner (2012), os partidos de nicho são “melhores descritos como partidos que enfatizam uma pequena variedade de tópicos, mais do que os seus concorrentes”.

existência de diferenças significativas entre o euroceticismo defendido pelos dois principais partidos – o UKIP e o Liga Norte – sendo que isso se refletiu nas divisões internas ao nível do comportamento do grupo no seio do Parlamento Europeu (ibid: 14).

Na sequência das eleições europeias de 2014, o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia perdeu alguns membros, nomeadamente, o Partido do Povo dinamarquês e o partido dos Verdadeiros Finlandeses – que se mudaram para o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (Mudde, 2017). Para além disso, o partido Liga Norte tinha negociado, no ano anterior, a possibilidade de constituição de um novo grupo de extrema-direita em conjunto com o partido da Frente Nacional francês, o FPÖ austríaco, o Partido da Liberdade holandês e o *Vlaams Belang* belga (Startin e Brack, 2017; McDonell e Werner, 2018: 749). Ainda assim, o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia ganhou dois novos representantes de peso, particularmente, os Democratas Suecos e os membros do Movimento Cinco Estrelas italiano (Mudde, 2017). Na sequência da adesão do novo partido italiano, o grupo votou favoravelmente a alteração do seu nome para grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, fundamentalmente devido ao facto de o Movimento de Beppe Grillo assentar na defesa da democracia direta, algo que era igualmente promovido por Nigel Farage, o então líder do novo EFDD.

Como consequência do acima descrito, a formação de um novo grupo liderado pelo partido da Frente Nacional de Marine Le Pen, falhou o requisito institucional de representação mínima de sete Estados-membros. Desta feita, numa fase inicial, os membros eleitos foram integrados no grupo dos Não Inscritos (Mudde, 2017). Durante esse interregno, três dos partidos uniram-se para formar uma cooperação transnacional de extrema-direita, dando origem ao Movimento pela Europa das Nações e das Liberdades (MENF), que em junho de 2015 tinha finalmente os deputados suficientes para constituir um grupo pan-europeu (Ibidem), formalmente o grupo da Europa das Nações e da Liberdade. De acordo com Startin e Brack (2017: 42), o processo de formação do grupo da Europa das Nações e da Liberdade passou pela aceitação dos partidos em cooperar ao nível das questões relacionadas com a UE, sem, contudo, abranger questões próprias que geravam diferentes opiniões, tais como a política externa (ibidem). Nesse sentido, os partidos estabeleceram um programa concentrado em questões fundamentais relacionadas com a Europa. Dentre elas, destaca-se “a luta contra uma Europa federalista, contra o Euro, contra a imigração em massa e a defesa da soberania nacional” (Ibidem). De acordo com o copresidente do grupo, Marcel de Graaff, o grupo da Europa das Nações e da Liberdade aspirava ao desenvolvimento de:

*“Uma Europa de Estados soberanos. Uma Europa livre. Uma Europa que respeite a individualidade e a identidade nacional (...). Os Estados-nação devem poder estabelecer os seus próprios orçamentos, elaborar as suas próprias leis, assumir o controlo das suas próprias fronteiras, proteger os idiomas e culturas e ter a sua própria moeda. Portanto, queremos um tipo diferente de cooperação.”*<sup>39</sup>

O grupo permaneceu vulnerável até ao final da oitava legislatura, em 2019, sobretudo por dois motivos. Por um lado, porque a sua sobrevivência no seio do Parlamento Europeu estava dependente da presença de dois eurodeputados independentes, provenientes de dois Estados-membros. Por outro lado, porque dois meses após a formação do grupo, declarações agressivas sobre o holocausto motivaram a saída de importantes figuras do partido da Frente Nacional francês – dentre as quais, Jean Marie Le Pen –, que se deslocaram para o grupo dos Não Inscritos (Startin e Brack, 2017). Não obstante, o grupo da Europa das Nações e da Liberdade conseguiu sobreviver até ao final da legislatura e fortalecer as relações entre a extrema-direita. Para tal, muito contribuiu o processo de negociação do Brexit, na medida em que Marine Le Pen e Matteo Salvini viram na saída do UKIP do grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta uma oportunidade para unir a extrema-direita num só grupo no Parlamento Europeu, nas subseqüentes eleições europeias de 2019. Desta forma, ambos começaram uma jornada de angariação de aliados durante a campanha eleitoral das europeias de 2019, para a formação do que viria a ser o grupo da Identidade e Democracia, na nona legislatura do Parlamento Europeu.

Aquando da tomada de posse dos eurodeputados do Parlamento Europeu, que iniciaram a legislatura em 2019, os membros ditos eurocéticos estavam distribuídos por quatro grupos: o grupo dos Não Inscritos, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus e o grupo da Identidade e Democracia. Apesar de na prática ser uma substituição do precedente grupo Europa das Nações e da Liberdade, o grupo da Identidade e Democracia saiu reforçado com a eleição de 73 membros, pese embora mantivesse os mesmos partidos representantes do antigo ENF. Na sua constituição, o grupo assumiu como principais prioridades “a segurança, a migração e a economia” (EUobserver, 2019<sup>40</sup>), particularmente, em defesa de que “o espaço fiscal devesse estar nas mãos dos Estados-membros” (Ibidem), propondo como alternativa o “desmantelamento da moeda comum e da Zona Euro” (Ibidem).

---

<sup>39</sup> Fonte: [http://www.enf.eu/?page\\_id=929](http://www.enf.eu/?page_id=929), consultado no dia 30 de julho de 2019.

<sup>40</sup> Fonte: <https://euobserver.com/institucional/145151>, consultado no dia 1 de agosto de 2019.

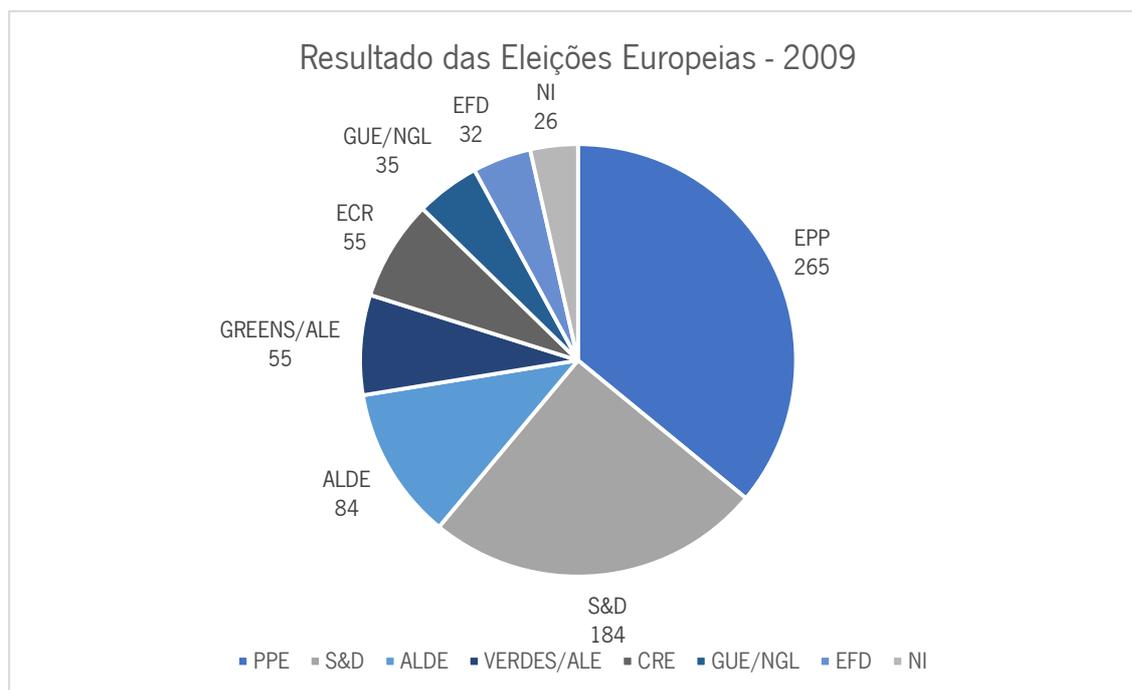
Nas próximas secções é esmiuçada a composição dos grupos políticos eurocéticos no Parlamento Europeu pós-2008, tendo por base a constituição dos grupos políticos eurocéticos aquando a tomada de posse, em 2009, 2014/2015 e 2019.

### **2.2.1 O despertar do “gigante adormecido” no rescaldo das eleições europeias de 2009**

Em junho de 2009, iniciou a sétima legislatura do Parlamento Europeu – a primeira, com a UE constituída por vinte e sete Estados-membros e sob o desígnio do Tratado de Lisboa, que entrou em funcionamento em dezembro de 2009. De destacar que esta legislatura ficou ainda marcada pela alteração nas regras de formação de grupos no seio do Parlamento Europeu. Assim, a regra n.º30 estipulava que os membros deviam ser inseridos em grupos de acordo com as “afinidades políticas” (Bressanelli, 2012: 740) e para ser autorizada a formação de um grupo, este “deveria representar pelo menos um quarto dos Estados-membros, sendo agora exigido o número mínimo de vinte e cinco membros” (Ibidem). Assim, no Parlamento Europeu pós-2008, as regras para formação dos grupos políticos passaram a exigir a existência de um mínimo de vinte e cinco membros eleitos oriundos de, pelo menos, sete Estados-membros.

Por conseguinte, a composição do novo hemiciclo foi distribuída formalmente por sete grupos políticos, dois dos quais provenientes de novas associações, tal como evidencia o Gráfico 3. Assim, o Partido Popular Europeu arrecadou 275 membros, a Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas perdeu alguns membros, mas ainda assim asseguraram a eleição de 184 eurodeputados e a Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa ficou como o terceiro maior grupo, com a composição de 84 representantes. Contudo, os resultados eleitorais foram especialmente compensadores para o grupo dos Verdes – Aliança Livre Europeia (EFA), que foi bem-sucedido em diversos países. Ademais, a extrema-esquerda, no Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde alcançou os 35 lugares. Enquanto dois novos grupos surgiram mais à direita, provenientes de três antigos grupos no Parlamento Europeu: o Partido Popular Europeu – Democratas Europeus, a União para a Europa das Nações e a Independência/Democracia. Em particular, emergiu o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, formado pelo Partido Conservador britânico, em conjunto com o Partido Democrata Cívico da República Checa e o partido Lei e Justiça da Polónia. Emergiu, igualmente, o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia, formado pelo UKIP e o Liga Norte italiano, em conjunto com mais sete partidos mais pequenos.

**Gráfico 3: Resultado das Eleições Europeias - 2009**



Fonte: Desenvolvido pela autora, a partir de dados recolhidos no website do Parlamento Europeu - <http://www.europarl.europa.eu/about-parliament/en/in-the-past/previous-elections>

As Tabelas 10, 11, 12 e 13 resumem a configuração dos grupos eurocéticos aquando do início da legislatura, em 2009, com especial destaque para o posicionamento dos partidos na dimensão esquerda/direita e em relação às liberdades e direitos democráticos, na escala GAL/TAN. Assim relativamente ao grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, este começou em 2009 composto por 55 membros, provenientes de nove partidos políticos. No posicionamento esquerda/direita, no geral, os partidos políticos estavam mais próximos da extrema-direita, com os valores mínimo e máximo a rondar entre os 6.33 e os 8.43, respetivamente. Mais ao centro, encontravam-se as exceções dos partidos Ação Eleitoral dos Polacos na Lituânia (LLRA) e da União Cristã holandesa, com 5.46 e 5.44, respetivamente. Com relação aos valores democráticos, a maioria dos partidos que compunham o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus em 2009 estava posicionada na escala TAN, com valores a oscilar entre os 6 e os 8.86, à exceção da Lista de Dedecker, que apresentava valores mais ao centro (5.07). Estes dados, descritos na Tabela 10, revelam que o grupo começou essencialmente constituído por partidos mais à direita e com características mais tradicionalistas na defesa dos valores. Para além disso, destacava-se a forte presença de países do Leste Europeu, nomeadamente os originários do Grupo de Visegrado – em particular, a República Checa e a Polónia – ainda que o grupo fosse dominado maioritariamente pelos conservadores do Reino Unido.

**Tabela 10: Composição do Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus em 2009**

Estado-membro	Nº de MPE	Partido Político	ESQ/DIR	GAL/TAN <sup>41</sup>
Bélgica	1	Lista de Dedecker	8.43	5.07
República Checa	9	Partido Democrático Cívico	8	6
Letónia	1	Pela pátria e liberdade <sup>42</sup>	8.30	8.11
Lituânia	1	Ação eleitoral dos polacos na Lituânia	5.46	8.86
Hungria	1	Fórum Democrático Húngaro (2009-2013) <sup>43</sup>	6.33	6.4
Holanda	1	União Cristã	5.44	7.66
Polónia	15	Lei e Justiça	7.94	8.47
Reino Unido	26	Partido Conservador Britânico	7	6.14
		Partido Unionista do Ulster	—	—

Fonte: Desenvolvido pela autora, com base nos dados recolhidos no website do Parlamento Europeu, ao qual foram adicionadas informações recolhidas do CHES relativamente ao posicionamento do partido na dimensão esquerda/direita e na dimensão GAL/TAN. Para apuramento do posicionamento do partido nas referidas dimensões, foi considerado para a dimensão ideológica: 0-4: extrema-esquerda; 5: centro; 6-10: extrema-direita. Para a dimensão valorativa: 0-4: Libertário/pós-materialista (GAL); 5: centro; 6-10: Tradicional/Autoritário (TAN).

O grupo Europa da Liberdade e da Democracia era composto por 32 membros, provenientes de nove partidos políticos. À semelhança do anterior, no geral, os partidos políticos estavam mais próximos da extrema-direita. Contudo, neste caso, os valores oscilavam entre 6.90 e 9.14, antecipando uma maior radicalização ideológica do grupo. No grupo Europa das Liberdade e da Democracia, as exceções eram o partido dos Verdadeiros Finlandeses e da União Cristã holandesa, que se posicionavam ao centro, com valores de 5.11 e 5.44, respetivamente. Contudo, a diferença para com o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus estava no posicionamento dos partidos em relação à defesa dos valores democráticos, com todos os que integravam o grupo Europa da Liberdade e da Democracia em 2009 a posicionarem-se na escala TAN, num intervalo de valores entre 7.66 e 9.36, numa escala que começa em seis, conforme pode ser verificado na Tabela 11. Neste grupo merece destaque a presença de Estados-membros do Norte da Europa, tais como a Dinamarca, a Finlândia, bem como o Reino Unido, cujos membros do UKIP lideravam o grupo, ainda que a presença dos italianos da Liga Norte não fosse ignorada.

<sup>41</sup> Posição do partido em relação às suas opiniões sobre as liberdades e direitos democráticos. Partidos libertários ou pós-materialistas (GAL) privilegiam as liberdades pessoais, como por exemplo, o acesso ao aborto, à eutanásia, o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou a maior participação democrática. Por sua vez, partidos tradicionais ou autoritários (TAN) rejeitam essas ideias, em detrimento de valores como a ordem, a tradição e a estabilidade, defendendo que o governo deve ser uma autoridade moral firme em questões sociais e culturais.

<sup>42</sup> Dissolvido em 2011

<sup>43</sup> Dissolvido em 2011

**Tabela 11: Composição do Grupo da Europa da Liberdade e da Democracia em 2009**

Estado-membro	Nº de MPE	Partido Político	ESQ/DIR	GAL/TAN
Dinamarca	2	Partido Popular Dinamarquês	6.90	8.39
Finlândia	1	Partido dos Verdadeiros Finlandeses	5.11	9.11
França	1	Liberta <sup>44</sup>	9.10	8.91
Grécia	2	Concentração Popular Ortodoxa	8.67	8.33
Itália	9	Liga Norte	8.86	9.14
Lituânia	2	Ordem e Justiça	6.62	8.29
Holanda	1	União Cristã	5.44	7.66
Eslováquia	1	Partido Nacional Eslovaco	8.36	9.36
Reino Unido	13	Partido para a independência do Reino Unido	9.14	9.29

Fonte: Desenvolvido pela autora, com base nos dados recolhidos no website do Parlamento Europeu, ao qual foram adicionadas informações recolhidas do CHES relativamente ao posicionamento do partido na dimensão esquerda/direita e na dimensão GAL/TAN. Para apuramento do posicionamento do partido nas referidas dimensões, foi considerado para a dimensão ideológica: 0-4: extrema-esquerda; 5: centro; 6-10: extrema-direita. Para a dimensão valorativa: 0-4: Libertário/pós-materialista (GAL); 5: centro; 6-10: Tradicional/Autoritário (TAN).

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde era composto, em 2009, por 35 membros, provenientes de 15 partidos políticos. No sentido contrário dos dois grupos anteriores, os partidos políticos do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde estavam mais próximos da escala da extrema-esquerda, com os valores mínimo e máximo a rondar os 0.5 e 2, respetivamente. Relativamente à defesa dos valores democráticos, os partidos que compunham o grupo, em 2009, eram maioritariamente de tradição GAL, cujos valores oscilava entre os 0.66 e os 4.92, numa escala de 0 a 4.99. De acordo com a Tabela 12, as exceções eram, por um lado, o Partido Comunista da Boémia e da Morávia da República Checa, com um posicionamento a inclinar-se para o TAN, com 6.57 valores. Por outro lado, o Partido Comunista grego, com valores mais indefinidos, posicionando-se ao centro, com 5.78 valores. Em termos de representação geográfica, destacava-se a presença maioritariamente de Estados-membros do Sul da Europa, nomeadamente os mais afetados pela crise económica que se fez sentir ao longo desta legislatura – i.e. Grécia, Portugal e Espanha –, pese embora a liderança do grupo pertencesse aos alemães do *Die Linke*.

<sup>44</sup> Dissolveu-se em 2010.

**Tabela 12: Composição do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde em 2009**

Estado-membro	Nº de MPE	Partido Político	ESQ/DIR	GAL/TAN
Chipre	2	Partido progressista do povo trabalhador	2	3.25
República Checa	4	Partido Comunista da Boémia e Morávia	1.07	6.57
Dinamarca	1	Movimento de Pessoas contra a UE	2	2.75
França	5	Partido de Esquerda	1.7	2.40
Alemanha	8	<i>Die Linke</i>	1.23	4.92
Grécia	3	Partido Comunista da Grécia	0.666	5.78
		SYRIZA	2	2.11
Irlanda	1	Partido Socialista	0.875	1.86
Letónia	1	Centro de Harmonia <sup>45</sup>	—	—
Holanda	2	Partido Socialista	1	4.11
Portugal	5	Bloco de Esquerda	1.33	0.666
		Coligação Democrática Unitária	0.5	4.17
Espanha	1	Esquerda Unida	2	1.4
Suécia	1	Partido da Esquerda	1.71	1.95
Reino Unido	1	<i>Sein Féin</i>	—	—

Fonte: Desenvolvido pela autora, com base nos dados recolhidos no website do Parlamento Europeu, ao qual foram adicionadas informações recolhidas do CHES relativamente ao posicionamento do partido na dimensão esquerda/direita e na dimensão GAL/TAN. Para apuramento do posicionamento do partido nas referidas dimensões, foi considerado para a dimensão ideológica: 0-4: extrema-esquerda; 5: centro; 6-10: extrema-direita. Para a dimensão valorativa: 0-4: Libertário/pós-materialista (GAL); 5: centro; 6-10: Tradicional/Autoritário (TAN).

Por último, o grupo dos Não Inscritos era composto por 26 membros, provenientes de 11 partidos políticos. No geral, os partidos políticos estavam mais próximos da escala da extrema-direita, cujos valores rondavam os 8.67 valores, no mínimo, e os 9.93, no máximo. As exceções, reportavam-se ao partido ATAKA da Bulgária (5.36), assim como ao partido da Grande Roménia (5.63) e ao partido União, Progresso e Democracia espanhol (5.67), que se posicionavam ao centro. Para além desses, a Lista de Hans Peter Martin, um movimento austríaco, representava a exceção, posicionando-se na extrema-esquerda, com 4.78. Relativamente à defesa dos valores democráticos, os partidos que compunham os Não Inscritos, em 2009, estavam, maioritariamente na escala TAN, com valores a oscilar entre os 7.77 e os 9.65, conforme indicado na Tabela 13. Em termos de representação geográfica, destacava-se a presença de partidos da Áustria, da Bélgica, da França e da Holanda, precisamente, os que em 2015 viriam a formar um novo grupo político no Parlamento Europeu.

<sup>45</sup> Aliança dos partidos: Partido Nacional da Harmonia, Partido Socialista da Letónia, Novo Centro e o Partido Social Democrata. Dissolveu-se em 2014.

**Tabela 13: Composição do Grupo dos Não Inscritos em 2009**

Estado-membro	Nº de MPE	Partido Político	ESQ/DIR	GAL/TAN
Áustria	5	Lista de Hans Peter Martin	4.78	5
		Partido da Liberdade	8.69	8.80
Bélgica	2	<i>Vlaams Belang</i>	9.19	9
Bulgária	2	ATAKA	5.36	9.65
França	3	Frente Nacional	9.64	8.92
Hungria	3	JOBBIK	9.71	9.5
Holanda	4	Partido da Liberdade holandês	9.25	7.77
Roménia	3	Partido da Grande Roménia	5.63	9.45
Espanha	1	União, Progresso e Democracia	5.67	3.11
Reino Unido	3	Partido Nacional Britânico	9.93	9.53
		Partido Democrático Unionista	8.67	9.38

Fonte: Desenvolvido pela autora, com base nos dados recolhidos no website do Parlamento Europeu, ao qual foram adicionadas informações recolhidas do CHES relativamente ao posicionamento do partido na dimensão esquerda/direita e na dimensão GAL/TAN. Para apuramento do posicionamento do partido nas referidas dimensões, foi considerado para a dimensão ideológica: 0-4: extrema-esquerda; 5: centro; 6-10: extrema-direita. Para a dimensão valorativa: 0-4: Libertário/pós-materialista (GAL); 5: centro; 6-10: Tradicional/Autoritário (TAN).

Em resumo, o rescaldo das eleições europeias de 2009 parece apontar para o “acordar do gigante adormecido” do euroceticismo (Van der Eijk e Franklin, 2004), no seio do Parlamento Europeu. Isto porque, até aqui, e conforme o relato acima, os grupos patrocinadores de uma posição anti UE enfrentaram diversas dificuldades, desde as imposições institucionais, à falta de membros eleitos para a constituição de um verdadeiro grupo eurocético. Isto teve como consequência uma limitada capacidade de influência destes atores no seio do Parlamento Europeu, ao longo dos primeiros anos de integração europeia (Brack e Startin, 2015). Assim sendo, foi praticamente apenas após a legislatura de 2009 que os grupos eurocéticos começaram a cimentar a sua posição, apesar da evidência de heterogeneidade(s), sobretudo na extrema-direita, onde parece ser mais difícil a reunião de consensos. Não obstante, a eleição de mais membros anti UE, em 2009, contribuiu para a consolidação do que viria a confirmar-se nos anos seguintes, sobretudo no rescaldo das eleições europeias de 2014: com a afirmação do euroceticismo no hemiciclo.

### 2.2.2 A afirmação do euroceticismo no Parlamento Europeu entre 2014 e 2015

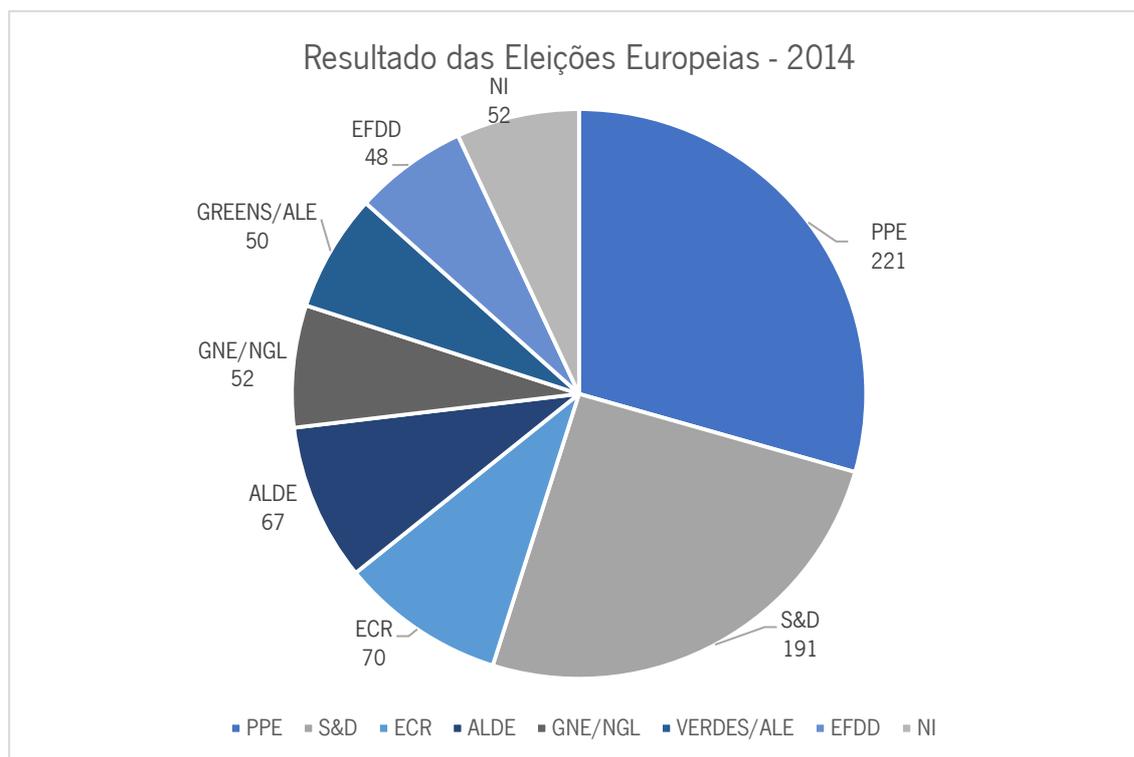
Em julho de 2014, teve início a oitava legislatura do Parlamento Europeu, a primeira após os resgates financeiros à Grécia, Portugal e Espanha e após a crise migratória de 2015. Os resultados apontaram (Gráfico 4) para um reforço do euroceticismo no seio do Parlamento Europeu, com os respetivos grupos eurocéticos a verem aumentados os seus membros, naquilo que Brack e Startin chamaram de “tsunami eurocético” (2015: 242). O grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus

tornou-se no terceiro maior grupo do Parlamento Europeu, com a eleição de 70 membros. Apesar de dois dos partidos fundadores – o Partido Conservador britânico e o Partido Democrático Cívico da República Checa – terem perdido assentos (conforme Tabela 14), “o sucesso dos movimentos de direita eurocéticos em toda a Europa constituiu uma oportunidade para os Conservadores e Reformistas Europeus alargarem a sua influência, incluindo novos parceiros que partilhavam pontos de vista semelhantes sobre a integração europeia” (Leruth, 2017a: 392).

Assim, em 2014, o grupo do Partido Popular Europeu perdeu 48 membros, começando a legislatura com 221 eurodeputados. Por sua vez, o grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu recebeu um pequeno reforço de membros, com a inclusão de sete novos eurodeputados, iniciando a legislatura com 180. Já a Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa foi o segundo grupo mais penalizado, com uma perda de 17 membros, iniciando a legislatura de 2014 com 67 membros. A terceira maior perda de membros verificou-se no grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, que passaram de 55 eurodeputados, em 2009, para 50, em 2014.

Não obstante, os grupos políticos eurocéticos conheceram um aumento das suas posições no Parlamento Europeu de 2014-2019. Assim, a extrema-esquerda representada no Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde passou de 35 membros, em 2009, para 52, em 2014, com um aumento de 17 novos eurodeputados. Por sua vez, a extrema-direita começou a legislatura, em 2014, representada nos grupos da Europa da Liberdade e da Democracia Direta e no grupo dos Não Inscritos. O grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta aumentou a sua influência com a inclusão de 16 novos membros, passando de 32 para 48. Já os Não Inscritos duplicaram o número de eurodeputados, de 26 para 52. De destacar, contudo, que parte destes membros – cerca de 34 – acabaram por migrar para o grupo da Europa das Nações e da Liberdade, em 2015, reduzindo o grupo dos Não Inscritos para 14 membros. A partir dessa altura, a extrema-direita eurocética passou a estar representada em quatro grupos oficiais (Mudde, 2016a), nomeadamente o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, o grupo da Europa das Nações e da Liberdade e o grupo dos Não Inscritos.

Gráfico 4: Resultado das Eleições Europeias – 2014



Fonte: Desenvolvido pela autora, a partir de dados recolhidos no website do Parlamento Europeu - <http://www.europarl.europa.eu/about-parliament/en/in-the-past/previous-elections>

As Tabelas 14, 15, 16, 17 e 18 resumem a configuração dos grupos eurocéticos nos anos de 2014, aquando do início de funções da oitava legislatura do Parlamento Europeu; e 2015, quando o grupo Europa das Nações e da Liberdade iniciou a sua atividade no hemiciclo. Assim, relativamente aos Conservadores e Reformistas Europeus, o grupo era formado por 17 partidos, provenientes de 15 Estados-membros. No geral, e à semelhança com 2009, os partidos políticos do grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus estavam mais próximos da escala da extrema-direita, com valores entre os 6.08 e os 8.92. Ao centro, além da LLRA e da União Cristã, exceções em 2009, acrescentaram-se o partido dos Verdadeiros Finlandeses e o *Fianna Fáil* irlandês, com 5.11 e 5.875, respetivamente. Com relação à defesa dos valores democráticos, os partidos que compunham o grupo em 2014 estavam praticamente todos posicionados na escala TAN, com valores a oscilar entre os 6 e os 9.25. Contudo, deve ser enfatizado que quatro partidos políticos apresentavam um posicionamento ideológico ao centro, nomeadamente, o partido dos Verdadeiros Finlandeses (5.11), o *Fianna Fáil* (5.875), o LLRA (5.46) e a União Cristã da Holanda (5.44), conforme dados da Tabela 14. Por último, em termos de representação geográfica, a presença de países do Leste Europeu, nomeadamente os originários do Grupo de Visegrado, continuou a ser muito forte. De entre esses, a República Checa e a

Polónia assumiram especial destaque, ainda que o grupo continuasse a ser dominado maioritariamente pelo Partido Conservador do Reino Unido.

**Tabela 14: Composição do Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus em 2014**

Estado-membro	Nº de MPE	Partido Político	ESQ/DIR	GAL/TAN
Bélgica	4	Nova Aliança Flamengo	7.80	6.19
Bulgária	2	Organização Revolucionária Interna da Macedónia – Movimento Nacional Búlgaro	6.08	8.625
República Checa	2	Partido Democrático Cívico	8	6
Croácia	1	Partido dos Direitos da Croácia Dr. Ante Starčević <sup>46</sup>	9	9.25
Dinamarca	4	Partido Popular Dinamarquês <sup>47</sup>	6.90	8.39
Finlândia	2	Partido dos Verdadeiros Finlandeses	5.11	9.11
Alemanha	8	Partido da Família alemão	—	—
		Alternativa para a Alemanha <sup>48</sup>	8.92	8.69
Grécia	1	Gregos independentes	8.78	8.56
Irlanda	1	<i>Fianna Fáil</i>	5.875	7.25
Letónia	1	Aliança Nacional	8.30	8.11
Lituânia	1	Ação Eleitoral dos Polacos na Lituânia	5.46	8.86
Holanda	2	União Cristã <sup>49</sup>	5.44	7.66
Polónia	19	Lei e Justiça <sup>50</sup>	7.94	8.47
Eslováquia	2	NOVA	7.07	7.08
		Pessoas comuns e personalidades independentes	6.5	8.08
Reino Unido	20	Partido Conservador Britânico	7	6.14
		Partido Unionista do Ulster	—	—

Fonte: Desenvolvido pela autora, com base nos dados recolhidos no website do Parlamento Europeu, ao qual foram adicionadas informações recolhidas do CHES relativamente ao posicionamento do partido na dimensão esquerda/direita e na dimensão GAL/TAN. Para apuramento do posicionamento do partido nas referidas dimensões, foi considerado para a dimensão ideológica: 0-4: extrema-esquerda; 5: centro; 6-10: extrema-direita. Para a dimensão valorativa: 0-4: Libertário/pós-materialista (GAL); 5: centro; 6-10: Tradicional/Autoritário (TAN).

Para Leruth (2017a: 392-393), o aumento verificado no grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus deveu-se, sobretudo, ao sucesso que os respetivos partidos que o compunham alcançaram nas eleições nacionais, sendo disso exemplo o caso do partido dos Verdadeiros Finlandeses, cujo líder

<sup>46</sup> Surgiu da separação com o Partido dos Direitos da Croácia.

<sup>47</sup> Rikke-Louise Karlsson foi eleita em 2014 pelo partido popular dinamarquês, juntando-se inicialmente ao grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, até fevereiro de 2018, quando mudou para o grupo dos Não Inscritos, como eurodeputada independente.

<sup>48</sup> No dia 12 de abril de 2016, Marcus Pretzell mudou-se para o grupo dos Não Inscritos, onde permaneceu até maio de 2016. Por esta altura, o eurodeputado da AfD mudou-se para o grupo da Europa das Nações e da Liberdade. Até novembro de 2017, Marcus Pretzell foi eurodeputado do partido Alternativa para a Alemanha. A partir dessa altura, o eurodeputado passou a pertencer ao recém-formado Die Blaue Partei (o partido azul). Por sua vez, Jorg Meuthen mudou-se do grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus para o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta (EFDD) em 2017.

<sup>49</sup> Em aliança com o Partido Político da Reforma (no sentido do protestantismo), uma lista que concorre ao Parlamento Europeu desde 1994: CU-SGP.

<sup>50</sup> Kazimierz Michal Ujazdowski foi eleito eurodeputado em 2014 pelo partido Lei e Justiça polaco, juntando-se ao grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus até abril de 2018. Nessa altura, o eurodeputado mudou-se para o grupo dos Não Inscritos como um eurodeputado independente.

se tornou Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus da Finlândia. Não obstante, o mesmo pode ser dito em relação ao Partido Lei e Justiça da Polónia, que ganhou as eleições presidenciais de 2015, assim como, as eleições legislativas nacionais. No mesmo sentido, o Partido Popular dinamarquês tornou-se no maior partido de direita após as eleições de junho de 2015. Por último, o Partido Conservador britânico conseguiu uma vitória esmagadora, cujo impacto se viria a sentir mais tarde (Ibidem). Recorde-se que o partido ganhou as eleições com a promessa de referendar a permanência do Reino Unido na UE, ato que acabou por ditar o processo de negociação do referendo pelo Brexit, um ano depois, em junho de 2016. A tomada de posições dos eurodeputados do Partido Conservador britânico no quadro da campanha eleitoral que precedeu o referendo britânico acabou por se refletir em divisões internas no seio do grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus: “enquanto sete deputados conservadores britânicos (incluindo o líder do grupo, Syed Kamall) fizeram campanha para deixar a UE, treze deles fizeram campanha a favor da permanência, juntamente com a maioria dos eurodeputados que compunham o grupo” (Ibid: 394). Por outro lado, Cas Mudde (2014<sup>51</sup>) apontou uma segunda razão para a instabilidade interna do grupo, nomeadamente o facto de os Conservadores e Reformistas Europeus terem acolhido membros oriundos do Partido Popular dinamarquês e do partido dos Verdadeiros Finlandeses, cujas posições sobre a UE tendiam a ser geralmente mais críticas.

Um segundo grupo de extrema-direita que aumentou os seus membros foi o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, renomeado para acolher os membros do Movimento Cinco Estrelas italiano. O grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta passou a estar representado por 48 eurodeputados, provenientes de sete Estados-membros. A maioria dos partidos políticos que compunham o grupo, em 2014, caracterizavam-se por ser mais próximos da escala da extrema-direita, com valores entre os 6.62 e 9.14. Aqui, a exceção é do Movimento Cinco Estrelas, que figurava mais próximo do centro, ainda que o indicador do *Chapel Hill Expert Survey* o coloque no espectro da extrema-esquerda, com 4.67. Contudo, relativamente à defesa dos valores democráticos, os partidos que compunham o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, em 2014, estavam, no geral, posicionados na escala TAN, com os valores mínimo e máximo muito próximos: 8.45 e 9.29, respetivamente. No entanto, deve ser ressalvada a exceção do partido *Svobodni*, que registava valores mais próximos do centro – 4.86 –, assim como, do Movimento Cinco Estrelas, que se apresentava na escala GAL, com 2.57 valores, conforme os resultados compilados na Tabela 15. Por último, em

---

<sup>51</sup> Mudde, C. (2014). “Electoral winners and political losers in right-wing Eurosceptic camp”. Open Democracy (online): <https://www.opendemocracy.net/en/can-europe-make-it/electoral-winners-and-political-losers-in-rightwing-eurosceptic-camp/>, acedido no dia 18 de junho de 2019.

termos de representação geográfica, merece destaque a presença de Estados-membros do Leste da Europa, ainda que os líderes do grupo fossem provenientes do Norte e do Sul europeu, isto é, do Reino Unido e da Itália, respetivamente.

**Tabela 15: Composição do Grupo Europa da Liberdade e da Democracia Direta em 2014**

Estado-membro	Nº de MPE	Partido Político	ESQ/DIR	GAL/TAN
França	1	Independente	—	—
República Checa	1	<i>Svobodní</i>	8.71	4.86
Itália	17	Movimento Cinco Estrelas	4.67	2.57
Letónia	1	União dos Agricultores da Letónia	—	—
Lituânia	2	Ordem e Justiça	6.62	8.29
Suécia	2	Democratas Suecos	7.76	9.24
Reino Unido	24	UKIP	9.14	9.29

Fonte: Desenvolvido pela autora, com base nos dados recolhidos no website do Parlamento Europeu, ao qual foram adicionadas informações recolhidas do CHES relativamente ao posicionamento do partido na dimensão esquerda/direita e na dimensão GAL/TAN. Para apuramento do posicionamento do partido nas referidas dimensões, foi considerado para a dimensão ideológica: 0-4: extrema-esquerda; 5: centro; 6-10: extrema-direita. Para a dimensão valorativa: 0-4: Libertário/pós-materialista (GAL); 5: centro; 6-10: Tradicional/Autoritário (TAN).

Comparativamente à legislatura anterior, o precedente grupo da Europa da Liberdade e da Democracia perdeu três partidos políticos: o Partido Popular dinamarquês, que se mudou para o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus; a Liga Norte, que fundou o novo grupo da Europa das Nações e da Liberdade; e o Partido Nacional eslovaco, que não elegeu nenhum representante. Apesar disso, o grupo ainda contou, nos primeiros anos, com a representação dos Democratas Suecos (que em 2018 se mudaram para o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus), cuja participação não permitia ao grupo da Europa da Liberdade e da Democracia ter o número mínimo de membros para a formação oficial de grupo no Parlamento Europeu. Por isso, o grupo recorreu ao Movimento Cinco Estrelas “ideologicamente idiossincrático e eurocético *soft*” (Mudde, 2017). A presença do M5S contribuiu para dois factos. Por um lado, para que o grupo Europa da Liberdade e da Democracia Direta fosse menos homogéneo ideologicamente, quando comparado com o precedente Europa da Liberdade e da Democracia. Por outro lado, para que o posicionamento relativamente ao euroceticismo variasse entre a rejeição ao Euro, defendida maioritariamente pelo movimento italiano, e a rejeição de toda a UE, que constituía a bandeira do inglês UKIP (Ibidem).

Relativamente à extrema-esquerda, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde conheceu 17 novos eurodeputados no rescaldo eleitoral de 2014. No mesmo padrão da legislatura anterior, os partidos políticos caracterizavam-se por ser mais próximos da escala da extrema-esquerda, com valores a rondar os 0.5 e os 4.67. Quanto à defesa dos valores democráticos,

os partidos que compunham o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, em 2014, no geral, eram mais próximos da escala GAL, com valores entre os 0.66 e os 4.92. Isto, à exceção do Partido Comunista da Morávia e Boémia da República Checa, que se posicionava mais em defesa dos valores TAN – 6.57 – e do partido *Fianna Féin*, que se encontrava ao centro, com 5.78, conforme pode ser verificado na Tabela 16. Em termos de representação geográfica, continuou a destacar-se a presença de Estados-membros provenientes do Sul da Europa, desta feita com a Espanha a liderar o grupo, após a eleição de 11 membros.

**Tabela 16: Composição do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde em 2014**

Estado-membro	Nº de MPE	Partido Político	ESQ/DIR	GAL/TAN
Chipre	2	Partido progressista do povo trabalhador	2	3.25
República Checa	3	Partido Comunista da Boémia e Morávia	1.07	6.57
Dinamarca	1	Movimento de Pessoas contra a UE	2	2.75
Finlândia	1	Aliança de Esquerda	1.88	1.88
França	4	Partido de Esquerda <sup>52</sup>	1.7	2.40
Alemanha	8	<i>Die Linke</i>	1.23	4.92
		Partido humano da proteção animal e ambiental	4.67	4
Grécia	6	SYRIZA	2	2.11
Irlanda	4	<i>Sinn Féin</i>	2.125	5.125
		Independente	—	—
Itália	3	Outra Europa com Alexis Tsipras	—	—
Holanda	3	Partido Socialista	1	4.11
		Partido dos Animais	2.89	2.33
Portugal	4	Bloco de Esquerda	1.33	0.666
		Coligação Democrática Unitária	0.5	4.17
Espanha	11	Esquerda Unida	2	1.4
		PODEMOS	1.67	1.75
		O povo decide	—	—
Suécia	1	Partido da Esquerda	1.71	1.95
Reino Unido	1	<i>Sein Féin</i>	—	—

Fonte: Desenvolvido pela autora, com base nos dados recolhidos no website do Parlamento Europeu, ao qual foram adicionadas informações recolhidas do CHES relativamente ao posicionamento do partido na dimensão esquerda/direita e na dimensão GAL/TAN. Para apuramento do posicionamento do partido nas referidas dimensões, foi considerado para a dimensão ideológica: 0-4: extrema-esquerda; 5: centro; 6-10: extrema-direita. Para a dimensão valorativa: 0-4: Libertário/pós-materialista (GAL); 5: centro; 6-10: Tradicional/Autoritário (TAN).

Uma vez que, em 2014, tanto o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, como o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta foram mais bem-sucedidos no recrutamento de novos membros à direita, o partido da Frente Nacional francês, o PVV holandês, o FPÖ austríaco e o

<sup>52</sup> O partido dissolveu-se em 2018.

*Vlaams Belang* belga falharam o cumprimento dos requisitos para a formação de um novo grupo de extrema-direita no início da legislatura, em julho de 2014. Isto deixou os mais extremistas confinados ao grupo dos Não Inscritos até 2015, altura em que conseguem finalmente unir-se para a formação de um novo grupo de extrema-direita no Parlamento Europeu. Contudo, até ao final da legislatura, em 2019, permaneceram como o grupo mais pequeno do hemiciclo. Todos os partidos políticos que compunham a Europa das Nações e da Liberdade estavam mais próximos da extrema-direita, num intervalo de valores entre os 7.78 e os 9.29. O mesmo padrão verificou-se também para o posicionamento TAN, cujos valores rondavam os 8.69 e os 9.64. Desta forma, e de acordo com a Tabela 17, o grupo era considerado o mais radical do Parlamento Europeu.

**Tabela 17: Composição do Grupo Europa das Nações e da Liberdade em 2015**

Estado-membro	Nº de MPE	Partido Político	ESQ/DIR	GAL/TAN
Áustria	4	Partido para a Liberdade	8.69	8.80
Bélgica	1	<i>Vlaams Belang</i>	9.19	9
França	21	Frente Nacional	9.64	8.92
Itália	5	Liga Norte	8.86	9.14
Holanda	4	Partido para a Liberdade	9.25	7.78
Polónia	2	KORWIN	9	8.19
Roménia	1	Independente	—	—
Reino Unido	3	UKIP	9.14	9.29
		Independente	—	—

Fonte: Desenvolvido pela autora, com base nos dados recolhidos no website do Parlamento Europeu, ao qual foram adicionadas informações recolhidas do CHES relativamente ao posicionamento do partido na dimensão esquerda/direita e na dimensão GAL/TAN. Para apuramento do posicionamento do partido nas referidas dimensões, foi considerado para a dimensão ideológica: 0-4: extrema-esquerda; 5: centro; 6-10: extrema-direita. Para a dimensão valorativa: 0-4: Libertário/pós-materialista (GAL); 5: centro; 6-10: Tradicional/Autoritário (TAN).

No geral, os membros do grupo da Europa das Nações e da Liberdade apelavam sobretudo à reforma da UE, em vez da sua total rejeição. Ainda que “a reforma implícita significasse concretamente uma rejeição dos princípios fundadores da UE” (Mudde, 2017: 414), era em torno desta ideia comum que o grupo se afirmava mais homogéneo. Por exemplo, o *Vlaams Belang* apresentava-se como “o único partido verdadeiramente pró-europeu, no sentido em que era o único crítico da UE e da Europa” (Ibid: 415). Por sua vez, o FPÖ declarou que “a Europa não podia ser reduzida a um projeto político da União Europeia” (Ibidem), negando assim a existência da UE, em detrimento da existência da Europa.

Por último, o grupo dos Não Inscritos viu o número de membros duplicar no início da legislatura em 2014, contudo, com a formação do grupo da Europa das Nações e da Liberdade, os Não Inscritos

ficaram reduzidos a 14 eurodeputados<sup>53</sup>. Assim, de acordo com a Tabela 18, os membros que permaneceram nos Não Inscritos em 2015 eram provenientes de cinco Estados-membros, com os partidos políticos a serem mais próximos da escala da extrema-direita, num intervalo de valores entre 8.67 e 10. A exceção era do Partido Comunista grego, que se posicionava na extrema-esquerda, com 0.66 valores. Relativamente à defesa dos valores democráticos, os partidos que compunham o grupo em 2015 estavam, no geral, posicionados na escala TAN, com valores entre 8.92 e 10, o que lhes conferia a mesma classificação do que o grupo da Europa das Nações e da Liberdade, enquanto grupo antissistema e ideologicamente mais radical.

**Tabela 18: Composição do Grupo dos Não Inscritos em 2015**

Estado-membro	Nº de MPE	Partido Político	Ano	ESQ/DIR	GAL/TAN
França	3	Frente Nacional <sup>54</sup>	1972	9.64	8.92
Grécia	5	Partido Comunista Grego	1918	0.666	5.78
		Aurora Dourada	1993	9.89	10
		PAT.RI.E <sup>55</sup>	2018	—	—
Alemanha	2	Partido Nacional Democrático da Alemanha	1964	10	9.82
		<i>Die Partei</i>	2004	—	—
Hungria	3	JOBBIK	2003	9.71	9.5
Reino Unido	1	Partido Democrático Unionista	1971	8.67	9.38

Fonte: Desenvolvido pela autora, com base nos dados recolhidos no website do Parlamento Europeu, ao qual foram adicionadas informações recolhidas do CHES relativamente ao posicionamento do partido na dimensão esquerda/direita e na dimensão GAL/TAN. Para apuramento do posicionamento do partido nas referidas dimensões, foi considerado para a dimensão ideológica: 0-4: extrema-esquerda; 5: centro; 6-10: extrema-direita. Para a dimensão valorativa: 0-4: Libertário/pós-materialista (GAL); 5: centro; 6-10: Tradicional/Autoritário (TAN).

Em suma, o rescaldo das eleições europeias de 2014 afirmou-se como a altura que mais contribuiu para a verdadeira consolidação do euroceticismo no seio do Parlamento Europeu. Por um lado, porque o contexto de crise dominante motivou a eleição de mais membros eurocéticos, quer de extrema-direita, como de extrema-esquerda, facilitando a afirmação da oposição à UE no seio do Parlamento Europeu. Por outro lado, porque o aumento do número de membros significou a institucionalização de um bloco eurocético no Parlamento Europeu. Apesar de os membros anti UE ficarem distribuídos por cinco grupos, o que significa que “enquanto força política foram

<sup>53</sup> De modo a evitar a duplicação de conteúdo analítico, visto que os dados referentes ao grupo dos Não Inscritos para 2014 seriam semelhantes aos do grupo da Europa das Nações e da Liberdade, em 2015, para efeitos desta análise, foi considerada a composição dos Não Inscritos, em 2015, após a saída dos respetivos eurodeputados.

<sup>54</sup> Em 2014, foram eleitos 24 eurodeputados pela Frente Nacional, dos quais, quinze migraram para o grupo da Europa das Nações e da Liberdade, em 2015, enquanto outros cinco se mudaram para o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta. No grupo dos Não Inscritos permaneceram apenas três eurodeputados da Frente Nacional.

<sup>55</sup> Eleftherios Synadinou foi eleito pelo partido grego da Aurora Dourada, em 2014. Em 2018, abandonou o partido para formar a União Patriótica Radical – PAT.RI.E.

enfraquecidos” (Mudde, 2017), é de salientar o estreitamento de relações entre a extrema-direita no sentido do desenvolvimento de um movimento transnacional que permitisse a subsistência futura. Assim, o embrionário Movimento pela Europa das Nações e das Liberdades, fundado em 2014, serviu de alavanca para, em 2019, ser lançada a Aliança Europeia dos Povos e das Nações<sup>56</sup>. Este último tinha por objetivo juntar os diversos partidos da direita conservadora e da direita radical num projeto que os tornasse “no grupo mais importante do Parlamento Europeu” (Salvini, 2019<sup>57</sup>).

### 2.2.3 Na sombra do processo Brexit: o euroceticismo no Parlamento Europeu de 2019

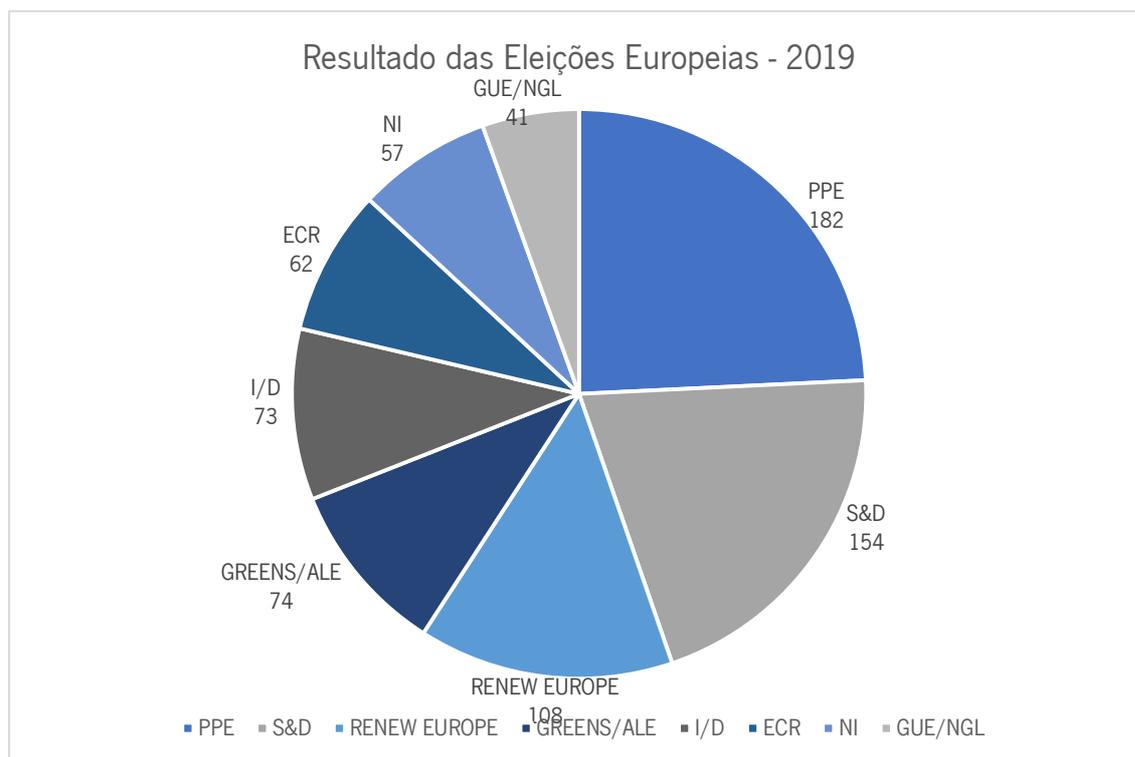
Em julho de 2019, teve início a nona legislatura do Parlamento Europeu – a primeira sob o pano de fundo das negociações do Brexit. Tal como mostra o Gráfico 5, os resultados apontaram para um reforço do euroceticismo no seio do Parlamento Europeu, ainda que o mesmo tenha ficado abaixo das expectativas (Brack, 2019: 64). Por um lado, no *mainstream* dominante europeu, assistiu-se a uma fragmentação, que o fez perder muitos membros. Por outro lado, a extrema-direita reforçou a sua posição de solidez, ainda que não dominante, e a esquerda tornou-se ainda mais verde. Nesse sentido, o hemicycle para 2019 revelou-se mais dividido, com um aumento do apoio a forças *anti-establishment* – pró ou anti UE.

---

<sup>56</sup> Fundado em conjunto com os partidos constituintes do grupo Europa das Nações e da Liberdade.

<sup>57</sup> Fonte: <https://www.sabado.pt/mundo/detalhe/nacionalistas-europeus-anunciam-uniao-de-esforcos-apos-eleicoes>, consultado no dia 12 de agosto de 2019.

**Gráfico 5: Resultado das Eleições Europeias - 2019**



Fonte: Desenvolvido pela autora, a partir de dados recolhidos do website do Parlamento Europeu - <https://www.eleicoes-europeias.eu/resultados-eleitorais>

Assim, o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus perdeu o seu lugar predominante, em comparação com a legislatura anterior, sobretudo devido à perda de 15 membros por parte do Partido Conservador britânico. Ademais, o grupo perdeu também os membros do partido dos Verdadeiros Finlandeses, bem como do Partido do Povo dinamarquês e do partido Alternativa para a Alemanha que, em 2019 se mudaram para o recém-formado grupo da Identidade e Democracia. Dito isto, os Conservadores e Reformistas Europeus receberam um reforço de eurodeputados provenientes da Polónia – mais oito –, e beneficiou da entrada de novos membros do Sul da Europa, originários do partido VOX espanhol e do partido italiano Irmãos de Itália, tal como se apresenta na Tabela 19. Assim sendo, o renovado grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus iniciou a nona legislatura, mantendo as características dos partidos políticos maioritariamente posicionados na extrema-direita (valores 6.08 e 8.39) e defensores de um posicionamento TAN (com registo de valores entre 6 e 9.67). As alterações verificaram-se a dois níveis. Por um lado, no reforço da presença de mais partidos políticos recém-formados. Por outro lado, na afirmação da aliança dos países de Visegrado que, em 2019, assumiram a liderança do grupo, sobretudo por parte da Polónia.

**Tabela 19: Composição do Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus em 2019**

Estado-membro	Nº de MPE	Partido Político	ESQ/DIR	GAL/TAN
Bélgica	3	Nova Aliança Flamenga	7.80	6.19
Bulgária	2	Organização Revolucionária Interna da Macedónia – Movimento Nacional Búlgaro	6.08	8.625
República Checa	4	Partido Democrático Cívico	8	6
Croácia	1	Partido Conservador da Croácia	—	—
Alemanha	1	Partido da Família alemão	—	—
Grécia	1	Solução Grega	—	—
Espanha	3	VOX	—	—
Itália	5	Irmãos de Itália	8.39	9.21
Letónia	2	Aliança Nacional	8.30	8.11
Lituânia	1	Ação Eleitoral dos Polacos na Lituânia	5.46	8.86
Holanda	4	Partido Político da Reforma	7.93	9.67
		Fórum para a Democracia	9.53	7.13
Polónia	26	Lei e Justiça	7.94	8.47
		Polónia Unida	8.29	8.65
Eslováquia	2	Solidariedade e Liberdade	7.29	2.79
Suécia	3	Democratas Suecos	7.76	9.24
Reino Unido	4	Partido Conservador Britânico	7	6.14

Fonte: Desenvolvido pela autora, com base nos dados recolhidos no website do Parlamento Europeu, ao qual foram adicionadas informações recolhidas do CHES relativamente ao posicionamento do partido na dimensão esquerda/direita e na dimensão GAL/TAN. Para apuramento do posicionamento do partido nas referidas dimensões, foi considerado para a dimensão ideológica: 0-4: extrema-esquerda; 5: centro; 6-10: extrema-direita. Para a dimensão valorativa: 0-4: Libertário/pós-materialista (GAL); 5: centro; 6-10: Tradicional/Autoritário (TAN).

Durante a oitava legislatura muito se especulou sobre os efeitos do Brexit no seio do Parlamento Europeu. De tal forma que as expectativas eram que as eleições europeias de 2019 fossem as primeiras sem o Reino Unido, desde há cerca de quarenta anos. Por esse motivo, o Parlamento Europeu antecipou as regras para a distribuição dos lugares deixados vagos pelos eurodeputados britânicos, sendo que a materialização da saída do Reino Unido colocava em risco a sobrevivência de, pelo menos, dois grupos parlamentares, nomeadamente o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus e do grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, ambos maioritariamente liderados por partidos políticos ingleses. Contudo, o Brexit não aconteceu na data prevista (i.e., a 29 de março de 2019), tendo sido adiado, e por isso, o Reino Unido foi mesmo a votos, no dia 23 de maio de 2019, para a eleição dos seus eurodeputados.

Com (ou sem) surpresa, a ida a votos por parte do Reino Unido acabou por significar uma vantagem para o euroceticismo no Parlamento Europeu. Isto porque, o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus estabeleceu-se, apesar da perda de quinze membros provenientes do Partido Conservador britânico; e o desmantelamento do grupo Europa da Liberdade e da Democracia Direta

acabou por ser uma vantagem para o recém-formado grupo da Identidade e Democracia, que conseguiu, assim, a angariação de mais membros da direita radical (que na última legislatura estavam dispersos entre o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta e o grupo da Europa das Nações e da Liberdade) com a partida do UKIP – agora Partido do Brexit – para os Não Inscritos. Desta forma, a extrema-direita conseguiu estabelecer-se num único grupo no Parlamento Europeu. Sendo este um acontecimento inédito, praticamente, desde 1979.

Portanto, a grande novidade da nova legislatura foi a eliminação do grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, assim como do grupo da Europa das Nações e da Liberdade, que deu lugar ao grupo da Identidade e Democracia. Assumindo o grupo da Europa das Nações e da Liberdade como precedente do Identidade e Democracia, verificou-se que apenas quatro dos anteriores partidos políticos se mantiveram na nova legislatura, nomeadamente o FPÖ austríaco (que perdeu um eurodeputado), o *Vlaams Belang* belga (que aumentou a representação em mais um eurodeputado), o Frente Nacional francês (que aumentou a representação no grupo em mais sete eurodeputados) e o Liga Norte italiano (que reforçou consideravelmente o seu peso com a eleição de mais 22 eurodeputados). Além disso, o novo grupo acolheu os desertores do grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, provenientes do partido dos Verdadeiros Finlandeses, do Partido do Povo dinamarquês e do partido Alternativa para a Alemanha. Desta forma, o grupo da Identidade e Democracia afirmou-se como o grupo eurocético de extrema-direita mais influente no Parlamento Europeu pós-julho de 2019, com a representação de 73 membros, posicionando-se como o quinto maior grupo do hemiciclo, com apenas menos um eurodeputado do que o grupo dos Verdes/Aliança Verde Europeia.

O grupo da Identidade e Democracia caracterizava-se pelos seus membros derivarem de partidos políticos maioritariamente de extrema-direita (valores entre 6.90 e 9.64) e TAN, com valores acima dos oito, numa escala que começa em cinco. Além disso, e apesar da maior presença de Estados-membros provenientes do Centro Europeu, o grupo era liderado pelo único representante do Sul da Europa – a Itália, conforme atesta a Tabela 20.

Tabela 20: Composição do Grupo Identidade e Democracia em 2019

Estado-membro	Nº de MPE	Partido Político	ESQ/DIR	GAL/TAN
Áustria	3	Partido para a Liberdade	8.69	8.80
Bélgica	3	<i>Vlaams Belang</i>	9.19	9
República Checa	2	Liberdade e Democracia Direta	8.23	9.08
Dinamarca	1	Partido Popular Dinamarquês	6.90	8.39
França	22	Frente Nacional	9.64	8.92
Alemanha	11	Alternativa para a Alemanha	8.92	8.69
Estónia	1	Partido Popular Conservador da Estónia	9.07	9.27
Itália	28	Liga Norte	8.86	9.14
Finlândia	2	Partido dos Verdadeiros Finlandeses	5.11	9.11

Fonte: Desenvolvido pela autora, com base nos dados recolhidos no website do Parlamento Europeu, ao qual foram adicionadas informações recolhidas do CHES relativamente ao posicionamento do partido na dimensão esquerda/direita e na dimensão GAL/TAN. Para apuramento do posicionamento do partido nas referidas dimensões, foi considerado para a dimensão ideológica: 0-4: extrema-esquerda; 5: centro; 6-10: extrema-direita. Para a dimensão valorativa: 0-4: Libertário/pós-materialista (GAL); 5: centro; 6-10: Tradicional/Autoritário (TAN).

É interessante notar que, se a extrema-direita saiu reforçada, a extrema-esquerda perdeu representação no novo Parlamento Europeu, com menos 11 membros. A maior perda verificou-se em Espanha, com a eleição de menos cinco dos seus eurodeputados. Além disso, registou-se a perda de dois outros eurodeputados provenientes da Alemanha e da República Checa, respetivamente. Por fim, na abertura da nona legislatura a Itália não teve representação no GUE/NGL. Apesar de se ter tornado no grupo eurocético menos influente, as características dos partidos políticos que compunham o grupo em 2019 mantiveram-se praticamente inalteradas, quando comparadas com as legislaturas anteriores. De destacar, contudo, a igualdade de membros eleitos pela França, Alemanha, Grécia e Espanha – seis eurodeputados cada um – que assumiram a nova ‘liderança’ do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, tal como mostra a Tabela 21.

**Tabela 21: Composição do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde em 2019**

Estado-membro	Nº de MPE	Partido Político	ESQ/DIR	GAL/TAN
Bélgica	1	Partido do Trabalho da Bélgica	0.40	2.8
Chipre	2	Partido progressista do povo trabalhador	2	3.25
República Checa	1	Partido Comunista da Boémia e Morávia	1.07	6.57
Dinamarca	1	Aliança Vermelha e Verde	1.2	2.09
Finlândia	1	Aliança de Esquerda	1.88	1.88
França	6	França Insubmissa	1	2.3
		Esquerda Republicana e Socialista	—	—
Alemanha	6	<i>Die Linke</i>	1.23	4.92
		Partido humano da proteção animal e ambiental	4.67	4
Grécia	6	SYRIZA	2	2.11
Irlanda	4	<i>Sinn Féin</i>	2.125	5.125
		Independentes pela mudança	—	—
		Independentes	—	—
Holanda	1	Partido pelos Animais	2.89	2.33
Portugal	4	Bloco de Esquerda	1.33	0.666
		Coligação Democrática Unitária	0.5	4.17
Espanha	6	Esquerda Unida	2	1.4
		PODEMOS	1.67	1.75
		EH BILDU	1.43	1.73
Suécia	1	Partido da Esquerda	1.71	1.95
Reino Unido	1	<i>Sinn Fein</i>	2.91	4

Fonte: Desenvolvido pela autora, com base nos dados recolhidos no website do Parlamento Europeu, ao qual foram adicionadas informações recolhidas do CHES relativamente ao posicionamento do partido na dimensão esquerda/direita e na dimensão GAL/TAN. Para apuramento do posicionamento do partido nas referidas dimensões, foi considerado para a dimensão ideológica: 0-4: extrema-esquerda; 5: centro; 6-10: extrema-direita. Para a dimensão valorativa: 0-4: Libertário/pós-materialista (GAL); 5: centro; 6-10: Tradicional/Autoritário (TAN).

Por último, o grupo dos Não Inscritos praticamente duplicou o número de membros, na sequência da eliminação do grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta. Assim, os 30 membros do Reino Unido, praticamente todos provenientes do ex UKIP, e que transitaram para o recém-formado Partido do Brexit, optaram por se juntar ao grupo dos Não Inscritos. No mesmo sentido, em 2019, os 14 membros do Movimento Cinco Estrelas também se juntaram aos Não Inscritos, tornando este grupo ainda mais heterógeno, atendendo às características dos membros que o compunham. Desta forma, prevaleceu a presença de partidos de extrema-direita (num intervalo de valores entre 8.67 e 9.89), com as notáveis exceções do KKE grego (0.66) e do M5S italiano (4.67), ambos posicionados na extrema-esquerda. O mesmo padrão repetiu-se em relação aos valores democráticos. Assim, a maioria dos partidos políticos posicionava-se na escala TAN, com valores entre 9.5 e 10, à exceção do KKE (5.78) e do M5S (2.57), que se posicionavam na escala GAL. A novidade

residiu no facto de que praticamente todos os partidos políticos que compunham o grupo dos Não Inscritos em 2019 eram partidos recém-formados, à exceção dos partidos políticos oriundos da Grécia e do Partido Democrático Unionista britânico, conforme se pode verificar na Tabela 22.

**Tabela 22: Composição do Grupo dos Não Inscritos - 2019**

Estado-membro	Nº de MPE	Partido Político	ESQ/DIR	GAL/TAN
Grécia	4	Partido Comunista Grego (KKE)	0.666	5.78
		Aurora Dourada (XA)	9.89	10
		Independente	—	—
Croácia	2	Bloqueio Humano	—	—
		Independente	—	—
Itália	14	Movimento Cinco Estrelas	4.67	2.57
Alemanha	1	<i>Die Partei</i>	—	—
Hungria	1	JOBBIK	9.71	9.5
Eslováquia	2	Partido Popular Nossa Eslováquia	9.73	9.80
		Independente	—	—
Reino Unido	30	Partido do Brexit	—	—
		Partido Democrático Unionista	8.67	9.38

Fonte: Desenvolvido pela autora, com base nos dados recolhidos no website do Parlamento Europeu, ao qual foram adicionadas informações recolhidas do CHES relativamente ao posicionamento do partido na dimensão esquerda/direita e na dimensão GAL/TAN. Para apuramento do posicionamento do partido nas referidas dimensões, foi considerado para a dimensão ideológica: 0-4: extrema-esquerda; 5: centro; 6-10: extrema-direita. Para a dimensão valorativa: 0-4: Libertário/pós-materialista (GAL); 5: centro; 6-10: Tradicional/Autoritário (TAN).

Resumidamente, a nona legislatura do Parlamento Europeu que se iniciou sob o pano de fundo do Brexit afigurou-se uma verdadeira nova janela de oportunidade para o incremento do euroceticismo no seio do Parlamento Europeu. De resto, o facto de o Brexit não ter ocorrido antes das eleições europeias de 2019 favoreceu o euroceticismo que beneficiou da realização de eleições europeias no ainda Estado-membro, por dois motivos. Em primeiro lugar, porque o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus sobreviveu, apesar da perda de membros do Partido Conservador, o que significa que tem condições para se manter apesar da materialização do Brexit, a 31 de janeiro de 2020. Em segundo lugar, o recém-formado grupo da Identidade e Democracia beneficiou do facto do Partido do Brexit e do Movimento Cinco Estrelas se terem deslocado para os Não Inscritos, com membros do anterior grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta a integrarem o novo grupo.

Com a saída do Reino Unido a 31 de janeiro de 2020 verifica-se uma reconfiguração do Parlamento Europeu. Dos 73 lugares deixados pelo Reino Unido, 27 serão distribuídos por 14 Estados-

membros, de acordo com o princípio da proporcionalidade degressiva<sup>58</sup>. Quanto aos restantes 46, estes ficarão por ocupar com o objetivo de serem distribuídos em eventuais futuros alargamentos. Na prática, isto significa uma redução de membros eleitos para o Parlamento Europeu de 751, para 705. Os lugares deixados vagos com a saída do Reino Unido afetam e afetarão sobretudo os grupos eurocéticos, nomeadamente o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus e o grupo da Identidade e Democracia.

## 2.3 Conclusão

O presente capítulo apresentou uma evolução do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu, especialmente atendendo aos marcadores temporais pós-1992 e pós-2008. Desta forma, foi possível concluir que o euroceticismo no seio do Parlamento Europeu é um fenómeno bastante volátil e heterogéneo, conseguindo-se identificar, pelo menos, três tipos de euroceticismo. Em primeiro lugar, um euroceticismo constituído maioritariamente por partidos políticos da direita conservadora. Em segundo lugar, um euroceticismo que é uma consequência da união dos partidos políticos da direita radical. E, por último, um euroceticismo característico dos partidos políticos da extrema-esquerda.

A extrema-esquerda manteve-se unida durante mais de vinte anos, enquanto a direita conservadora foi encontrando meios para subsistir no seio do Parlamento Europeu. Não obstante, apenas a direita radical apresentou maiores dificuldades para se manter coesa e homogénea, devido à heterogeneidade que caracterizava os diversos atores. Com efeito, o contexto pós-2008, com a eleição de mais membros provenientes de partidos políticos mais críticos da UE, abriu caminho, não só ao aumento do euroceticismo no seio do Parlamento Europeu, mas também ao desenvolvimento de uma verdadeira oposição no hemiciclo.

Assim, no rescaldo das eleições europeias de 2009, o Parlamento Europeu contou com a presença de mais membros eurocéticos, o que contribuiu de certa forma para o “despertar do gigante adormecido”. A eleição de mais e novos membros eurocéticos permitiu que a direita se conseguisse organizar em dois grupos com características mais ou menos eurocéticas, enquanto a extrema-esquerda cimentou a sua posição no hemiciclo. Por outro lado, essa eleição facilitou o diálogo entre as

---

<sup>58</sup> A proporcionalidade degressiva dita que “embora os lugares sejam distribuídos de acordo com a dimensão populacional dos Estados-membros, os Estados-membros com mais população aceitam estar sub-representados para favorecer a maior representatividade dos Estados-membros menos populosos. Assim, quanto maior for o país, menor é o número de lugares em relação à sua população”, consultado em: [https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/20/o-parlamento-europeu-organizacao-e-funcionamento?fbclid=IwAR3VvOEgBV6ul\\_vDRKK4-o-F1MK6STrsPI6rNOjNvm\\_iiqCXS-K7Boelalw](https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/20/o-parlamento-europeu-organizacao-e-funcionamento?fbclid=IwAR3VvOEgBV6ul_vDRKK4-o-F1MK6STrsPI6rNOjNvm_iiqCXS-K7Boelalw), no dia 28 de outubro de 2019.

forças recém-eleitas, sobretudo na extrema-direita, no sentido de se organizarem verdadeiramente no futuro. E foi o que aconteceu em 2014, na sequência das eleições europeias. O euroceticismo recebeu um leque alargado de novos partidos políticos, que permitiu que este se estabelecesse efetivamente. Nesse sentido, a oitava legislatura do Parlamento Europeu, em 2014, afirmou-se como a verdadeira impulsionadora do euroceticismo no seio do hemiciclo. Além do grupo da direita conservadora ter ascendido à posição de terceira maior força parlamentar, a extrema-esquerda presenciou um aumento de membros sem precedentes, desde 1995. E a direita radical estreitou relações com os novos parceiros de forma a se organizarem definitivamente. Assim aconteceu com o Movimento pela Europa das Nações e das Liberdades (MENF), que viria mais tarde a consolidar-se, na sequência das eleições europeias de 2019. Neste sentido, as eleições europeias de 2019, assim como o processo de negociação do Brexit acabaram por ditar o reforço do euroceticismo no seio do Parlamento Europeu.

Até aqui, continuam por identificar as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos e qual a sua evolução à luz das transformações descritas no presente capítulo – algo que será tratado no capítulo terceiro (onde se apresentam as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu pós-2008) e seguinte.

### CAPÍTULO 3

## As condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu entre 2008 e 2020: Análise Qualitativa Comparada Exploratória

Após a análise da evolução do euroceticismo, no geral, e no seio do Parlamento Europeu, em particular, o presente capítulo é dedicado ao tratamento dos dados empíricos que permitem identificar as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu no intervalo temporal definido para a investigação, i.e., 15 de setembro de 2008 e 31 de janeiro de 2020. A identificação de tais condições definidoras do euroceticismo permitirá, numa segunda fase, responder à pergunta de investigação que orientou este estudo: **como evoluíram as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu, entre 2008 e 2020?**

Para tal, utilizamos como método a Análise Qualitativa Comparada que, na sua forma exploratória, é operacionalizada mediante o recurso à abordagem *crisp-set*, que permitiu a realização do estudo do euroceticismo através de uma abordagem configuracional, i.e., com base na análise comparativa, procurou-se compreender as possíveis associações entre as condições e os resultados. Por este motivo, a abordagem configuracional é distinta da tradicional abordagem dos métodos quantitativos, na medida em que, no geral, os métodos quantitativos procuram descrever de que forma cada variável independente pode ter impacto sobre a variável dependente. Com vista a acomodar algumas sugestões da literatura sobre o euroceticismo, já antecipadas na Introdução, na presente tese procuramos ir mais além e por isso consideramos pertinente o recurso a uma abordagem configuracional, que beneficia do facto de a Análise Qualitativa Comparada combinar três características essenciais, a saber: ser qualitativo (Berg-Schlosser, 2012), comparativo (Rihoux e Marx, 2013) e multicausal (Schneider e Wagemann, 2012).

A Análise Qualitativa Comparada baseia-se na lógica booleana, que permite o tratamento sistemático dos casos a partir da combinação lógica entre as condições, estabelecidas pela teoria, e a análise concreta dos casos escolhidos intencionalmente (e não de forma aleatória). Uma vez que recorreremos à forma *crisp-set* para operacionalizar a Análise Qualitativa Comparada, as condições foram categorizadas de forma binária entre 0 (zero) e 1 (um), de acordo com as regras descritas na Tabela 7. Por conseguinte, a dicotomização das condições definidoras do euroceticismo deu origem ao desenvolvimento de uma *truth table*, onde foram apresentados, por um lado, os valores referentes às condições; e, por outro lado, os resultados, operacionalizados igualmente em 0 (zero) e 1 (um). Neste

caso em particular, 0 (zero) referente aos grupos políticos constituídos maioritariamente por partidos políticos GAL, e 1 (um) aos grupos políticos compostos por partidos políticos TAN.

Enquanto instrumento metodológico, a Análise Qualitativa Comparada possibilita a sistematização e a operacionalização das condições, que, por sua vez, favorecem a análise de um número pequeno, ou intermédio, de casos (i.e., mais de dez e menos de 100), a partir de uma determinada teoria (Ragin e Rihoux, 2004: 3). Desta forma, a Análise Qualitativa Comparada facilitou a análise dos grupos políticos eurocéticos do Parlamento Europeu, a partir das características codificadas pelas condições. Condições essas, que foram derivadas do Pós-funcionalismo. Além disso, a codificação das condições gerou três ‘padrões de oposição à UE’ na relação entre as condições e os resultados, que foram, particularmente úteis na identificação das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos GAL e nos grupos políticos TAN. Por último, a Análise Qualitativa Comparada favoreceu a generalização dos resultados, ainda que com limitação temporal. Por esse motivo, e para efeitos da presente tese, a operacionalização da Análise Qualitativa Comparada foi repetida três vezes, coincidindo com o início de cada nova legislatura do Parlamento Europeu no período compreendido entre 15 de setembro de 2008 e 31 de janeiro de 2020. Desta forma, essa repetição aplicou-se a 2009, 2014/2015 e 2019.

O presente capítulo está dividido em duas secções. Na primeira, referente ao ‘procedimento’, descrevemos toda a operacionalização do modelo de análise que permitiu o desenvolvimento exploratório da Análise Qualitativa Comparada. Na segunda secção, e na sequência da análise dos resultados da Análise Qualitativa Comparada, são identificadas as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos GAL e nos grupos políticos TAN.

### **3.1. Procedimento**

Como já foi referido, para a observação das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu, desde 2008, a presente investigação recorreu ao método da Análise Qualitativa Comparada que, na sua forma exploratória é operacionalizada mediante o recurso à abordagem *crisp-set*. A aplicação do método, na forma exploratória, justifica-se por dois motivos. Por um lado, pela ausência de dados diversos que permitissem a aplicação total da Análise Qualitativa Comparada. Por outro lado, pela ausência de um quadro teórico próprio do euroceticismo. Nesse sentido, recorreu-se ao Pós-funcionalismo, que permitiu compreender as causas e os efeitos da politização da integração europeia. Tomando como ponto de partida a politização da integração

européia, foi analisado o posicionamento dos partidos políticos que compunham os respectivos grupos políticos eurocéticos relativamente a três condições essenciais, resultantes dos temas de politização da integração europeia que foram identificados pela literatura (Bartolini, 2005): as ‘questões constitutivas’, as ‘questões gerais’ e as ‘*policy issues*’. Os grupos políticos escolhidos para a análise foram os grupos políticos eurocéticos que atuaram no Parlamento Europeu, entre 15 de setembro de 2008 e 31 de janeiro de 2020, e que foram caracterizados no capítulo anterior. São eles, o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (em 2009, 2014/2015 e 2019), o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia (em 2009), o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta (em 2014/2015), o grupo da Europa das Nações e da Liberdade (em 2014/2015), o grupo da Identidade e Democracia (em 2019), o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (em 2009, 2014/2015 e 2019) e o grupo dos Não Inscritos (em 2009, 2014/2015 e 2019)– (Brack, 2017: 399; FitzGibbon, et. al, 2017; Brack, 2018). A Tabela 5 apresentou esses grupos, organizados por cada início de legislatura do Parlamento Europeu, desde 2008.

O principal objetivo no uso da forma exploratória da Análise Qualitativa Comparada residiu no facto de esta forma permitir agrupar os casos em diferentes padrões, o que possibilitava a identificação de tipologias (Rihoux, 2016: 388) de oposição à UE no seio do Parlamento Europeu. Para isso, procedeu-se à construção da *truth table*, cuja análise foi feita com o objetivo de procurar resultados, mais do que testar a consistência e a cobertura dos dados (Thiem, 2016), algo que está em linha com os objetivos originais da Análise Qualitativa Comparada. Após a análise da *truth table*, identificou-se a existência de uma contradição, i.e., de casos com a mesma combinação de condições, mas resultados diferentes. Nestes casos, seguimos o previsto pelo protocolo da Análise Qualitativa Comparada, que estipulava a introdução de mais uma condição. Desta forma, optou-se por dividir as ‘*policy issues*’ em duas condições separadas: ‘questões de política económica, relativamente às variáveis da redistribuição e da desregulamentação; e ‘questões de política migratória’, com relação às variáveis da imigração e do multiculturalismo (conforme a Tabela 23). Após a reanálise da nova *truth table*, e na ausência de novas contradições, avançou-se para a última fase, que analisou os resultados considerando o ano de 2008 como o marcador temporal verdadeiramente transformador do estudo do euroceticismo (Silva e Ferreira-Pereira, 2018).

**Tabela 23: Atualização da Tabela 6 para inclusão de uma nova condição no estudo**

Temas de Politização (Bartolini, 2005)		Variáveis independentes – <i>Chapel Hill Expert Survey</i>
Questões constitutivos		EU_EP; EU_INTMARK; EU_FOREIGN; EU_BUDGETS; EU_ASYLUM
<i>Policy issues</i>	Questões de política económica	DEREGULATION; REDISTRIBUTION;
	Questões de política migratória	IMMIGRATE_POLICY; MULTICULTURALISM;
Questões gerais		EU_POSITION; EU_SALIENCE; EU_BENEFIT

Fonte: Desenvolvido pela autora

### 3.1.1. Definição dos resultados

Relativamente ao euroceticismo nos grupos políticos no Parlamento Europeu, a literatura académica tendeu a definir os grupos políticos eurocéticos baseada na distinção entre grupos políticos eurocéticos *soft* e grupos políticos eurocéticos *hard* (Whitaker e Lynch, 2014; Brack e Startin, 2015; Mudde, 2016a, 2017; Holmes, 2017; Leruth, 2017b; Servent e Panning, 2019). Não obstante, as regras para a compreensão desta distinção nem sempre foram claras. Tal como Henderson (2008: 118) explicou “a principal fraqueza desta definição reside nas definições imprecisas”, não sendo clara qual é a linha divisória entre a oposição integral e a oposição parcial dos grupos políticos à integração europeia. Para além disso, tais ‘linhas divisórias’ tornam-se ainda menos claras quando analisamos a composição dos grupos políticos. Conforme revelado no capítulo anterior, o principal padrão diferenciador entre os grupos políticos do Parlamento Europeu pós-2008 residia no facto de que os partidos políticos que compunham o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde geralmente serem mais próximos da escala da extrema-esquerda, com um posicionamento no polo GAL. Isto enquanto os partidos políticos que compunham os restantes grupos políticos eurocéticos variavam, no geral, entre o conservadorismo de direita e a extrema-direita, posicionando-se, geralmente, no polo TAN.

Estes resultados reforçam o argumento apresentado pela Escola da Carolina do Norte, na medida em que se tornou evidente a relevância do papel das clivagens na estruturação da competição partidária em relação à integração europeia. Sobre este assunto, os principais estudos revelaram que as famílias políticas, a par das divisões históricas, foram um importante indicador sobre o

posicionamento dos partidos em relação aos temas da UE (Marks e Wilson, 2000). Em particular, destacaram-se duas dimensões para explicar o posicionamento dos partidos em relação à UE. Em primeiro lugar, a clivagem económica assente na esquerda/direita. E, em segundo lugar, a dimensão GAL/TAN sobre temas não económicos.

A clivagem esquerda/direita considerava eurocéticos os partidos políticos colocados nos extremos dos respetivos sistemas partidários (Sitter, 2002). Porém essa consideração não era clara na definição do euroceticismo de cada grupo político, uma vez que os grupos políticos eurocéticos podiam incluir partidos políticos de diversas naturezas ideológicas entre a extrema-esquerda e a extrema-direita. Por isso, a presente tese tomou como referência o estudo de Marks, Hooghe, Nelson e Edwards (2009) sobre a existência de uma clivagem assente nos valores GAL/TAN, baseada no princípio de que os partidos mais próximos de GAL, apesar de eurocéticos, “tenderiam a ser mais pró-europeus, enquanto os partidos mais próximos de TAN tenderiam a ser eurocéticos” (Ibidem). O modelo Hooghe-Marks (1999) defendeu, assim, que a tradicional dimensão esquerda/direita era muito significativa para compreender o posicionamento relativamente a políticas para o emprego, a coesão social ou ambientais. Contudo, revelava-se menos efetiva e até “insignificante quando se tratavam de políticas distantes das preocupações igualitárias e regulamentares” (Hooghe, et. al., 2002: 972). Para os autores, sempre que as questões assentavam no princípio central da governação multinível, i.e., na soberania nacional e na forma como as políticas europeias enfraqueciam a autoridade dos Estados nacionais (Börzel e Risse, 2000; Hooghe e Marks, 2001), este tema assumia-se como o principal foco para “a direita radical, e a razão pela qual os partidos do polo TAN se opunham fortemente à integração europeia” (Hooghe, et. al., 2002: 976). No sentido contrário, os partidos do polo GAL não se revelavam “tão fortemente motivados por este princípio” da governação multinível (Ibid: 977), opondo-se, no geral, a medidas muito específicas, não se deixando contaminar por “antipatias profundas” (Ibidem). Deste modo, os partidos da direita radical, assim como os partidos conservadores, posicionados no polo TAN, tendiam a ser anti integração, revelando-se, portanto, eurocéticos; enquanto os partidos localizados ao longo da dimensão GAL revelavam ser eurocéticos, mas com tendências mais pró-integracionistas (Hooghe, et. al., 2002).

Dito isto, o desenho de pesquisa desta investigação permite examinar as condições definidoras do euroceticismo GAL ou TAN nos grupos políticos eurocéticos do Parlamento Europeu pós-2008. Neste sentido, o contraste no resultado (*contrasting outcome*) considera que na identificação das condições definidoras do euroceticismo, ao resultado 0 (zero) correspondam os grupos políticos eurocéticos, cuja composição partidária está mais próxima de GAL; por sua vez, ao resultado 1 (um)

correspondam os grupos políticos eurocéticos, cuja composição partidária está mais próxima de TAN. A identificação dos respetivos grupos políticos eurocéticos GAL e TAN é apresentada na Tabela 24. A definição dos resultados nestes termos permitirá, numa segunda fase, a identificação das condições definidoras assentes em dois polos: o euroceticismo nos grupos políticos GAL e o euroceticismo nos grupos políticos TAN.

**Tabela 24: Definição dos resultados e identificação dos respetivos grupos políticos objeto de análise do estudo**

Definição dos resultados	Grupos políticos eurocéticos do Parlamento Europeu pós-2008
Grupos políticos GAL	GUE/NGL em 2009, em 2014/2015 e em 2019
Grupos políticos TAN	ECR em 2009, 2014/2015 e 2019, EFD, EFDD, ENF e NI em 2009, 2014/2015 e 2019.

Fonte: Desenvolvido pela autora

### 3.1.2. Identificação das condições: ‘questões constitutivas’, ‘questões gerais’ e ‘*policy issues*’

Por conseguinte, as condições definidoras do euroceticismo, conforme resumidas na Tabela 6, foram derivadas a partir do quadro teórico do Pós-funcionalismo, que analisa as causas e os efeitos da politização da integração europeia. Tendo por base a literatura sobre a politização da integração europeia, e tomando como fonte de inspiração o trabalho de Bartolini (2005), que identificou três temas de politização (doravante condições definidoras do euroceticismo), para efeitos deste estudo foram consideradas condições: ‘questões constitutivas’, ‘questões gerais’ e ‘*policy issues*’. Relativamente às ‘questões constitutivas’ (Bartolini, 2005: 310; Schmidt, 2007; Hutter, et. al, 2016; de Wilde, et. al., 2016), estas correspondem às questões relacionadas com a “soberania, identidade e solidariedade” (Grande e Hutter, 2016: 25), particularmente referindo-se “à natureza política da UE” (Dolezal, et al., 2016: 56). Por sua vez, as ‘*policy issues*’ correspondem “às questões relacionadas com as competências da UE em determinado domínio” (Ibidem). E, por último, as ‘questões gerais’ dizem respeito “às posições positivas ou negativas em relação à integração europeia e à UE, no geral” (Ibidem).

Para a operacionalização das condições definidoras do euroceticismo associamos os temas de politização acima identificados com os indicadores utilizados no *Chapel Hill Expert Survey* de 2010,

2014 e 2017. Para efeitos de aplicação da Análise Qualitativa Comparada, tais indicadores foram codificados em intervalos numéricos, com base nos quais foi medido o euroceticismo enquanto “ideia de oposição... ao processo de integração europeia” (Taggart, 1998). Para tal, sempre que os códigos referentes aos indicadores do *Chapel Hill Expert Survey* estabeleceram o sentido de oposição no posicionamento do partido político em relação ao indicador, o intervalo de valores foi codificado com 1 (um), indicando a presença do resultado. No sentido contrário, sempre que os códigos sinalizavam o apoio à integração europeia, o intervalo de valores para a codificação foi considerado 0 (zero), referindo-se à ausência do resultado, conforme as indicações da Tabela 7. Por conseguinte, desta medição foi construída a *truth table*, que permitiu a observação dos principais ‘padrões de oposição à UE’. Os ‘padrões de oposição à UE’ foram aferidos com base na oposição – expressa em 1 (um) – a um conjunto de condições – ‘questões constitutivas’, ‘questões gerais’, ‘questões de política económica’ e/ou ‘questões de política migratória’. Assim sempre que se verificou a identificação de 1 para determinada condição, ou conjunto de condições, esse resultado definiu o ‘padrão de oposição à UE’, que foi verificado para cada grupo político e respetivo ano de análise.

Por conseguinte, o ‘padrão de oposição à UE’ foi o dado analítico de operacionalização para a identificação das condições definidoras do euroceticismo. Para tal, procedeu-se à análise da *truth table*, de forma a reconhecer quais dos principais ‘padrões de oposição à UE’ se repetiram para o resultado GAL – identificado com 0 (zero) – e para o resultado TAN – marcado com 1 (um). Assim, sempre que o mesmo ‘padrão de oposição à UE’ se repetiu para os resultados identificados com 0 na *truth table*, esse ‘padrão de oposição à UE’ foi considerado uma condição definidora do euroceticismo nos grupos políticos GAL. Por sua vez, sempre que o mesmo ‘padrão de oposição à UE’ se repetiu nos grupos políticos identificados com o resultado 1, esse ‘padrão de oposição à UE’ foi considerado uma condição definidora do euroceticismo nos grupos políticos TAN.

### 3.1.2.1. Operacionalização do *codebook* às condições em 2009

Nesta subsecção, procedeu-se à operacionalização do *codebook* analítico, estabelecido na Tabela 7, e que teve como objetivo principal a dicotomização das condições definidoras do euroceticismo entre 0 (zero) – para a ausência de oposição à integração europeia – e 1 (um) – para a presença de oposição. Tal como anteriormente referido, a operacionalização foi efetuada três vezes, uma para cada início de legislatura do Parlamento Europeu, i.e. 2009, 2014/2015 e 2019 e para cada condição que tomamos como definidoras do euroceticismo – ‘questões constituintes’, ‘questões gerais’

e *'policy issues'*. Sempre que os dados recolhidos sobre o posicionamento do partido político relativamente ao indicador do *Chapel Hill Expert Survey* estavam mais próximos de 1 (um), o resultado final do indicador foi 1 (um). Pelo contrário, sempre que se aproximava de 0 (zero), o resultado foi considerado 0 (zero). Do mesmo modo, sempre que foi possível apurar a presença de 1 em mais do que um indicador para a condição, a condição foi tida como 1 (um). No sentido contrário, sempre que foi apurado 0 (zero) em mais do que um indicador, a condição foi considerada 0 (zero). Quando a identificação dos resultados não foi totalmente clara, tanto o indicador, como a condição foram tidas como 0 (zero), conforme dados descritos de seguida, nas Tabelas 25, 26 e 27, referentes à operacionalização dos dados para o ano de 2009; nas Tabelas 28, 29 e 30, relativas aos dados para 2014/2015; e, nas Tabelas 31, 32 e 33 para a codificação referente ao ano de 2019.

#### **3.1.2.1.1. As 'questões constitutivas'**

Relativamente à condição 'questões constitutivas', a análise da Tabela 25 permitiu retirar duas conclusões principais. No geral, e em primeiro lugar, concluiu-se que para a condição 'questões constitutivas', em 2009, foi particularmente importante o indicador EU\_BUDGETS, referindo-se às áreas políticas orçamentais da UE. De igual modo, destacou-se a importância particular do indicador EU\_ASYLUM na oposição dos grupos políticos TAN. Neste sentido, observaram-se três aspetos com relevo para a análise em curso. O primeiro relaciona-se com o posicionamento dos partidos políticos acerca da autoridade da UE em matéria de políticas económicas e orçamentais dos Estados-membros – i.e., o EU\_BUDGETS – como o indicador que, em 2009, foi objeto de oposição por parte de todos os grupos políticos em análise. O segundo aspeto está relacionado com a constatação de que o indicador alusivo à política externa e de segurança da UE – i.e., o EU\_FOREIGN – foi um relevante objeto de oposição para todos os grupos da análise, à exceção do grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus. Por último, os poderes do Parlamento Europeu – analisado através do indicador EU\_EP – não revelou ser objeto de oposição para os grupos políticos em análise, à exceção do grupo dos Não Inscritos, para quem todos os indicadores referentes às 'questões constitutivas' foram alvo de oposição.

Em particular, deve ainda ser referido que o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus apenas apresentaram oposição aos indicadores EU\_BUDGETS e EU\_ASYLUM. Por sua vez, o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia manifestou oposição relativamente aos indicadores referentes à EU\_FOREIGN, EU\_BUDGETS e à EU\_ASYLUM. Por último, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária

Europeia/Esquerda Nórdica Verde manifestou uma oposição a três indicadores, nomeadamente, o mercado interno (i.e., o EU\_INTMARK), a política externa e de segurança da UE (i.e., EU\_FOREIGN) e a política orçamental (i.e., EU\_BUDGETS), conforme a Tabela 25, abaixo indicada.

Tabela 25: Dicotomização da condição 'questões constitutivas' em 2009, nos grupos políticos do ECR, EFD, GUE/NGL e NI

Grupos	Estados-membros	Partidos políticos	EU_EP	EU_INTMARK	EU_FOREIGN	EU_BUDGETS	EU_ASYLUM
ECR	Bélgica	Lista de Dedecker	4.83	6.45	4.5	—	—
	República Checa	Partido Democrático Cívico	2.58	6.15	3	1.93	2.08
	Letónia	Pela pátria e liberdade	4.875	5.75	6.25	4.22	—
	Lituânia	Ação eleitoral dos polacos na Lituânia	4.42	4.42	4	3.64	—
	Hungria	Fórum Democrático Húngaro	5.125	5.73	5.4	—	—
	Holanda	União Cristã	2.86	3.86	2.71	2.57	3.75
	Polónia	Lei e Justiça	3.69	4.76	4.12	2.36	1.90
	Reino Unido	Partido Conservador Britânico	2.83	5.86	3.5	2	1.58
		Partido Unionista do Ulster	—	—	—	—	—
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
EFD	Dinamarca	Partido Popular Dinamarquês	3.25	3.67	1.88	1.56	—
	Finlândia	Partido dos Verdadeiros Finlandeses	3.11	2.7	1.8	1.7	—
	França	Libertas	1.66	1.73	1.375	1.09	—
	Grécia	Concentração Popular Ortodoxa	4.75	4	3.57	2	—
	Itália	Liga Norte	2.8	1.5	1.2	1.15	1.5
	Lituânia	Ordem e Justiça	4	4.31	3.85	2.93	—
	Holanda	União Cristã	2.86	3.86	2.71	2.57	3.75
	Eslováquia	Partido Nacional Eslovaco	3.21	4.07	3.38	2.07	—
	Reino Unido	Partido para a independência do Reino Unido	1.17	2.57	1.29	1.14	1.29
			<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
GUE/NGL	Chipre	Partido progressista do povo trabalhador	6.75	3.75	3.25	2	—
	República Checa	Partido Comunista da Boémia e Morávia	4	2.69	2.5	2.38	1.54
	Dinamarca	Movimento de Pessoas contra a UE	3.5	1.875	1.22	1.25	—
	França	Partido de Esquerda	3.3	2	2.57	1.33	—
	Alemanha	<i>Die Linke</i>	5.33	3.27	2.55	2.7	5.5
	Grécia	Partido Comunista da Grécia	2.14	1.33	1.57	1	2.55
		SYRIZA	5.25	3.67	4	1.625	5.92

	Irlanda	Partido Socialista	2.40	2.17	1.67	1.25	—
	Letónia	Centro de Harmonia	4.43	3.86	3.125	—	—
	Holanda	Partido Socialista	3.29	2	2.125	1.5	3.25
	Portugal	Bloco de Esquerda	5.67	3.33	2.17	1.33	7
		Coligação Democrática Unitária	4.80	2	1.5	1	5.55
	Espanha	Esquerda Unida	6.125	3.89	4	2.625	6.42
	Suécia	Partido da Esquerda	3.39	2.21	1.61	1.5	4.56
	Reino Unido	<i>Sein Féin</i>	—	—	—	—	—
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>NI</b>	Áustria	Lista de Hans Peter Martin	5.09	4.78	4	—	—
		Partido da Liberdade	2.8	2.59	1.8	1.44	—
	Bélgica	<i>Vlaams Belang</i>	5.19	3	4.19	2.59	—
	Bulgária	ATAKA	2.29	1.75	1.25	1.125	—
	França	Frente Nacional	2.15	1.42	1.375	1.08	1.1
	Hungria	JOBBIK	2.08	1.64	1.36	1.15	1.18
	Holanda	Partido da Liberdade holandês	1.29	2.125	1.125	1	1
	Roménia	Partido da Grande Roménia	3.875	3.24	3.15	—	—
	Espanha	União, Progresso e Democracia	6.57	6	6.67	4.875	—
	Reino Unido	Partido Nacional Britânico	1.25	1.91	1.17	—	—
Partido Democrático Unionista		—	—	—	2.44	2.875	
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

### 3.1.2.1.2. As 'questões gerais'

Relativamente à condição 'questões gerais', para o ano de 2009, a análise da Tabela 26, revelou que o indicador EU\_SALIENCE, referente à integração europeia enquanto tema de suma importância, foi o indicador em relação ao qual todos os grupos políticos apresentaram o resultado 1 (um). Quer isto dizer que, em 2009, e no geral, todos os grupos políticos eurocéticos consideraram a integração europeia um tema altamente relevante. Por sua vez, o segundo indicador mais importante para a condição 'questões gerais' foi o posicionamento dos partidos políticos em relação à UE. Em particular, o posicionamento desfavorável em relação à UE – medida através do indicador EU\_POSITION – foi observado em todos os grupos em análise, à exceção do grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus.

Não obstante, merece destaque o facto de que, em 2009, o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia, a par do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde e do grupo dos Não Inscritos terem apresentado os mesmos resultados em termos de oposição no que toca à condição 'questões gerais'. Assim, os três grupos referidos apresentaram o resultado 1 (um) para os indicadores EU\_POSITION e EU\_SALIENCE. Por último, em 2009, deve ser ainda enfatizado o facto de que nenhum grupo político, objeto de análise no presente estudo, revelou oposição aos benefícios resultantes da pertença dos respetivos Estados-membros à UE, medido através do indicador EU\_BENEFIT.

Este último resultado, pode ser um interessante indicador, na medida em que 2009 foi a primeira legislatura do período pós-2008, no qual, os efeitos da crise económica e financeira ainda eram residuais e só se fizeram sentir, pontualmente. Por isso, no geral, aquilo que determinou o euroceticismo nos grupos políticos resultou da orientação do grupo político contra a UE, sendo que o tema 'integração europeia' era de suma importância para os grupos políticos. Contudo, os mesmos grupos políticos não negavam os benefícios de pertencer à UE, conforme revelam os dados sistematizados na Tabela 26.

Tabela 26: Dicotomização da condição 'questões gerais' em 2009, nos grupos políticos do ECR, EFD, GUE/NGL e NI

Grupos	Estados-membros	Partidos Políticos	EU_POSITION	EU_SALIENCE	EU_BENEFIT
ECR	Bélgica	Lista de Dedecker	3.5	2.14	1.75
	República Checa	Partido Democrático Cívico	2.87	6.67	2.2
	Letónia	Pela pátria e liberdade	5.70	6.80	1.11
	Lituânia	Ação eleitoral dos polacos na Lituânia	4.21	3.66	1.5
	Hungria	Fórum Democrático Húngaro	5.93	2.92	1.33
		Movimento da Hungria Moderna	—	—	—
	Holanda	União Cristã	3.44	5	1.8
	Polónia	Lei e Justiça	3.82	5.65	1.59
	Reino Unido	Partido Conservador Britânico	3.14	7.43	2
Partido Unionista do Ulster		—	—	—	
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
EFD	Dinamarca	Partido Popular Dinamarquês	1.91	7.27	2.82
	Finlândia	Partido dos Verdadeiros Finlandeses	1.6	8.19	3
	França	Libertas	1.23	8.75	3
	Grécia	Concentração Popular Ortodoxa	3.25	5.375	2.17
	Itália	Liga Norte	1.14	8.86	3
	Lituânia	Ordem e Justiça	3.2	6.06	1.86
	Holanda	União Cristã	3.44	5	1.8
	Eslováquia	Partido Nacional Eslovaco	3	5.24	2.06
	Reino Unido	Partido para a independência do Reino Unido	1.14	9.14	3
			<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
GUE/NGL	Chipre	Partido progressista do povo trabalhador	4.5	6.5	2.5
	República Checa	Partido Comunista da Boémia e Morávia	2.73	4.33	2.46
	Dinamarca	Movimento de Pessoas contra a UE	1.09	9.73	2.91
	França	Partido de Esquerda	2.08	8.09	2.45
	Alemanha	<i>Die Linke</i>	3	5.69	2.17
	Grécia	Partido Comunista da Grécia	1.11	6	3

		SYRIZA	3.44	6.33	2.22
	Irlanda	Partido Socialista	2.22	4.33	2.67
	Letónia	Centro de Harmonia	3.11	2.33	2.43
	Holanda	Partido Socialista	2.09	6.73	2.8
	Portugal	Bloco de Esquerda	3.125	6.875	2.375
		Coligação Democrática Unitária	1.875	7.125	2.875
	Espanha	Esquerda Unida	4.59	5.69	2
	Suécia	Partido da Esquerda	2.14	4.73	2.91
	Reino Unido	<i>Sein Féin</i>	—	—	—
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
NI	Áustria	Lista de Hans Peter Martin	3.83	3.91	2
		Partido da Liberdade	1.9	6.69	2.90
	Bélgica	<i>Vlaams Belang</i>	2.59	4.59	2.59
	Bulgária	ATAKA	1.5	4.59	3
	França	Frente Nacional	1.21	8.46	3
	Hungria	JOBBIK	1.21	6.79	2.93
	Holanda	Partido da Liberdade holandês	1.09	8.36	3
	Roménia	Partido da Grande Roménia	3.7	2.11	2.26
	Espanha	União, Progresso e Democracia	6.67	6.80	1
	Reino Unido	Partido Nacional Britânico	1.2	3.27	3
		Partido Democrático Unionista	2.58	6.5	—
			<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

### 3.1.2.1.3. As '*policy issues*'

Ainda em 2009, mas em relação à condição '*policy issues*', a análise da Tabela 27 revelou que o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus foi o único grupo político a manifestar oposição aos indicadores correspondentes à DEREGULATION e à REDISTRIBUTION, ou seja, os indicadores mais diretamente relacionados com os temas económicos, no geral. Por sua vez, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde não apresentou qualquer oposição relativamente à condição '*policy issues*'.

Assim, os indicadores mais relevantes para esta condição foram, por um lado, os referentes ao posicionamento geral do grupo em relação à política de imigração – medido através do indicador IMMIGR\_POLICY – e, por outro lado, o posicionamento do grupo em relação à integração de imigrantes e requerentes de asilo – avaliado de acordo com o indicador MULTICULT. Estes dois indicadores, mais diretamente relacionados com as questões da imigração, foram objeto de oposição sobretudo por parte dos grupos políticos TAN, i.e., pelo grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, pelo grupo da Europa da Liberdade e da Democracia e pelo grupo dos Não Inscritos.

No geral, os resultados relativos à condição '*policy issues*' permitem duas observações. Em primeiro lugar, em 2009, a oposição à UE e/ou à integração europeia, estava mais concentrada nas duas condições analisadas anteriormente, i.e., nas 'questões constitutivas' e nas 'questões gerais', do que nas '*policy issues*', como um todo. Contudo, e em segundo lugar, constatou-se que as questões mais diretamente relacionadas com a imigração, medidas pelos indicadores IMMIGR\_POLICY e MULTICULT, foram altamente definidoras do euroceticismo nos grupos políticos com características TAN, conforme dados da Tabela 27, que se apresenta de seguida.

Tabela 27: Dicotomização da condição '*policy issues*' em 2009, nos grupos políticos do ECR, EFD, GUE/NGL e NI

Grupos	Estados-membros	Partidos políticos	DEREGULATION	REDISTRIBUTION	IMMIGR_POLICY	MULTICULT
ECR	Bélgica	Lista de Dedecker	8.33	8.4	8.67	9
	República Checa	Partido Democrático Cívico	7.5	7.92	8	7.79
	Letónia	Pela pátria e liberdade	4.875	5.875	8.71	8
	Lituânia	Ação eleitoral dos polacos na Lituânia	3.875	3.58	6.17	4.33
	Hungria	Fórum Democrático Húngaro	5.91	5.75	5.56	6.08
		Movimento da Hungria Moderna	—	—	—	—
	Holanda	União Cristã	4.33	4.14	4.14	6.73
	Polónia	Lei e Justiça	3.65	2.65	9.71	9.11
	Reino Unido	Partido Conservador Britânico	7.86	6.83	8	8.14
Partido Unionista do Ulster		—	—	—	—	
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
EFD	Dinamarca	Partido Popular Dinamarquês	4.5	3.625	9.69	9.5
	Finlândia	Partido dos Verdadeiros Finlandeses	4.43	3	9	9.375
	França	Libertas	4.59	7.14	9.56	9.39
	Grécia	Concentração Popular Ortodoxa	4	5.5	9.33	9.25
	Itália	Liga Norte	5.19	5.59	9.87	9.79
	Lituânia	Ordem e Justiça	3.64	3.62	6.45	7.5
	Holanda	União Cristã	4.33	4.14	4.14	6.73
	Eslováquia	Partido Nacional Eslovaco	3.375	3.25	7.44	9
	Reino Unido	Partido para a independência do Reino Unido	8.33	7.5	9.36	9.71
			<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
GUE/NGL	Chipre	Partido progressista do povo trabalhador	2	2.5	3	3
	República Checa	Partido Comunista da Boémia e Morávia	2.08	0.85		
	Dinamarca	Movimento de Pessoas contra a UE	2.25	2	1.5	2
	França	Partido de Esquerda	0.5	0.6999	2.375	3.3
	Alemanha	<i>Die Linke</i>	1.6	0.89	3.1875	3.5
	Grécia	Partido Comunista da Grécia	0	0.33	1.888	4.30

		SYRIZA	1.33	1.22	1.85	1.69
	Irlanda	Partido Socialista	0.8333	0.86	5	5
	Letónia	Centro de Harmonia	3.75	3.125	4.71	3.43
	Holanda	Partido Socialista	1.22	1.66	4.86	6
	Portugal	Bloco de Esquerda	0.5	0.5	1	1.82
		Coligação Democrática Unitária	0.17	0.17	3.25	4
	Espanha	Esquerda Unida	1.1	1	1.29	2.08
	Suécia	Partido da Esquerda	0.94	0.56	1.8333	1.888
	Reino Unido	<i>Sein Féin</i>	—	—	—	—
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
NI	Áustria	Lista de Hans Peter Martin	4	4.2	5.625	6
		Partido da Liberdade	5.1999	4.69	9.88	9.89
	Bélgica	<i>Vlaams Belang</i>	5.40	5	9.60	9.60
	Bulgária	ATAKA	0.86	1.41	9.375	9.57
	França	Frente Nacional	3.64	5.09	9.85	9.833
	Hungria	JOBBIK	2	3.62	9.64	9.67
	Holanda	Partido da Liberdade holandês	5.17	5	9.43	9.92
	Roménia	Partido da Grande Roménia	1.94	1.74	7.87	7.53
	Espanha	União, Progresso e Democracia	5.33	4.67	5.25	5.17
	Reino Unido	Partido Nacional Britânico	2.67	3.67	10	10
		Partido Democrático Unionista	—	—	8.19	8.30
			<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

### 3.1.2.2. Operacionalização do *codebook* às condições em 2014/2015

#### 3.1.2.2.1. As 'questões constitutivas'

Voltando agora a nossa atenção para o ano de 2014/2015, os resultados da codificação dos dados são aqueles apresentados nas Tabelas 28, 29 e 30. Relativamente à condição 'questões constitutivas', os resultados, compilados na Tabela 28, permitiram observar duas principais alterações, quando comparado com o ano de 2009. Em primeiro lugar, os grupos da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, da Europa das Nações e da Liberdade e dos Não Inscritos foram os grupos que se opuseram a todos os indicadores que compunham a condição. Por sua vez, e em segundo lugar, o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus para além dos indicadores verificados em 2009 – i.e., do EU\_BUDGETS e do EU\_ASYLUM –, em 2014/2015, também manifestou oposição ao indicador referente à política externa e de segurança da UE (i.e. EU\_FOREIGN). Neste sentido, em 2014/2015, para a medição da condição 'questões constitutivas' foram importantes dois indicadores. Por um lado, repetiu-se o indicador relacionado com a autoridade da UE em matéria de políticas económicas e orçamentais dos Estados-membros (EU\_BUDGETS). Por outro lado, a política externa e de segurança da UE, expressa através do EU\_FOREIGN, passou a assumir-se como o segundo indicador alvo de total oposição por parte dos grupos políticos eurocéticos.

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde manteve, em 2014/2015, exatamente os mesmos indicadores de oposição, comparativamente com 2009. Neste sentido, o grupo continuou a expressar oposição ao mercado interno, medido através do indicador EU\_INTMARK, à política externa e de segurança da UE, medida através do EU\_FOREIGN, e à política económica e orçamental, medida com base no EU\_BUDGETS. No mesmo sentido, o indicador referente à EU\_ASYLUM voltou a ser alvo de oposição apenas por parte dos grupos políticos TAN, nomeadamente pelo grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, pelo grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, pelo grupo da Europa das Nações e da Liberdade e, ainda, pelo grupo dos Não Inscritos. Por último, manteve-se também o facto de o indicador relativo ao mercado interno (i.e., o EU\_INTMARK) ter sido alvo de oposição por todos os grupos políticos, à exceção do grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, conforme os dados presentes na Tabela 28, abaixo.

Tabela 28: Dicotomização da condição 'questões constitutivas' em 2014/2015, nos grupos políticos do ECR, EFDD, ENF, GUE/NGL e NI

Grupos	Estados-membros	Partidos Políticos	EU_EP	EU_INTMARK	EU_FOREIGN	EU_BUDGETS	EU_ASYLUM
ECR	Bélgica	Nova Aliança Flamenga	5.80	6.40	6	5.80	—
	Bulgária	Organização Revolucionária Interna da Macedónia – Movimento Nacional Búlgaro	2.92	3	2.59	2.07	—
	Croácia	Partido Democrático Cívico	4.40	3.57	3.57	2.17	—
	República Checa	Partido dos Direitos da Croácia Dr. Ante Starčević	2.58	6.15	3	1.93	2.08
	Dinamarca	Partido Popular Dinamarquês	3.25	3.67	1.89	1.56	—
	Finlândia	Partido dos Verdadeiros Finlandeses	3.11	2.7	1.8	1.7	—
	Alemanha	Partido da Família alemão	—	—	—	—	—
		Alternativa para a Alemanha	2.43	3.2	2	2.5	1.5
	Grécia	Gregos independentes	3.40	2.71	2.33	1.22	4.5
	Irlanda	<i>Fianna Fáil</i>	5.14	6.43	4.43	3.875	—
	Letónia	Aliança Nacional	4.875	5.75	6.25	4.22	—
	Lituânia	Ação Eleitoral dos Polacos na Lituânia	4.42	4.42	4	3.64	—
	Holanda	União Cristã	2.86	3.86	2.71	2.57	3.75
	Polónia	Lei e Justiça	3.69	4.76	4.12	2.35	1.190
	Eslováquia	NOVA	4.375	5.27	4.80	3.27	—
		Pessoas comuns e personalidades independentes	4	4.5	4.11	2.90	2.41
	Reino Unido	Partido Conservador Britânico	2.83	5.86	3.5	2	1.58
Partido Unionista do Ulster		—	—	—	—	—	
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
EFDD	República Checa	<i>Svobodní</i>	1.33	5.17	1.46	1.31	—
	França	Independente	—	—	—	—	—
	Itália	Movimento Cinco Estrela	3.25	1.83	1.6	1.29	3.29
	Lituânia	Ordem e Justiça	4	4.31	3.85	2.93	—
	Letónia	União dos Agricultores da Letónia	—	—	—	—	—
	Suécia	Democratas Suecos	1.83	1.28	1.24	1.06	1.61
	Reino Unido	UKIP	1.17	2.57	1.29	1.14	1.29

		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
<b>ENF</b>	Áustria	Partido para a Liberdade	2.8	2.59	1.8	1.44	—	
	Bélgica	<i>Vlaams Belang</i>	5.19	3	4.19	2.59	—	
	França	Frente Nacional	2.15	1.42	1.375	1.08	1.1	
	Itália	Liga Norte	2.8	1.5	1.2	1.14	1.5	
	Holanda	Partido para a Liberdade	1.29	2.125	1.125	1	1	
	Polónia	KORWiN	—	—	—	1.17	1.14	
	Roménia	Independente	—	—	—	—	—	
	Reino Unido	UKIP		1.17	2.57	1.29	1.14	1.29
		Independente		—	—	—	—	—
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
<b>GUE/NGL</b>	Chipre	Partido progressista do povo trabalhador	6.75	3.75	3.25	2	—	
	República Checa	Partido Comunista da Boémia e Morávia	4	2.69	2.5	2.38	1.54	
	Dinamarca	Movimento de Pessoas contra a UE	3.5	1.875	1.22	1.25	—	
	Finlândia	Aliança de Esquerda	4.78	3.78	3	2.5	—	
	França	Partido de Esquerda	3.3	2	2.57	1.33	—	
	Alemanha	<i>Die Linke</i>		5.33	3.27	2.55	2.7	5.5
		Partido humano da proteção animal e ambiental		4	4.5	3	2	—
	Grécia	SYRIZA	5.25	3.67	4	1.625	5.92	
	Irlanda	<i>Sinn Féin</i>		3.67	2.83	2	1.625	4.71
		Independente		—	—	—	—	—
	Itália	Outra Europa com Alexis Tsipras		—	—	—	—	
	Holanda	Partido Socialista		3.29	2	2.125	1.5	3.25
		Partido dos Animais		3.67	2.17	3	2.25	3.5
	Portugal	Bloco de Esquerda		5.67	3.33	2.17	1.33	7
		Coligação Democrática Unitária		4.80	2	1.5	1	5.55
	Espanha	Esquerda Unida		6.125	3.89	4	2.625	—
		PODEMOS		6	3.5	3.43	1.5	6.38
		O povo decide		—	—	—	—	—

	Suécia	Partido da Esquerda	3.39	2.21	1.61	1.5	4.5625
	Reino Unido	<i>Sein Féin</i>	—	—	—	—	—
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>NI</b>	França	Frente Nacional	2.15	1.42	1.375	1.08	1.1
	Grécia	Partido Comunista Grego	—	—	—	—	—
		Aurora Dourada	1.86	1.83	1.4	1.2	—
		PAT.RI.E	2.14	1.33	1.57	1	2.56
	Alemanha	Partido Nacional Democrático da Alemanha	2	1.29	1.14	1	1.36
		<i>Die Partei</i>	—	—	—	—	—
	Hungria	JOBBIK	2.08	1.64	1.36	1.15	1.18
	Reino Unido	Partido Democrático Unionista	—	—	—	2.44	2.875
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

### 3.1.2.2.2. As 'questões gerais'

Os dados referentes à condição 'questões gerais', descritos na Tabela 29, revelaram duas alterações, quando comparado com os resultados de 2009. Em primeiro lugar, o grupo da Europa das Nações e da Liberdade e o grupo dos Não Inscritos foram os únicos grupos políticos que se opuseram a todos os indicadores desta condição. Por isso, e em 2014/2015, o indicador referente à percepção dos benefícios da pertença à UE, medido através do EU\_BENEFIT, passou a ser alvo de oposição, em particular pelo grupo da Europa das Nações e da Liberdade e pelo grupo dos Não Inscritos.

Em segundo lugar, os resultados revelaram que os partidos políticos que compunham o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, em 2014/2015, deixaram de se posicionar contra a integração europeia, expresso através do indicador EU\_POSITION. Assim, o referido grupo político apenas manifestou oposição ao indicador EU\_SALIENCE, referente à importância do tema 'integração europeia'. Situação que se repetiu também no grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus. Dos três indicadores que medem a condição 'questões gerais' – nomeadamente, o EU\_SALIENCE, o EU\_POSITION e o EU\_BENEFIT – o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus apenas manifestou oposição, ao indicador EU\_SALIENCE, destacando que a integração europeia era um tema importante para o grupo.

Por último, tanto o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, como o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta mantiveram a oposição aos mesmos indicadores que tinham sido identificados em 2009. Contudo, para o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, para além do indicador EU\_SALIENCE, também o posicionamento geral dos partidos políticos relativamente à integração europeia, analisado através do EU\_POSITION, se manifestou no sentido da oposição. Por isso, em 2014/2015, a combinação dos indicadores EU\_SALIENCE e EU\_POSITION continuou a manter-se como a mais relevante na determinação da condição 'questões gerais'. Em particular, isso foi mais visível no grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, mas também no grupo da Europa das Nações e da Liberdade e no grupo dos Não Inscritos, conforme revelam os dados constantes da Tabela 29 abaixo.

Tabela 29: Dicotomização da condição ‘questões gerais’ em 2014/2015, nos grupos políticos do ECR, EFDD, ENF, GUE/NGL e NI

Grupos	Estados-membros	Partidos Políticos	EU_POSITION	EU_SALIENCE	EU_BENEFIT
ECR	Bélgica	Nova Aliança Flamenga	5	3	1.4
	Bulgária	Organização Revolucionária Interna da Macedónia – Movimento Nacional Búlgaro	3.31	4.06	2.54
	Croácia	Partido Democrático Cívico	3.625	7	2.5
	República Checa	Partido dos Direitos da Croácia Dr. Ante Starčević	2.87	6.67	2.2
	Dinamarca	Partido Popular Dinamarquês	1.91	7.27	2.82
	Finlândia	Partido dos Verdadeiros Finlandeses	1.6	8.19	3
	Alemanha	Partido da Família alemão	—	—	—
		Alternativa para a Alemanha	1.62	9.54	2.62
	Grécia	Gregos independentes	2.22	4.89	2.375
	Irlanda	<i>Fianna Fáil</i>	5.56	4.22	1
	Letónia	Aliança Nacional	5.69	6.80	1.11
	Lituânia	Ação Eleitoral dos Polacos na Lituânia	4.21	3.66	1.5
	Holanda	União Cristã	3.44	5	1.8
	Polónia	Lei e Justiça	3.82	5.65	1.59
	Eslováquia	NOVA	4.29	5.08	1.31
		Pessoas comuns e personalidades independentes	3	3.79	1.77
	Reino Unido	Partido Conservador Britânico	3.14	7.43	2
		Partido Unionista do Ulster	—	—	—
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
EFDD	República Checa	<i>Svobodní</i>	1.33	7.67	2.87
	França	Independente	—	—	—
	Itália	Movimento Cinco Estrelas	1.43	8.86	3
	Lituânia	Ordem e Justiça	3.2	6.06	1.86
	Letónia	União dos Agricultores da Letónia	—	—	—
	Suécia	Democratas Suecos	1.27	6.14	3
	Reino Unido	UKIP	1.14	9.14	3

		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	
<b>ENF</b>	Áustria	Partido para a Liberdade	1.9	6.69	2.90	
	Bélgica	<i>Vlaams Belang</i>	2.59	4.59	2.59	
	França	Frente Nacional	1.21	8.46	3	
	Itália	Liga Norte	1.14	8.86	3	
	Holanda	Partido para a Liberdade	1.09	8.36	3	
	Polónia	KORWiN	1.43	6.45	—	
	Roménia	Independente	—	—	—	
	Reino Unido	UKIP		1.14	9.14	3
		Independente		—	—	—
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
<b>GUE/NGL</b>	Chipre	Partido progressista do povo trabalhador	4.5	6.5	2.5	
	República Checa	Partido Comunista da Boémia e Morávia	2.73	4.33	2.46	
	Dinamarca	Movimento de Pessoas contra a UE	1.09	9.73	2.91	
	Finlândia	Aliança de Esquerda	4.30	4.59	1.9	
	França	Partido de Esquerda	2.08	8.09	2.45	
	Alemanha	<i>Die Linke</i>		3	5.69	2.17
		Partido humano da proteção animal e ambiental		4	1.57	2.5
	Grécia	SYRIZA	3.44	6.33	2.22	
	Irlanda	<i>Sinn Féin</i>		2.78	4.78	2
		Independente		—	—	—
	Itália	Outra Europa com Alexis Tsipras		—	—	—
	Holanda	Partido Socialista		2.09	6.73	2.8
		Partido dos Animais		3.71	6	2.57
	Portugal	Bloco de Esquerda		3.125	6.875	2.375
		Coligação Democrática Unitária		1.875	7.125	2.875
	Espanha	Esquerda Unida		4.59	5.69	2
		PODEMOS		4.44	6.19	2.33
		O povo decide		—	—	—
Suécia	Partido da Esquerda		2.14	4.73	2.91	

	Reino Unido	<i>Sein Féin</i>	—	—	—
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>NI</b>	França	Frente Nacional	1.21	8.46	3
	Grécia	Partido Comunista Grego	—	—	—
		Aurora Dourada	1.67	5.09	3
		PAT.RI.E	1.11	6	3
	Alemanha	Partido Nacional Democrático da Alemanha	1.11	4.44	3
		<i>Die Partei</i>	—	—	—
	Hungria	JOBBIK	1.21	6.79	2.93
	Reino Unido	Partido Democrático Unionista	2.58	6.5	—
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

### 3.1.2.2.3. As *'policy issues'*

Em 2014/2015, os dados referentes à condição *'policy issues'*, apresentados na Tabela 30, revelaram que esta condição foi a que sofreu maiores alterações, quando comparada com o ano de 2009. Em primeiro lugar, o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus deixou de se opor aos indicadores de orientação mais económica, representados, em particular, através dos indicadores REDISTRIBUTION e DEREGULATION. Em segundo lugar, os referidos indicadores passaram a ser alvo de oposição por parte dos grupos políticos da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, assim como pelo grupo da Europa das Nações e da Liberdade que, em 2014/2015 manifestaram oposição a todos os indicadores da condição *'policy issues'*. Em terceiro lugar, a oposição apenas ao conjunto de indicadores IMMIGR\_POLICY e MULTICULT apenas se verificou no grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, assim como no grupo dos Não Inscritos. Neste último caso, i.e., no grupo dos Não Inscritos, verificou-se ainda que a oposição a estes indicadores se manteve, desde 2009.

Para além disso, os resultados da Tabela 30 revelaram ainda que o indicador que mede a oposição à política de imigração, i.e., o IMMIGR\_POLICY, assim como o indicador relativo à integração dos migrantes e dos requerentes de asilo (i.e., o MULTICULT) continuaram a ser os mais relevantes na determinação da condição *'policy issues'*, em particular para os grupos políticos constituídos por partidos políticos TAN. Do mesmo modo, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde continuou sem revelar oposição aos indicadores da condição *'policy issues'*, conforme os dados compilados na Tabela 30 abaixo indicada.

Tabela 30: Dicotomização da condição '*policy issues*' em 2014/2015, nos grupos políticos do ECR, EFDD, ENF, GUE/NGL e NI

Grupos	Estados-membros	Partidos Políticos	DEREGULATION	REDISTRIBUTION	IMMIGR_POLICY	MULTICUL
ECR	Bélgica	Nova Aliança Flamenga	8.60	7.40	7.59	8.19
	Bulgária	Organização Revolucionária Interna da Macedónia – Movimento Nacional Búlgaro	3	2.57	9.43	8.77
	Croácia	Partido Democrático Cívico	5.43	4	8.71	9
	República Checa	Partido dos Direitos da Croácia Dr. Ante Starčević	7.5	7.92	8	7.79
	Dinamarca	Partido Popular Dinamarquês	4.5	3.625	9.69	9.5
	Finlândia	Partido dos Verdadeiros Finlandeses	4.43	3	9	9.375
	Alemanha	Partido da Família alemão	—	—	—	—
		Alternativa para a Alemanha	8.14	7.125	9.3125	9.86
	Grécia	Gregos independentes	1.8	5.17	7.85	8.33
	Irlanda	<i>Fianna Fáil</i>	5.33	6.43	6	5
	Letónia	Aliança Nacional	4.875	5.875	8.71	8
	Lituânia	Ação Eleitoral dos Polacos na Lituânia	3.875	3.58	6.166	4.33
	Holanda	União Cristã	4.33	4.14	4.14	6.73
	Polónia	Lei e Justiça	3.65	2.65	9.71	9.11
	Eslováquia	NOVA	7.46	7	6.699	7.36
		Pessoas comuns e personalidades independentes	6.08	5.67	7.36	8.22
	Reino Unido	Partido Conservador Britânico	7.86	6.83	8	7.08
Partido Unionista do Ulster		—	—	—	—	
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
EFDD	República Checa	<i>Svobodní</i>	9.36	9	7.625	7.73
	França	Independente	—	—	—	—
	Itália	Movimento Cinco Estrelas	3.59	3.40	6.43	6.5
	Lituânia	Ordem e Justiça	3.64	3.62	6.45	7.5
	Letónia	União dos Agricultores da Letónia	—	—	—	—
	Suécia	Democratas Suecos	4.53	4.59	9.89	9.94
	Reino Unido	UKIP	8.33	7.5	9.36	9.71

		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
<b>ENF</b>	Áustria	Partido para a Liberdade	5.19	4.69	9.89	9.89	
	Bélgica	<i>Vlaams Belang</i>	5.40	5	9.60	9.60	
	França	Frente Nacional	3.64	5.09	9.85	9.83	
	Itália	Liga Norte	5.19	5.59	9.87	9.79	
	Holanda	Partido para a Liberdade	5.17	5	9.43	9.92	
	Polónia	KORWiN	—	—	9.72	9.53	
	Roménia	Independente	—	—	—	—	
	Reino Unido	UKIP		8.33	7.5	9.36	9.71
		Independente		—	—	—	—
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
<b>GUE/NGL</b>	Chipre	Partido progressista do povo trabalhador	2	2.5	3	3	
	República Checa	Partido Comunista da Boémia e Morávia	2.08	0.85			
	Dinamarca	Movimento de Pessoas contra a UE	2.25	2	1.5	2	
	Finlândia	Aliança de Esquerda	2.43	1.29	2.875	2.25	
	França	Partido de Esquerda	0.5	0.69	2.375	3.3	
	Alemanha	<i>Die Linke</i>		1.6	0.89	3.1875	3.5
		Partido humano da proteção animal e ambiental		2	2	1	1
	Grécia	SYRIZA	1.33	1.22	1.85	1.69	
	Irlanda	<i>Sinn Féin</i>		2.33	1.86	5.19	5
		Independente		—	—	—	—
	Itália	Outra Europa com Alexis Tsipras		—	—	—	—
	Holanda	Partido Socialista		1.22	1.67	4.86	6
		Partido dos Animais		1.25	2.67	2.8	2.875
	Portugal	Bloco de Esquerda		0.5	0.5	1	1.82
		Coligação Democrática Unitária		0.17	0.17	3.25	4
	Espanha	Esquerda Unida		1.1	1	1.6	2.43
		PODEMOS		1	0.75	1.5	2.23
		O povo decide		—	—	—	—
	Suécia	Partido da Esquerda		0.94	0.56	1.83	1.89

	Reino Unido	<i>Sein Féin</i>	—	—	—	—
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>NI</b>	França	Frente Nacional	3.64	5.09	9.85	9.83
	Grécia	Partido Comunista Grego	—	—	—	—
		Aurora Dourada	3.33	5.59	9	10
		PAT.RI.E	0	0.33	1.89	4.30
	Alemanha	Partido Nacional Democrático da Alemanha	0.83	3	9.23	9.89
		<i>Die Partei</i>	—	—	—	—
	Hungria	JOBBIK	2	3.62	9.64	9.67
	Reino Unido	Partido Democrático Unionista	—	—	8.19	8.30
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

### 3.1.2.3. Operacionalização do *codebook* às condições em 2019

#### 3.1.2.3.1. As 'questões constitutivas'

Voltando agora o foco da análise para o ano de 2019, as Tabelas 31, 32 e 33 descreveram os mesmos processos de operacionalização e tratamento dos dados recolhidos. Desta forma, e relativamente à condição 'questões constitutivas', a Tabela 31 permitiu constatar uma repetição generalizada dos resultados observados em 2014/2015 para esta condição. Assim, mantiveram-se em 2019, os indicadores EU\_BUDGETS, referente à autoridade da UE em matéria de políticas económicas e orçamentais dos Estados-membros, e o EU\_FOREIGN, relativo à política externa e de segurança da UE, como sendo os mais relevantes na determinação da condição 'questões constitutivas'.

Por sua vez, os grupos políticos TAN continuaram a ser os únicos a manifestar oposição ao indicador EU\_ASYLUM. Em particular, o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, o grupo da Identidade e Democracia e o grupo dos Não Inscritos. No mesmo sentido, todos os grupos políticos, à exceção do grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, mantiveram a manifestação de oposição ao indicador referente ao mercado interno, i.e., o EU\_INTMARK.

Relativamente aos grupos políticos, praticamente também de repetiram os mesmos resultados. Assim, desde 2009, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde voltou a manifestar oposição relativamente aos mesmos indicadores, a saber, ao mercado interno (no EU\_INTMARK), à política externa e de segurança da UE (no EU\_FOREIGN) e à política económica e orçamental (através do EU\_BUDGETS). Por sua vez, o grupo dos Não Inscritos manteve a oposição a todos os indicadores vinculados à condição 'questões constitutivas', facto que se verificou também desde 2009. De igual modo, também o grupo da Identidade e Democracia revelou oposição a todos os indicadores, repetindo o padrão evidenciado no, agora, extinto grupo da Europa das Nações e da Liberdade. Por último, o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus continuou a manifestar oposição aos indicadores EU\_FOREIGN, EU\_BUDGETS e EU\_ASYLUM, conforme indicam os dados constantes da Tabela 31 abaixo.

Tabela 31: Dicotomização da condição 'questões constitutivas' em 2019, nos grupos políticos do ECR, ID, GUE/NGL e NI

Grupos	Estado-membro	Partido Político	EU_EP	EU_INTMARK	EU_FOREIGN	EU_BUDGETS	EU_ASYLUM
ECR	Bélgica	Nova Aliança Flamengo	5.80	6.40	6	5.80	—
	Bulgária	Organização Revolucionária Interna da Macedónia – Movimento Nacional Búlgaro	2.92	3	2.59	2.07	—
	República Checa	Partido Democrático Cívico	2.58	6.15	3	1.93	2.08
	Croácia	Partido Conservador da Croácia	—	—	—	—	—
	Alemanha	Partido da Família alemão	—	—	—	—	—
	Grécia	Solução Grega	—	—	—	—	—
	Espanha	VOX	—	—	—	—	—
	Itália	Irmãos de Itália	3.8	2	2.40	1.47	1.42
	Letónia	Aliança Nacional	4.875	5.75	6.25	4.22	—
	Lituânia	Ação Eleitoral dos Polacos na Lituânia	4.42	4.42	4	3.64	—
	Holanda	Partido Político da Reforma	2.57	3.5	2.375	2.22	2.125
		Fórum para a Democracia	—	—	—	1.09	1.17
	Polónia	Lei e Justiça	3.69	4.76	4.12	2.35	1.19
		Polónia Unida	3.21	4.07	3.38	2.07	—
	Eslováquia	Solidariedade e Liberdade	3	5.83	3.25	1.86	1.85
	Suécia	Democratas Suecos	1.83	1.28	1.24	1.06	1.61
	Reino Unido	Partido Conservador Britânico	2.83	5.86	3.5	2	1.58
<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
ID	Áustria	Partido para a Liberdade	2.8	2.59	1.8	1.44	—
	Bélgica	<i>Vlaams Belang</i>	5.19	3	4.19	2.59	—
	República Checa	Liberdade e Democracia Direta	—	—	—	1	1
	Dinamarca	Partido Popular Dinamarquês	3.25	3.67	1.89	1.56	—
	França	Frente Nacional	2.15	1.42	1.375	1.08	1.1
	Alemanha	Alternativa para a Alemanha	2.43	3.2	2	2.5	1.5
	Estónia	Partido Popular Conservador da Estónia	—	—	—	1.71	1.27
	Itália	Liga Norte	2.8	1.5	1.2	1.14	1.5

	Finlândia	Partido dos Verdadeiros Finlandeses	3.11	2.7	1.8	1.7	—
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>GUE/NGL</b>	Bélgica	Partido do Trabalho da Bélgica	5.59	2	2.5	1.6	—
	Chipre	Partido progressista do povo trabalhador	6.75	3.75	3.25	2	—
	República Checa	Partido Comunista da Boémia e Morávia	4	2.69	2.5	2.38	1.54
	Dinamarca	Aliança Vermelha e Verde	3.625	2.11	1.78	1.56	—
	Finlândia	Aliança de Esquerda	4.78	3.78	3	2.5	—
	França	França Insubmissa	—	—	—	1.53	3.75
		Esquerda Republicana e Socialista	—	—	—	—	—
	Alemanha	<i>Die Linke</i>	5.33	3.27	2.55	2.7	5.5
		Partido humano da proteção animal e ambiental	4	4.5	3	2	—
	Grécia	SYRIZA	5.25	3.67	4	1.625	5.92
	Irlanda	<i>Sinn Féin</i>	3.67	2.83	2	1.625	—
		Independentes pela mudança	—	—	—	—	—
		Independentes	—	—	—	—	—
	Holanda	Partido pelos Animais	3.67	2.17	3	2.25	3.5
	Portugal	Bloco de Esquerda	5.67	3.33	2.17	1.33	7
		Coligação Democrática Unitária	4.80	2	1.5	1	5.56
	Espanha	Esquerda Unida	6.125	3.89	4	2.625	6.42
		PODEMOS	6	3.5	3.43	1.5	6.38
		EH BILDU	—	—	—	3	5.67
	Suécia	Partido da Esquerda	3.39	2.21	1.61	1.5	4.5625
Reino Unido	Sinn Fein	—	—	—	—	—	
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>NI</b>	Grécia	Partido Comunista Grego	2.14	1.33	1.57	1	2.56
		Aurora Dourada	2	1.29	1.14	1	1.36
		Independente	—	—	—	—	—
	Croácia	Bloqueio Humano	—	—	—	—	—
		Independente	—	—	—	—	—
	Itália	Movimento Cinco Estrelas	3.25	1.83	1.6	1.29	3.29

	Alemanha	<i>Die Partei</i>	—	—	—	—	—
	Hungria	JOBBIK	2.08	1.64	1.36	1.15	—
	Eslováquia	Partido Popular Nossa Eslováquia	—	—	—	1	1.2
		Independente	—	—	—	—	—
	Reino Unido	Partido do Brexit	—	—	—	—	—
		Partido Democrático Unionista	—	—	—	2.44	2.875
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

### 3.1.2.3.2. As 'questões gerais'

Em relação à condição 'questões gerais', a Tabela 32 revelou que as ligeiras alterações (quando comparado com os anos anteriores – 2009 e 2014/2015) são referentes ao indicador relativo à perceção dos benefícios da pertença do Estado-membro à UE – avaliado através do indicador EU\_BENEFIT. Assim, este indicador continuou a ser o menos relevante em termos de oposição por parte dos grupos políticos eurocéticos. Pese embora, em 2019, o grupo dos Não Inscritos tenha sido o único grupo a manifestar oposição ao EU\_BENEFIT. Desta forma, o grupo da Identidade e Democracia não repetiu o padrão observado pelo grupo da Europa das Nações e da Liberdade, em 2014/2015, uma vez que não manifestou oposição ao referido indicador.

Em 2019, o indicador relativo à importância da integração europeia enquanto tema principal dos grupos políticos eurocéticos – medido através do EU\_SALIENCE –, voltou a ser um indicador determinante para a condição 'questões gerais'. Assim, a manifestação de oposição aos indicadores EU\_SALIENCE e EU\_POSITION passou a ser um padrão em todos os grupos políticos com características TAN. O que revelou ser uma alteração, em relação aos dados de 2009, mas também de 2014/2015. Nos dois anos anteriores, o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus não havia apresentado oposição aos dois indicadores em conjunto, mas apenas ao referente à saliência da integração europeia (EU\_SALIENCE). Contudo, e eventualmente, esta alteração em relação à condição 'questões gerais' revelou ser a transformação mais significativa no apuramento das condições definidoras do euroceticismo, em 2019.

Por último, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde apresentou o mesmo padrão que havia revelado em 2014/2015. Assim, o grupo político manifestou oposição apenas à EU\_SALIENCE, não se opondo aos indicadores referentes ao posicionamento dos partidos políticos relativamente à integração europeia – medido através da EU\_POSITION – nem à perceção dos benefícios da pertença à UE – considerado no indicador da EU\_BENEFIT. Estes resultados podem ser observados na Tabela 32, que se segue.

Tabela 32: Dicotomização da condição ‘questões gerais’ em 2019, nos grupos políticos do ECR, ID, GUE/NGL e NI

Grupos	Estado-membro	Partido Político	EU_POSITION	EU_SALIENCE	EU_BENEFIT
ECR	Bélgica	Nova Aliança Flamenga	5	3	1.4
	Bulgária	Organização Revolucionária Interna da Macedónia – Movimento Nacional Búlgaro	3.31	4.06	2.54
	República Checa	Partido Democrático Cívico	2.87	6.67	2.2
	Croácia	Partido Conservador da Croácia	—	—	—
	Alemanha	Partido da Família alemão	—	—	—
	Grécia	Solução Grega	—	—	—
	Espanha	VOX	—	—	—
	Itália	Irmãos de Itália	1.86	7.08	2.71
	Letónia	Aliança Nacional	5.69	6.80	1.11
	Lituânia	Ação Eleitoral dos Polacos na Lituânia	4.21	3.66	1.5
	Holanda	Partido Político da Reforma	2.59	3.85	2.22
		Fórum para a Democracia	1.13	8.21	—
	Polónia	Lei e Justiça	3.82	5.65	1.59
		Polónia Unida	3	5.24	2.07
	Eslováquia	Solidariedade e Liberdade	2.86	6.93	2.07
	Suécia	Democratas Suecos	1.27	6.14	3
	Reino Unido	Partido Conservador Britânico	3.14	7.43	2
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
ID	Áustria	Partido para a Liberdade	1.9	6.69	2.90
	Bélgica	<i>Vlaams Belang</i>	2.59	4.59	2.59
	República Checa	Liberdade e Democracia Direta	1.07	7.64	—
	Dinamarca	Partido Popular Dinamarquês	1.91	7.27	2.82
	França	Frente Nacional	1.21	8.46	3
	Alemanha	Alternativa para a Alemanha	1.62	9.54	2.62
	Estónia	Partido Popular Conservador da Estónia	2.87	6.80	—
	Itália	Liga Norte	1.14	8.86	3

	Finlândia	Partido dos Verdadeiros Finlandeses	1.6	8.19	3
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
GUE/NGL	Bélgica	Partido do Trabalho da Bélgica	3.40	3.59	2.40
	Chipre	Partido progressista do povo trabalhador	4.5	6.5	2.5
	República Checa	Partido Comunista da Boémia e Morávia	2.73	4.33	2.46
	Dinamarca	Aliança Vermelha e Verde	1.82	6.27	2.73
	Finlândia	Aliança de Esquerda	4.30	4.59	1.9
	França	França Insubmissa	2.25	7.15	—
		Esquerda Republicana e Socialista	—	—	—
	Alemanha	<i>Die Linke</i>	3	5.69	2.17
		Partido humano da proteção animal e ambiental	4	1.57	2.5
	Grécia	SYRIZA	3.44	6.33	2.22
	Irlanda	<i>Sinn Féin</i>	2.78	4.78	2
		Independentes pela mudança	—	—	—
		Independentes	—	—	—
	Holanda	Partido pelos Animais	3.71	6	2.57
	Portugal	Bloco de Esquerda	3.125	6.875	2.375
		Coligação Democrática Unitária	1.875	7.125	2.875
	Espanha	Esquerda Unida	4.59	5.69	2
		PODEMOS	4.44	6.19	2.33
		EH BILDU	4	5.36	—
	Suécia	Partido da Esquerda	2.14	4.73	2.91
Reino Unido	Sinn Fein	—	—	—	
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
NI	Grécia	Partido Comunista Grego	1.11	6	3
		Aurora Dourada	1.11	4.44	3
		Independente	—	—	—
	Croácia	Bloqueio Humano	—	—	—
		Independente	—	—	—
	Itália	Movimento Cinco Estrelas	1.43	8.86	3

	Alemanha	<i>Die Partei</i>	—	—	—
	Hungria	JOBBIK	1.21	6.79	2.93
	Eslováquia	Partido Popular Nossa Eslováquia	1.15	6.21	—
		Independente	—	—	—
	Reino Unido	Partido do Brexit	—	—	—
		Partido Democrático Unionista	2.58	6.5	—
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

### 3.1.2.3.3. As *'policy issues'*

A Tabela 33 apresenta os dados relativamente à condição *'policy issues'*, em 2019. Os resultados para esta condição revelaram-se praticamente inalterados, quando comparados com os resultados para 2014/2015. Desta forma, os indicadores referentes à política de imigração – expressa através do indicador IMMIGR\_POLICY – bem como, à integração de migrantes e de requerentes de asilo – medida através do indicador MULTICULT – continuaram a ser os indicadores mais relevantes para a determinação desta condição, em particular para os grupos políticos constituídos por partidos TAN. Remetemos aqui para o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, para o grupo da Identidade e Democracia e para o grupo dos Não Inscritos.

Por sua vez, o grupo político da Identidade e Democracia foi o único a expressar oposição aos indicadores relacionados com os temas económicos. Em particular, referindo-se aos indicadores da REDISTRIBUTION e da DEREGULATION. Do mesmo modo, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde continuou a ser o único grupo político eurocético a não manifestar qualquer oposição aos indicadores da condição *'policy issues'*. Por sua vez, tanto o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, como o grupo dos Não Inscritos, repetiram a manifestação de oposição apenas ao conjunto dos indicadores relativos à imigração, expresso através do indicador IMMIGR\_POLICY e do indicador MULTICULT.

Desde 2009, os resultados relativos à condição *'policy issues'* revelaram duas situações. Em primeiro lugar, os temas económicos, que começaram por ser uma preocupação exclusiva do grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, passaram a ser alvo de oposição por parte dos grupos da Europa da Liberdade e da Democracia Direta e da Europa das Nações e da Liberdade, a partir de 2014/2015. Facto que se manteve também em 2019, no grupo da Identidade e Democracia. Por último, e em segundo lugar, desde 2009, os indicadores referentes à imigração foram alvo de oposição exclusiva por parte dos grupos políticos TAN, conforme os dados presentes na Tabela 33, abaixo.

Tabela 33: Dicotomização da condição '*policy issues*' em 2019, nos grupos políticos do ECR, ID, GUE/NGL e NI

Grupos	Estado-membro	Partido Político	DEREGULATION	REDISTRIBUTION	IMMGR_POLICY	MAULTICUL
ECR	Bélgica	Nova Aliança Flamenga	8.60	7.40	7.59	8.19
	Bulgária	Organização Revolucionária Interna da Macedónia – Movimento Nacional Búlgaro	3	2.57	9.43	8.77
	República Checa	Partido Democrático Cívico	7.5	7.92	8	7.79
	Croácia	Partido Conservador da Croácia	—	—	—	—
	Alemanha	Partido da Família alemão	—	—	—	—
	Grécia	Solução Grega	—	—	—	—
	Espanha	VOX	—	—	—	—
	Itália	Irmãos de Itália	3.40	5.40	9.67	9.71
	Letónia	Aliança Nacional	4.875	5.875	8.71	8
	Lituânia	Ação Eleitoral dos Polacos na Lituânia	3.875	3.58	6.17	4.33
	Holanda	Partido Político da Reforma	6	6.19	8	9.17
		Fórum para a Democracia	—	—	9.79	9.77
	Polónia	Lei e Justiça	3.65	2.65	9.71	9.11
		Polónia Unida	3.375	3.25	7.44	9
	Eslováquia	Solidariedade e Liberdade	9.21	8.36	8.89	8.26
	Suécia	Democratas Suecos	4.53	4.59	9.89	9.94
	Reino Unido	Partido Conservador Britânico	7.86	6.83	8	7.08
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
ID	Áustria	Partido para a Liberdade	5.19	4.69	9.89	9.89
	Bélgica	<i>Vlaams Belang</i>	5.40	5	9.60	9.60
	República Checa	Liberdade e Democracia Direta	—	—	9.93	9.79
	Dinamarca	Partido Popular Dinamarquês	4.5	3.625	9.69	9.5
	França	Frente Nacional	3.64	5.09	9.85	9.83
	Alemanha	Alternativa para a Alemanha	8.14	7.125	9.3125	9.86
	Estónia	Partido Popular Conservador da Estónia	—	—	9.80	9.47
	Itália	Liga Norte	5.19	5.59	9.87	9.79

	Finlândia	Partido dos Verdadeiros Finlandeses	4.43	3	9	9.375
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>GUE/NGL</b>	Bélgica	Partido do Trabalho da Bélgica	0.40	0.2	1.8	1.6
	Chipre	Partido progressista do povo trabalhador	2	2.5	3	3
	República Checa	Partido Comunista da Boémia e Morávia	2.08	0.85		
	Dinamarca	Aliança Vermelha e Verde	1	0.5	1.6	1.5
	Finlândia	Aliança de Esquerda	2.43	1.29	2.875	2.25
	França	França Insubmissa	—	—	2.35	3
		Esquerda Republicana e Socialista	—	—	—	—
	Alemanha	<i>Die Linke</i>	1.6	0.89	3.1875	3.5
		Partido humano da proteção animal e ambiental	2	2	1	1
	Grécia	SYRIZA	1.33	1.22	1.85	1.69
	Irlanda	<i>Sinn Féin</i>	2.33	1.86	5.19	5
		Independentes pela mudança	—	—	—	—
		Independentes	—	—	—	—
	Holanda	Partido pelos Animais	1.25	2.67	2.8	2.875
	Portugal	Bloco de Esquerda	0.5	0.5	1	1.81
		Coligação Democrática Unitária	0.17	0.17	3.25	4
	Espanha	Esquerda Unida	1.1	1	1.29	2.08
		PODEMOS	1	0.75	1.5	2.23
		EH BILDU	—	—	1.375	3
	Suécia	Partido da Esquerda	0.94	0.56	1.83	1.89
Reino Unido	<i>Sinn Fein</i>	—	—	—	—	
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>NI</b>	Grécia	Partido Comunista Grego	0	0.33	1.89	4.30
		Aurora Dourada	0.83	3	9.23	9.89
		Independente	—	—	—	—
	Croácia	Bloqueio Humano	—	—	—	—
		Independente	—	—	—	—
Itália	Movimento Cinco Estrelas	3.59	3.40	6.43	6.5	

	Alemanha	<i>Die Partei</i>	—	—	—	—
	Hungria	JOBBIK	2	3.62	9.64	9.67
	Eslováquia	Partido Popular Nossa Eslováquia	—	—	9.79	9.95
		Independente	—	—	—	—
	Reino Unido	Partido do Brexit	—	—	—	—
		Partido Democrático Unionista	—	—	8.19	8.30
		<b>CÓDIGO BINÁRIO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

### 3.2. As condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu pós-2008

Após a sistematização dos dados recolhidos no *Chapel Hill Expert Survey*, foi construída a *truth table* apresentada na Tabela 34, com os resultados da dicotomização das condições definidoras do euroceticismo referentes a cada grupo político e ao respetivo ano de início de legislatura, no Parlamento Europeu. Como a *truth table* da Tabela 34 apresentou uma contradição nos resultados, que será explicada a seguir, procedeu-se à introdução de uma nova condição, que deu origem a uma nova *truth table*, na Tabela 35.

Assim, da análise da Tabela 34 identificaram-se quatro ‘padrões de oposição à UE’ presentes para o resultado 1 (um), i.e., para o euroceticismo nos grupos políticos TAN, e dois ‘padrões de oposição à UE’ definidores do resultado 0 (zero), ou seja, referentes ao euroceticismo nos grupos políticos GAL. Contudo, um dos ‘padrões de oposição à UE’ presente no euroceticismo nos grupos políticos TAN, repetiu-se para o euroceticismo nos grupos políticos GAL, estando assim identificado com a letra C, de ‘contradição’. De acordo com o protocolo da Análise Qualitativa Comparada, a *truth table* não deve ter identificação de contradições, a menos que o objetivo do estudo seja a identificação das contradições para efeitos de construção da teoria (*theory-building*). Como o objetivo deste estudo é a identificação das condições definidoras do euroceticismo, as contradições tinham de ser resolvidas antes de ser possível avançar (Ragin, Berg-Schlosser e de Meur, 1996: 758).

Tabela 34: *Truth table* das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu entre 2008 e 2020

Anos	Grupos	Questões constitutivas	Questões gerais	<i>Policy issues</i>	Resultado
2009	ECR	0	0	1	1
	EFD	1	1	0	1
	GUE/NGL	1	1	0	C
	NI	1	1	0	1
2014	ECR	1	0	1	1
	EFDD	1	1	0	1
	GUE/NGL	1	0	0	0
2015	ENF	1	1	1	1
	NI	1	1	0	1
2019	ECR	1	1	1	1
	ID	1	1	1	1
	GUE/NGL	1	0	0	0
	NI	1	1	0	1

Fonte: Desenvolvido pela autora

Seguindo as orientações de Rihoux e Meur (2009: 48), acrescentamos mais uma condição definidora do euroceticismo. Contudo, os autores também alertaram que esta estratégia deve ser implementada com alguma cautela, de forma a não comprometer o estudo. Isto porque, quanto mais condições forem adicionadas, mais complexo se tornará o modelo, com o potencial para individualizar as explicações de cada caso, mais do que identificar os padrões que explicam o mesmo resultado, que é o principal objetivo da abordagem *crisp-set* da Análise Qualitativa Comparada. Por isso, a estratégia na presente investigação passou por desdobrar apenas as variáveis associadas à condição *policy issues*, de forma a transformá-la em duas condições independentes: uma relativamente a questões mais relacionadas com a economia – denominada de ‘questões de política económica’ – e outra mais relacionada com a imigração – designada de ‘questões de política migratória’. Neste caso, à primeira condição foram associados os indicadores do *Chapel Hill Expert Survey* referentes à redistribuição (medida pelo indicador REDISTRIBUTION) e à desregulamentação (medida pelo indicador DEREGULATION); e à segunda condição foram associados os indicadores relativos à imigração (medida pelo indicador IMMIGR\_POLICY) e ao multiculturalismo (medida pelo indicador MULTICULT). Efetuados

estes passos, a Tabela 35 sistematizou os dados recolhidos para as agora quatro condições: a saber, 'questões constitutivas', 'questões gerais', 'questões de política económica' e 'questões de política migratória'.

Resolvida a contradição, a Tabela 35 permitiu avançar para a análise dos 'padrões de oposição à UE', e discernir quais as condições definidoras do euroceticismo. Assim, para o euroceticismo nos grupos políticos TAN verificou-se, em primeiro lugar, que a condição 'questões de política migratória' esteve presente em todos os casos identificados com o resultado 1 (um). Em segundo lugar, confirmou-se que a condição 'questões constitutivas' e a condição 'questões gerais', constituíam outro padrão na definição das condições do euroceticismo ao se repetir, sobretudo para os grupos maioritariamente constituídos por partidos políticos da extrema-direita, tais como o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia, o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, o grupo da Europa das Nações e da Liberdade, o grupo da Identidade e Democracia e o grupo dos Não Inscritos.

Relativamente ao euroceticismo nos grupos políticos GAL, identificou-se apenas um 'padrão de oposição à UE', ao considerar as 'questões constitutivas' como a condição definidora do euroceticismo nos grupos políticos GAL. Este 'padrão de oposição à UE' verificou-se tanto em 2014/2015, como em 2019. Em 2009, o único grupo representante do euroceticismo GAL, i.e., o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, para além da condição 'questões constitutivas', também revelou a presença da condição 'questões gerais'. Sendo que, em nenhum dos anos apresentou as condições referentes às *policy issues*.

**Tabela 35: *Truth table* atualizada das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu entre 2008 e 2020**

Anos	Grupos	Questões constitutivas	Questões gerais	Questões de política económica	Questões de política migratória	Resultado
2009	ECR	0	0	1	1	1
	EFD	1	1	0	1	1
	GUE/NGL	1	1	0	0	0
	NI	1	1	0	1	1
2014	ECR	1	0	1	1	1
	EFDD	1	1	0	1	1
	GUE/NGL	1	0	0	0	0
2015	ENF	1	1	1	1	1
	NI	1	1	0	1	1
2019	ECR	1	1	0	1	1
	ID	1	1	1	1	1
	GUE/NGL	1	0	0	0	0
	NI	1	1	0	1	1

Fonte: Desenvolvido pela autora

### 3.2.1. As condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos GAL

A identificação das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos GAL, permitiu-nos extrair três conclusões. Em primeiro lugar, as ‘questões constitutivas’ foram a única condição presente no Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde em 2009, em 2014 e em 2019. Em segundo lugar, a condição ‘*policy issues*’, tanto a referente às ‘questões de política económica’, como a referente às ‘questões de política migratória’, não esteve presente no grupo político em nenhum dos anos da análise. Por último, a combinação da condição ‘questões constitutivas’ com a condição ‘questões gerais’, apenas se verificou em 2009.

Entre 2009 e 2019, o principal ‘padrão de oposição à UE’ que permitiu a identificação das condições definidoras do euroceticismo característico dos grupos políticos GAL revelou uma tendência evolutiva, que apontou para a despolitização das ‘questões gerais’ relacionadas com a integração europeia. Em particular, a Tabela 36, que apresenta os resultados de cada indicador das respetivas

condições, permitiu compreender que, tanto em 2014/2015, como em 2019, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde alterou o seu posicionamento relativamente à integração europeia. Neste sentido, em 2009 os partidos políticos que compunham este grupo político revelaram um posicionamento geral contra a integração europeia. Esta situação reverteu-se a partir de 2014/2015 e voltou a repetir-se em 2019.

A alteração no posicionamento dos partidos relativamente à integração europeia pode ser explicada pelo facto de que, tanto em 2014/2015, como em 2019, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde ter deixado de contar com a presença de membros tradicionalmente mais eurocéticos. De acordo com Charalambous (2011), “em 2009, todos os partidos do GUE/NGL eram eurocéticos, mas apenas três poderiam ser classificados como eurocéticos *hard*”. Este facto foi igualmente observado nas Tabelas 12 e 16 do capítulo anterior. Assim, em 2009, os três partidos a que se referiu Charalambous (2011) correspondiam ao Partido Comunista grego, ao Partido Socialista irlandês e ao Partido Comunista português, uma vez que estes três partidos foram os únicos a registar valores entre os 0,5 e os 0,9 no posicionamento à extrema-esquerda. Contudo, tanto em 2014, como em 2019, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde não contou com os membros oriundos do Partido Comunista grego (que se mudaram para o grupo dos Não Inscritos), nem como o membro do Partido Socialista irlandês (que não foi eleito).

Em particular, o KKE e o Partido Socialista irlandês foram ‘substituídos’ pela entrada de vários outros partidos políticos menos posicionados ideologicamente contra a integração europeia. No geral, os novos partidos que entraram em 2014 e em 2019 no Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde consideravam que a UE deveria ser mais ‘verde’ e mais justa socialmente, sendo essa a principal missão destes atores políticos. São exemplo disso, o Partido dos Animais, da Holanda, a Aliança Verde, da Finlândia, ou o Partido Humano da Proteção Animal e Ambiental, da Alemanha, entre outros. Ainda assim, não deve ser ignorada a presença do SYRIZA grego, ou do partido PODEMOS, espanhol, no Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, tanto em 2014/2015, como em 2019. Apesar de, tendencialmente, serem considerados anti UE, tal como sublinha Müller (2016) ambos os partidos (SYRIZA e PODEMOS), revelaram-se mais contra as medidas de austeridade, do que contra a UE, com a particularidade de que, no geral, não partilhavam do autoritarismo/nacionalismo característico, por exemplo, do Partido Comunista grego.

Assim, a primeira conclusão resultante da análise e interpretação das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu revelou que para o Grupo Confederal da

Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (enquanto o único representante do euroceticismo nos grupos políticos GAL), as condições definidoras foram essencialmente as 'questões constituintes', resultando numa oposição à política de mercado interno, à política externa e de segurança da UE e à autoridade da UE em matéria de políticas económicas e orçamentais dos Estados-membros.

Por conseguinte, estes resultados apontam para duas considerações sobre o euroceticismo nos grupos políticos GAL. Em primeiro lugar, parece evidente que tal euroceticismo se opõe fundamentalmente à “transferência de poderes e competências que pressionam a autonomia sobre a autodeterminação dos Estados-membros e os processos de tomada de decisão nacionais” (Halikiopoulou, et. al., 2012). Em segundo lugar, o euroceticismo dos grupos políticos GAL parece opor-se essencialmente ao “desenvolvimento de uma ‘Europa política’ (no sentido da federalização), uma ‘Europa militar’ (particularmente contra o desenvolvimento de uma política comum de segurança e defesa) e uma ‘Europa de mercado’ (livre da competição e da perda de instrumentos económicos nacionais)” (March, 2012a: 335).

Tabela 36: Resultados relativos aos indicadores de cada condição

		Questões constitutivas					Questões gerais			Questões de Política			
		Económica		Migratória									
		EU_EP	EU_INT	EU_FOR	EU_BUD	EU_ASY	EU_POS	EU_SAL	EU_BEN	DEREG	REDIS	IMMGR	MULTIC
2009	ECR	0	0	0	1	1	0	1	0	1	1	1	1
	EFD	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1
	GUE/NGL	0	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0
	NI	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1
2014	ECR	0	0	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1
	EFDD	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1
	GUE/NGL	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0
2015	ENF	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	NI	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1
2019	ECR	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1
	ID	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1
	GUE/NGL	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0
	NI	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1

Fonte: Desenvolvido pela autora

### 3.2.2. As condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos TAN

Por sua vez, a análise da Tabela 35 possibilitou a identificação de dois principais ‘padrões de oposição à UE’ para o resultado 1 (um), i.e., correspondente ao euroceticismo nos grupos políticos TAN. Em primeiro lugar, verificou-se o ‘padrão de oposição à UE’ que identificou o conjunto das condições ‘questões constitutivas’, ‘questões gerais’ e ‘questões de política migratória’ como uma condição definidora do euroceticismo nos grupos políticos TAN. Em particular, este ‘padrão de oposição à UE’ foi evidente em 2009, no grupo da Europa da Liberdade e da Democracia; em 2014/2015, no grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta; no grupo dos Não Inscritos, desde 2009 até 2019; e, no grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, porém neste último caso, apenas em 2019. Em segundo lugar, identificou-se o ‘padrão de oposição’ que enumerou o conjunto de todas as condições enquanto definidoras do euroceticismo nos grupos políticos TAN. Este segundo ‘padrão de oposição à UE’ foi mais evidente no grupo da Europa das Nações e da Liberdade, em 2014/2015 e no grupo da Identidade e Democracia, em 2019.

Entre 2009 e 2019, os ‘padrões de oposição à UE’ característicos do euroceticismo nos grupos políticos TAN mudaram significativamente. As condições que em 2009 registaram 0 (zero), passaram a registrar 1 (um), sobretudo entre 2014/2015 e 2019, conforme a Tabela 37. Desta forma, verificaram-se duas situações, nos grupos políticos TAN. A primeira situação permitiu concluir sobre um incremento das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos TAN, na medida em que, praticamente, todas as condições passaram a ser alvo de oposição nos grupos políticos TAN. De notar, contudo, as notáveis exceções relativamente a duas dessas condições. Em primeiro lugar, em relação à condição ‘questões de política económica’, nos grupos da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, assim como, no grupo dos Não Inscritos. Em segundo lugar, a exceção reporta-se à condição ‘questões gerais’ no grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, que apenas passou a ser condição definidora do euroceticismo neste grupo político, a partir de 2019. Não obstante, o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, em particular, foi o grupo em relação ao qual se assistiu à maior intensificação do seu ‘padrão de oposição à UE’. Por exemplo, em 2014/2015, o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus manifestou oposição à condição ‘questões constitutivas’, quando não o havia feito em 2009. Do mesmo modo, em 2019, o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus passou a manifestar oposição à condição ‘questões gerais’, quando não o havia feito nos dois períodos de análise anteriores.

Para além disso, a segunda situação decorrente da evolução do ‘padrão de oposição à UE’ nos grupos políticos TAN, permitiu concluir sobre a existência de um segundo ‘padrão de oposição à UE’, que não se tinha verificado em 2009, e que considerava todas as condições como definidoras do euroceticismo nos grupos políticos TAN. Este segundo ‘padrão de oposição à UE’ foi mais evidente no grupo da Europa das Nações e da Liberdade, o que reforça a primeira observação sobre a intensificação do ‘padrão de oposição à UE’ das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos TAN, a partir de 2014/2015. Por conseguinte, em 2019, verificou-se novamente a presença do mesmo ‘padrão de oposição à UE’. Desta vez, observado no grupo da Identidade e Democracia, que também manifestou oposição a todas as condições definidoras do euroceticismo.

Neste sentido, desde 2014/2015 foram evidentes dois ‘padrões de oposição à UE’, nos grupos políticos TAN. Por um lado, a presença combinada das condições ‘questões constitutivas’, ‘questões gerais’ e das ‘questões de política migratória’, no grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, no grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus e no grupo dos Não Inscritos. Por outro lado, a presença de todas as condições definidoras do euroceticismo no grupo da Europa das Nações e da Liberdade, assim como no grupo da Identidade e Democracia. Esta evolução no sentido da intensificação do ‘padrão de oposição à UE’ pode ser observada, em resumo, na Tabela 37.

**Tabela 37: Evolução do ‘padrão de oposição’ nas condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos TAN**

	ECR	EFD	EFDD	ENF	ID	NI
2009	0011	1101	—	—	—	1101
2014/2015	1011	—	1101	1111	—	1101
2019	1101	—	—	—	1111	1101

Fonte: Desenvolvido pela autora

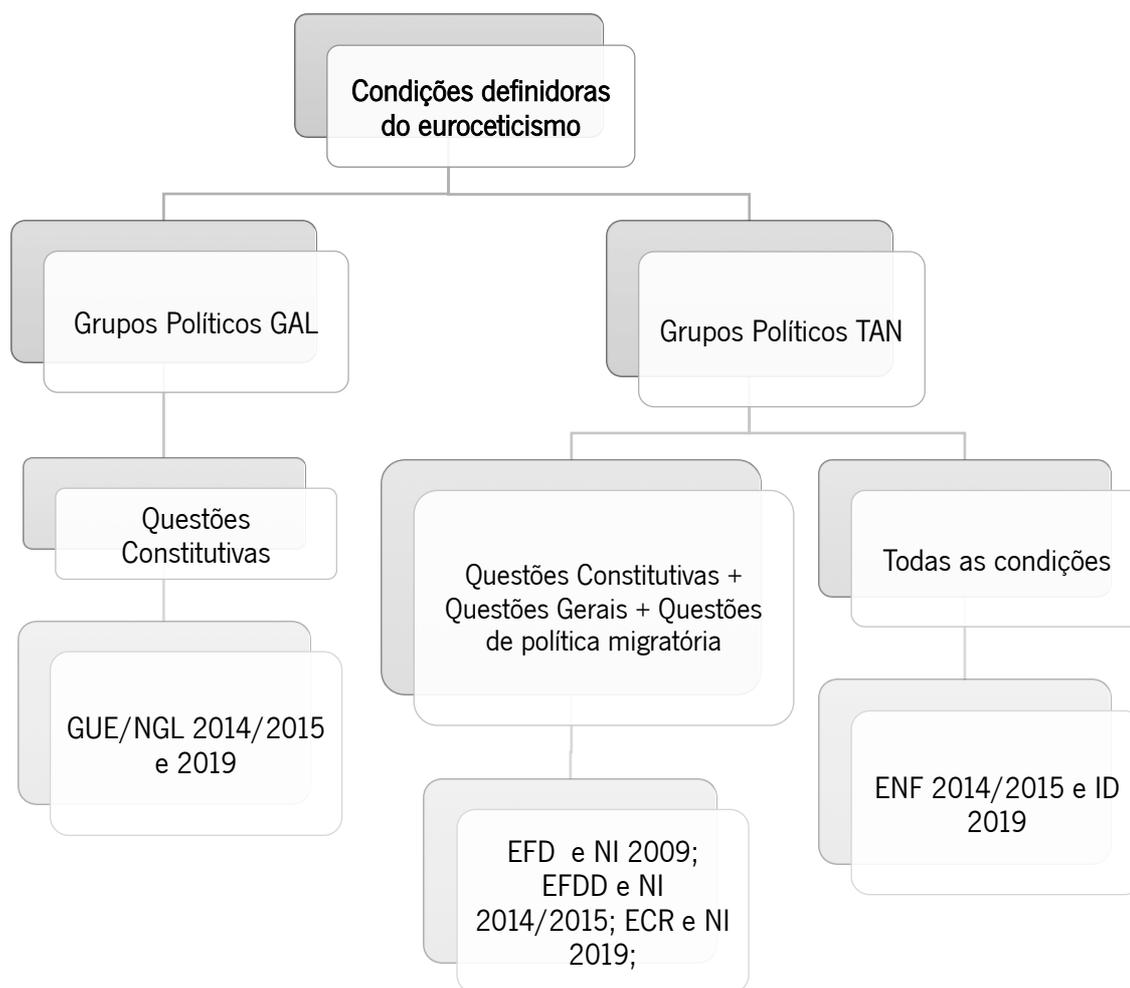
Em parte, a evolução que se verifica na Tabela 37, pode ser justificada pelas alterações ao nível da composição nos grupos políticos TAN, ao longo dos três períodos de análise. Assim, relativamente ao grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, que é o grupo político que registou maiores alterações, desde 2009, a Tabela 36 revelou, por exemplo, que em 2014/2015 os partidos políticos que faziam parte do grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus manifestaram um posicionamento contra a política externa e de segurança da UE (EU\_FOREIGN), o que motivou a inclusão da condição ‘questões constitutivas’ no ‘padrão de oposição à UE’. Por sua vez, em 2019, o

grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus sofreu significativas alterações, conforme relatado no capítulo anterior. Tais alterações na sua composição, podem estar na origem da alteração no posicionamento geral dos partidos políticos que compunham este grupo político. Por exemplo, e de acordo com Cas Mudde (2019: 24), o partido Lei e Justiça da Polónia – que veio a assumir a ‘liderança’ do ECR em 2019 – “foi considerado um partido conservador [em 2014], mas transformou-se num partido populista de direita radical, sobretudo na sequência da crise migratória de 2015 e dos ataques terroristas em Bruxelas e Paris”. O facto de em 2019 a liderança do grupo ter sido assumida pelo partido Lei e Justiça, da Polónia, que substituiu o Partido Conservador britânico, pode ajudar a compreender o posicionamento mais radical do grupo relativamente à condição ‘questões gerais’. Sobre este assunto, McDonell (2019: 61) observou que, em 2019, o Grupo Conservador e Reformista Europeu era “significativamente mais populista de direita radical, do que o havia sido em 2014”. Tal pode também ser explicado pelo facto de o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus ter acolhido novos membros originários de partidos da extrema-direita. Dos quais são exemplos, os membros provenientes do partido da Alternativa para a Alemanha, desde 2014/2015, ou do partido VOX espanhol, em 2019.

Por outro lado, a inclusão do Movimento Cinco Estrelas no grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, em 2014/2015, pode ter contribuído para a contenção deste grupo político, no que se refere ao ‘padrão de oposição à UE’ subjacente às condições definidoras do seu euroceticismo. Isto porque, o grupo manteve o mesmo ‘padrão de oposição’ que havia registado, em 2009, no grupo da Europa da Liberdade e da Democracia. Por último, merece ainda destaque o facto de o grupo dos Não Inscritos ser o único grupo que, e apesar das diversas alterações na sua composição desde 2009, manteve o mesmo ‘padrão de oposição à UE’, ao longo dos três anos de análise, i.e., as ‘questões constitutivas’, as ‘questões gerais’ e as ‘questões de política migratória’.

A figura 3 sintetiza a relação estabelecida entre as condições definidoras do euroceticismo e os respetivos grupos políticos GAL/TAN do Parlamento Europeu pós-2008.

Figura 3: Condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos GAL e TAN



Fonte: Desenvolvido pela autora

### 3.3. Conclusão

O presente capítulo teve a principal função de descrever a operacionalização do modelo de análise, assente no método experimental da Análise Qualitativa Comparada. Por sua vez, a implementação de tal modelo de análise, possibilitou, numa segunda fase, a identificação das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos GAL e do euroceticismo nos grupos políticos TAN, de acordo com a definição dos resultados.

Assim, para efeitos desta pesquisa, os resultados revelaram, no geral, que as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos GAL se esgotam essencialmente numa condição. Em particular, o principal ‘padrão de oposição à UE’ confirmou que para o resultado GAL foi determinante a manifestação de oposição à condição ‘questões constitutivas’. Este ‘padrão de oposição à UE’ surgiu em 2014/2015 e repetiu-se em 2019. Em 2009, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária

Europeia/Esquerda Nórdica Verde, o representante único da ala GAL, havia manifestado oposição às 'questões constitutivas' e às 'questões gerais'. Contudo, tal 'padrão de oposição à UE' não voltou a ser repetido ao longo do período compreendido entre 15 de setembro de 2008 e 31 de janeiro de 2020.

Por sua vez, os resultados referentes ao euroceticismo nos grupos políticos TAN revelaram a existência de dois principais 'padrões de oposição à UE'. Em primeiro lugar, verificou-se o 'padrão de oposição' às condições 'questões constitutivas', 'questões gerais' e 'questões de política migratória'. O referido 'padrão de oposição à UE' verificou-se desde 2009 nos grupos políticos TAN. Em particular, no grupo da Europa da Liberdade e da Democracia, em 2009, no grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, em 2014/2015, no grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, em 2019, e no grupo dos Não Inscritos, nos três períodos de análise. Não obstante, a partir de 2014/2015, para além do referido 'padrão de oposição à UE' surgiu, em segundo lugar, o 'padrão de oposição' a todas as condições definidoras do euroceticismo. Este segundo 'padrão de oposição à UE' verificou-se no grupo da Europa das Nações e da Liberdade, em 2014/2015, e voltou a repetir-se no grupo político da Identidade e Democracia, em 2019.

Tendo sido identificadas as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos GAL e do euroceticismo nos grupos políticos TAN, o próximo capítulo analisa a evolução das referidas condições, à luz do marcador temporal verdadeiramente transformador do estudo do euroceticismo, i.e., o ano de 2008. Desta forma, será possível dar resposta à pergunta de investigação – como evoluíram as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu, entre 2008 e 2020? –, assim como compreender a validade das hipóteses de investigação.

## CAPÍTULO 4

### A evolução das condições definidoras do euroceticismo no Parlamento Europeu Pós-2008

O presente capítulo analisará a evolução das referidas condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu, desde 2008. Para tal, tomou-se como referência o impacto das condicionantes resultantes do contexto pós-2008. Em particular, o impacto da crise económica, da crise migratória, do crescente iliberalismo no Leste europeu e, mais recentemente, dos efeitos do Brexit. Estes impactos estão, de certa forma, relacionados com as três hipóteses de investigação antecipadas na Introdução da presente tese, e lembradas de seguida.

Assim, relacionado com a primeira hipótese, a literatura destacou que a crise económica teve um papel relevante na ativação do nacionalismo, contra as soluções impostas pelas instituições supranacionais (Hooghe e Marks, 2018: 1119). Isso refletiu-se, sobretudo, através do sucesso eleitoral de partidos da extrema-esquerda, no Sul da Europa. Ainda que em maio de 2009, quando ocorreram as eleições para o Parlamento Europeu, os efeitos da crise económica fossem residuais, a primeira hipótese antecipa que à medida que a crise económica diminuiu a confiança dos cidadãos sobre o futuro económico individual e coletivo, mais cidadãos se tornaram eurocéticos (Hooghe e Marks, 2004: 416). Por isso, esperava-se que, em 2009, as ‘questões constitutivas’ e as ‘questões gerais’, fossem as condições definidoras do euroceticismo, na medida em que, as primeiras se referiam às questões relacionadas com a natureza política da UE, que, entre outros, afetavam diretamente a soberania nacional. Por sua vez, as ‘questões gerais’ refletiam o posicionamento negativo face à integração europeia, no geral.

Relacionado com a segunda hipótese de investigação, a crise migratória afetou as questões não apenas relacionadas com a soberania nacional, mas também com o sentido de “identidade nacional” (Börzel e Risse, 2018: 15), sobretudo quando a UE solicitou aos Estados-membros o acolhimento de migrantes culturalmente diferentes. Vários Estados-membros consideraram este pedido uma afronta à autoridade nacional e, praticamente, desde 2015, a imigração assumiu uma posição de destaque na UE. O que contribuiu para o aumento do sucesso crescente de forças nacionalistas de extrema-direita, que, até 2016, exerceram pressão para que a Europa ‘fechasse as portas’ a mais migrantes. De acordo com Hooghe e Marks (2004: 417), a existência de um partido de extrema-direita nos Estados-membros foi particularmente determinante para a polarização entre as elites sobre a questão da imigração. De acordo com os autores, quanto menor fosse o consenso entre as elites sobre a integração europeia, maior seria a probabilidade de mobilização da identidade nacional exclusiva. Por

isso, a segunda hipótese desta investigação considerou que em 2014/2015 tenham sido reforçadas as condições definidoras do euroceticismo, sobretudo nos grupos políticos TAN, através da ênfase nas questões relacionadas com a defesa da identidade nacional, particularmente nas ‘questões constitutivas’ e nas ‘questões de política migratória’.

Por último, em relação ao Brexit e ao crescente iliberalismo, Hooghe e Marks (2018) concluíram que o referendo pela saída do Reino Unido espelhou a tensão crescente entre os defensores da integração e os defensores da resistência nacionalista. No mesmo sentido, o iliberalismo crescente, sobretudo nos países do Leste europeu, foi interpretado à luz do Pós-funcionalismo enquanto “aliado de um discurso nacionalista de paroquialismo, conservadorismo e anti elitismo que foi mobilizado contra a ameaça percebida dos estrangeiros e da União Europeia” (Ibid: 1127). Assim, os partidos políticos na Hungria e na Polónia adotaram um posicionamento mais polarizador na dimensão de contestação política do polo GAL/TAN, do que na dimensão económica de esquerda-direita (ibidem). Nesse sentido, a terceira hipótese desta tese considera que, em 2019, as condições para o euroceticismo nos grupos políticos no Parlamento Europeu reforçaram a contestação política assente nas ‘questões constitutivas’, nas ‘questões gerais’ e nas ‘questões de política migratória’, como reflexo do crescente nacionalismo e autoritarismo.

Dito isto, o presente capítulo está organizado em três secções. A primeira apresenta uma análise da evolução das condições definidoras do euroceticismo, desde 2008, com o objetivo de responder à pergunta de investigação – como evoluíram as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu, entre 2008 e 2020? Por sua vez, a segunda secção procura examinar as conclusões decorrentes da evolução das condições definidoras do euroceticismo, no sentido de compreender as implicações no seio do Parlamento Europeu. Por último, a terceira secção reflete sobre o futuro impacto da saída do Reino Unido da UE no euroceticismo do Parlamento Europeu, após 31 de janeiro de 2020<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> Apesar de a última secção do capítulo refletir sobre um período que estende a baliza temporal de 31 de janeiro de 2020, esta pareceu-nos uma análise pertinente no quadro da evolução das condições definidoras do euroceticismo no Parlamento Europeu. Uma vez que a legislatura de 2019, considerada ainda para efeitos analíticos desta tese, contou ainda com a presença dos membros eleitos pelo Reino Unido, pareceu-nos importante rematar a análise do euroceticismo no Parlamento Europeu pós-2008 contando com a saída do Estado-membro que efetivamente aconteceu no dia 31 de janeiro de 2020, deixando em aberto para futuras investigações a necessidade de aprofundamento e continuação do estudo sobre o euroceticismo no Parlamento Europeu, agora sem o Reino Unido.

## 4.1. A evolução das condições definidoras do euroceticismo entre 2008 e 2020

### 4.1.1. 2009: a ênfase nas ‘questões constitutivas’ e nas ‘questões gerais’

A crise económica e financeira que se seguiu na sequência da queda do *Lehman Brothers*, em setembro de 2008, revelou-se o marco verdadeiramente transformador para a política europeia. No quarto trimestre de 2008, o PIB da Zona Euro tinha descido 1,5%, em comparação com o trimestre anterior, tendo sido esta considerada a maior queda da história económica da Zona Euro. Pela mesma altura, expressões como *PIIGS*, *the Olive Belt* ou *Club Med* começaram a surgir em jornais económicos como o *Financial Times*<sup>60</sup>, o *The Economist* ou o *The Times*, para se referirem às economias particularmente mais vulneráveis da Europa do Sul, nomeadamente, a Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, devido ao crescente endividamento e aos altos níveis de deficit público face ao PIB. Essas condições acabariam por justificar a necessidade de resgates financeiros, a partir de 2010.

Ainda que em maio de 2009 (aquando das primeiras eleições europeias pós-crise de 2008), os efeitos da crise económica na Europa fossem residuais, as dúvidas sobre a capacidade da Zona Euro para prevenir que a crise se alastrasse às economias mais débeis do Sul, contribuíram para a eleição de novos membros anti UE. Em particular, destaca-se, por exemplo, a eleição do partido grego SYRIZA, um movimento anti austeridade, que, logo em 2009, integrou o grupo político Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde. Contudo, em 2010, os resgates financeiros impostos pelas instituições europeias à Grécia e à Irlanda, e que voltariam a repetir-se, em 2011, para Portugal, aumentaram as ondas de contestação nacionais, que alimentaram o surgimento de movimentos de protesto anti austeridade, em especial, nos referidos Estados-membros, mas também um pouco por toda a Europa. Em alguns casos, esses movimentos evoluíram para partidos políticos, noutros, porém, tiveram o potencial para desencadear sentimentos de desconfiança nos cidadãos em relação à UE, particularmente no que diz respeito à autoridade e à legitimidade da organização para interferir na soberania nacional aquando da gestão da crise.

Com efeito, a análise descrita no capítulo anterior, permitiu-nos observar que, para o ano de 2009, confirma-se, parcialmente, a primeira hipótese desta investigação, na medida em que as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos no Parlamento Europeu assentaram essencialmente nas ‘questões constitutivas’ e nas ‘questões gerais’, à exceção do grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus. Este último caso, apresentou um ‘padrão de oposição’ às

---

<sup>60</sup> Como exemplo ilustrativo: Dizard, J. (2008). “Playing with Eurozone futures”, in: <https://www.ft.com/content/e68da7e6-447a-11dd-b151-0000779fd2ac>.

condições relacionadas com as *'policy issues'*, em particular, as 'questões de política económica' e as 'questões de política migratória' (conforme resultados da Tabela 38 abaixo).

Estes resultados revelaram que, em 2009, as condições definidoras do euroceticismo assentaram essencialmente na oposição quer à integração europeia (manifestado através da oposição à condição 'questões gerais') quer às questões relacionadas com a natureza política da UE (manifestada através da condição 'questões constitutivas'). Em particular, isto foi mais evidente no único grupo político GAL, já que 2009 foi também o único ano da análise no qual o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde expressou oposição às 'questões constitutivas' e às 'questões gerais', em conjunto. Não obstante, nos restantes períodos de análise, i.e., em 2014/2015 e em 2019, o referido 'padrão de oposição à UE' tornou-se praticamente exclusivo do euroceticismo nos grupos políticos TAN, com exceção para o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, que apenas adotou o mesmo 'padrão de oposição à UE' em 2019.

**Tabela 38: Síntese das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu, em 2009.**

Grupos	Questões Constitutivas	Questões Gerais	Questões de política económica	Questões de política migratória	Resultado
ECR	0	0	1	1	1
EFD	1	1	0	1	1
GUE/NGL	1	1	0	0	0
NI	1	1	0	1	1

Fonte: Desenvolvido pela autora

#### **4.1.2. 2014/2015: o reforço da política de identidade e o início da contestação confrontativa**

Por sua vez, o contexto em que decorreram as segundas eleições europeias, em 2014, envolto nas consequências sociais e na instabilidade política das economias mais afetadas pelos resgates financeiros de 2010 e 2011, assim como, nos efeitos da crise migratória, contribuiu para o aumento sem precedentes do euroceticismo no seio da própria UE. Com efeito, a análise descrita no capítulo terceiro desta tese, permite validar a segunda hipótese de investigação, na medida em que as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos TAN do Parlamento Europeu em

2014/2015 passaram, essencialmente, pelo reforço das questões relacionadas com a defesa da identidade nacional, particularmente nas ‘questões constitutivas’ e nas ‘questões de política migratória’. Em particular, a análise da Tabela 39 revelou que as ‘questões constitutivas’ foram alvo de oposição por parte de todos os grupos políticos eurocéticos, no geral. Paralelamente, as questões relacionadas com a ‘questões de política migratória’ foram politizadas por todos os grupos políticos TAN.

**Tabela 39: Síntese das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu, em 2014/2015.**

Grupos	Questões Constitutivas	Questões Gerais	Questões de política económica	Questões de política migratória	Resultado
ECR	1	0	1	1	1
EFDD	1	1	0	1	1
GUE/NGL	1	0	0	0	0
ENF	1	1	1	1	1
NI	1	1	0	1	1

Fonte: Desenvolvido pela autora

A validação da segunda hipótese de investigação parece sugerir que a contestação subjacente ao euroceticismo tendeu a se agravar, acompanhando o impacto da crise, o que pode ser justificado por dois motivos. Em primeiro lugar, porque surgiram mais grupos políticos TAN – nomeadamente o grupo da Europa das Nações e da Liberdade. Em segundo lugar, porque as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos TAN se intensificaram, quando comparado com 2009. Por sua vez, isso refletiu-se através do endurecimento da contestação à UE, que passou a contrariar os fundamentos do, até então, *modus vivendi* do Parlamento Europeu, que defendia a continuidade do processo de integração europeia (Silva e Ferreira-Pereira, 2018). Desta forma, e nas palavras de Peter Mair (2007: 6), a oposição no seio do Parlamento Europeu assumiu os contornos de uma oposição de princípio, na qual os atores se tornaram intrinsecamente eurocéticos. De acordo com Mair (Ibidem), na ausência de canais que estruturassem a oposição da UE, os “empreendedores de temas” (Hobolt e De Vries, 2015) desenvolveram uma oposição fundamentalmente à UE. Neste ponto, pode dizer-se que o euroceticismo em 2014/2015 se radicalizou através da incorporação de um discurso populista (Silva e

Ferreira-Pereira, 2018), ao se aproximar dos valores do polo TAN, na defesa de uma política de identidade.

Por conseguinte, o desenvolvimento de uma contestação confrontativa assentou essencialmente nos temas constitucionais da UE, em detrimento de políticas específicas (Vasilopoulou, 2018: 207). Por isso, “o foco de discussão não residiu no tipo de UE desejável, mas em questionar se a integração europeia ainda seria uma opção viável” (Ibidem). Tal é validado pelo facto de as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos TAN serem essencialmente as ‘questões constitutivas’, referindo-se aos temas diretamente relacionados com a essência política (*polity*) da UE. Como exemplo, destaca-se, em particular, as questões relacionadas com o mercado interno, a Política Comum de Segurança e Defesa, a autoridade da UE em matérias de política orçamental e a política de asilo. Para além disso, registou-se também o aumento da oposição à política comum de acolhimento de migrantes, assim como o multiculturalismo, indicadores referentes à condição ‘questões de política migratória’. Como consequência, o euroceticismo nos grupos políticos TAN representado no Parlamento Europeu pelos grupos dos Conservadores e Reformistas Europeus, da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, da Europa das Nações e da Liberdade e pelo grupo dos Não Inscritos, foi mais expressivo a partir de 2014/2015, vindo a assumir posições parciais de um eurorejeccionismo, (Silva e Ferreira-Pereira, 2018) ou, no limite, a promover uma desintegração diferenciada (Leruth, et. al., 2019). Isto, na medida em que nos grupos políticos TAN se verificou uma oposição crescente às condições definidoras do euroceticismo.

#### **4.1.3. 2019: a confirmação da tendência TAN – rumo a uma nova clivagem no hemisfério?**

Por último, o contexto no qual decorreram as eleições europeias de 2019, marcado pelas negociações da saída do Reino Unido da UE, assim como, pelo crescente iliberalismo nos Estados-membros do Leste europeu, contribuiu para que o euroceticismo se afirmasse em torno da clivagem GAL/TAN, particularmente no quadro do polo TAN. Com efeito, a análise apresentada no capítulo anterior, e, em particular, na Tabela 40, permite confirmar a terceira, e última, hipótese de investigação. Desta forma, verificou-se uma intensificação na oposição às condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu, nomeadamente, em torno das ‘questões constitutivas’, ‘questões gerais’ e ‘questões de política migratória’. As referidas condições foram particularmente alvo de oposição por parte dos grupos políticos TAN, o que parece sugerir que a

clivagem do modelo Hooghe-Marks (1999), assente na dicotomia GAL/TAN, seja mais eficaz na compreensão do euroceticismo no Parlamento Europeu, sobretudo após 2014/2015. Desta forma, o contexto pós-2008 foi particularmente determinante para que o euroceticismo no seio do hemicírculo se tornasse mais fortemente orientado por valores ao longo da dimensão cultural-identitária, do que da dimensão esquerda/direita.

Assim, a divisão que aponta para a melhor compreensão do euroceticismo no Parlamento Europeu pós-2008 é aquela que opõe os “nacionalistas exclusivos” aos “nacionalistas inclusivos” (Börzel e Risse, 2018), partindo do princípio que aos primeiros correspondem os grupos políticos do polo TAN; enquanto aos segundos correspondem os grupos políticos do polo GAL. Deste modo, os ‘nacionalistas exclusivos’ são aqueles que “concebem a sua identidade nacional como exclusiva de outras identidades territoriais” (Hooghe e Marks, 2004: 416); por sua vez, os ‘nacionalistas inclusivos’ são os que “adicionam a Europa à sua identidade nacional” (Börzel e Risse, 2018: 87). Deste ponto de vista, Hooghe e Marks (2004: 416) argumentaram que os ‘nacionalistas exclusivos’ tenderiam a ser “consideravelmente mais eurocéticos, do que os que apresentavam um nacionalismo inclusivo”. De igual modo, tal pôde ser verificado nos grupos políticos do Parlamento Europeu, na medida em que os grupos políticos TAN foram os que tendencialmente manifestaram maior oposição às condições definidoras do euroceticismo. Por sua vez, o grupo político GAL manteve-se mais próximo do pro-integracionismo (Hooghe, et. al., 2002: 983), considerando que apenas manifestou oposição a uma das condições definidoras do euroceticismo.

Com efeito, o uso da clivagem GAL/TAN enquanto instrumento para compreender o euroceticismo no Parlamento Europeu, permitiu explicar a evolução das condições definidoras do euroceticismo. Desta forma, a partir de 2014/2015, quando a ênfase da crise assentou fundamentalmente na defesa da política de identidade, os grupos políticos TAN encontraram espaço para se afirmar e estabelecer os dois ‘padrões de oposição à UE’ que conduziram às suas condições definidoras do euroceticismo. De igual modo, os pressupostos acima descritos explicam o posicionamento mais eurocético do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, em 2009, quando a contestação assentou, essencialmente, na crítica à transferência de competências económicas e financeiras dos Estados-membros para a UE, discurso do qual o referido grupo se tornou defensor. No entanto, quando a partir de 2014/2015 o foco da contestação incidiu, não apenas na transferência de competências, mas também nos valores relacionados com a cultura e a identidade nacional, ligados, essencialmente, à xenofobia e à ameaça do externo, o grupo político GAL não acompanhou a evolução das condições definidoras do euroceticismo no sentido da

contestação confrontativa, recuando para o espaço que lhe é mais característico, isto é, a contestação de tipo cooperativo. Isto permite-nos dizer que no contexto da crise económica (i.e., em 2009), o euroceticismo foi essencialmente motivado pelo ‘nacionalismo inclusivo’, na medida em que apenas questionou a autoridade da UE sobre a autonomia dos Estados-membros. Contudo, a partir de 2014/2015, quando os valores evoluíram para um posicionamento mais próximo dos “nacionalistas exclusivos” (Börzel e Risse, 2018: 87), negando qualquer existência de uma identidade europeia conjunta, as condições definidoras do euroceticismo também evoluíram para se fixarem no quadro do polo TAN.

**Tabela 40: Síntese das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu, em 2019.**

Grupos	Questões Constitutivas	Questões Gerais	Questões de política económica	Questões de política migratória	Resultado
ECR	1	1	0	1	1
ID	1	1	1	1	1
GUE/NGL	1	0	0	0	0
NI	1	1	0	1	1

Fonte: Desenvolvido pela autora

Em resumo, e respondendo à pergunta de investigação, a análise da evolução das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu desde 2008 permitiu concluir que a evolução das condições definidoras do euroceticismo se deu, essencialmente, no quadro do polo TAN, a partir de 2014/2015. De certa forma, isto justifica-se pela existência de dois principais ‘padrões de oposição à UE’ nos grupos políticos TAN, tanto em 2014/2015, como em 2019. De igual modo, a partir do mesmo ano, os grupos políticos GAL apresentaram uma moderação no seu ‘padrão de oposição à UE’, que mantiveram em 2019.

Ao se fixar no polo TAN, estes resultados permitem uma segunda conclusão, relacionada com a natureza da contestação subjacente ao euroceticismo. Desta forma, a natureza da contestação também evoluiu: de cooperativa, em 2009, para confrontativa (Silva e Ferreira-Pereira, 2018), a partir de 2014/2015, à medida que mais condições definidoras do euroceticismo foram sendo alvo de oposição nos grupos políticos TAN.

#### 4.2. Parlamento Europeu: um euroceticismo, várias oposições?

Dado que a evolução das condições definidoras do euroceticismo se deu no quadro do polo TAN, no seio do qual foram identificados dois ‘padrões de oposição à UE’ distintos, sugerindo a existência de dois tipos de euroceticismo diferentes no mesmo polo. Os resultados alcançados sugerem-nos o desenvolvimento de uma relação entre os ‘padrões de oposição à UE’ já identificados nos grupos políticos GAL e nos grupos políticos TAN, e as três premissas do modelo Hooghe-Marks (1999). Assim, relativamente ao polo GAL, o modelo Hooghe-Marks (1999) defendeu que o posicionamento por parte dos partidos políticos GAL era tendencialmente mais pró-integracionista. Tal verificou-se também no presente estudo, na medida em que as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos GAL assentaram apenas num ‘padrão de oposição à UE’. Tal ‘padrão de oposição’ opôs-se, em particular, às ‘questões constitutivas’, nomeadamente ao mercado interno, à política externa da UE e à autoridade da UE em matérias económicas e orçamentais. Desta forma, parece legítimo afirmar que o euroceticismo do grupo político GAL se opõe essencialmente ao desenvolvimento de uma Europa “política, militar e de mercado” (March, 2012a: 335).

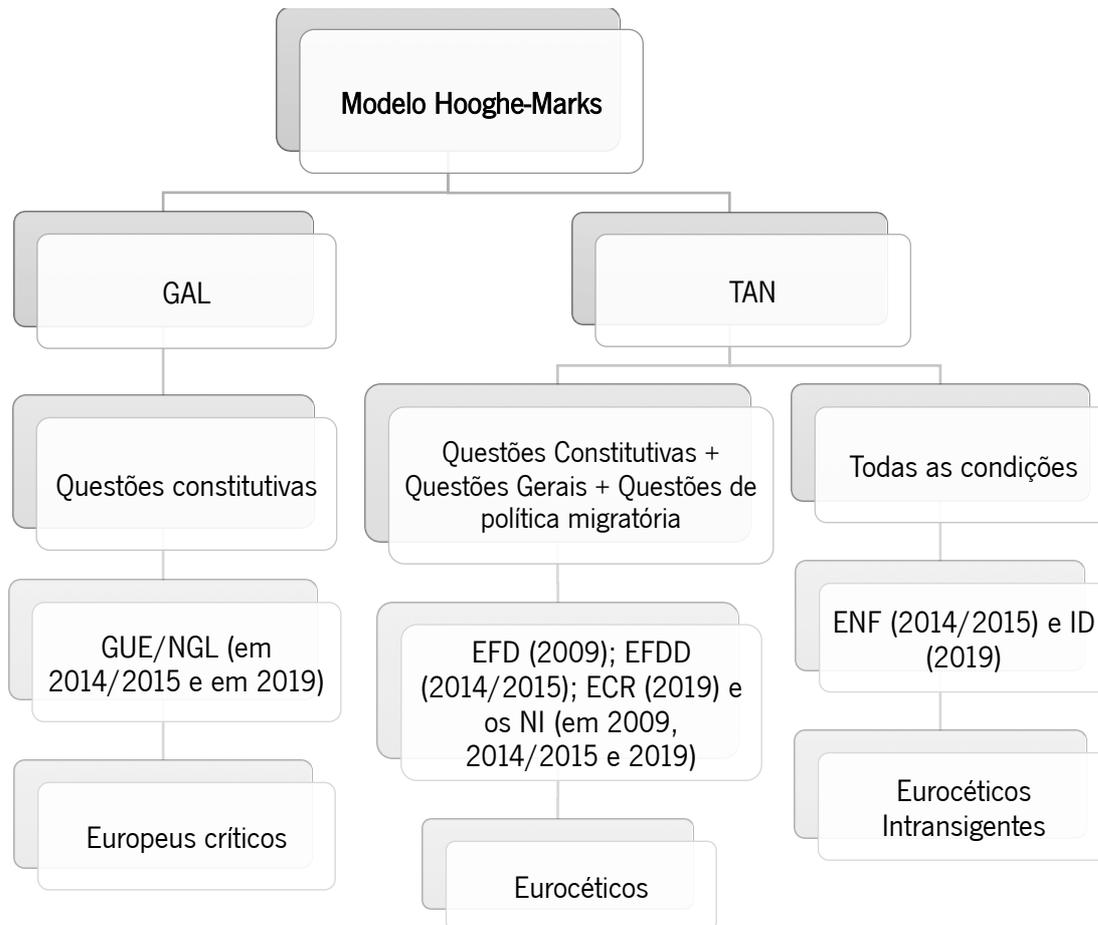
Em segundo lugar, relativamente, aos grupos políticos TAN, o modelo Hooghe-Marks (1999) antecipou duas formas de oposição. A primeira, tradicionalmente, em “defesa da cultura, da comunidade e da soberania nacional, contra o fluxo de imigrantes, fontes de identidade concorrentes ao Estado e contra pressões externas de outros países e organizações internacionais” (Hooghe, et. al., 2002: 978). E a segunda, assumindo que “a relação dos conservadores para com a Europa era mais flexível” (Hooghe, et. al., 2002: 981). Neste caso, é possível o estabelecimento de uma relação entre os dois ‘padrões de oposição à UE’ identificados pelas condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos TAN e as duas formas de oposição descritas pelos autores. Assim, em relação à primeira forma de oposição prevista pelo modelo Hooghe-Marks (1999) é possível estabelecer uma ligação com o ‘padrão de oposição à UE’ que considerou todas as condições definidoras do euroceticismo. Por sua vez, em relação à segunda forma de oposição referida pelo modelo Hooghe-Marks (1999) é possível estabelecer-se uma ligação com o ‘padrão de oposição à UE’ que estabeleceu as condições ‘questões constitutivas’, ‘questões gerais’ e as ‘questões de política migratória’.

Neste sentido, a Figura 4 sintetiza a relação estabelecida entre o modelo de Hooghe-Marks (1999) e as condições definidoras do euroceticismo, que conseqüentemente dão origem a três tipos de grupos políticos eurocéticos no Parlamento Europeu. A identificação dos três tipos de grupos políticos eurocéticos foi inspirada na proposta de WeBels (2007), cujo estudo, localizado nas atitudes face à

integração europeia, considerou a existência dos ‘europeus críticos’ (*Critical Europeans*), dos ‘eurocéticos’ (*Eurosceptics*) e dos ‘eurocéticos intransigentes’ (*Adamant Eurosceptics*). De acordo com o autor, os ‘europeus críticos’ referem-se aos “descontentes em relação à integração europeia”, contudo, “fortemente ligados à UE” (Ibid: 300). Por sua vez, os ‘eurocéticos intransigentes’ tratavam-se de “críticos da UE, sem identidade, que consideravam a interrupção ou a abolição da mesma”. Por último, os ‘eurocéticos’ correspondiam ao intermédio entre os ‘europeus críticos’ e os ‘eurocéticos intransigentes’, na medida em que foram considerados “aqueles que, para além de se sentirem descontentes, não se sentiam ligados à Europa”. Para Weßels (2007), enquanto os ‘europeus críticos’ lutavam por uma Europa melhor ou diferente, os céticos (intransigentes ou não) desejavam o fim do projeto europeu.

Tendo em mente estas características, estabelecemos uma relação entre a definição de ‘europeus críticos’ e o ‘padrão de oposição à UE’ característico dos grupos políticos GAL. Por sua vez, as definições de ‘eurocéticos’ e de ‘eurocéticos intransigentes’ eram melhores compreendidas de acordo com as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos TAN. Assim, os primeiros, i.e., os grupos políticos ‘eurocéticos’ eram aqueles que manifestavam oposição às ‘questões constitutivas’, às ‘questões gerais’ e às ‘questões de política migratória’. Enquanto os grupos políticos ‘eurocéticos intransigentes’ eram os que expressavam oposição a todas as condições definidoras do euroceticismo.

Figura 4: O modelo de Hooghe-Marks aplicado às condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu pós-2008



Fonte: Desenvolvido pela autora

Seguindo esta lógica, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, em 2014/2015, e em 2019, seria classificado como ‘europeu crítico’, na medida em que foi o único grupo político a manifestar oposição unicamente às ‘questões constitutivas’, que correspondem à condição definidora do euroceticismo nos grupos políticos GAL. Nos três anos da análise, os grupos políticos da Europa da Liberdade e da Democracia, em 2009, o grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, em 2014/2015, o grupo dos Conservadores e Reformistas, em 2019 e, por fim, o grupo dos Não Inscritos seriam classificados como ‘eurocéticos’, ao manifestarem a sua oposição às ‘questões constitutivas’, ‘questões gerais’ e às ‘questões de política migratória’. Por último, os grupos da Europa das Nações e da Liberdade, em 2014/2015, assim como, o grupo da Identidade e Democracia, em 2019, seriam classificados como ‘eurocéticos intransigentes’ (conforme análise da Figura 4).

Deve, contudo, ser ressaltado que a apresentação das classificações acima referidas, usadas para compreender as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento

Europeu não corresponde a um ‘tipo-ideal’ (na concepção de Max Weber), mas antes a uma aproximação real daquilo que os dados empíricos operacionalizados e apresentados no capítulo anterior, permitem concluir, no período entre 2008 e 2020. Neste sentido, a análise evolutiva das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu pós-2008 fornecem evidências que sustentam a relevância da compreensão das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu à luz das três classificações acima referidas.

#### **4.2.1. As condições definidoras dos ‘europeus críticos’**

Desta forma, e para efeitos deste estudo, os grupos políticos definidos como ‘europeus críticos’ caracterizam-se por partilharem de “uma forte identidade europeia”, o que tendencialmente contribui para o menor desenvolvimento de sentimentos de descontentamento (Weßels, 2007: 300). Esta caracterização é igualmente validada pela clivagem que opõe o ‘nacionalismo inclusivo’ ao ‘nacionalismo exclusivo’, analisada anteriormente. Isto na medida em que o ‘nacionalismo inclusivo’ se refere aos atores que, apesar de não negarem a existência da UE, se sentem descontentes, sobretudo com as áreas políticas que minam a autonomia nacional dos Estados-membros. Neste sentido, os grupos políticos dos ‘europeus críticos’, ao apresentarem oposição às ‘questões constitutivas’, revelam-se a favor da cooperação europeia, assim como das práticas institucionais, ao passo que questionam o aprofundamento político de determinadas áreas (Vasilopoulou, 2009). Isto justifica, por um lado, a tendência de moderação do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica, a partir de 2014/2015, conforme analisado anteriormente. Para além disso, atesta o facto de o grupo se apresentar tendencialmente mais pro integracionista, na definição de Hooghe, Marks e Wilson (2002).

#### **4.2.2. As condições definidoras dos ‘eurocéticos’ e dos ‘eurocéticos intransigentes’**

Por conseguinte, os grupos políticos definidos como ‘eurocéticos’ caracterizam-se sobretudo pela expressão de sentimentos de indiferença em relação à UE (Weßels, 2007: 304). Por sua vez, os grupos políticos ‘eurocéticos intransigentes’ são os que combinam “valores altamente negativos de identidade europeia, com valores altamente positivos de euroceticismo” (Ibid: 302). Em resumo, os ‘eurocéticos intransigentes’ traduzem-se em “céticos, com nenhum apego à UE” (Ibid: 304). Considerando que as duas classificações, apesar de apresentarem ‘padrões de oposição à UE’ diferentes, se referem a

grupos oriundos do mesmo polo, i.e., do TAN, é possível uma relação entre estas conclusões e o argumento desenvolvido no âmbito do estudo, particularmente referindo-se aos ‘nacionalistas exclusivos’. Assim, tanto os grupos políticos ‘eurocéticos’, como os grupos ‘eurocéticos intransigentes’ partilham do facto de dissociarem a UE e a identidade europeia, por um lado, da identidade e da soberania nacional, por outro, sendo esta última que procuram manter, defender e preservar. Por isso, é fácil e, até frequente, o recurso à retórica pela saída ou a interrupção da integração europeia, porque a UE é prejudicial aos interesses e à soberania nacional (Vasilopoulou, 2009). Ainda nas palavras de Weßels (2007), enquanto os ‘europeus críticos’ lutavam por uma Europa melhor ou diferente, os céticos – intransigentes ou não – desejavam o fim do projeto europeu.

Em suma, as condições definidoras do euroceticismo identificadas nos grupos políticos do Parlamento Europeu pós-2008, apontaram para a existência de um euroceticismo, com vários ‘padrões de oposição à UE’ no seio do hemiciclo. Tais ‘padrões de oposição à UE’ permitiram especular sobre a possível relação entre o modelo de clivagem GAL/TAN de Hooghe-Marks (1999) e as manifestações de euroceticismo nos respetivos grupos políticos do Parlamento Europeu. Desta relação concluiu-se sobre a existência de três tipos de grupos políticos anti UE, que corresponderiam aos ‘europeus críticos’, ‘eurocéticos’ e ‘eurocéticos intransigentes’.

Do ponto de vista analítico, as conclusões acima relatadas sobre os três tipos de grupos políticos eurocéticos corroboram a tese evolutiva das condições definidoras do euroceticismo, descrita na secção anterior. Desta forma, e partindo da síntese apresentada na Tabela 41, ao longo do período compreendido entre 15 de setembro de 2008 e 31 de janeiro de 2020, os grupos políticos ‘europeus críticos’, ‘eurocéticos’ e ‘eurocéticos intransigentes’ revelaram uma tendência para coabitarem juntos no Parlamento Europeu, apenas a partir de 2014/2015. Este facto não se tinha verificado em 2009, quando as condições definidoras do euroceticismo apenas validaram a presença de grupos políticos ‘eurocéticos’, em particular no grupo da Europa da Liberdade e da Democracia e no grupo dos Não Inscritos. Todavia, em 2014/2015 e, também em 2019, as alterações evidenciadas nas condições definidoras do euroceticismo comprovaram a convivência de grupos políticos ‘europeus críticos’, ‘eurocéticos’ e ‘eurocéticos intransigentes’ no seio do Parlamento Europeu. Estas conclusões reforçam assim a tendência evolutiva já enunciada nas secções anteriores, na medida em que a partir de 2014/2015, as condições definidoras do euroceticismo revelaram maior diversidade na manifestação de oposição à UE.

**Tabela 41: Relação entre as condições definidoras do euroceticismo e os grupos políticos em 2009, 2014/2015 e 2019**

Grupos políticos	Questões constitutivas	Questões gerais	Questões de Política Económica	Questões de Política Migratória	Resultado
EFD (2009) NI (2009, 2014/2015 e 2019) EFDD (2014/2015) ECR (2019)	1	1	0	1	1
ENF (2014/2015) ID (2019)	1	1	1	1	1
GUE/NGL (2014/2015 e 2019)	1	0	0	0	0

Fonte: Desenvolvido pela autora

#### 4.3. O Parlamento Europeu pós-Brexit: que primeiras implicações para o euroceticismo?

Um outro fator com potencial para alterar o rumo na evolução das condições definidoras do euroceticismo é a saída dos eurodeputados oriundos do Reino Unido dos respetivos grupos políticos no Parlamento Europeu. O resultado do referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE, realizado no dia 23 de junho de 2016, que ditou a saída do Estado-membro da UE, que, por sua vez, se concretizou no dia 31 de janeiro de 2020, representa mais um desafio para a composição dos grupos políticos do Parlamento Europeu. No geral, dos 46 membros ingleses que deixaram de ocupar o hemisfério europeu, 27 foram, entretanto, redistribuídos por 14 Estados-membros<sup>61</sup>. À primeira vista, a redistribuição do número de eurodeputados pelos Estados-membros apontou para o reforço do euroceticismo no seio do Parlamento Europeu. Isto porque, os Estados-membros que foram contemplados com o reforço de membros foram os mesmos que, potencialmente, podiam eleger mais um, ou até, mais dois deputados para os grupos políticos eurocéticos, de acordo com os resultados eleitorais de 2019. Em particular, isso verificou-se na França e na Espanha, cujo reforço com cinco novos eurodeputados originou mais um eurodeputado eleito por cada país, diretamente para os grupos

<sup>61</sup> Os Estados-membros que receberam um reforço de membros são: Áustria (+1), Croácia (+1), Dinamarca (+1), Eslováquia (+1), Espanha (+5), Estónia (+1), Finlândia (+1), França (+5), Holanda (+3), Irlanda (+2), Itália (+3), Polónia (+1), Roménia (+1) e Suécia (+1).

políticos eurocéticos. No mesmo sentido, também na Itália e na Holanda, o reforço de três novos membros, motivou que um desses novos membros de cada Estado-membro fosse para um grupo eurocético, em 2020. Nesse sentido, Servent (2019) observou que no Parlamento Europeu pós-Brexit, cerca de “31% dos eurodeputados poderiam ser considerados eurocéticos”.

É interessante de notar que as alterações no Parlamento Europeu pós-Brexit sugerem, em particular, um reforço dos grupos eurocéticos do polo TAN. Isso sucede no caso dos ‘eurocéticos intransigentes’, conforme os dados constantes na Tabela 42. Assim, o grupo político da Identidade e Democracia passou dos atuais 73 membros para 76. Isto ficou a dever-se à entrada de um membro por parte do Partido da Liberdade da Holanda – que não tinha entrado em 2019 –, mais um deputado eleito pela Frente Nacional francesa (que passa a ter 23 membros no hemiciclo), e mais um membro eleito pelo partido Liga Norte italiano (que passa a ter 29 eurodeputados). Por seu turno, o grupo dos Verdes, que começou a legislatura de 2019 com 72 eurodeputados, assumindo-se o quarto maior grupo do hemiciclo, perdeu cinco eurodeputados com a saída do Reino Unido. Tal facto fez com que o grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia ficasse com 67 membros no total, sendo agora o quarto maior grupo do hemiciclo ocupado pelos ‘eurocéticos intransigentes’ do grupo Identidade e Democracia.

Se os ‘eurocéticos intransigentes’ foram os que mais saíram a ganhar com a partida do Reino Unido, os ‘eurocéticos’ do grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus praticamente mantiveram o mesmo número de eurodeputados, apesar da saída dos membros do Partido Conservador britânico. Assim, dos 62 que tomaram posse em 2019, 61 compunham o grupo em fevereiro de 2020. Para este resultado, muito contou a entrada de três novos eurodeputados. Em particular, mais um eleito pelo partido polaco Lei e Justiça (que passou a ter 28 eleitos), mais um eleito pelo partido VOX espanhol (que contabilizou cinco eurodeputados) e mais um eleito pelo partido italiano Irmãos de Itália (que ficou com sete membros). Na prática, o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus manteve a sua posição de 2019. Por outro lado, o grupo dos Não Inscritos foi o grupo mais afetado com a perda de, pelo menos, 30 membros, 29 dos quais, provenientes do Partido do Brexit. Devido a esse facto, o grupo dos Não Inscritos conta, atualmente, com 29 membros, uma vez que passou a contar com mais cinco eurodeputados. Mais concretamente, um proveniente da Alemanha, do Partido Humano da Proteção Animal e Ambiental, que iniciou a legislatura de 2019 no Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, mas mudou para os Não Inscritos, a partir de 29 de janeiro de 2020. Para além deste, o grupo dos Não Inscritos recebeu, a partir de fevereiro de 2020, três membros do partido espanhol Juntos pela Catalunha, e um membro do partido *GO Realism &*

*Daadkracht*, oriundo da Holanda. Por último, o grupo dos ‘europeus críticos’ representado pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde foi, potencialmente, o menos afetado na nova configuração do Parlamento Europeu pós-Brexit, já que, na prática, perdeu apenas dois eurodeputados: um proveniente do Reino Unido e outro proveniente da Alemanha que, conforme relatado acima, se mudou para o grupo dos Não Inscritos.

**Tabela 42: Alteração do número de eurodeputados nos grupos políticos do Parlamento Europeu pós-Brexit**

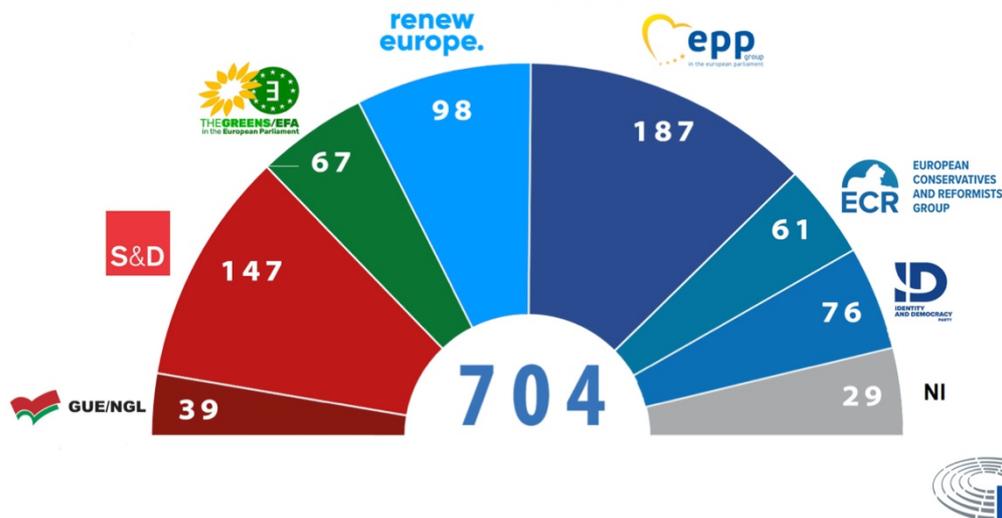
Grupos	Julho 2019	Fevereiro 2020	Alterações
PPE	182	187	+ 5
S&D	154	147	- 7
RENEW EUROPE	108	98	- 10
VERDES	74	67	- 7
ID	73	76	+ 3
ECR	62	61	- 1
GUE/NGL	41	39	- 2
NI	57	29	- 28

Fonte: Desenvolvido pela autora, a partir de dados consultados no website do Parlamento Europeu: <https://www.europarl.europa.eu/meps/pt/search/table>, consultados no dia 5 de março de 2020.

Considerando as mudanças acima relatadas, bem como o facto de que o *mainstream* europeu também sofreu perdas, a Figura 5 revela que o Parlamento Europeu pós-Brexit se tornou ainda mais fragmentado, sendo que, em termos de governação, o grupo referente aos ‘eurocéticos intransigentes’, i.e., o grupo da Identidade e Democracia, ficará com o potencial para negociar coligações, ainda que este cenário seja o menos provável, por dois motivos. Por outro lado, porque o grupo dos ‘europeus críticos’, representado pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde poderá alinhar ao lado do grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, e/ou do grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas. Por outro lado, porque o grupo dos ‘eurocéticos’, representado pelos Conservadores e Reformistas Europeus, poderá alinhar favoravelmente ao lado do grupo do Partido Popular Europeu e/ou do grupo liberal Renovar a Europa. Num cenário mais otimista do ponto de vista do euroceticismo, o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus poderá reforçar as suas votações ao lado do grupo da Identidade e Democracia, devido aos pontos que partilham em comum, conforme os resultados que a presente tese revelou.

Em qualquer um dos cenários, duas conclusões emergem. Em primeiro lugar, o euroceticismo consolidou-se no período pós-2008, após as eleições europeias de 2019, em resultado da materialização da saída do Reino Unido da UE. Em segundo lugar, e tendencialmente, verificou-se um contínuo reforço do polo TAN, em particular, no grupo dos 'eurocéticos intransigentes', o que antecipa possíveis negociações entre os grupos políticos mais ao centro – ou fazendo uso da expressão francesa '*cordon sanitaire*' – com o objetivo de bloquear o potencial crescimento do Identidade e Democracia no hemisfério europeu. De todo o modo, e tal como observou McDonell (2019: 61) ainda que sentados em diferentes grupos parlamentares, os partidos da direita radical encontrarão cada vez mais incentivos para o desenvolvimento de acordos comuns entre diversos temas. Não obstante, o ensaio deste cenário já havia sido antecipado durante a campanha eleitoral para as europeias de 2019, quando os líderes dos partidos Lei e Justiça, da Polónia, do partido *Fidesz*, na Hungria, e do partido Liga Norte italiano se encontraram para discutir a necessidade de estreitar a colaboração conjunta em temas tais como “o crescimento, a segurança, a família e as raízes Cristãs da Europa” (Ibidem).

Figura 5: Composição do Parlamento Europeu pós-Brexit



Fonte: [https://www.europarl.europa.eu/resources/library/images/20200228PHT73612/20200228PHT73612\\_original.jpg](https://www.europarl.europa.eu/resources/library/images/20200228PHT73612/20200228PHT73612_original.jpg), consultado no dia 5 de março de 2020.

#### 4.4. Conclusão

O presente capítulo apresentou uma análise sobre a evolução das condições definidoras do euroceticismo, de forma a responder à pergunta de investigação que orientou a pesquisa. Assim, e sustentado pela confirmação das três hipóteses de investigação, retiraram-se duas conclusões principais. Em primeiro lugar, as condições definidoras do euroceticismo evoluíram, sobretudo, no quadro do polo TAN, a partir de 2014/2015, situação esta que se viu reforçada também em 2019. Em segundo lugar, a trajetória evolutiva permitiu demonstrar que a natureza da contestação por subjacente ao euroceticismo também evoluiu no sentido da contestação confrontativa, à medida que aumentou o número de questões que passaram a ser objeto de oposição pelos grupos políticos, sobretudo pelos grupos representados pelo polo TAN.

Neste sentido, os principais 'padrões de oposição à UE' sugerem a existência de três condições definidoras do euroceticismo no seio do Parlamento Europeu. Por isso, e numa relação entre o modelo de clivagem GAL/TAN de Hooghe-Marks e o euroceticismo, inspirado no estudo de Weßels (2007), foi possível a identificação dos grupos políticos correspondentes aos 'europeus críticos', dos grupos políticos correspondentes aos 'eurocéticos' e dos grupos políticos correspondentes aos 'eurocéticos intransigentes'. De igual modo, esta identificação corroborou a evolução das condições definidoras do euroceticismo, no sentido em que, a partir de 2014/2015, se verificou a presença dos três 'padrões de oposição à UE' no seio do Parlamento Europeu, i.e., do 'padrão de oposição à UE' característico dos grupos políticos dos 'europeus críticos', do referente aos grupos políticos 'eurocéticos' e do específico dos 'eurocéticos intransigentes'. Porém, em 2009, apenas se tinha verificado a presença de condições definidoras do euroceticismo próprias dos grupos políticos 'eurocéticos'. Foi também no quadro do polo TAN, que foram identificados os grupos políticos 'eurocéticos', bem como, os grupos políticos 'eurocéticos intransigentes'. Pelas características acima relatadas, tanto os primeiros, como os segundos, são aqueles que revelaram oposição a um maior número de questões que estão na base das condições definidoras do euroceticismo. Por isso, à partida, também serão os mais defensores do anti integracionismo, quando comparado com os 'europeus críticos'.

A perspetiva da saída do Reino Unido, a 31 de janeiro de 2020 teve o potencial para agitar a composição dos grupos políticos resultantes das eleições europeias realizadas em julho de 2019. Desta forma, o Brexit acabou por contribuir para o reforço do euroceticismo no seio do Parlamento Europeu, por dois motivos. Por um lado, porque a distribuição dos lugares deixados vagos pelos eurodeputados britânicos favoreceu, em particular, o grupo da Identidade e Democracia, que passou a

ocupar o quarto lugar (em dimensão), no hemiciclo. Por outro lado, porque a perda de membros verificou-se em, praticamente, todos os grupos políticos, à exceção do Identidade e Democracia e do grupo do Partido Popular Europeu, o que contribuiu para a maior fragmentação do poder de decisão no Parlamento Europeu, suscitando a necessidade de negociações em prol da aprovação de medidas.

## CONCLUSÃO

No capítulo final da presente tese, temos por objetivo não só apresentar as principais conclusões e contributos do trabalho científico produzido, mas também partilhar os desafios do processo de pesquisa e as suas limitações. Relacionado com estas últimas, serão propostas futuras avenidas de investigação.

Após 2008, o crescente euroceticismo nos Estados-membros galgou as fronteiras nacionais, ocupando um papel de destaque no seio da própria UE. As estruturas de oportunidade política criadas na sequência do contexto da crise económica e financeira, contribuíram de forma muito significativa para que o euroceticismo transvasasse o domínio nacional para se afirmar e consolidar ao nível supranacional, sobretudo no seio do Parlamento Europeu. O facto de esta instituição da UE ser o único órgão sujeito ao escrutínio popular direto, através das eleições europeias, favoreceu a eleição de cada vez mais representantes anti UE, tendência que se intensificou, sensivelmente desde 2009.

Pese embora o fenómeno não seja uma realidade exclusiva do período pós-2008, existindo evidência de grupos políticos eurocéticos, praticamente desde 1979, a verdade é que o contexto pós-2008 se revelou determinante para a afirmação e a consolidação dos grupos políticos, que outrora se distinguiram por serem voláteis e instáveis entre legislaturas parlamentares. Desde 2009, quatro grupos políticos consolidaram a sua posição no hemisfério europeu, nomeadamente o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, que reforçou o seu número de membros. Para além deste, também o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, o grupo da Identidade e Democracia – apesar da instabilidade dos primeiros anos e da alteração de nomenclatura – e o grupo dos Não Inscritos. Contudo, e apesar do reforço da oposição eurocética no seio do PE, a temática do euroceticismo no Parlamento Europeu correspondia a uma área de estudos com limitada evidência empírica, o que comprometia a correta compreensão sobre o comportamento desse fenómeno no seio da instituição.

Por isso, uma das conclusões desta tese, que acaba por ser também um contributo, foi o facto de se ter partido da análise do euroceticismo, com o objetivo de o compreender. Isso permitiu concluir, em primeiro lugar, que o excesso de definições e classificações do euroceticismo tinha contribuído mais para a cacofonia conceptual, do que para a verdadeira compreensão do mesmo. Desta forma, a maioria das definições existentes, se não todas, aplicavam-se a determinados momentos e/ou, a determinados estudos de caso. Isso contribuiu para que, na maioria das vezes, as definições não fossem claras para efeitos da análise do euroceticismo no Parlamento Europeu. Por esse motivo, a

presente tese partiu da análise geral do euroceticismo, para depois compreender as particularidades do fenómeno no seio do Parlamento Europeu, no período pós-2008.

Assim sendo, o estudo do euroceticismo foi ‘arrumado’ no sentido de organizado conceptualmente em duas grandes linhas de investigação nomeadamente o euroceticismo de base partidária e o euroceticismo das massas. Por sua vez, no euroceticismo de base partidária foram identificadas três abordagens dominantes na literatura. Em primeiro lugar destacaram-se os estudos preocupados com a definição do euroceticismo; em segundo lugar, os estudos que posicionaram o fenómeno na periferia do sistema partidário; e, em terceiro lugar, os estudos que examinaram a deslocação do fenómeno da periferia para o *mainstream*, na sequência do contexto pós-2008. Com base nesta ‘arrumação’ conceptual, percebeu-se que o estudo do euroceticismo estava altamente dependente da conjuntura em vigor.

Assim, partindo do pressuposto de que o euroceticismo começou por ser um fenómeno emergente das consequências do aprofundamento político previsto no Tratado de Maastricht, assinado em 1992, começou-se por analisar a evolução do mesmo desde os anos 90, do século passado, até ao ano de 2020, atendendo sobretudo às suas principais dinâmicas e características. Da análise dessa evolução, a presente tese concluiu, que o euroceticismo pós-1992 revelou ser fundamentalmente menos radical do que o euroceticismo emergente no contexto de crise pós-2008. Isto porque o primeiro foi acompanhado por uma contestação de natureza cooperativa, ao passo que o segundo passou a ser acompanhado por uma contestação fundamentalmente confrontativa, com o potencial para promover a desintegração da UE (Silva e Ferreira-Pereira, 2018). Esta alteração no tipo de contestação subjacente ao euroceticismo fez com que o fenómeno se alastrasse para lá das fronteiras nacionais, onde esteve praticamente circunscrito durante todo o período pós-Maastricht, até sensivelmente 2008.

Desta forma, a conclusão mais importante revelou que o contexto pós-2008 foi particularmente determinante no estudo do euroceticismo, no geral, e no seio do Parlamento Europeu, em particular, ao fornecer as estruturas de oportunidade políticas que viriam a contribuir para o sucesso eleitoral de novos e velhos atores políticos anti UE. O sucesso eleitoral de tais forças políticas deveu-se, em parte, à retórica confrontativa motivada pela conjuntura dos novos tempos. Com efeito, a presente tese tentou compreender, por um lado, quais as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu; e, por outro lado, perceber como evoluíram tais condições definidoras do euroceticismo, desde 2008. Para isso, recorreu ao método da Análise Qualitativa Comparada, na forma exploratória, que permitiu a identificação das condições definidoras do euroceticismo nos grupos

políticos em 2009, 2014/2015 e 2019. Com esse objetivo, recorreu-se ao estudo do posicionamento dos partidos políticos que compunham os respetivos grupos em relação aos temas da integração europeia, baseado nos dados recolhidos através do *Chapel Hill Expert Survey*. Estes dados foram, posteriormente, codificados para a presença ou ausência de oposição, num intervalo de valores que oscilou entre 1 (um) e 0 (zero), respetivamente. Esta dicotomização facilitou a identificação dos principais ‘padrões de oposição à UE’ ao longo dos três períodos de análise, assim como dos respetivos grupos políticos. Por sua vez, o conhecimento de tais ‘padrões de oposição à UE’ foi determinante para duas situações analíticas. Em primeiro lugar, para a identificação das condições definidoras do euroceticismo. Em segundo lugar, para a análise da evolução das condições definidoras do euroceticismo, desde 2008, à luz dos condicionantes que o quadro teórico do Pós-funcionalismo ajudou a compreender.

Desta forma, foram identificadas três condições definidoras do euroceticismo: uma própria do euroceticismo característico dos grupos políticos GAL e duas referentes ao euroceticismo dos grupos políticos TAN. Assim, relativamente ao euroceticismo nos grupos políticos GAL concluiu-se que as condições definidoras assentavam, essencialmente, na oposição às ‘questões constitutivas’, particularmente contra a política de mercado interno, da política externa e de segurança da UE, bem como da autonomia da UE em políticas económicas e orçamentais dos Estados-membros. Por sua vez, as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos TAN caracterizaram-se por apresentar dois ‘padrões de oposição à UE’. Em primeiro lugar, verificou-se o ‘padrão de oposição’ às ‘questões constitutivas’, às ‘questões gerais’ e às ‘questões de política migratória’. Em segundo lugar, observou-se o ‘padrão de oposição’ a todas as condições definidoras do euroceticismo (i.e., ‘questões constitutivas’, ‘questões gerais’, ‘questões de política económica’ e ‘questões de política migratória’). Por isso, uma das conclusões mais importantes da tese atestou que os ‘padrões de oposição à UE’ subjacentes ao euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu pós-2008 são manifestamente diferentes. Dito isto, é importante referir que entre o denominador mínimo – que considera apenas uma condição – e o máximo – que considera todas as condições –, a maior parte dos grupos políticos posicionou-se no ‘padrão de oposição à UE’, dito intermédio, i.e., opondo-se a praticamente a todas as condições definidoras do euroceticismo, à exceção das ‘questões de política económica’.

Por conseguinte, confirmaram-se todas as hipóteses de investigação, no que toca à evolução das condições definidoras do euroceticismo. Desta forma, em 2009, verificaram-se como condições definidoras do euroceticismo as ‘questões constitutivas’ e as ‘questões gerais’. Por sua vez, em

2014/2015 foram mais salientes as condições definidoras do euroceticismo assentes nas ‘questões constitutivas’ e nas ‘questões de política migratória’, em particular nos grupos políticos TAN. Por último, em 2019, as condições definidoras do euroceticismo consideraram as ‘questões constitutivas’, as ‘questões gerais’ e as ‘questões de política migratória’, posicionando-se novamente nos grupos políticos do polo TAN. Tais resultados, permitiram traçar o perfil evolutivo das condições definidoras do euroceticismo em 2009, 2014/2015 e 2019, conduzindo à resposta da pergunta de investigação – *como evoluíram as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu, entre 2008 e 2020?*

Assim sendo, a terceira conclusão mais importante revelou que entre 2008 e 2020, as condições definidoras do euroceticismo evoluíram no quadro do polo TAN. Isso, por sua vez, contribuiu para que a natureza da contestação subjacente ao euroceticismo também evoluísse, para se tornar confrontativa. Isso foi visível na medida em que a partir de 2014/2015, a análise mostrou que os ‘padrões de oposição à UE’ (associados às condições definidoras do euroceticismo) revelaram um aumento da oposição à UE. Para além disso, tais ‘padrões de oposição à UE’ estavam representados, sobretudo nos grupos políticos do polo TAN. Por isso, outra das conclusões mais importantes do presente trabalho é que o euroceticismo no Parlamento Europeu pós-2008 seria melhor compreendido à luz da clivagem GAL/TAN, do que com base no tradicional eixo esquerda/direita. Por conseguinte, o modelo Hooghe-Marks (1999) estabeleceu que os partidos políticos posicionados no polo GAL tenderiam a ser mais pro integracionistas, quando comparados com os partidos do polo TAN, que tenderiam a ser eurocéticos. Baseado neste pressuposto, percebeu-se que, de facto, as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos característicos do polo GAL eram fundamentalmente diferentes, das condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos do polo TAN. Assim, enquanto o grupo político do polo GAL se opôs ao mínimo de condições definidoras do euroceticismo, os grupos políticos do polo TAN opuseram-se ao máximo, ou praticamente ao máximo.

Por conseguinte, estes resultados motivaram o desenvolvimento de uma relação entre os pressupostos teóricos do modelo GAL/TAN de Hooghe-Marks (1999) e as condições definidoras do euroceticismo. Com efeito, os resultados descritos permitiram corroborar a distinção já antecipada pelo modelo Hooghe-Marks (1999) particularmente quando este referiu a existência de dois padrões diferentes para o polo TAN. Assim, os grupos ‘eurocéticos intransigentes’, aqui entendidos como o grupo da Europa das Nações e da Liberdade e o grupo da Identidade e Democracia, defendem “a cultura, a comunidade e a soberania nacional, contra o fluxo de imigrantes, fontes de identidade concorrentes ao Estado e contra pressões externas de outros países e organizações internacionais”

(Hooghe et. al., 2002: 978). Por seu turno, os grupos políticos ‘eurocéticos’, aqui referindo-se ao grupo da Europa da Liberdade e da Democracia, ao grupo da Europa da Liberdade e da Democracia Direta, ao grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (em 2019), e ao grupo dos Não Inscritos, todos eles, revelaram uma “relação mais flexível com a Europa” (Ibid: 981). Isto na medida em que, o ‘padrão de oposição à UE’ revelou que, pelo menos, uma das condições não foi considerada como objeto de oposição, em particular as ‘questões de política económica’. Por sua vez, relativamente aos grupos políticos GAL, a relação estabelecida também validou o facto de serem tendencialmente mais pro integracionistas. Isto porque, as condições definidoras do euroceticismo nos grupos políticos GAL – em particular do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde – identificaram apenas as ‘questões constitutivas’ como o ‘padrão de oposição à UE’. Desta forma, a relação entre o modelo de Hooghe-Marks (1999) e as condições definidoras do euroceticismo permitiram a identificação de três tipos de grupos políticos no Parlamento Europeu pós-2008. Para a identificação dos três tipos de grupos políticos muito contribuiu o trabalho de Weßels (2007), particularmente referindo-se aos ‘europeus críticos’, aos ‘eurocéticos’ e aos ‘eurocéticos intransigentes’.

Desta forma, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, ao opor-se apenas às ‘questões constitutivas’ enquanto condição definidora do euroceticismo, seria o exemplo do grupo referente aos ‘europeus críticos’. Por sua vez, os grupos políticos de que são referência a Europa da Liberdade e da Democracia, a Europa da Liberdade e da Democracia Direta, o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus e o grupo dos Não Inscritos, ao oporem-se parcialmente (i.e., com exceção das ‘questões de política económica’) às condições definidoras do euroceticismo, representariam o grupo dos ‘eurocéticos’. Por último, os grupos políticos da Europa das Nações e da Liberdade, assim como o Identidade e Democracia, ao oporem-se a todas as condições definidoras do euroceticismo, representariam o grupo dos ‘eurocéticos intransigentes’.

Portanto, e sobretudo depois de 2014/2015, o posicionamento dos grupos políticos em relação aos temas da integração europeia assumiu posições que são melhor interpretados à luz do eixo cultural-identitário GAL/TAN, do que do eixo económico da esquerda/direita. Isto porque, após este segundo ato eleitoral europeu do período pós-2008, as condições definidoras do euroceticismo revelaram duas realidades. Por um lado, o surgimento dos grupos ‘eurocéticos intransigentes’, que continuou ativo em 2019. Por outro lado, a convivência entre os grupos políticos dos ‘europeus críticos’, dos ‘eurocéticos’ e dos ‘eurocéticos intransigentes’. Por exemplo, no ano de 2009, apenas se verificou a presença das condições definidoras características dos grupos políticos ‘eurocéticos’. Nesse

sentido, estes resultados sugerem que os efeitos ainda residuais da crise económica, que se fizeram sentir nas eleições europeias de 2009, limitaram o impacto do euroceticismo no Parlamento Europeu. Contudo, à medida que os efeitos da crise económica, bem como das restantes crises se foram agravando e alastrando a questões mais diretamente relacionadas com a identidade e a soberania nacional, a natureza da contestação eurocética aumentou, tendo tal sido mais visível através da formação de grupos políticos tendencialmente ‘eurocéticos intransigentes’. Desta forma, o ano de 2014/2015 marcou o início de um “boom eurocético” (Brack e Startin, 2015) no Parlamento Europeu, que permaneceu e se consolidou com a concretização do Brexit, a 31 de janeiro, em 2020.

Por último, a presente investigação concluiu ainda que a saída dos representantes britânicos do Parlamento Europeu contribuiu para a consolidação do grupo da Identidade e Democracia. Para tal, foi essencial a distribuição dos membros ingleses pelos restantes Estados-membros. Esta distribuição ocorreu de acordo com as regras eleitorais e os respetivos resultados das eleições europeias de 2019, o que permitiu a angariação de novos eurodeputados para o grupo da Identidade e Democracia. No mesmo sentido, também muito contribuiu o facto de o grupo dos Verdes não ter tido a mesma capacidade de angariação de novos membros na redistribuição, o que fez com que o grupo da Identidade e Democracia (melhor entendido à luz das suas condições definidoras como ‘eurocético intransigente’) se consolidasse enquanto quarto maior grupo do hemiciclo europeu. Desta forma, e ironicamente, a saída do Reino Unido acabou por significar o reforço do euroceticismo, em particular, nos grupos representantes dos ‘eurocéticos’, i.e., nos Conservadores e Reformistas Europeus, assim como nos grupos dos ‘eurocéticos intransigentes’.

Dito isto, ao considerar o estudo do euroceticismo no seio do Parlamento Europeu, através da análise dos respetivos grupos políticos, a presente tese procurou gerar um contributo empírico a vários níveis. Desde logo, para o estudo do euroceticismo, no plano académico, através da (tentativa) de arrumação da cacofonia conceptual que encontramos na literatura disponível e que torna a ‘entrada’ neste tópico de investigação um desafio para quem inicia uma investigação sobre o fenómeno. Este contributo foi, assim, importante para o estudo do euroceticismo, no geral, mas sobretudo para o estudo do euroceticismo na academia portuguesa, onde é patente uma escassez de pesquisas sobre o fenómeno. Em segundo lugar, esta investigação significou um importante contributo para a compreensão do euroceticismo no seio do Parlamento Europeu, em particular. À data da conclusão desta tese, apenas eram conhecidos dois trabalhos sobre o tema, sendo que apenas um deles se dedicava à compreensão do fenómeno, através da análise do comportamento do voto dos Membros do Parlamento Europeu com tendências eurocéticas (Brack. 2018). Contudo, o pioneiro trabalho de

Nathalie Brack não contemplava o estudo aprofundado dos grupos políticos eurocéticos, no qual incluímos ainda o estudo particular do grupo dos Não Inscritos. Tão-pouco contemplava a análise da composição dos mesmos, através das características dos partidos políticos, visando a compreensão das condições definidoras do euroceticismo no seio do Parlamento Europeu entre 2008 e 2020.

Decorrente deste facto, o terceiro contributo desta investigação relacionou-se com a aplicação do modelo de clivagem desenvolvido por Hooghe, Marks e Wilson (2002), que considerou os polos GAL/TAN mais úteis para compreender o posicionamento dos partidos políticos em relação à integração europeia. Ao aplicar o modelo GAL/TAN para analisar o euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu desde 2008 até 2020, confirmou-se que a clivagem GAL/TAN se revelava um importante instrumento para a compreensão do posicionamento dos grupos políticos no seio do Parlamento Europeu, particularmente desde 2014, sob o impacto das crises da UE. Desta forma, a tradicional distinção assente nos valores económicos da esquerda/direita não se revelava tão eficaz para tal compreensão. Para além disso, este modelo de clivagem permitiu o desenvolvimento de um quarto contributo desta tese ao iluminar sobre as principais condições definidoras do euroceticismo nos diferentes grupos políticos. Desta forma, foi possível compreender os ‘padrões de oposição à UE’ dos grupos políticos eurocéticos do Parlamento Europeu, que, por sua vez, deram origem ao modelo que prevê a existência de grupos políticos ‘europeus críticos’, ‘eurocéticos’ e ‘eurocéticos intransigentes’.

Para o desenvolvimento dos contributos anteriores foi essencial a aplicação do quadro teórico do Pós-funcionalismo ao estudo do euroceticismo, sendo este um contributo inovador deste estudo. Isto porque o euroceticismo, apesar de ser um fenómeno amplamente estudado na academia, carece de um modelo teórico próprio. No geral, os estudos do euroceticismo tendem a guiar-se por outros modelos teóricos, dependendo dos objetivos e dos objetos da análise. Por isso, e na ausência de um modelo universalmente aceite, adotamos o quadro teórico do Pós-funcionalismo, que serviu de ‘guião’ para compreender o contexto pós-2008 no estudo do euroceticismo, enquanto variável dependente. Por outro lado, a utilização do Pós-funcionalismo para o estudo sobre o Parlamento Europeu também significou um contributo, em si mesmo, porque o modelo está previsto para compreender as transformações nas arenas nacionais. Contudo, para a boa utilização do referido quadro teórico, tão, ou mais relevante, foi a aplicação dos dados do *Chapel Hill Expert Survey* ao estudo particular do euroceticismo. Só isso permitiu o desenvolvimento do modelo exploratório de Análise Qualitativa Comparada, que, por sua vez, possibilitou, quer a identificação das condições definidoras do

euroceticismo nos grupos políticos do Parlamento Europeu, como a análise da sua evolução desde 2008.

Contudo, é importante reconhecer que as conclusões e os contributos acima relatados foram alcançados, na maior parte das vezes, no próprio processo de procura das soluções para os diversos desafios que foram surgindo ao longo da investigação. Desde logo, a multiplicidade de propostas conceptuais para definir o fenómeno, que obrigou à clarificação e sistematização dos trabalhos mais relevantes produzidos sobre o euroceticismo de base partidária. A vasta literatura sobre os 'tipos' de euroceticismo aplicava-se, na grande maioria, às arenas nacionais e a diferentes estudos de casos, sendo, por vezes, difícil fazer a transposição das diversas classificações para a arena do Parlamento Europeu. Para além disso, no seio desta instituição, a literatura disponível tendia a dicotomizar o euroceticismo entre *soft* e *hard*, o que deu origem a uma distinção não tratada do fenómeno no seio do Parlamento Europeu. Isto porque, apesar de aquela ser a distinção mais simples de compreender, na prática, nem sempre era a que melhor espelhava as manifestações e dinâmicas do euroceticismo no Parlamento Europeu. Por força de tal indefinição, optou-se por escolher um modelo de clivagens assente na dicotomia GAL/TAN.

Por outro lado, devido às suas características, o Parlamento Europeu é um objeto de análise complexo. Isto aplicava-se em particular no que ao euroceticismo se refere, já que se tratava de um fenómeno marginal e praticamente restrito a grupos periféricos. Por isso, percebeu-se que a única forma de compreender o euroceticismo no Parlamento Europeu seria através dos respetivos grupos políticos, enquanto unidade de análise. Contudo, o estudo dos grupos políticos revelou-se outro verdadeiro desafio, na medida em que estes não tinham nenhum mecanismo que permitisse, além do comportamento de voto, a sua compreensão. Por outro lado, o problema do estudo do comportamento de voto era que este estava restrito ao eurodeputado e, como consequência, influenciado pelas motivações individuais, mais do que pelo grupo, como um todo. Por isso, foi necessário optar pela análise do posicionamento dos partidos políticos, como unidade de análise mais pequena – comparativamente ao grupo político do qual faziam parte integrante –, o que permitiu, de certa forma, generalizar sobre o posicionamento deste último. Não obstante, a análise dos grupos políticos ao longo do tempo constituiu também uma limitação. Isto porque entre as legislaturas entravam e saíam partidos, e, muitas vezes, os grupos políticos, sobretudo os grupos da extrema-direita, simplesmente resignavam e voltavam a formar novos grupos. Por isso mesmo, primeiro tivemos de tratar os grupos no início de cada legislatura individualmente, e só depois foi possível a comparação ao longo dos anos. Por isso, este foi essencialmente um processo de escolhas, em que para alcançar os contributos e as

conclusões acima relatados, deixou-se por aprofundar outras linhas de investigação, tão válidas quanto as que acabamos de relatar.

Assim, há questões que naturalmente merecem ficar como sugestões para investigações futuras. Desde logo, a presente tese, considerou de que forma os partidos políticos nacionais condicionaram os 'padrões de oposição à UE' subjacentes às condições definidoras do euroceticismo nos respetivos grupos políticos do Parlamento Europeu. Contudo, parece igualmente importante, perceber o inverso. Isto é, compreender qual é o impacto do grupo político na definição do euroceticismo nos partidos políticos que o compõem. Em particular, se o grupo condiciona ou influencia o principal 'padrão de oposição' dos partidos políticos nacionais.

Considerando o contexto pós-Brexit, as investigações sobre o euroceticismo no Parlamento Europeu carecem agora da necessidade de novos estudos que aprofundem quais são as condições definidoras do euroceticismo no PE sem o Reino Unido. Do mesmo modo, seria pertinente considerar a evolução das condições definidoras do euroceticismo no Parlamento Europeu pós-Brexit, nomeadamente, mediante uma comparação que incluísse a evolução das condições definidoras do euroceticismo em três contextos, i.e., no Parlamento Europeu pós-Maastricht, pós-2008 e pós-Brexit. Isto permitiria uma melhor compreensão sobre o impacto de cada contexto para a consolidação do euroceticismo ao nível europeu, bem como, perceber a própria evolução do euroceticismo no seio dos grupos políticos do hemiciclo.

Num outro sentido, pareceu pertinente compreender as alterações que os membros faziam entre grupos políticos eurocéticos, nomeadamente quais os motivos, e de que forma isso poderá afetar a consolidação do euroceticismo e a própria determinação das condições definidoras do mesmo. Por último, será interessante abordar o desenvolvimento de uma verdadeira oposição no seio do Parlamento Europeu, agora que o *mainstream* está cada vez mais fragmentado. Com a consolidação do euroceticismo alcançada desde 2014, ficou por explorar a tese do deficit democrático da UE, referindo-se, em particular, à falta de uma oposição responsável no seio do hemiciclo. Por outro lado, também seria importante perceber quais os impactos dos 'eurocéticos intransigentes' para o funcionamento do próprio Parlamento Europeu, nomeadamente ao nível das comissões parlamentares.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES PRIMÁRIAS

Bakker, R., de Vries, C. Edwards, E., Hooghe, L. Jolly, S. Marks, G. Polk, J. Rovny, J. Steenbergen M., Vachudova, M. A. (2013). “2010 CHES Expert Survey”. Disponível em: chesdata.eu - <https://www.chesdata.eu/2010-chapel-hill-expert-survey>.

Polk, J., Rovny, J. Bakker, R., Edwards, E. Hooghe, L., Jolly, S., Koedam, J., Kostelka, F., Marks, G., Schumacher, G., Steenbergen, M. Vachudova, M. A., Zilovic, M. (2014). “2014 Chapel Hill Expert Survey”. Versão 2015.1. Disponível em: chesdata.eu - <https://www.chesdata.eu/2014-chapel-hill-expert-survey>.

Polk, J., Rovny, J. Bakker, R., Edwards, E. Hooghe, L., Jolly, S., Koedam, J., Kostelka, F., Marks, G., Schumacher, G., Steenbergen, M. Vachudova, M. A., Zilovic, M. (2018). “2017 Chapel Hill Expert Flash Survey”. Versão 1.1. Disponível em: chesdata.eu: <https://www.chesdata.eu/2017-chapel-hill-expert-survey>.

### FONTES SECUNDÁRIAS

#### LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

Anderson, P. (2004). “A Flag of Convenience? Discourse and Motivations of the London-based Eurosceptic Press”. In: R. Harmsen e M. Spiering (eds.). *Euroscepticism: Party Politics, National Identity and European Integration*. Amesterdão: Rodopi. Pp. 151-170.

Bartolini, S. (2005). *Restructuring Europe: Centre Formation, System Building, and Political Structuring between the Nation State and the European Union*. Oxford: Oxford University Press.

Benedetto, G. (2008). “Explaining the failure of Euroscepticism in the European Parliament”. In: P. Taggart e A. Szczerbiak (eds.). *Opposing Europe? The Comparative Party Politics of Euroscepticism*. Oxford: Oxford University Press. Pp. 127-150.

Berg- Schlosser, D. (2012). *Mixed methods in comparative politics: principles and applications*. Houndmills: Palgrave Macmillan.

Bermeo, N. e Bartels, L. (2014). *Mass Politics in Tough Times: Opinions, Votes and Protest in the Great Recession*. Oxford: Oxford University Press.

Brack, N. (2017). “Eurosceptic Members of the European Parliament. Foxes in the henhouse?”. In: B. Leruth, N. Startin e S. Usherwood (eds.). *The Routledge Handbook of Euroscepticism*. Londres: Routledge. Pp. 397-412.

Brack, N. (2018). *Opposing Europe in the European Parliament: Rebels and Radicals in the Chamber*.

Londres: Palgrave Macmillan.

Brack, N. (2019). "Eurosceptic parties at the 2019 elections: A relative success". In: N. Bolin, K. Falasca, M. Grusell, Nord, L. (eds.). *Euroreflections – Leading academics on European elections 2019*. Sunsvall: Mittuniversitetet. Pp. 64.

Brack, N. e Costa, O. (2017). "Euroscepticism in the EU Institutions: A Persistent and Embedded Phenomenon". In: B. Leruth, N. Startin e S. Usherwood (eds.). *The Routledge Handbook of Euroscepticism*. Londres: Routledge. Pp. 371-383.

Caiani, M. e Guerra, S. (2017). *Euroscepticism, Democracy and the Media. Communicating Europe, Contesting Europe*. Londres: Palgrave Macmillan.

Camisão, I. e Lobo-Fernandes, L. (2005). *Construir a Europa. O processo de integração entre a teoria e a história*. Cascais: Príncipia Editora.

Charalambous, G. (2013). *European Integration and the Communist Dilemma: Communist Party Responses to Europe in Greece, Cyprus e Italy*. Oxon: Routledge.

Conti, N., Göncz, B. e Real-Dato, J. (2018). "Introduction: the Eurocrisis and national political elites". In: Conti, N., Göncz, B. and Real-Dato, J. (eds). *National Political Elites, European Integration and the Eurozone Crisis*. Oxon: Routledge. Pp. 1-16.

Corbett, R., Jacobs, F. e Shackleton, M. (2011). *The European Parliament 8<sup>th</sup> Edition*. Londres: Jonh Harper.

Daddow, O. (2011). *New Labour and the European Union: Blair and Brown's Logic of History*. Manchester: Manchester University Press.

Daniel, W. (2015). *Career Behaviour and the European Parliament: All Roads Lead Through Brussels?*. Oxford: Oxford University Press.

della Porta, D., e M. Caiani. (2009). "*Social Movements and Europeanization*". Oxford: Oxford University Press.

de Meur, G., Rihoux, B. e Yamasaki, S. (2009). "Addressing the critiques of QCA". In: B. Rihoux e C. Ragin (eds.). *Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Related Techniques*. Thousand Oaks: SAGE Publications. Pp. 147-166.

De Vries, C. (2018). *Euroscepticism and the Future of European Integration*. Oxford: Oxford University Press.

Dinan, D., Nugent, N. e Paterson, W. (2017). *The European Union in Crisis*. Londres: Palgrave Macmillan.

Dolezal, M., Hutter, S. e Becker, R. (2016). "Protesting European Integration: politicization from below?". In: S. Hutter, E. Grande, H. Kriesi, H. (eds.). *Politicizing Europe. Integration and Mass Politics*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 112-136.

- Farrell, D. e Scully, R. (2007). *Representing Europe's Citizens? Electoral Institutions and the Failure of Parliamentary Representation*. Oxford: Oxford University Press.
- FitzGibbon, J., Leruth, B. e Startin, N. (2017). *Euroscepticism as a Transnational and Pan-European Phenomenon. The emergence of a new sphere of opposition*. Oxon: Routledge.
- Flood, C. (2002). "The Challenge of Euroscepticism". In: Grower, J. (ed.). *The European Union Handbook*. 2<sup>nd</sup> Edition. Londres: Fitzroy Dearborn.
- Georges, S. (1994). *An Awkward Partner: Britain in the European Community*. Oxford: Oxford University Press.
- Guerra, S. (2013). *Central and Eastern European Attitudes in the Face of Union*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Guerra, S., e F. Serricchio. (2014). "Identity and Economic Rationality: Explaining Attitudes Towards the EU in a Time of Crisis". In: Stefanova, B. (ed.). *European Union Beyond the Crisis: Evolving Governance, Contested Policies, Disenchanted Publics*. Lanham: Lexington Books, Rowman & Little eld. Pp. 269–294.
- Grande, E. e Hutter, S. (2016). "Introduction: European integration and the challenge of politicization". In: S. Hutter, E. Grande e Kriesi, H. (eds.). *Politicizing Europe: Integration and Mass Politics*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 11-48.
- Hansen, L. e Weaver, O. (2002). *European Integration and National Identity: The Challenge of the Nordic States*. Londres: Routledge.
- Harmsen, R e Spiering, M. (2004). "Introduction: Euroscepticism and the evolution of European Political Debate". In: Harmsen, R. and Spiering, M. (eds). *Euroscepticism: Party Politics, National Identity and European Integration*. Amesterdam: Rodopi. Pp. 13-35.
- Henderson, K. (2008). "Exceptionalism or convergence? Euroscepticism and party systems in Central and Eastern Europe". In: P. Taggart e A. Szczerbiak (eds.). *Opposing Europe? The Comparative Party Politics of Euroscepticism Volume 2: Comparative and Theoretical Perspectives*. Oxford: Oxford University Press. Pp. 103-126.
- Hix, S., Noury, A. e Roland, G. (2007). *Democratic Politics in the European Parliament*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Holmes, M. (2017). "Contesting integration: The Radical Left and Euroscepticism". In: J. FitzGibbon, B. Leruth e N. Startin (eds.). *Euroscepticism as a Transnational and Pan-European Phenomenon: The Emergence of a new sphere of opposition*. Oxon: Routledge. Pp. 63-79.
- Hooghe, L. e Marks, G. (1999). "Making of a polity: The struggle over European Integration. In: H. Kitschelt, P. Lange, G. Marks e J. D. Stephens (eds.). *Continuity and Change in Contemporary Capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 70-98.

Hooghe, L. e Marks, G. (2001). *Multi-Level Governance and European Integration*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.

Hutter, S., Grande, E. e Kriesi, H. (2016). *Politicizing Europe. Integration and Mass Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Johansson, K. M. (1997). *Transnational Party Alliances: Analysing the Hard-Won Alliance between Conservatives and Christian Democrats in the European Parliament*. Lund, Suécia: Lund University Press.

Katz, R. (2008). "Euroscepticism in parliament: a comparative analysis of the European parliament and National parliaments". In: P. Taggart, e A. Szczerbiak (eds.). *Opposing Europe? The Comparative Party Politics of Euroscepticism Volume 2*. Oxford: Oxford University Press. Pp. 151-180.

Knapp, A. (1994). *Gaullism since de Gaulle*. Aldershot: Dartmouth Publishing.

Kreppel, A. (2002). *The European Parliament and Supranational Party System. A Study in Institutional Development*. Cambridge: Cambridge University Press.

Leconte, C. (2010). *Understanding Euroscepticism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Lee, S. e Beech, M. (2009). *The Conservatives under David Cameron: Built to Last?*. Basingstoke: Palgrave.

Leruth, B. (2017a). "Transnational and Pan-European Euroscepticism: The Case of the European Conservatives and Reformists". In: B. Leruth, N. Startin e S. Usherwood (eds.). *The Routledge Handbook of Euroscepticism*. Londres: Routledge. Pp. 384-396.

Leruth, B. (2017b). "Is 'Eurorealism the new 'Euroscepticism'? Modern conservatism, the European Conservatives and Reformists and European Integration". In: J. FitzGibbon, B. Leruth e N. Startin (eds.). *Euroscepticism as a Transnational and Pan-European Phenomenon: The Emergence of a new sphere of opposition*. Oxon: Routledge. Pp. 46-62.

Leuffen, D., Rittberger, B. and Schimmelfennig, F. (2012). *Differentiated Integration: Explaining Variation in the European Union*. Palgrave Macmillan.

Lindberg, L.N. e Schiengold, S.A. (1970). *Europe's Would-be Polity: Patterns of change in the European Community*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

Magone, J. (2015). "Divided Europe? Euroscepticism in East Central and Southern Europe". In: Kyriakos Demetriou (eds.). *The European Union in Crisis. Explorations in Representation and Democratic Legitimacy*. EUA: Springer. Pp. 33 – 56.

March, L. (2012). *Radical Left Parties in Europe*. Londres: Routledge.

March, L. (2012b). *Radical Left parties in Europe*. Londres: Routledge.

Marks, G. e Steenbergen, R. (2004). *European Integration and Political Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press.

McDonell, D. (2019). "Will radical right populists finally sit together in the new European Parliament?". In: N. Bolin, K. Falasca, M. Grusell, Nord, L. (eds.). *Euroreflections – Leading academics on European elections 2019*. Sunsvall: Mittuniversitetet. Pp. 61.

McLaren, L. (2006). *Identity, Interests and Attitudes to European Integration*. Londres: Palgrave MacMillan.

Morlino, L. e Raniolo, F. (2017). *The Impact of the Economic Crisis on South European Democracies*. Palgrave Pivot.

Mudde, C. (2007). *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

Mudde, C. (2016a). *On Extremism and Democracy in Europe*. Nova lorque: Routledge.

Mudde, C. (2016b). *The Populist Radical Right: A Reader*. Nova lorque: Routledge.

Mudde, C. (2017). "The Far Right and the 2014 European Elections: Consequences for the Eurosceptic Debate". In: B. Leruth, N. Startin e S. Usherwood (eds.). *The Routledge Handbook of Euroscepticism*. Londres: Routledge. Pp. 413-423.

Mudde, C. e Rovira-Kaltwasser, C. (2017). *Populism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Müller, J.W. (2016). *What is Populism?* Filadélfia: University of Pennsylvania Press.

Olsen, J., Hough, D. e Koß, M. (2010). "From Pariahs to Players? Left Parties in National Governments". In: J. Olsen, D. Hough e M. Koß (eds.). *Left Parties in National Governments*. Houndsmills: Palgrave Macmillan. P. 1-15.

Palmer, M. (1981). *The European Parliament: What it is, What it Does, How it Works*. Oxford: Pergamon Press.

Ragin, C. (1987). *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ragin, C. Berg-Schlosser, D. e de Meur, G. (1996). "Political Methodology: Qualitative Methods". In: R. Goodin e H. Klingemann (eds.). *A New Handbook of Political Science*. Nova lorque: Oxford University Press. Pp. 749-768.

Rihoux, B. e Ragin, C. (2009). *Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Related Techniques*. Thousand Oaks: SAGE Publications.

Rihoux, B. e Lobe, B. (2009). "The case for qualitative comparative analysis (QCA): adding leverage for thick cross-case comparison". In: D. Byne e C. Ragin (eds.). *The Sage handbook of case-based methods*. Londres: SAGE Publications. Pp. 222-243.

Rihoux, B. e Meur, G. (2009). "Crisp-Set Qualitative Comparative Analysis (csQCA)". In: B. Rihoux e C. Ragin (eds.). *Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Related Techniques*. Thousand Oaks: SAGE Publications. Pp. 33-68.

Rihoux, B. (2016). "Configurational comparative methods (QCA and fuzzy-sets): complex causation in cross-case analysis". In: H. Keman e J. J. Woldendorp (eds.). *Handbook of Research Methods and Applications in Political Science*. Reino Unido: Edward Elgar Publishing Limited. Pp. 383-399.

Ringe, N. (2010). *Who Decides, and How? Preferences, Uncertainty, and Policy Choice in the European Parliament*. Oxford: Oxford University Press.

Ruzza, C. (2019). "Populism, EU Institutions and Civil Society". In: Antonioli, L., Bonatti, L. Ruzza, C. (eds.). *Highs and Lows of European Integration*. Cham: Springer. Pp. 121-142.

Schimmelfennig, F. (2017). "Theorising Crisis in European Integration". In: Dinan, D., Nugent, N. e Paterson, W. (eds.). *The European Union in Crisis*. London: Palgrave Macmillan. Pp. 316-335.

Schneider, C. e Wagemann, C. (2012). *Set-theoretic methods for the social sciences: A guide to qualitative comparative analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

Scully, R. (2005). *Becoming Europeans? Attitudes, Roles and Socialization in the European Parliament*. Oxford: Oxford University Press.

Servent, A. R. (2018). *The European Parliament*. Houndsmill: Palgrave Mcmillan.

Startin, N. (2005). "Maastricht, Amsterdam and Beyond: The Troubled Evolution of the French Right". In: Drake, H. (ed.). *French Relations with the EU*. Londres: Routledge. Pp. 64-85.

Startin, N. e Brack, N. (2017). "To cooperate or not to cooperate? The European Radical Right and pan-European cooperation". In: J. FitzGibbon, B. Leruth e N. Startin (eds.). *Euroscepticism as a Transnational and Pan-European Phenomenon: The Emergence of a new sphere of opposition*. Oxon: Routledge. Pp. 28-45.

Stefanova, B. (2014). *The European Union beyond the Crisis: Evolving Governance, Contested Policies and Disenchanted Publics*. Londres: Lexington Books.

Streeck, W. e Schäfer, A. (2013). *Politics in the Age of Austerity*. Cambridge: Polity Press.

Stubb, A. (2002). *Negotiating Flexibility in the European Union: Amsterdam, Nice and beyond*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Szczerbiak, A. e P. Taggart. (2008). *Opposing Europe? Comparative Party Politics of Euroscepticism, Vols. I & II, Country Surveys and theoretical Perspectives*. Oxford: Oxford University Press.

Taggart, P. e Szczerbiak, A. (2008). *Opposing Europe? The Comparative Party Politics of Euroscepticism Volume 2*. Oxford: Oxford University Press.

Taggart, P. e Szczerbiak, A., (2017). "Research on Euroscepticism: The State of the Art". In: B. Leruth, N. Startin e S. Usherwood (eds.). *The Routledge Handbook of Euroscepticism*. Londres: Routledge. Pp. 11-21.

Topaloff, L. (2012). *Political Parties and Euroscepticism*. Londres: Palgrave Macmillan.

Van der Eijk, C. e Franklin, M. (2004). "Potential for contestation on European matters at national elections in Europe". In: G. Marks e M. Steenbergen (eds.). *European Integration and Political Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 32-50.

Vasilopoulou, S. (2017). "Theory, Concepts and Research Design in the Study of Euroscepticism". In: B. Leruth, N. Startin e S. Usherwood (eds.). *The Routledge Handbook of Euroscepticism*. Londres: Routledge. Pp. 22-35.

Vasilopoulou, S. (2018). "The Radical Right and Euroscepticism". In: J. Rydgren (ed.). *The Oxford Handbook of the Radical Right*. Nova Iorque: Oxford University Press. Pp. 122-142.

Verney, S. (2017). "Losing loyalty: The rise of polity Euroscepticism in Southern Europe". In: B. Leruth, N. Startin e S. Usherwood (eds.). *The Routledge Handbook of Euroscepticism*. Londres: Routledge. Pp. 168-186.

Whitaker, R. (2011). *The European Parliament's Committees: National Party Influence and Legislative empowerment*. Oxon: Routledge.

## ARTIGOS CIENTÍFICOS

Arzheimer, K. e Carter, E. (2006). "Political Opportunity Structures and Right-wing Extremist Party Success". *European Journal of Political Research*. Vol. 45. No.3. Pp. 419-443.

Bale, T. (2006). "Between a soft and a hard place? The Conservative Party, valence politics and the need for a new 'Eurorealism'". *Parliamentary Affairs*. Vol. 59. No. 3. Pp. 385-400.

Bakker, R., de Vries, C., Edwards, E., Hooghe, L., Jolly, S., Marks, G., Polk, J., Rovny, J., Steenbergen, M. e Vachudova, M. (2015). "Measuring party positions in Europe: The Chapel Hill expert survey trend file, 1999-2010". *Party Politics*. Vol. 21. No. 1. Pp. 143-152.

Batory, A. e Sitter, N. (2004). "Cleavages, Competition and Coalition-building: Agrarian Parties and the European Question in Western and East Central Europe". *European Journal of Political Research*. Vol. 43. No. 4. Pp. 523-546.

Benedetto, G. e Quaglia, L. (2007). "The Comparative Politics of Communist Euroscepticism in France, Italy and Spain". *Party Politics*. Vol. 13. No. 4. Pp. 478-499.

Boomgaarden, H., Schuck, A., Elenbaas, M. e de Vreese, C. (2011). "Mapping EU attitudes: conceptual and empirical dimensions of Euroscepticism and EU support". *European Union Politics*. Vol. 12. No. 2. Pp. 241-266.

Börzel, T. A. e Risse, T. (2000). "When Europe Hits Home: Europeanization and Domestic Change". *European Integration online Papers*. Vol. 4. No. 15. Pp. 1-24.

- Börzel, T. A. e Risse, T. (2018). "From the Euro to the Schengen crises: European integration theories, politicization and identity politics". *Journal of European Public Policy*. Vol. 25. No. 1. Pp. 83-108.
- Bosco, A. e Verney, S. (2012). "Electoral Epidemic: The Political Cost of Economic Crisis in Southern Europe". *South European Society and Politics*. Vol.17. Vol. 2. Pp: 129-154.
- Brack, N. (2012). "Eurosceptics in the European Parliament: exit or voice?". *Journal of European Integration*. Vol. 34. No. 2. Pp. 151-168.
- Brack, N. (2013). "Euroscepticism at the supranational level: the case of the 'untidy right' in the European Parliament". *Journal of Common Market Studies*. Vol. 51. No. 1. Pp. 85-104.
- Brack, N. (2014). "Poor linkage and lacking representation. A thorn in the side of the European Parliament only?". *Politique Européenne*. Vol. 44. No. 2. Pp. 183-191.
- Brack, N. (2015). "The roles of the Eurosceptic Members of the European Parliament and their implications for the EU". *International Political Science Review*. Vol. 36. No. 3. Pp. 337-350.
- Brack, N., e N. Startin. (2015). "Euroscepticism, from the Margins to the Mainstream". *International Political Science Review*. Vol. 36. No. 3. Pp. 239–350.
- Bressanelli, E. (2012). "National parties and group membership in the European Parliament: ideology or pragmatism?". *Journal of European Public Policy*. Vol. 19. No. 2. Pp. 737-754.
- Busby, A. (2013). "Bursting the Brussels Bubble': Using Ethnography to Explore the European Parliament as a Transnational Political Field". *Perspectives on European Politics and Society*. Vol. 14. No. 2. Pp. 203-222.
- Charalambous, G. (2011). "All the shades of red: examining the radical left's Euroscepticism". *Contemporary Politics*. Vol. 17. No.3. Pp. 299-320.
- Coman, E.E. (2009). "Reassessing the Influence of Party Groups on Individual Members of the European Parliament". *West European Politics*. Vol. 32. No. 6. Pp. 1099-1117.
- della Porta, D., e M. Caiani. (2007). "Europeanization from Below? Social movements and Europe". *Mobilization: An International Journal*. Vol. 12. No. 1. Pp. 101–116.
- De Vries, C. (2007). "Sleeping Giant: Fact or Fairy-tale? How European integration affects national elections". *European Union Politics*. Vol. 8. No. 3. Pp. 363–385.
- De Vries, C. e Edwards, E. (2009). "Taking Europe to its Extremes. Extremist parties and Public Euroscepticism". *Party Politics*. Vol. 15. No. 1. Pp. 5-28.
- de Wilde, P. (2011). "No Polity for Old Politics? A Framework for Analyzing the Politicization of European Integration". *Journal of European Integration*. Vol. 33. No. 5. Pp. 559-575.

de Wilde, P. e Zürn, M. (2012). "Can the Politicization of European Integration be Reversed?". *Journal of Common Market Studies*. Vol. 50. No. 1. Pp. 137-153.

de Wilde, P., Leupold, A. e Schmidtke, H. (2016). "Introduction: the differentiated politicization of European governance". *West European Politics*. Vol. 39. No. 1. Pp. 3-22.

Faas, T. (2003). "To defect or not to defect? National, Institutional and party group pressures on MEPs and their consequences for party group cohesion in the European Parliament". *European Journal of Political Research*. Vol. 42. No. 6. Pp. 841-866.

Fieschi, C. (2000). "European institutions, the far right and illiberal polities in a liberal context". *Parliamentary Affairs*. Vol. 53. No. 3. Pp. 517- 551.

FitzGibbon, J. (2013). "Citizens Against Europe: Civil Society and Eurosceptic Protest in Denmark, Ireland and the UK". *Journal of Common Market Studies*. Vol. 51. No. 1. Pp. 105–121.

Ford, R. Goodwin, M. (2017). "Britain after Brexit: A Nation Divided". *Journal of Democracy*. Vol. 28. No. 1. Pp. 17-30.

Freire, A. e Moury, C. (2014). "O apoio dos 'cidadãos' e das 'elites' à UE, antes e depois da crise financeira: os países periféricos da Europa do Sul (Grécia, Portugal e Espanha) numa perspetiva comparada". *RI: Relações Internacionais*. No. 41. Pp. 97-122.

Goodwin, M. e Milazzo, C. (2017). "Taking back control? Investigating the role of immigration in the 2016 vote for Brexit". *The British Journal of Politics and International Relations*. Vol. 19. No. 3. Pp. 450-464.

Grabbe, H. e Groot, N. (2014). "Populism in the European Parliament: What Implications for the Open Society?". *The International Spectator*. Vol. 49. No. 4. Pp. 33-46.

Halikiopoulou, D., Nanou, K. e Vasilopoulou, S. (2012). "The paradox of nationalism: the common denominator of radical right and radical left Euroscepticism". *European Journal of Political Research*. Vol. 51. No. 1. Pp. 504-539.

Hix, S. (1999). "Dimensions and Alignments in European Union Politics: Cognitive constraints and partisan responses". *European Journal of Political Research*. Vol. 35. No. 1. Pp. 69-106.

Hix, S., Kreppel, A. e Noury, A. (2002). "The Party System of in the European Parliament: Collusive or Competitive?". *Journal of Common Market Studies*. Vol. 41. No. 2. Pp. 309-331.

Hobolt, S. e De Vries, C. (2012). "When Dimensions Collide: The Electoral Success of Issue Entrepreneurs". *European Union Politics*. Vol. 13. No. 2. Pp. 246-268.

Hobolt, S. e De Vries, C. (2015). "Issue Entrepreneurship and Multiparty Competition". *Comparative Political Studies*. Vol. 48. No. 9. Pp. 1159-1185.

Hooghe, L., Marks, G., e Wilson, C. J. (2002). "Does Left/Right Structure Party Position on European

Integration?”. *Comparative Political Studies*. Vol. 35. No. 8. Pp. 965–989.

Hooghe, L. e Marks, G. (2004). “Does Identity or Economic Rationality Drive Public Opinion on European Integration?”. *Political Science and Politics*. Vol. 37. No. 3. Pp. 415-420.

Hooghe, L. e Marks, G. (2007). “Sources of Euroscepticism”. *Acta Politica*. Vol. 42. No. 2-3. Pp. 119-127.

Hooghe, L., e Marks, G. (2009). “A Postfunctionalist Theory of European Integration: From Permissive Consensus to Constraining Dissensus”. *British Journal of Political Science*. Vol. 39. No. 1. Pp. 1–23.

Hooghe, L. e Marks, G. (2018). “Cleavage Theory meets Europe’s crises: Lipset, Rokkan, and the Transnational cleavage”. *Journal of European Public Policy*. Vol. 25. No. 1. Pp. 109-135.

Hooghe, L. e Marks, G. (2019). “Grand theories of European integration in the twenty-first century”. *Journal of European Public Policy*. Vol. 26. No. 8. Pp. 1113-1133.

Jensen, C. B. e Spoon, J. J. (2010). “Thinking Locally. Acting Supranationally: Niche Party Behaviour in the European Parliament”. *European Journal of Political Research*. Vol. 49. No. 2. Pp. 174-201.

Judge, D. e Earnshaw, D. (1994). “Weak European Parliament Influence? A study of the Environment Committee of the European Parliament”. *Government and Opposition*. Vol. 29. No. 2. Pp. 262-276.

Judge, D. e Earnshaw, D. (2011). “‘Relais actors’ and Co-Decision First Reading Agreements in the European Parliament: The case of the Advanced Therapies Regulation”. *Journal of European Public Policy*. Vol. 18. No. 1. Pp. 53-71.

Kaeding, M. (2005). “The World of Committee Reports: Rapporteurship assignment in the European Parliament”. *The Journal of Legislative Studies*. Vol. 11. No. 1. Pp. 82-104.

Kaniok, P. (2012). “Eurosceptics – enemies or a necessary part of European integration?”. *Romanian Journal of Political Science*. Vol. 12. No. 2. Pp. 29-52.

Keeler, J. (2005). “Mapping EU studies: The evolution from boutique to boom field 1960-2001”. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 43. No. 3. Pp. 551-582.

Kitschelt, H. (1986). “Political Opportunity Structures and Political Protest: Anti-Nuclear Movements in Four Democracies”. *British Journal of Political Science*. Vol. 16. No.1. Pp. 57-85.

Kopecký, P., e Mudde, C. (2002). “Two Sides of Euroscepticism: Party Positions on European Integration in East Central Europe”. *European Union Politics*. Vol. 3. No. 3. Pp. 297–326.

Kröger, S. e Friedrich, D. (2013). “Democratic representation in the EU: Two kinds of subjectivity”. *Journal of European Public Policy*. Vol. 20. No. 2. Pp. 171-189.

Krouwel, A. e Abts, K. (2007). “Varieties of Euroscepticism and Populist Mobilization: Transforming Attitudes from Mild Euroscepticism to Harsh Eurocynicism”. *Acta Politica*. No. 42. Pp. 252-270.

- Kugler, J., Fisunoglu, A. e Yesilada, B. (2015). "Consequences of Reversing the European Union Integration". *Foreign Policy Analysis*. Vol. 11. Pp. 45-67.
- Leconte, C. (2015). "From pathology to mainstream phenomenon: Reviewing the Euroscepticism debate in research and theory". *International Political Science Review*. Vol. 36. No. 3. Pp. 250-263.
- Lees, C. (2002). "Dark matter: institutional constraints and the failure of party-based Euroscepticism in Germany". *Political Studies*. Vol. 50. No. 2. Pp. 244-267.
- Leruth, B. (2015). "Operationalizing national preferences on Europe and differentiated integration". *Journal of European Public Policy*. Vol. 22. No. 6. Pp. 816–835.
- Leruth, B. Gänzle, S. e Trondal, J. (2019). "Exploring Differentiated Disintegration in a Post-Brexit European Union". *Journal of Common Market Studies*. Vol. 57. No. 5. Pp. 1013-1030.
- Lord, C. J. (2010). "The aggregating function of political parties in EU decision-making". *Living Reviews in European Governance*. Vol. 5. No. 3. Pp. 5-33.
- Lubbers, M. e Scheepers, P. (2005). "Political versus Instrumental Euro-scepticism: Mapping Scepticism in European Countries and Regions". *European Union Politics*. Vol. 6. No. 2. Pp. 223-242.
- Lubbers, M. e Jaspers, E. (2011). "A longitudinal study of Euroscepticism in the Netherlands: 2008 versus 1990". *European Union Politics*. Vol. 12. No. 1. Pp. 21-40.
- Lynch, P. e Whitaker, R. (2008). "A Loveless marriage: The Conservatives and the European People's Party". *Parliamentary Affairs*. Vol. 61. No. 1. Pp. 31-51.
- Lynch, P. e Whitaker, R. (2013). "Where There is Discord, Can They Bring Harmony? Managing Intra-party Dissent on European Integration in the Conservative Party". *The British Journal of Politics and International Relations*. Vol. 15. No. 3. Pp. 317-339.
- March, L. e Mudde, C. (2005). "What's Left of the Radical Left? The European Radical Left After 1989: Decline and Mutation". *Comparative European Politics*. Vol. 3. No. 1. Pp. 23-49.
- March, L. (2012a). "Problems and perspectives of contemporary European radical left parties: Chasing a lost world or still a world to win?". *International Critical Thought*. Vol. 2. No. 3. Pp. 314-339.
- Mair, P. (2000). "The Limited Impact of Europe on National Party Systems". *West European Politics*. Vol. 23. No. 4. Pp. 27-51.
- Mair, P. (2007). "Political Opposition and the European Union". *Government and Opposition*. Vol. 42. No. 1. Pp. 1–17.
- Marks, G. e Wilson, C. (2000). "The Past in the Present: A Cleavage Theory of Party Response to European Integration". *British Journal of Political Science*. Vol. 30. Pp. 433-459.

- Marks, G., Hooghe, L., Nelson, M. e Edwards, E. (2006). "Party Competition and European Integration in the East and West. Different Structure, Same Causality". *Comparative Political Studies*. Vol. 39. No. 2. Pp. 155-175.
- McDonnell, D. e Werner, A. (2018). "Respectable Radicals: why some radical right parties in the European Parliament forsake policy congruence". *Journal of European Public Policy*. Vol. 25. No. 5. Pp. 747-763.
- McElroy, G. e Benoit, K. (2007). "Party Groups and Policy Positions in the European Parliament". *Party Politics*. Vol. No. 1. Pp. 5-28.
- McElroy, G. e Benoit, K. (2010). "Party Policy and Group Affiliation in the European Parliament". *British Journal of Political Science*. Vol. 40. No. 2. Pp. 377-398.
- McElroy, G. e Benoit, K. (2011). "Policy positioning in the European Parliament". *European Union Politics*. Vol. 13. No. 1. Pp. 150-167.
- Milner, S. (2000). "Introduction: A Healthy Scepticism?". *European Integration*. Vol. 22. Pp. 1-13.
- Mudde, C. (2004). "The Populist Zeitgeist". *Government and Opposition*. Vol. 39. No. 4. Pp. 541-563.
- Mudde, C. (2013). "Three decades of populist radical right in Western Europe: So What?". *European Journal of Political Research*. Vol. 52. No. 1. Pp. 1-19.
- Mudde, C. (2014). "Electoral winners and political losers in the right-wing Eurosceptic camp". *Open Democracy* (online): <https://www.opendemocracy.net/en/can-europe-make-it/electoral-winners-and-political-losers-in-rightwing-eurosceptic-camp/>, acedido no dia 18 de junho 2019.
- Neuhold, C. (2001). "The 'Legislative Backbone' Keeping the Institution Upright? The Role of European Parliament Committees in the EU Policy-Making Process". *European Integration online Papers*. Vol. 5. No. 10. Pp. 1-29.
- Nicoli, F. (2016). "Hard-line Euroscepticism and the Euro crisis: Evidence from a panel study of 108 Elections across Europe". *Journal of Common Market Studies*. Vol. 55. No. 2. Pp. 312-331.
- Pirro, A. e van Kessel, S. (2018). "Populist Eurosceptic trajectories in Italy and the Netherlands during European crisis". *Politics*. Vol. 38. No. 3. Pp. 1-17.
- Rabier, J. R. e Inglehart, R. (1980). "What kind of Europe? Support for national independence, cooperation and integration in the European Parliament". *Government and Opposition*. Vol. 16. No. 2. Pp. 185-199.
- Ragin, C. e Rihoux, B. (2004). "Qualitative Comparative Analysis (QCA): State of the art and prospects". *Qualitative & Multi-Method Research*. Vol. 2. No. 2. Pp. 3-13.
- Rasmussen, A. (2005). "EU conciliation delegates: responsible or runaway agents? Principal-agent analysis and the study of delegation". *West European Politics*. Vol. 28. No. 5. Pp. 1015-1034.

- Ray, L. (1999). "Measuring Party Orientations Towards European Integration: Results from an Expert Survey". *European Journal of Political Research*. Vol. 36. No. 1. Pp. 283-306.
- Ray, L. (2007). "Mainstream Euroscepticism: Trend or oxymoron?". *Acta Politica*. Vol. 42. No. 1. Pp. 153-172.
- Reif, K. e Schmitt, H. (1980). "Nine second-order national elections – a conceptual framework for the analysis of European election results". *European Journal of Political Research*. Vol. 8. No. 1. Pp. 3-44.
- Rihoux, B. e Marx, A. (2013). "QCA, 25 Years after 'The Comparative Method': Mapping, Challenges and Innovations – Mini-Symposium". *Political Research Quarterly*. Vol. 66. No. 1. Pp. 167-235.
- Rihoux, B. Álamos-Concha, P., Bol, D., Marx, A. e Rezsöhazi, I. (2013). "From niche to mainstream method? A comprehensive mapping of QCA applications in journal articles from 1984 to 2011". *Political Research Quarterly*. Vol. 66. No. 1. Pp. 175-184.
- Rovny, J. (2004). "Conceptualizing Party-based Euroscepticism: Magnitude and Motivations". *Collegium*. No. 29. Pp. 31-47.
- Ruzza, C. (2009). "Populism and Euroscepticism: Towards uncivil society?". *Policy and Society*. Vo. 28. No. 1. Pp. 87-98.
- Saurugger, S. e Mérand, F. (2010). "Does European Integration Theory Need Sociology?". *Comparative European Politics*. Vol. 8. Pp. 1-18.
- Schmitter, P. (1969). "Three Neo-Functional Hypotheses About International Integration". *International Organization*. Vol. 23. No. 1. Pp. 161-166.
- Schimmelfennig, F. (2014). "European Integration in the Euro Crisis: The Limits of Postfunctionalism". *Journal of European Integration*. Vol. 36. No. 3. Pp. 321-337.
- Schimmelfennig, F. e Winzen, T. (2019). "Grand theories, differentiated integration". *Journal of European Public Policy*. Vol. 26. No. 8. Pp. 1172-1192.
- Serricchio, F., Tsakatika, M. e Quaglia, L. (2013). "Euroscepticism and the Global Financial Crisis". *Journal of Common Market Studies*. Vol. 51. No. 1. Pp. 51-64.
- Servent, A. R. (2019). "The European Parliament after the 2019 Elections: Testing the Boundaries of the 'Cordon Sanitaire'". *Journal of Contemporary European Research*. Vol. 15. No. 4. Pp. 332-342.
- Servent, A. R. e Panning, L. (2019). "Eurosceptics in Trilogue Settings: Interest Formation and Contestation in the European Parliament". *West European Politics*. Vol. 42. No. 4. Pp. 744-775.
- Settembri, P. (2004). "When is a Group not a Political Group? The dissolution of the TDI Group in the European Parliament". *The Journal of Legislative Studies*. Vol. 10. No. 1. Pp. 150-174.
- Sitter, N. (2001). "The politics of opposition and European integration in Scandinavia: Is Euroscepticism a Government - Opposition dynamic?". *West European Politics*. Vol. 24. No.4. Pp. 22-39.

- Smith, A. (2006). "Set in the silver sea': English national identity and European integration". *Nations and Nationalism*. Vol. 12. No. 3. Pp. 433-452.
- Startin, N. (2010). "Where to for the Radical Right in the European Parliament? The Rise and Fall of Transnational Political Cooperation". *Perspectives on European Politics and Society*. Vol. 11. No. 4. Pp. 429-449.
- Stubb, A. (1996). "A Categorization of Differentiated Integration". *Journal of Common Market Studies*. Vol. 34. No. 2. Pp: 283-295.
- Taggart, P. (1998). "A Touchstone of Dissent: Euroscepticism in Contemporary Western European Party Systems". *European Journal of Political Research*. Vol. 33. No. 3. Pp. 363–388.
- Taggart, P. e Szczerbiak, A. (2004). Contemporary Euroscepticism in the Party Systems of the European Union Candidate States of Central and Eastern Europe. *European Journal of Political Research*. Vol. 43. No. 1. Pp. 1-27.
- Taggart, P., e Szczerbiak, A. (2018). "Putting Brexit into Perspective: The Effect of the Eurozone and Migration crisis and Brexit on Euroscepticism in European States". *Journal of European Public Policy*. Vol. 25. No. 8. Pp. 1194-1214.
- Thiem, A. (2016). "Standards of Good Practice and the Methodology of Necessary Conditions in Qualitative Comparative Analysis". *Political Analysis*. Vol. 24. No. 4. Pp. 478-484.
- Trumm, S. (2015). "Voting Procedures and Parliamentary Representation in the European Parliament". *Journal of Common Market Studies*. Vol. 53. No. 5. Pp. 1126-1142.
- Tsebelis, G. (1994). "The Power of the European Parliament as a Conditional Agenda Setter". *American Political Science Review*. Vol. 88. No. 1. Pp. 128-142.
- Usherwood, S. (2004). "Bruges as a loadstone of British opposition to the European Union". *Collegium*. No, 29. Pp. 5-16.
- Usherwood, S. (2013). "Shifting Focus of Opposition to the European Union". *Journal of Contemporary European Research*. Vol. 9. No. 2. Pp. 279–296.
- Usherwood, S. e N. Startin. (2013). "Euroscepticism as a Persistent Phenomenon". *Journal of Common Market Studies*. Vol. 51. No. 1. Pp. 1–16.
- Usherwood, S., Startin, N. e Guerra, S. (2013). "Confronting Euroscepticism". *Journal of Common Market Studies*. Vol. 51. No. 1. Pp. 1-168.
- Vasilopoulou, S. (2009). "Varieties of Euroscepticism: The case of the European Extreme Right". *Journal of Contemporary European Research*. Vol. 5. No. 1. Pp. 3-23.
- Vasilopoulou, S. (2013). "Continuity and Change in the Study of the Euroscepticism: Plus ça change?" *Journal of Common Market Studies*. Vol. 53. No. 1. Pp. 153-168.

Verney, S. (2011). "Euroscepticism in Southern Europe: A Diachronic Perspective". *South European Society and Politics*. Vol. 16. No. 1. Pp. 1-30.

Verney, S. (2015). "Waking the 'sleeping giant' or expressing domestic dissent? Mainstreaming Euroscepticism in crisis-stricken Greece". *International Political Science Review*. Vol. 36. No. 3. Pp. 270-295.

Wagemann, C. e Schneider, C. (2010). "Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Fuzzy-Sets: Agenda for Research Approach and a Data Analysis Technique". *Comparative Sociology*. Vol. 9. No. 1. Pp. 1-21.

Weßels, B. (2007). "Discontent and European Identity: Three Types of Euroscepticism". *Acta Politica*. Vol. 42. No. 2. Pp. 287-30.

Whitaker, R. e Lynch, P. (2014). "Understanding the Formation and Actions of Eurosceptic Groups in the European Parliament: Pragmatism, Principles and Publicity". *Government and Opposition*. Vol. 49. No. 2. Pp. 232-263.

Yordanova, N. (2011). "The European Parliament: In need of a Theory". *European Union Politics*. Vol. 12. No. 4. Pp. 597-617.

Zelletin, G. (1967). "Form and function of the opposition in the European Communities". *Government and Opposition*. Vol. 2. No. 3. Pp. 416-435.

## **COMUNICAÇÕES E PAPERS**

Bonikowski, B. e Gidron, N. (2015). "Populism in Legislative Discourse: Evidence from the European Parliament 1999-2004". Paper não publicado. Universidade de Harvard.

Conti, N. (2003). "Party Attitudes to European Integration: A Longitudinal Analysis of the Italian Case". SEI Working Paper No. 70. Brighton: Sussex European Institute, Universidade de Sussex.

Flood, C. e Usherwood, S. (2007). "Ideological Factors in Party Alignments on the EU: A Comparison of Three Cases". Paper apresentado na EUSA Tenth Biennial International Conference. Montreal. 17-19 de maio.

Koenig, N. (2015). "A differentiated view of differentiated integration". Policy paper 140. *Jacques Delors Institut*. Pp. 1-13.

Leruth, B., Trondal, J. e Gänzle, S. (2017). "Differentiated Integration and Disintegration in the European Union: The State-of-the-Art and Ways for Future Research. ISL Working Paper.

Lisi, M. e Tsatsanis, E. (2017). "Against Europe? Untangling between Ideology and Euroscepticism". Paper apresentado na 113ª APSA Annual Meeting. San Francisco, 31 de agosto a 3 de setembro.

Maatsch, A. (2011). "End of 'Permissive Consensus': New Patterns of EU Contestation by the

Mainstream and Radical Political Parties”. Paper apresentado na ECPR General Conference. Reykjavík, 25-27 de agosto.

Mudde, C. (2011). *Sussex v. North Carolina. e Comparative Study of Party-Based Euroscepticism*, SEI Working Paper No. 121, EPERN Working Paper No. 23. Brighton: Sussex European Institute, Universidade de Sussex.

Quaglia, L. (2003). “Euroscepticism in Italy and Centre-Right Wing Political Parties”. SEI Working Paper No. 60. Brighton: Sussex European Institute, Universidade de Sussex.

Schimmelfennig, F., Leuffen, D. e Rittberger, B. (2015). “The European Union as a System of Differentiated Integration: Interdependence, Politicization and Differentiation”. Working Paper No 137. Viena: Institute for Advanced Studies.

Silva, C. e Ferreira-Pereira, L. (2018). “Back for Revenge? Appraising Euroscepticism Before and After the 2008 Economic Debt Crisis”. Paper apresentado no Workshop do ECPR Joint Sessions The Political Consequences of Euroscepticism: Who, What, When and Where?. Nicosia. 10-14 de abril.

Sitter, N. (2002). “Opposing Europe: Euro-Skepticism, Opposition and Party Competition”. Opposing Europe Research Network Working Paper No 9/SEI Working Paper No 56. Brighton: Sussex European Institute, Universidade de Sussex.

Sørensen, C. (2008). “Love me, love me not... A typology of public Euroscepticism”. SEI Working Paper No. 101. Brighton: Sussex European Institute, Universidade de Sussex.

Taggart, P., e Szczerbiak, A. (2002). *Party Politics of Euroscepticism in EU Member States and Candidate States*, SEI Working Paper No. 51, Opposing Europe Research Network Working Paper No. 6. Brighton: Sussex European Institute, Universidade de Sussex.

Webb, D. (2008). “Successful and Genuine Failures: France, Germany and the Others in the History of Multi-speed European Political Integration”. Paper apresentado na 4ª Conferência Pan-Europeia sobre Política Europeia. Riga, 25-27 de setembro.